UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Kátia Pisciotta

Conservação da natureza: um espaço dialógico

*Reflexões do agente público sobre o sistema de áreas protegidas
no Estado de São Paulo*

São Paulo

Novembro/2019

Versão corrigida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Conservação da natureza: um espaço dialógico
*Reflexões do agente público sobre o sistema de áreas protegidas
no Estado de São Paulo*

Tese de doutorado apresentada junto ao
Programa de Pós-Graduação de Geografia
Humana da Universidade de São Paulo – USP,
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas.

Doutoranda: Kátia Pisciotto (NUSP 814471)

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca

São Paulo
Novembro/2019
Versão corrigida

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P673c Pisciotto, Kátia Regina
 Conservação da natureza: um espaço dialógico -
Reflexões do agente público sobre o sistema de áreas
protegidas no Estado de São Paulo / Kátia Regina
Pisciotto ; orientador Fernanda Padovesi Fonseca. -
São Paulo, 2019.
347 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

 1. MEIO AMBIENTE. 2. ÁREAS DE CONSERVAÇÃO. 3.
CARTOGRAFIA. 4. ESTADO (POLÍTICA). 5. METODOLOGIA DA
PESQUISA. I. Fonseca, Fernanda Padovesi, orient. II.
Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): KATIA REGINA PISCIOTTA

Data da defesa: 19/09/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): FERNANDA PADOVESI FONSECA

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/11/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

ATA DE DEFESA

Aluno: 8136 - 814471 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Katia Regina Pisciotto no Programa: Geografia (Geografia Humana), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 19 dias do mês de setembro de 2019, no(a) Sala de Defesas realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Katia Regina Pisciotto, apresentada para a obtenção do título de Doutora intitulada:

"Conservação da natureza: um espaço dialógico - Reflexões do agente público sobre o sistema de áreas protegidas no Estado de São Paulo"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Fernanda Padovesi Fonseca	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
Sueli Angelo Furlan	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Cristina Adams	Titular	EACH - USP	Aprovado
Rosely Alvim Sanches	Titular	FATEC - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca ressalta a consistência da abordagem teórica da tese. Ressalta também a importância da pesquisa realizada pela aluna trabalhadora. Indica a significância da pesquisa para as políticas de conservação da natureza.

Eu, Marcos Aurelio Nogueira Lourenço _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 19 dias do mês de setembro de 2019.

Sueli Angelo Furlan

Cristina Adams

Rosely Alvim Sanches

Fernanda Padovesi Fonseca
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 19/09/2019, e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutora em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Ao Mauro

*Porque sem você
não sei nem chorar*

V.M.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Florestal e ao Departamento de Geografia da USP.

À professora Fernanda Padovesi Fonseca, pela orientação tão cuidadosa e generosa. Agradeço pela amizade, carinho e dedicação, pela seriedade e alegria no ensinar e ouvir, pela confiança.

À professora Sueli Ângelo Furlan, que me acolheu no Departamento de Geografia, desde tempos imemoriais, amiga querida. Agradeço pelo apoio, pela atenção, pela sensibilidade no ensinar.

À professora Cristina Adams, a quem fui admirando de longe e depois de perto. Agradeço pela disponibilidade e entusiasmo, pela delicadeza e interesse.

Ao Mauro Lantzman, companheiro de todas as horas, de toda vida. Agradeço pela paciência e pela dedicação, pela precisão no tratamento gráfico do texto e das figuras.

Agradeço ao Jorge Lembo pela atenção e pelos mapas, ao Rodrigo Machado pela assistência constante, à Nininha Rezende e à Ana Xavier pelas inúmeras consultas, ao Renato Lorza pelas revisões e debates, à Carol Born e à Lica Simões pelas orientações paralelas. Ao Maurício Marinho pelos ajustes no tempo. À Sandra Leite, Jessie Palma e Ocimar Bim pelo acompanhamento e incentivo ininterruptos. Ao Felipe Zanusso e Camilla Lantzman pelos registros.

Aos conversantes anônimos das Rodas de conversa que materializaram a alma deste estudo.

À minha família de marido, filha e filho, pai e mãe, irmãs, cunhado, sobrinha e sobrinhos. À minha família de sogro, sogra, cunhadas, cunhados e sobrinhos e sobrinhas. Pela compreensão nas ausências.

Às *muriquis*, pelo carinho pleno, pelos abraços.

Aos amigos, agentes públicos e ex-agentes públicos, a todos colaboradores da Fundação Florestal, do Instituto Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente, do Programa de Pós-graduação, gestores e diretores, pesquisadores e promotores, monitores e guardas-parque, aos queridos da vida e das trilhas, das lutas e das ideias, agradeço pela ajuda no trabalho, pelo apoio, pela torcida, pelo incentivo, pelo interesse, pela dedicação, pelo amor, pela amizade, pelas esperas, pelas conversas, pelos debates, pelos avanços, por tudo, em especial à Camilla e Deni Pisciotto Lantzman, Liane e Paula Pisciotto, Heitor e Belinha Pisciotto,

Adriana Bueno, Adriana Mattoso, Adriana Neves, Alex Zamorano, André Roemer, Bel Alves, Bia Beiseigel, Carmen Adan, Ciça Brito, Claude Hahn, Du Lorejan, , Hélinho dos Santos, Jean Geenen, José Lantzman, Juan Guix, Lidiana Costa, Lucila Vianna, Marília Brito, Natália Ivanaukas, Pedro Pomar, Totonho Queiroz, Sandra Charrity, Tamar Roemer, Teresa Moreira, Thais Guimarães, Wagner Portilho, e tantos outros queridos.

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

Fragmento de “Mãos dadas”
Carlos Drummond de Andrade
Reunião, 1977

Foto :Juan Carlos Guix

A natureza possui uma grande capacidade de regeneração. Apesar de pretendermos domesticá-la e ordená-la à nossa maneira, a vida continuamente se subleva contra esta ordem e impõe suas próprias regras.

Exposição fotográfica “La rebeldia de la naturealeza”, maio/2019
<https://jcguix.wordpress.com/>

RESUMO

O sistema de áreas protegidas e o agente público do Estado de São Paulo são os objetos deste estudo. As questões de pesquisa se pautaram na vivência em gestão de unidades de conservação e orientaram as buscas das bases teóricas para a composição de conceitos tais como, natureza e território da conservação. A abordagem histórica sobre a constituição de um sistema de Unidades de Conservação no estado de São Paulo e o enfoque de análise a partir do manejo do Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira (PETAR) explicitaram os processos de construção e legitimação social de políticas públicas. Enquanto processo reflexivo, este estudo apontou que o conjunto de ações – estabelecimento, implantação e manutenção do sistema de unidades de conservação – possibilita bases normativas de justiça social e direitos humanos, além do controle e participação democráticos. Entretanto, apontou também que posturas políticas de imposição de modelos hegemônicos adotados pelo Estado podem redundar em retrocessos. Por meio da aplicação de metodologia participante, denominada “não extrativista” - aquela que traz retorno de aprendizagem não só ao pesquisador - foram realizadas Rodas de conversa, cujos resultados demonstraram que o agente público militante em conservação da natureza pode se constituir em “resistência” institucionalizada.

Palavras-chave: conservação da natureza, unidade de conservação, mapa, cartografia, paradigma, roda de conversa, metodologias não-extrativistas, PETAR, zona de amortecimento, São Paulo, agente do Estado

ABSTRACT

The protected area system and the public agent of the State of São Paulo are the objects of this study. The research questions were based on the experience in management of conservation units and guided the search of the theoretical bases for the composition of concepts such as nature and conservation territory. The historical approach on the constitution of a system of Conservation Units in the state of São Paulo and the analysis approach based on the management of the Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira (PETAR) have made explicit the processes of social construction and legitimization of public policies. As a reflexive process, this study pointed out that the set of actions - establishment, implementation and maintenance of the system of conservation units - allows normative bases of social justice and human rights, besides democratic control and participation. However, he also pointed out that political positions of imposition of hegemonic models adopted by the State can lead to setbacks. By means of the application of participant methodology, called "non-extractive" - the one that brings learning return not only to the researcher - roundtable discussions (Rodas de conversa) were realized, whose results demonstrated that the public agent militant in conservation of the nature can constitute in "resistance" institutionalized.

Key words: conservation of nature, conservation unit, map, paradigm, cartography, roundtable discussions, non-extractive methodologies, PETAR, buffer zone, São Paulo, State agent.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Inventário florestal
Figura 2	Mapa das Unidades de Conservação Paulistas
Figura 3	Mapa Florestal
Figura 4	Sequência dos mapas da devastação
Figura 5	Mapas síntese - Diretrizes para Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo
Figura 6	Conjunto das áreas protegidas no mundo
Figura 7	Conjunto das áreas protegidas no Estado de São Paulo
Figura 8	Rede de relacionamentos PETAR
Figura 9	Mapa de ocupação humana do interior e entorno do PETAR
figura 10	Tessituras
Figura 11	Predação por onça pintada
Figura 12	Padrão de predação por onça pintada
Figura 13	Falsa presença de onças pintadas em estrada de Barra do Turvo
Figura 14	Material criado em resposta aos anúncios com informações falsas
Figura 15	Mapa povos do MOJAC
Figura 16	Mapa Zona de amortecimento PETAR – 2015
Figura 16 A	Mapa Zona de amortecimento PETAR - 2010
Figura 17	Conectividade
Figura 18	Oficina conclusiva do Plano de Manejo do PETAR
Figura 19	Síntese da hipótese

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Competências do Estado *versus* instituições públicas

Tabela 2: Porcentagem de unidades de conservação com gestão federal no território brasileiro

Tabela 3: Número e categorias de unidades de conservação no estado de SP

Tabela 4: Mapeamento da vegetação no estado de São Paulo

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Lista de unidades de conservação em ordem cronológica de criação

Apêndice 2 – Mapas elaborados para o plano de manejo do PETAR

Apêndice 3 – Termo de consentimento (modelo usado para as Rodas de conversa)

Apêndice 4 – Seleção de reportagens sobre questões ambientais

LISTA DE SIGLAS

AEAESP	Associação dos Especialistas Ambientais do Estado de São Paulo
AEP	Assessoria de Estudos Patrimoniais
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de preservação permanente
ARENA	Aliança Renovadora Nacional (Partido político)
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASCEMA NACIONAL	Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente
BIOTA/FAPESP	Programa FAPESP de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CF	Constituição Federal de 1988
CFA	Coordenadoria de Fiscalização Ambiental
CGC	Comissão Geographica e Geológica da Província de São Paulo
CITES	Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção
CMS	Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres -
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONDERSUL	Consórcio Desenvolvimento das Regiões Sul e Sudeste
CONSEMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DEFau	Departamento de Fauna – SMA
DEPAN	Departamento de Parques e Áreas Naturais – SMA
DNPM	Agência Nacional de Mineração
EEc	Estação Ecológica
EEx	Estação Experimental
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
EPBIO	Encontro Paulista de Biodiversidade
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FF	Fundação Florestal
FN/FE/FM	Floresta (Nacional/estadual/municipal)
FS	Formação Socioambiental
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBt	Instituto de Botânica do Estado de São Paulo
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IF	Instituto Florestal do Estado de São Paulo
IG	Instituto Geológico do Estado de São Paulo
INBRAPI	Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (Partido político)
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural

MOJAC	Mosaico do Jacupiranga
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NUPAUB/USP	Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAmb	Polícia Ambiental
PDS	Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável
PECD	Parque Estadual Caverna do Diabo
PEJ	Parque Estadual de Jacupiranga
PERT	Parque Estadual Rio do Turvo
PETAR	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
PM	PLANO DE MANEJO
PN/PE/PM	Parque (nacional/estadual /municipal)
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegida
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PPMA	Projeto de Preservação da Mata Atlântica
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RB	Reserva Biológica
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentado
RESEX	Reserva Extrativista
RL	Reserva Legal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS	Refúgio de Vida silvestre
SAT	Sistema Agrícola Tradicional

SEAQUA	Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIEFLOR	Sistema Estadual de Florestas
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIMA	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDELPA	Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional de Conservação da Natureza
UNEP-WCMC	Environment World Conservation Monitoring Centre
UNFCCC	Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima
VR	Vale do Ribeira
WWF	Fundo Mundial para a Natureza
ZA	Zona de amortecimento
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	18
1. INTRODUÇÃO	22
1.1 Refletir para melhorar.....	22
1.2 As perguntas de pesquisa.....	23
1.3 Prolegômenos	24
1.3.1 Eixo 1 - A experiência em gestão de unidades de conservação.....	26
1.3.2 Eixo 2 - As representações territoriais e o mapa como linguagem.....	34
1.3.3 Eixo 3 - As áreas protegidas e a natureza remanescente	48
1.4 O agente público	57
1.5 Organização dos capítulos.....	58
2. PROCEDIMENTOS METODODOLÓGICOS.....	69
2.1 A perspectiva a investigativa.....	75
3. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	89
3.1. Reflexões iniciais	89
3.2. Projeto colonial de modernidade.....	90
3.3. Território da conservação	94
3.3.1. O conceito de território.....	95
3.3.2. Território e poder	100
3.3.3. O conceito de território da conservação.....	101
3.3.4. As relações no território.....	105
3.3.5. As relações no território da conservação.....	107
3.3.6. As projeções do poder no território da conservação.....	114
3.3.7. Bases jurídico-administrativas nos conflitos de sobreposição envolvendo o território da conservação.....	115
3.4. Paradigmas da conservação	118
3.4.1. O Paradigma da ciência moderna	125
3.4.2. O paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura.....	167

4.	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	180
4.1.	Reflexões iniciais	180
4.2.	Breve panorama: construindo um sistema.....	181
4.3.	Conselhos gestores: compartilhando sucessos e dificuldades.....	188
4.4.	Gestão e ordenamento territorial: desafios e aprendizados	192
4.4.1.	Questões de gestão no Estado de São Paulo	195
4.4.2.	Plano de manejo: as narrativas dos agentes do Estado	196
4.4.3.	Uma ação de gestão em unidade de conservação do Vale do Ribeira: “onças no MOJAC” - pequeno relato reflexivo da situação e seus contextos.....	200
4.5.	O sistema de unidades de conservação e o binômio natureza-cultura	218
5.	O MAPA DO TERRITÓRIO DA CONSERVAÇÃO	221
5.1.	Reflexões iniciais	221
5.2.	Cartografia do território da conservação: o mapa delimitando políticas públicas	225
5.3.	Os mapas sempre mostram mais do que a soma inalterada de um conjunto de técnicas	232
5.3.1.	A técnica e a retórica nos mapas do território da conservação.....	233
5.4.	A construção do mapa: projeção, métrica e escala	238
5.4.1.	A construção do mapa nos planos de manejo	241
5.5.	O mapa para o agente público: relato reflexivo	253
6.	O ESTADO POR DENTRO	272
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	309
	REFERÊNCIAS.....	320
	APÊNDICE 1: Lista de unidades de conservação	330
	APÊNDICE 2: Mapas elaborados para o plano de manejo do PETAR.....	333
	APÊNDICE 3: Termo de consentimento	344
	APÊNDICE 4: Listagem de seleção de reportagens sobre questões ambientais	345

APRESENTAÇÃO

ANTES DE TUDO

Em meados da década de 1970, quando a infância já se despedia, dando lugar a uma percepção mais ampla do mundo e de seus componentes, moradora de um subúrbio na região metropolitana de São Paulo, filha de um metalúrgico e uma dona de casa migrantes do interior, eram robustas, a dimensão e a amplitude das imagens que povoavam minha mente, muitas das quais permanecem.

Entre elas, a natureza. Mas não só a natureza bucólica das histórias de infância dos meus pais, no Vale do Paraíba, e da minha própria história de infinitos períodos de férias no Vale do Ribeira, viabilizadas pela atitude de meus avós diante do desejo de retornarem à vida no campo, depois de décadas de trabalho urbano.

Pensava - e ainda penso, na verdade, sentipenso¹ - na natureza toda. O espaço natural, os seres da natureza, os seres fora da natureza, a conservação da natureza, a destruição da natureza, o valor da natureza, o custo da natureza, as lutas pela natureza, as lutas contra a natureza.

Para Fals Borda (2009), o sentipensante é aquele que "combina a razão e o amor, o corpo e o coração, para desfazer-se de todas as (más) formações que descaracterizam esta harmonia para poder dizer a verdade"(p. 8)².

¹ Segundo o professor Sérgio Rocha Franco, em comentário elaborado durante foro de discussão da aula nº 5 do curso "Epistemologias do Sul" o termo 'sentipensante' vem sendo utilizado por pensadores/as latino-americanos/as como Arturo Escobar y Orlando Fals Borda. Este último declarou que o tomou emprestado dos camponeses monposinos (da Costa Atlântica da Colômbia)."

² Texto original: En la cultura del Caribe colombiano, y más específicamente de la cultura ribereña del río Grande de La Magdalena que rinde sus aguas al mar Atlántico, el hombre-hicotea que sabe ser aguantador para enfrentar los reveses de la vida y poder superarlos, que en la adversidad se encierra para volver luego a la existencia con la misma energía de antes, es también el hombre sentipensante que combina la razón y el amor, el cuerpo y el corazón, para deshacerse de todas las (mal) formaciones que descuartizan esa armonía y poder decir la verdad, tal y como lo recoge Eduardo Galeano en el Libro de los abrazos, rindiendo homenaje a los pescadores de la costa colombiana.

Fals Borda, en el fandango o rueda de cumbión de su vida —para rememorar igualmente el sentido colectivo de la música y de los bailes que son expresión de las combinaciones étnicas presentes en las tierras de Loba y del San Jorge, de la Mojana y la Depresión Momposina, que siempre admiró y ponderó por su riqueza autóctona—, en muchas ocasiones como la hicotea hubo de internarse en la reflexión para renacer y reaparecer sentipensante en la acción decidida y enérgica.(pg.8)

Me descobri como sentipensante, ao assumir que sinto e penso os dilemas do mundo. Em meados da década de 1980 buscando formas de ser e fazer, surgiu a oportunidade paralela de agir profissionalmente e desde de então, o cuidado com as florestas e seus habitantes é intenso.

Não sei se "por bondade do destino ou por insistência implacável", a oportunidade profissional surgiu justamente onde o mais profundo desejo se alojava: numa instituição pública cuja missão era (e continua sendo) a gestão de áreas protegidas.

Assim, ao longo de três décadas venho me dedicando à gestão de unidades de conservação. E posso afirmar que, para os que realmente se dedicam, o trabalho junto às Unidades de Conservação caracteriza-se como militância, uma atividade de perseverança e paciência. A tarefa não é fácil - tão pouco ingloria - e exige atenção aos contextos, aos detalhes, às diversidades, às idiosincrasias, à dialética.

Sentipensando, resolvi me dedicar - também - a este projeto de doutoramento.

Em busca de referenciais teóricos que me possibilitem, internamente, o debate reflexivo e, externamente, mais alteridade e menos imposição argumentativa, retorno à academia, repetindo um movimento iniciado há mais de dez anos passados: a motivação para o desenvolvimento no programa de mestrado foi a mesma.

A par de estar contido aos limites do ambiente acadêmico, o programa de mestrado me proporcionou repertório para lidar de maneira mais abrangente e precisa com as questões "do mundo real", oriundas da gestão das unidades de conservação; o trabalho se voltou, justamente, à contribuição da academia, dos pesquisadores científicos, à resolução de problemas da conservação. Tratava-se de um trabalho de interesse multidisciplinar, e o programa foi desenvolvido no PROCAM.

No programa de doutorado a motivação específica está vinculada à lida cotidiana com diversos grupos sociais que compartilham territórios e vivenciam conflitos territoriais. Como gestora de áreas protegidas e, portanto, agente do Estado, venho protagonizando práticas de diálogo e enfrentamento junto a representantes de setores sociais que são opositores à manutenção de processos naturais, seja pela ausência de reflexão acerca da importância da conservação da natureza, seja por sentirem-se, de fato, prejudicados em seus direitos de propriedade privada.

Quando do ingresso como trabalhadora do setor público, a maior motivação era poder estar envolvida com ações que consolidassem processos de justiça social, considerando explicitamente o direito fundamental de compartilhar um ambiente "ecologicamente

equilibrado", em consonância com o movimento que se estabeleceu durante a Assembleia Constituinte, ao final da década de 1980.

O ingresso no Programa de pós-Graduação em Geografia Humana, garantiu a oportunidade de desenvolvimento do debate reflexivo, inclusive gerando questionamentos sobre o "papel" do Estado e o posicionamento dos agentes do Estado.

O papel do Estado "idealizado", que cultivei todos estes anos, foi cumprido na vivência dos diversos projetos desenvolvidos, como os Planos de Gestão das Unidades de Conservação elaborados em 1998, ou os Planos de Manejo desenvolvidos ou atualizados entre 2006 e 2015, ou a participação em atividades do Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA), entre 1997 e 2010, ou Projeto de Ecoturismo da Mata Atlântica, entre 2005 e 2010, a implantação do PE Intervales, entre 1988 e 2000, os inúmeros debates sobre a implantação do SNUC, dos programas de manejo das unidades de conservação, do desenvolvimento de pesquisa científica, das dificuldades na fiscalização, dos ações de educação ambiental, da proteção da biodiversidade por meio do controle de espécies exóticas invasoras, da proteção à fauna silvestre, ao patrimônio espeleológico, às comunidades indígenas, quilombolas e outras tradições. E tantos outros trabalhos.

A ação de um Estado autoritário, patriarcal e colonialista, alinhado ao modelo econômico capitalista e concentrador de renda vem sendo camuflada, em função dos resultados obtidos ao longo das últimas décadas, principalmente na perspectiva socioambiental, entretanto, cada vez mais, se explicita o sucateamento da infraestrutura das Unidades de Conservação, o desvio nas missões das instituições protetivas da conservação da natureza, a desvalorização dos funcionários, com congelamento dos salários e redução do quadro funcional de cargos de concursados em detrimento de um quadro funcional de cargos de confiança e terceirizados, além da falta de planejamento estratégico e do inegável vínculo aos interesses da iniciativa privada em detrimento do bem público.

Em palestra proferida em 2015, no auditório do Departamento de Geografia da USP³, Boaventura de Sousa Santos afirmou que vivemos em um tempo paradoxal, um tempo de crises múltiplas, que geram oportunidades, exigem novos fazeres e novas leituras do mundo. Ele afirmou que as transformações ocorrem quando as crises são efêmeras e que as crises permanentes

³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Epistemologias do Sul e a Descolonização das Ciências Sociais**. 2015.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUO_EnEZzRw>. Palestra ministrada em 27 de outubro de 2015 (acesso em out/2015 e mar/2019)

fecham as alternativas. Para termos mudanças graduais, temos de ter expectativas positivas (SANTOS, 2015).

Boaventura, em sua palestra, explicitou três dicotomias que neste mundo moderno-contemporâneo são largamente aceitas: i) a distinção entre indivíduo e comunidade, onde a prioridade é dada ao indivíduo; ii) a distinção entre sociedade e natureza, onde a prioridade é dada à sociedade; iii) a distinção entre o imanente e o transcendente, onde a prioridade é dada ao imanente (SANTOS, 2015).

Uma das motivações neste programa de doutoramento foi o aprofundamento nas “leituras do mundo”, o que gerou a produção de material de reflexão para os agentes do Estado, com foco nas ações e nos instrumentos de gestão adotados pelo Estado.

Entre eles, o mapa. Instrumento de trabalho constante (poder-se-ia até dizer, onipresente), o mapa é, talvez, o recurso mais utilizado quando do diálogo dos gestores (agentes do Estado) com os atores sociais envolvidos com as Unidades de Conservação, sejam lideranças de comunidades (tradicionais ou não), empreendedores, lideranças políticas, visitantes, cientistas, estudantes, agentes financiadores, enfim, todos.

No Estado de São Paulo, a história da cartografia ambiental corre paralela à história da implantação de um "Sistema de Unidades de Conservação Paulista", hoje administrado pela Secretaria do Meio Ambiente.

Atualmente, os conflitos territoriais se dão por conta de uma única interpretação da realidade, que é o domínio do território enquanto área geográfica, para uso de determinados grupos sociais (de preferência, sem interferência dos demais grupos sociais); se a mensagem proporcionada por meio do mapa evidenciar que territorialidades compartilhadas são possíveis, haverá ganho para todos, e o objetivo final, de conservação da natureza, poderá ter viabilidade.

Do ponto de vista do "mapa como linguagem" o foco central da investigação é descobrir quais questões o mapa quer responder e quais ele responde. As questões da Geografia são mais complexas do que somente a territorial. As dinâmicas e as possibilidades se estabelecem não só de forma territorial. Ao se produzir um mapa, é preciso polemizar e problematizar. O mapa não pode ser uma simples ilustração, tem de ser um polo consistente do discurso.

Em diálogo com a prática e a experiência destes trinta anos, fui sentipensando.

Aqui está o resultado.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Refletir para melhorar

Esta pesquisa tem como objetivo central compartilhar reflexões sobre a conservação da natureza, sob recortes variados, mas específicos: as unidades de conservação; a conservação da natureza enquanto competência do Estado; o pensamento conservacionista; e o conceito de natureza enquanto construção social, buscando contribuir para uma visão mais integradora e efetiva do Sistema de Unidades de Conservação no âmbito do estado de São Paulo e do bioma Mata Atlântica.

Enquanto processo cognitivo, podem ser destacadas pelo menos duas abordagens, desenvolvidas ao longo deste estudo: os pressupostos estruturais do sistema de UC e a atenção analítica.

Os pressupostos estruturais identificados são os seguintes: os territórios das unidades de conservação são regulados pelo Estado e sua gestão está inserida, de forma sistêmica, no aparato estatal; as competências jurídico-administrativas do cuidado patrimonial e ambiental do sistema de unidades de conservação são assumidas por instituições gestoras de territórios da conservação, cuja operacionalidade de ação se dá por agentes do Estado ou agentes públicos, componentes de uma rede social ampla e complexa; os mapas são as representações formais dos territórios.

A atenção analítica se deparou com algumas conjecturas: é preciso buscar compreender a forma como a humanidade racionalizou e questionou o domínio sobre o mundo natural - uma precondição básica da história humana (THOMAS,1998, SCHWARCZ, 2003); a observação dos processos de gestão do sistema de unidades de conservação indicam que a sociedade, em geral, não raro, interpreta os instrumentos de proteção da natureza como imposições jurídico-administrativas, incluindo os mapas do território da conservação; o pensamento conservacionista se originou e continua calcado no mesmo modelo de dominação da natureza pela razão humana, gerado pelo projeto de modernidade capitalista.

Dentro do objetivo central desta pesquisa, a intenção é contribuir para que os agentes públicos reflitam sobre tais pressupostos e tais conjecturas.

1.2 As perguntas de pesquisa

Este estudo tem como alicerces três eixos epistêmicos.

O primeiro, relativo à experiência, à vivência na gestão de unidades de conservação (UC), o pensar na natureza enquanto perspectiva de trabalho, de realização profissional. O recorte geográfico é o Bioma Mata Atlântica no estado de São Paulo.

O segundo, relativo ao mapa enquanto linguagem, muito além da representação espacial. O recorte geográfico é o sistema de unidades de conservação paulista.

O terceiro, relativo ao conceito mesmo de natureza, enquanto construção social. O recorte geográfico é global.

A partir tais eixos epistêmicos, as perguntas de pesquisa foram delineadas.

Pergunta 1

Antes da chegada dos europeus ao continente americano, o estado de São Paulo era coberto por florestas e campos naturais. Que valores se acumularam nos territórios dos atuais remanescentes florestais? Valores objetivamente mensuráveis, como a diversidade biológica ou os pagamentos por serviços ambientais? Valores sociais, como o sistema paulista de unidades de conservação? Valores econômicos, como os produtos florestais? Valores antropológicos, como os modos de vida das comunidades tradicionais que estão diretamente vinculados aos elementos das florestas?

Pergunta 2

Considerando-se que a atividade profissional dos agentes públicos está embasada em pelo menos dois princípios do Estado democrático - bem comum e justiça social – pode-se considerar que o sistema de unidades de conservação - sob gestão do Estado e conduzido pelos agentes públicos - preconiza tais princípios?

Pergunta 3

Bem comum e bem de uso comum são conceitos complementares. No âmbito das políticas públicas de conservação da natureza, o quanto o bem de uso comum, consolidado nos territórios das unidades de conservação, se conflita com as políticas econômicas?

Pergunta 4

O fato da dicotomia natureza-cultura se configurar como base conceitual do estabelecimento de áreas protegidas no contexto mundial, incluindo o Brasil, traz como consequência a consolidação dos conflitos territoriais?

Pergunta 5

Com a eleição do mapa como objeto de estudo, a pretensão foi entender o “mapa como linguagem” no diálogo entre Estado e sociedade.

O quanto os agentes públicos produtores de materiais cartográficos que representam as unidades de conservação abarcam a percepção dos diversos atores sociais envolvidos com os territórios que os mapas delimitam, o quanto se preocupam em interpretar as diversas leituras que estes mapas geram, enquanto imposições jurídico-administrativas?

1.3 Prolegômenos

Em se tratando de um estudo longo, onde os recortes temporais são amplos, e o ir e vir no tempo histórico e presente se configurou como uma constante, nos tópicos a seguir estão apresentados os princípios e os elementos componentes dos capítulos que virão a seguir, no sentido de oferecer ao leitor as construções teóricas preliminares.

Os três eixos epistêmicos destacados anteriormente, conjugam-se em uma narrativa única, onde o agente do Estado comprometido com a conservação da natureza é o narrador e articulador social.

Dentre os objetos de trabalho do agente do Estado dedicado à conservação da natureza estão os fragmentos florestais remanescentes no estado de São Paulo e as políticas públicas criadas para protegê-los e manejá-los, incluindo o sistema de unidades de conservação.

O conceito de remanescente é essencial nesta narrativa conservacionista. O remanescente, aquilo que remanesceu, que sobrou, que não foi destruído.

A partir de um determinado recorte temporal e escalar, a percepção de que as florestas atlânticas no estado de São Paulo estavam restritas a fragmentos florestais remanescentes gerou a necessidade de estratégias de conservação.

Guix (1994) destaca que com o processo de ocupação do continente sul-americano pelos europeus estabeleceu-se a pressão humana sobre as florestas.

As disputas de terras entre as coroas portuguesa e espanhola na América do Sul tornaram prioritária a ocupação do interior do continente. Por outro lado, o relevo acidentado da Serra do Mar fez com que esta região ficasse relegada a um segundo plano e os desmatamentos se reiniciassem já a partir de terras do planalto em direção a oeste. Provavelmente, o aspecto topográfico foi o fator determinante para que a vegetação da Serra do Mar se mantivesse relativamente bem preservada até os dias de hoje, junto a núcleos de ocupação tão fortes como Rio de Janeiro e São Paulo (p.24).

O autor afirma que a partir do aumento da pressão humana em outras regiões

...iniciou-se um gradativo processo de fragmentação da Floresta Pluvial Atlântica, paulatinamente confinada a blocos florestais isolados de dimensões bastante variadas. [...] ...acredita-se que boa parte da biodiversidade da Floresta Atlântica perdeu-se com a eliminação das matas situadas nos fundos de vales e nas cotas de altitudes mais baixas... [...] ...o que resta deste bioma é tão pouco que a única estratégia possível é a de procurar preservar o que ainda existe (p. 24-25).

Dentre os estudos realizados para delimitar o quanto de vegetação nativa remanesce na escala do estado de São Paulo, o inventário florestal de 2009, disponibilizado em 2010, se constitui na referência para as políticas públicas de conservação da natureza.

O “Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo” constitui uma sequência das ações que o Instituto Florestal tem desenvolvido objetivando efetuar o mapeamento e a avaliação dos remanescentes da vegetação natural do Estado de São Paulo para fins de estudos e controle da dinâmica de suas alterações. O atual trabalho é um produto digital sendo que as bases georreferenciadas estabelecidas permitem a associação de informações geográficas com banco de dados convencionais⁴.

Os resultados do levantamento dos remanescentes indicam a presença de cerca de 300 mil fragmentos de vegetação, somando 4,34 milhões de hectares de campos e florestas originais, que representam 17,5% do território paulista⁵. O mapa dos remanescentes está apresentado como a figura 1 desta tese.

⁴ Dados do inventários disponíveis em: <http://www2.ambiente.sp.gov.br/sifesp/inventario-florestal/> e <http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/inventario.html> (Consulta em setembro/2017) e <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/sifesp/inventario-florestal/> (Consulta maio/2019)

⁵ Este dado é do inventário de 2010. Está em desenvolvimento uma nova fase de levantamentos, que serão concluídos em 2020 (<http://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/sao-paulo-contrata-novo-inventario-florestal-da-vegetacao-nativa/acesso> em maio/2019)

Os remanescentes florestais que resistiram, atualmente são protegidos por leis e outros instrumentos jurídico-administrativos estabelecidos pelo Estado e aplicados pelos agentes do Estado, sem esquecer que tais instrumentos são o resultado de conjunções científicas, sociais e políticas.

Sob influência de movimentos sociais - que coligavam a abertura democrática do país à qualidade de vida -, a Assembleia Constituinte⁶ ousou fixar uma base jurídica robusta para a defesa da conservação da natureza. O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 vincula o meio ambiente ecologicamente equilibrado à "sadia qualidade de vida", e define direitos e deveres. Como direito, o "bem de uso comum" e como dever do poder público e da coletividade, a defesa da natureza.

Para assegurar a efetividade desse direito, o texto constitucional incube ao poder público, consolidando políticas anteriormente acanhadas:

definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, § 1º, inciso III).

Neste estudo - com base na ação de campo e escritório e na participação ativa em redes sociais⁷ que incluem indivíduos e instituições dedicados à conservação da natureza - o agente do Estado está em análise reflexiva. Importante destacar que não há alusão ou intenção de se estabelecer um perfil ou padrão de ação "do agente do Estado". Se trata, aqui, de levar a atenção analítica ao agente do Estado que abraça as questões de sua atividade profissional sob a perspectiva do militante da conservação da natureza, enquanto agente público que tem por responsabilidade política a garantia do bem comum e da justiça social.

1.3.1 Eixo 1 - A experiência em gestão de unidades de conservação

Antes do desenvolvimento das discussões que se desdobrarão ao longo desta tese, importante apresentar ao leitor a definição de unidade de conservação, bem como a

⁶ A Assembleia Nacional Constituinte funcionou de 1º de fevereiro de 1987 a 5 de outubro de 1988, data em que a nova Constituição, a quarta a ser preparada por uma Constituinte, foi promulgada. Foi integrada por 72 Senadores (23 eleitos em 1982 e 49 em 1986) e 487 Deputados (<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituante-1987-1988/panorama-da-constituente>)

⁷ A referência, neste estudo, será às redes sociais não virtuais, evocando o conceito de relacionamento em rede e não a ferramenta tecnológica.

caracterização de seus objetivos de criação. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, criado pela Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000⁸, é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, definindo-as em seu artigo 2º, inciso I:

Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção

O artigo 7º define que as unidades de conservação integrantes do SNUC se dividem em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais

Cabe, ainda, esclarecer que os grupos de Proteção Integral e Uso Sustentável abrigam diversas categorias de unidades de conservação (ver Tabela 3), que serão abordadas adiante, quando do aprofundamento das questões de gestão.

Em pesquisa abrangente e esclarecedora, Joaquim de Britto Costa Neto⁹ elucida que as unidades de conservação do grupo de Proteção Integral nas categorias de estação ecológica e parque estão sob rigorosas restrições legais quanto ao uso de recursos naturais, sendo determinada a obrigatoriedade dessas UC constituírem áreas de domínio público. O autor demonstra a necessidade de melhor estruturação e integração entre órgãos estaduais paulistas envolvidos com as questões de regularização fundiária.

Há uma demanda histórica de sistematização de informações cartográficas e estudos que permitam a compreensão das raízes do caos existente na documentação e no registro de imóveis no Brasil. Esses estudos podem

⁸ Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências

⁹ Funcionário do sistema ambiental ao longo de décadas, Joaquim de Britto Costa Neto faleceu precocemente. Sua tese de doutoramento, com edição póstuma, gerou o livro “A complexidade da questão fundiária nos parques e estações ecológicas do estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário” (COSTA NETO, 2018), disponível em versão eletrônica no site do Instituto Florestal.

contribuir para o estabelecimento de políticas públicas que exijam terras de domínio público e para a instrução de processos administrativos e judiciais que têm sua tramitação prejudicada e desviada, em decorrência de irregularidades na referida documentação (COSTA NETO, 2006:15).

Este um primeiro pressuposto no processo reflexivo aqui colocado: os territórios das unidades de conservação, em várias das categorias, devem ser de domínio público¹⁰.

Costa Neto (2006) pondera que

... além das atividades de implantação, proteção e manejo dos parques e estações ecológicas, o governo responsável pela criação dessas unidades, através dos órgãos de regularização fundiária, desenvolve atividades de identificação da dominialidade das terras, apurando e incorporando às unidades as terras devolutas e procedendo à desapropriação dos imóveis particulares, viabilizando, assim, a administração pública e a conservação do patrimônio natural (p.12-13).

Em sua pesquisa, o autor dedicou-se também ao estudo de outros pressupostos:

...o descontrole dos governos sobre o ordenamento jurídico da propriedade da terra; as dificuldades de realização de levantamento das terras devolutas para uso na implementação de políticas públicas e de cadastro e medição das propriedades; a ineficácia de grande número de dispositivos legais instituídos desde o início da colonização – assim como o estudo da manutenção do desenvolvimento econômico fundamentado no poder patrimonialista, nas relações de favor, num padrão de segregação social e historicamente dependente (COSTA NETO, 2006: 19).

O delineamento das complexidades jurídico-administrativas relacionadas à implantação de políticas públicas de conservação da natureza pelo Estado dá início às primeiras abordagens reflexivas, neste estudo, a partir das experiências e vivências em gestão de unidades de conservação.

Uma vez que as políticas públicas se consolidam com o planejamento e as ações propriamente ditas, postas em prática por agentes do Estado, **questões de gestão**¹¹ serão apresentadas ao longo de toda a tese, muitas vezes no formato de relatos, no sentido de

¹⁰ A especificação pelo SNUC de quais categorias devem ser de domínio público não encerra esta questão. Como exemplo, verifica-se a existência de parques estaduais com porções territoriais ainda de domínio privado, assim como verifica-se a decretação de Áreas de Proteção Ambiental-APA em terras públicas, o que não está preconizado legalmente.

¹¹ São denominadas como “**questões de gestão**” todas as ações vinculadas à gestão das unidades de conservação, sejam em nível de planejamento ou de manejo, executadas em escritórios ou em campo, por equipes de agentes públicos em particular ou pela rede de atores sociais envolvidos com a gestão das UC.

demonstrar a conjugação do processo reflexivo aqui proposto com a atividade de gestão das unidades de conservação.

Enquanto narrativa, as políticas públicas de conservação da natureza evocam "o cuidado com o meio ambiente" como um dever do Estado e "o meio ambiente sadio e equilibrado" como um direito fundamental. Nessa narrativa, as unidades de conservação são elementos de consolidação dos preceitos de bem de uso comum e justiça social que estão presentes na Constituição de 1998. No âmbito da conservação da natureza, o bem de uso comum é um conceito que se relaciona com a saúde e a ética, mas que se conflita com a economia. Se a Constituição preconiza, com destaque, o meio ambiente sadio e equilibrado para as futuras gerações, também preconiza o direito à propriedade privada.

Na Constituição Federal de 1988 o direito de explorar, inerente ao direito de propriedade, está previsto no art. 5, XXII. Contudo, está estabelecido também que

...O direito de propriedade deve ser compatível com a preservação do meio ambiente, que foi elevado a macro limite constitucional insuperável (artigo 225 da Constituição) {...}. O meio ambiente é bem de uso comum do povo e prevalece sobre qualquer direito individual de propriedade, não podendo ser afastado até mesmo quando se deparar com exigências de desenvolvimento econômico (salvo quando ecologicamente sustentável). É oponível a todos e exigível por todos. A preservação de espaços territoriais protegidos veda qualquer utilização, inclusive para fins de reforma agrária, salvo mediante lei (LOBO, 2017: 26).

Desde as primeiras Constituições Federais, não só no Brasil, filiadas ao princípio da livre iniciativa, o direito de propriedade privada esteve garantido. Originalmente, o objetivo principal era

...estabelecer, no plano institucional, a mecânica governamental básica e, na perspectiva substantiva, resguardar o cidadão contra governantes arbitrários, penas vexatórias ou cruéis, assim como contra apropriação da propriedade privada sem justa causa ou indenização (BENJAMIN, 2011:77).

Apesar de ser grande a diferença entre as Constituições mais antigas e as atuais, onde o direito de propriedade aparece ambientalmente qualificado (BENJAMIN, 2011), os mecanismos estabelecidos pela mudança de estrutura constitucional não trouxeram pacificação ao conflito gerado pela sobreposição dos territórios, ao longo do tempo. O conflito permanece não apenas quando a sobreposição se dá nas áreas que exigem dominialidade pública, mas também quando da criação de unidades de conservação que tolerem o domínio

privado¹², pois limitações administrativas serão estabelecidas para as propriedades que se mantiverem no território de tais unidades de conservação, além de toda discussão acerca das áreas envoltórias das unidades de conservação de proteção integral, consideradas de importância para a manutenção da conectividade biológica e da proteção dos atributos que dão sentido de existência a tais unidades, no formato de uma zona tampão, relacionada aos possíveis impactos advindos de atividades nestes territórios (BENJAMIN, 2011, SNUC, 2000).

Costa Neto (2018) procedeu à comparação de dados sobre a situação dominial do conjunto de unidades de conservação do Estado existentes no início do séc. XXI com a área total do estado de São Paulo.

...do total de 843.859 ha, aproximadamente 311.861 ha constituem domínio público consolidado. Desses, 176.312 ha têm origem em terras desapropriadas e 135.548 ha têm origem em terras devolutas arrecadadas em ações discriminatórias. No restante, 531.997 ha da área prevalecem os conflitos de posse e de documentação imobiliária, que envolvem inclusive 178.901 ha de terras devolutas arrecadadas em ações discriminatórias, em parte já matriculadas no registro de imóveis, onde o Estado tem dificuldades para estabelecer a posse efetiva.[...] ...conclui-se que todo o esforço realizado durante o século XX para consolidação de unidades de proteção integral viabilizou aproximadamente 1,25% da área total do Estado de terras de domínio público que hoje são destinadas aos Parques, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas. [...] O restante da área das unidades de proteção integral, criadas legalmente, que abrange aproximadamente 2,1% da área total do Estado, demanda ações efetivas de regularização fundiária. [...]No início do século XXI, a indisciplina na documentação imobiliária ainda constitui limites à conservação da Mata Atlântica e coloca em risco a consolidação de uma rede de unidades de proteção integral, com abrangência territorial mínima para garantir a conservação das últimas amostras significativas dos remanescentes dos ecossistemas originalmente existentes no Estado de São Paulo (p.24-25).

Note-se que Costa Neto (2018) destaca o fato de que tais porções territoriais (que devem ser incorporadas ao patrimônio público) abrangem os últimos remanescentes florestais do estado.

Esta abordagem revela um outro foco das políticas públicas de conservação da natureza de grande relevância: as florestas atlânticas que compõem as unidades de conservação são remanescentes.

¹² Algumas das categorias SNUC não exigem dominialidade pública, como as APA – Áreas de Proteção Ambiental. Ver capítulo sobre Unidades de Conservação.

Como já destacado anteriormente, o conceito de remanesência é essencial. O sistema de unidades de conservação do Estado de São Paulo representa o que remanesceu da floresta que outrora ocupava quase todo o estado. O conjunto histórico paulista das unidades de conservação é composto por fragmentos de floresta de grandes dimensões, que por recobrirem a maior parte da paisagem onde estão inseridas, se configuram em matriz dominante.

Metzger (2001) definiu matriz como uma unidade da paisagem que pode ser reconhecida por recobrir a maior parte da paisagem, ou seja, por ser predominante em termos de recobrimento espacial, com alto grau de conexão.

No âmbito das questões de gestão das UC, a escala é um tema de grande importância. Na escala do estado de São Paulo, a outrora matriz florestal, com a drástica redução das florestas, se configura como “fragmentos florestais remanescentes”. Contudo, se por meio de processos de planejamento, a abordagem escalar se voltar especificamente aos remanescentes, tais fragmentos se tornam a matriz. A questão de gestão - que aqui se coloca e permanecerá como reflexão ao longo de todo o estudo - é que a área de entorno destes fragmentos remanescentes (considerados como matriz nesta escala de planejamento) reveste-se de importância para a manutenção da conservação da natureza. Isto equivale a dizer que, em qualquer escala, os fragmentos remanescentes necessitam de conectividade e de zona tampão para diminuir o efeito de borda para propiciar áreas mínimas de manutenção de biodiversidade e dinâmicas ambientais. Isto leva à consideração de que, no âmbito das questões de gestão do sistema de UC, mesmo quando a floresta se mostra como matriz em razão do recobrimento espacial, o pensamento e as ações serão de tratá-la como fragmento.

Furlan et al (2016) afirmaram que “a matriz de uma paisagem é uma herança de tempos acumulados” (p. 112).

Os tempos acumulados mantiveram fragmentos florestais remanescentes concentrados em determinadas regiões do estado de São Paulo, conforme revela a cartografia da conservação. O mapa das unidades de conservação administradas pela Fundação Florestal e pelo Instituto Florestal, apresentado na figura 2, demonstra este fato. O apêndice 1 traz a listagem destas unidades de conservação, organizada cronologicamente. A comparação entre as figuras 1 e 2 permitem a observação de que, na escala dos mapas, a concentração da vegetação nativa remanescente de São Paulo e as unidades de conservação são coincidentes.

Avaliando os remanescentes na escala do território paulista, Ana Xavier, Beatriz Bolzani e Silvia Jordão descrevem sua distribuição:

Ao longo da zona costeira (adentrando as Serras do Mar, da Bocaina, de Paranapiacaba e da Mantiqueira, seguindo a direção NE-SW) há uma concentração de áreas naturais de Proteção Integral¹³ sobrepondo-se a outras modalidades de conservação, compondo um mosaico (corredor) de unidades que protegem a Mata Atlântica litorânea (Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Mista). Neste corredor, que se estende desde a divisa de São Paulo com os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, está preservada a maior extensão da Mata Atlântica e ecossistemas associados do país, apresentando alto grau de endemismos e constituindo uma das regiões de maior biodiversidade vegetal e animal do Planeta.

Ao centro do território estadual, principalmente na paisagem das Cuestas Basálticas e na Depressão Periférica, predominam algumas UCs de Uso Sustentável de grande extensão, constituídas sobretudo por APAs¹⁴, que pressupõem uma gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil.

Já em terras do Planalto Ocidental, pulverizadas em pequenos fragmentos, subsistem UCs de dimensões reduzidas, com vegetação de Cerrado (Savana) e da Mata Atlântica do interior (Floresta Estacional Semidecidual e Decidual). Esses biomas, especialmente o Cerrado, são os mais ameaçados e sem proteção efetiva do Estado, requerendo cuidadosa atenção do planejamento para a conservação.

Excetuando-se essas áreas, deparamo-nos com a existência de “vazios”, onde alguns fragmentos detêm ainda parcelas expressivas de importantes ecossistemas, mas não estão sob a tutela da conservação ambiental, comprometendo sua integridade e mesmo sua existência (XAVIER, BOLZANI E JORDÃO, 2008:42)¹⁵.

O destaque para “a existência de vazios” revela o pensamento conservacionista que se consolidou: na sociedade moderna, é preciso proteção legal para a natureza.

Esta proteção se consolida no conjunto de normas jurídico-administrativas. O Estado regula o que pode ou não acontecer. O agente do Estado deve, em seu percurso de realização

¹³ Proteção Integral e Uso Sustentável são dos dois grupos de Unidades de Conservação estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, cujo detalhamento será apresentado adiante.

¹⁴ APAs são as Áreas de Proteção Ambiental, uma das categorias do grupo de Uso Sustentável do SNUC.

¹⁵ O livro “Diretrizes para Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo”, elaborado em parceria pela Secretaria do Meio Ambiente e FAPESP, sob a coordenação do Programa BIOTA/FAPESP. Tratou-se de um grande esforço que contou com a participação de centenas de técnicos e pesquisadores. As propostas, em linhas gerais, foram: 1) Criação ou extensão de Unidades de Conservação de Proteção Integral; 2) Incentivo a averbação de Reserva Legal; 3) Estimulo a restauração das Áreas de Preservação Permanente; 4) Criação de mosaicos de corredores ecológicos e 5) Coleta de dados biológicos. Nos capítulos seguintes voltaremos a enfocar este estudo emblemático, pelo menos por duas razões: pela contribuição à cartografia da conservação e pelo intuito de consolidar políticas públicas de conservação

profissional, se dedicar à compreensão de cada uma destas normativas e possibilitar sua aplicação, subsidiando o estabelecimento do diálogo social.

De certa maneira, esta remanescência criou uma “cisão de mundos”: o mundo natural, remanescente, das restrições de uso, cuja referência é a presença não humana; e o mundo produzido pelo humano, onde a paisagem de floresta contínua foi substituída pela paisagem urbana, agrícola, ou com elementos característicos como estruturas industriais, onde a floresta – quando presente – é recurso.

Como diz Porto-Gonçalves (2012), estamos diante de questões de claro sentimento ético, filosófico e político. O antropocentrismo estabelecido com a Modernidade resultou na dicotomia natureza-cultura.

Ao longo deste estudo, muitas vezes serão visitadas as perspectivas da separação entre a natureza e o humano; entre a natureza e a cultura; entre a natureza e a sociedade; entre os humanos e os não humanos que são considerados como parte da natureza; entre os humanos que não tem lugar nos projetos de outros humanos, pois também fazem parte da natureza.

Sueli Furlan et al. (2016) nos oferecem elementos para reflexões sobre este tema.

É inegável a importância da conservação da natureza diante da extensiva degradação ambiental, e as ações para que as estratégias sejam efetivas são trabalhosas e se apoiam em diferentes matrizes conceituais e teóricas de distintas áreas disciplinares. Trata-se de um conhecimento complexo. Isto ocorre porque é preciso levar em consideração necessidades complexas da espacialidade da biodiversidade e das populações humanas que coabitam nos mesmos territórios [...]. A espacialidade dos habitats e a concorrente territorialidade humana é o aspecto central da conservação (FURLAN et al., 2016:106).

A percepção dos recortes temporal, escalar e de coabitação do humano e do não humano nos mesmos territórios, vinculada ao conceito de remanescência, pode ser determinante para a ação do agente público. Nos últimos 30 anos, a narrativa da importância de conservação dos fragmentos florestais remanescentes veio se consolidando nas instituições gestoras de áreas protegidas, assim como em paralelo, o conceito de espécie ameaçada e o conceito de povos e comunidades tradicionais.

Quando se deu a percepção de que uma determinada espécie poderia desaparecer e que isto teria um significado social? A primeira lista de espécies ameaçadas do Brasil é de 1968¹⁶ e a

¹⁶ Portaria IBDF nº 303, de 29 de maio de 1968 - Fica instituída a Lista oficial brasileira das espécies de animais e plantas ameaçadas de extinção no País.

de São Paulo é de 1998¹⁷. Já a primeira lista internacional é de 1964¹⁸. Isto equivale a dizer que são percepções recentes das consequências de processos históricos longínquos.

Com relação à presença humana em áreas juridicamente categorizadas como de proteção à natureza, Eliane Simões (2014) pondera que

...os conflitos gerados com a criação de UC no Brasil, que remontam ao período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970 se tornaram ainda mais cristalizados uma vez que a presença humana foi reconhecida (o que já é considerado um grande avanço), mas sua manutenção nos territórios originais consagrou-se como ameaça a ser resolvida, mediante remoção ou realocação (p. 32).

Este tema será aprofundado adiante. Na linha das percepções que se consolidaram em normativas legais, são destacados o artigo nº 42 do SNUC/2000 e o Decreto Federal nº 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ambas legislações são foco de discussão ao longo deste estudo.

1.3.2 Eixo 2 - As representações territoriais e o mapa como linguagem

O eixo epistêmico relativo ao mapa como linguagem levou à reflexão sobre os mapas gerados pelo Estado: mesmo que considerados e utilizados por agentes públicos como elementos de participação social e de legitimação de processos normativos democráticos, os mapas podem ser interpretados como imposições jurídico-administrativas. Também nesta perspectiva, o recorte escalar é decisivo enquanto balizador do olhar do agente público e dos moradores locais inseridos no mapa. Quando os agentes públicos e os moradores locais compartilham do mesmo olhar sobre a paisagem, o diálogo se torna mais proveitoso. Quando os olhares são concorrentes, as disputas territoriais e os conflitos se tornam inerentes. Aqui e nos capítulos seguintes estão apresentados argumentos técnicos e jurídicos que dão suporte a esta narrativa.

Neste estudo estão delimitadas, ao menos, três tendências ou perspectivas de abordagem territoriais (HAESBAERT, 2006 e SAQUET, 2010) envolvendo a conservação da natureza, que entram em conflito quando sobreposições se estabelecem, quando há disputa no controle do espaço:

¹⁷ Decreto Estadual Nº 42.838, de 04 de fevereiro de 1998 Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção e as Provavelmente Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

¹⁸ Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional Para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais-IUCN

- o território da conservação (das unidades de conservação e outras áreas protegidas, sob gestão do Estado), território de caráter predominantemente funcional, marcado pelo poder do Estado
- o território da produção (áreas de domínio privado, sob gestão de pessoas físicas ou jurídicas) de caráter predominantemente funcional, marcado pelo poder econômico
- o território da tradicionalidade (áreas públicas ou não, sob gestão comunal ou sob gestão compartilhada com o Estado) território com forte carga de poder simbólico.

Os conflitos territoriais se dão por conta de uma única interpretação da realidade, que é o domínio do território enquanto área geográfica, para o uso destes determinados grupos sociais, sendo o Estado o setor da sociedade que delimita as normativas de uso e os limites das flexibilidades e conjugações das normativas concorrentes.

Cada um destes setores sociais expressa, politicamente, a preferência de não haver interferência dos demais, tendo o mapa como instrumento material e formal da realidade. Se a mensagem proporcionada por meio do mapa puder evidenciar que territorialidades compartilhadas são possíveis, haverá ganho para todos. Este tema será desenvolvido adiante, no capítulo sobre mapas do território da conservação.

O conceito de “território da conservação” foi adotado como alicerce para a discussão e reflexão sobre a construção dos sistemas de unidades de conservação. O mapa é a expressão mais impactante deste conceito, especialmente quando representa unidades de conservação de dominialidade do Estado. A delimitação da unidade de conservação se expressa no mapa a partir de seu memorial descritivo, elaborado no momento de sua criação. O mapa, portanto, possibilita a visualização da delimitação territorial estabelecida por meio de documentos jurídico-administrativos¹⁹.

Debarbieux (2007) afirma que o mapa é o “reflexo ou modelo do seu referente” (p. 2). Neste caso, sendo o referente o Estado, o mapa se apresenta como representação do limite territorial, estabelecendo as fronteiras das limitações jurídico-administrativas. Para que o mapa seja referente do território da conservação, é preciso buscar a legitimação das representações territoriais dos indivíduos e das sociedades presentes nestes territórios, avaliando os intercâmbios e as polêmicas estabelecidas. Não se trata de tarefa corriqueira. As

¹⁹ No caso das unidades de conservação, leis ou decretos. Em geral, nos diplomas de criação das UC, invariavelmente, constam os memoriais descritivos como anexos, mas não os mapas.

apreensões e vivências dos agentes de Estado que agem nestes territórios guardam as multiplicidades correspondentes à rede social de relacionamentos vinculada a tais territórios.

Em depoimento sobre “trabalhar com mapas”, uma funcionária da Fundação Florestal²⁰ revela seu olhar acerca do envolvimento de representantes de diversos setores sociais com os mapas das unidades de conservação. Em sua narrativa (histórica) pode-se perceber a satisfação do envolvimento dos agentes públicos com o trabalho, mas com autocrítica.

A gente tem umas histórias aí... embora eu não seja entendida de mapas... esta história do PETAR²¹... que a gente pegou um mapa base do PETAR, lá no começo, nos idos de 85-86 e foi colocando todas as informações e, no fim, ficou tão poluído que a gente teve que passar para outras cópias daquele mapa... a história é tão engraçada... a gente apelidou este primeiro mapa de “pastel de queijo”, porque todo mundo queria... toda hora iam lá buscar as informações, e tal...

...é muito interessante... [sobre a questão da oficialização dos mapas em diplomas legais] porque, até mais ou menos o advento do SNUC, em 2000, realmente os decretos saíam com algumas pequenas imprecisões, naturalmente, e não acompanhava mapa. Mas a partir de 2000 teve uma postura diferente, principalmente por parte da Fundação Florestal, e eu participei desta postura: vamos publicar, em separado, tanto o memorial descritivo quanto o mapa. Um exemplo bom disso é o Mosaico de Jacupiranga²². Tem seus erros, suas imprecisões, como não poderia deixar de ser... redesenhar um tamanho daqueles, de todas aquelas áreas protegidas, com todas as unidades.... Mas, atualmente, estes mapas todos são muito consultados nos sites²³.

²⁰ À época (entre 1986 e 2006), Nininha, como é conhecida, advogada e especialista em regularização fundiária, prestava serviços no Instituto Florestal – IF, tendo sido coordenadora da Assessoria de Estudos Patrimoniais-AEP, da instituição.

²¹ Decreto Estadual nº 32.283, cria a entidade jurídica do Parque Estadual do Alto Ribeira (PEAR), com 35.712 ha. Com a edição da Lei Estadual nº 5.973, de 23 de novembro de 1960 que re-ratificou sua criação, houve a alteração do nome da UC para Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR.

²² Criado pela Lei Estadual nº 12.810, de 21 de fevereiro de 2008 - Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-lei n. 145, de 8 de agosto de 1969, e atribui novas denominações por subdivisão, reclassifica, exclui e inclui áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e dá outras providências. (<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-12810-21.02.2008.html> Consultada em agosto/2018)

²³ O site indicado para consultas cartográficas *on line* é o <http://datageo.ambiente.sp.gov.br/app/> A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) disponibilizou ao público a partir de 30 de setembro de 2014, o Projeto DataGEO, cujo objetivo é de estruturar, organizar e disponibilizar as bases de informações ambientais e territoriais do Sistema Ambiental Paulista. Atendimentos presenciais relacionados a questões fundiárias das

O interesse no mapa depende dos interessados no parque... os limites, mais precisamente, são muito interessantes para fiscalização, para regularização fundiária, para os posseiros e proprietários, que querem saber se estão dentro ou fora... os turistas, os que vão curtir as belezas do parque, estão interessados nos atrativos, não precisamente nos limites...”(Depoimento de Maria Aparecida Candido Salles Resende, julho/2018)

Importante observar que este depoimento indica o mapa como referência em múltiplas possibilidades: i) o mapa enquanto ferramenta de trabalho das equipes técnicas, principalmente dos agentes públicos; ii) o mapa indicador dos limites do instrumento jurídico de criação e portanto sedimentador desse desenho como um território da conservação, o que pode gerar inclusive – a depender das condições de dominialidade - desapropriação direta ou indireta dos proprietários, a partir da constatação daquele mapa; iii) o mapa que representa os interesses de uma parte da sociedade – no caso, os visitantes, interessados no acesso aos atrativos turísticos, sem considerar as questões de dominialidade ou limites territoriais, o interesse no mapa se refere à localização.

Debarbieux (2007) nos oferece uma perspectiva de análise a partir dessas abordagens com relação às múltiplas possibilidades de interesse no mapa por parte dos componentes da rede social de relacionamentos: o interesse epistemológico, o interesse metodológico e o interesse problemático (p.2).

O interesse epistemológico se volta à construção do conhecimento geográfico a partir da adoção da representação do real. Depende, no mínimo, de sua adequação ao real percebido e, no máximo, de sua capacidade de predizer as transformações que virão.

O interesse metodológico está vinculado ao mapa como reflexo ou modelo do seu referente e ao fato das representações serem instrumentais, na medida em que constituem momentos da construção do conhecimento.

O interesse problemático está vinculado à potencialidade da geografia legitimamente buscar identificar representações espaciais ou territoriais dos indivíduos e das sociedades que estuda, interessando-se pelas condições sociais e políticas de produção e intercâmbio e das polêmicas presentes na adoção dessas representações.

unidades de conservação também são prestados, com agendamento no Núcleo de Regularização Fundiária-NRF, da Fundação Florestal.

Esta classificação de interesses auxilia no processo de reflexão aqui pretendido. Em depoimento de um outro gestor público, foi identificado o momento de construção do mapa do PETAR, na década de 1980, como o momento em que se começou a entender qual era o território do parque, ou seja, se tratava de um interesse epistemológico.

Eu estava na equipe de implantação do PETAR... estávamos iniciando o processo de demarcação do parque, com a colocação de marcos físicos no território. Inclusive os marcos foram lançados de helicóptero, pois não era possível acessar por terra os vértices que constavam no mapa original. Percebemos que havia vários erros nesse mapa. Era preciso corrigir. ...Naquela época só tinha uma folha do IBGE disponível, pois as cartas eram reservadas para o Exército, algumas regiões eram consideradas de segurança nacional... creio que isto esteja relacionado à presença do Lamarca no Vale do Ribeira. Nos utilizamos do material da CPRM se não me engano, de 1974, e da Sudelpa. Eles tinham estas bases. O Genival copiou curva por curva, reproduziu tudo. Ele refez os mapas. Havia muitos erros. A gente tentava reproduzir o que sabíamos, do campo... os nomes dos rios... Ele [Genival], praticamente, fez os ajustes manualmente. Foi a primeira base do PETAR, onde foram lançadas as informações fundiárias, os perímetros da PPI, e tantas outras informações, como as solicitações de mineração... foi nesse momento que começou a se entender qual era o território do PETAR... por exemplo, se verificou que havia sido desapropriada uma gleba fora do parque, em favor da Companhia Exportadora de Café. Até então, o Estado não tinha este controle. Foi a partir disto que se começou a verificar onde havia comunidades. Foi inclusive isso que gerou aquele relatório verde (Depoimento de Maurício de Alcântara Marinho, julho/2018).²⁴

O relatório verde referido acima se trata do documento intitulado “Projeto PETAR – Sistematização de dados e atividades em andamento”, elaborado em 1988 e complementado pelo “Projeto PETAR- 1991” (DEPAN, 1988, 1991). Segundo Costa Neto (2006) as ações contidas em ambos documentos tiveram “como principal característica a exposição dos conflitos enfrentados pela implantação efetiva de parques, dos quais se destacaram os conflitos de documentação e do registro imobiliário, que potencializaram os sociais...” (p.160).

²⁴ Maurício Marinho, geógrafo, mestre e doutor em Geografia, foi funcionário do Sistema de Meio Ambiente em períodos intercalados, entre 1985 e 1998 se dedicou ao PETAR, estando vinculado ao Instituto Florestal, ao Instituto Geológico e outras instâncias do Sistema Ambiental Paulista. Entre 2003 e 2009 foi gestor do PE Inteverles, sendo da equipe de coordenação de seu plano de manejo. E entre 2009 e 2014 foi um dos coordenadores no processo de elaboração dos Planos de Manejo Espeleológico.

A consulta ao “Projeto PETAR” de 1988 possibilita afirmar que estão disponíveis os seis mapas originais elaborados pela equipe de agentes públicos que se dedicou à implantação da unidade de conservação, sendo eles relacionados à representação das questões fundiárias e a outras questões de gestão, como a implantação dos núcleos de visitação do parque.

O interesse epistemológico que trouxe a representação do PETAR em seus primeiros mapas carregou o interesse problemático, como foi indicado nos depoimentos acima. Apenas mais tarde, quando, finalmente, se iniciou o processo de elaboração do plano de manejo do PETAR, em 2009, é que se configurou o interesse metodológico na representação do território da unidade de conservação.

Dentre as ações e orientações preconizadas no SNUC, a elaboração dos planos de manejo configura-se como uma das principais. O plano de manejo é o documento no qual são definidas as ações a serem implementadas e as normas de uso, para que a unidade alcance os objetivos que motivaram sua criação. A partir do plano de manejo, pretende-se que a gestão administrativa e territorial da UC seja mais eficiente²⁵.

Via de regra, a elaboração de planos de manejo exige participação social. São oportunidades de debates em torno de conceitos da conservação da natureza enquanto bem comum e da explicitação de disputas territoriais. São oportunidades de compreensão e legitimação do processo de constituição de um “território da conservação”. As narrativas dos agentes públicos são apresentadas por meio dos mapas, cuja representação é instrumental: ferramenta de trabalho constante, o mapa é, talvez, o recurso mais utilizado quando do diálogo dos gestores de unidades de conservação com os componentes de sua rede de relacionamento.

A abordagem histórica sobre os mapas da conservação oferece um campo fértil para o entendimento dos processos de construção e legitimação do território da conservação, até os dias atuais.

Talvez em razão do recorte escalar, os mapas históricos do território da conservação, que indicam os remanescentes como áreas de importância ambiental, não catalisaram as atenções locais (das comunidades, dos empresários, das lideranças políticas, entre outros).

²⁵ Em seu artigo 2º, inciso XVII, o SNUC define plano de manejo como: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

Se o mapa original do PETAR, datado de 1958 foi ou não amplamente veiculado, se permaneceu apenas nos ambientes dos técnicos, se foi publicado na imprensa, são informações não disponíveis nesta tese, contudo, Costa Neto (2018) relata:

Outra situação que merece destaque se refere à identificação de irregularidades na documentação imobiliária de áreas situadas no entorno do PETAR, utilizada para obtenção de autorizações de desmatamento nos órgãos responsáveis, com o objetivo de conferir um caráter legal às ações ilegais realizadas em campo. Entre as irregularidades, pode ser destacada a precariedade das descritivas cartográficas e dos mapas apresentados pelos infratores, que não permitiam a localização dos imóveis, favorecendo a extração de recursos naturais em qualquer área (p.124).

Note-se que Costa Neto (2018) destaca a precariedade dos mapas apresentados pelos cidadãos. E note-se que nos depoimentos de Maurício e Nininha está destacado que os mapas do PETAR só foram, de fato, elaborados na década de 1980, quando da implantação do parque.

Não se pode afirmar, portanto, o quanto o mapa original, de 1958, foi absorvido pela sociedade local, apesar de os estudos indicarem que os conflitos territoriais relativos à dominialidade da terra estavam presentes desde o início. Mas se pode afirmar que a partir da década de 1980 o mapa do PETAR – agora desenhado com maior precisão - veio a gerar impactos sociais, pois foi por meio dele que se planejou a legitimação do território da conservação sob o poder do Estado, em confronto aos ocupantes, fossem proprietários ou posseiros.

Pode-se inferir que nesta época, em que outras unidades de conservação também foram implantadas, a cartografia da conservação começa a ser considerada de interesse coletivo, uma vez que os mapas abarcam territórios ocupados por comunidades inteiras, anteriormente alheias às questões da delimitação dos parques. Ainda agora resta-nos a reflexão: com a implantação das unidades de conservação vieram os mapas, e como estes mapas circularam? Como atingiram a rede de atores sociais envolvida com o território que representavam? Um bom gancho para pesquisas futuras: levantar estas informações e formar um entendimento sobre o impacto destes primeiros mapas do território da conservação.

Não por acaso a implantação das unidades de conservação se dá em meados da década de 1980. Era o Estado agindo de maneira mais democrática, após o período de ditadura militar.

Mas era também o Estado agindo em prol de questões ambientais, o que se configurava em novidade.

Figueiredo (2000), em sua pesquisa sobre a região do Vale do Ribeira, oferece uma série de citações de documentos administrativos históricos que relatam as ações dos “ecologistas” no município de Iporanga e o empenho para a implantação do PETAR. O autor destaca que a abertura de um novo panorama político no país²⁶ prenunciava maior espaço para as questões ambientais. Entre as diretrizes básicas do novo governo, figuravam-se como metas

a implantação efetiva, preservação e regularização dos parques e reservas do estado. Além disso, havia a necessidade de se intensificar o aproveitamento das áreas de interesse ambiental e turístico para fins de educação ambiental (SÃO PAULO, 1987:19). [...] De outro lado, no Vale do Ribeira [...] houve um acirramento dos conflitos e dos ânimos, visto que as exigências se ampliavam e, de certa forma, que o apoio às atividades ilegais ou predatórias seria diminuído, pelo menos era isso que os ecologistas esperavam. Propalava-se que seriam eliminadas as ações que degradavam o ambiente no VR, mas, sabemos que as coisas não foram bem assim, eram muito mais complexas (p.363-364).

Se inicia, neste período, uma maior convivência entre as pessoas (as sociedades locais e as sociedades urbanas com interesse no tema das UC) e os mapas das unidades de conservação, em razão de seus processos de implantação. Importante destacar que um dos resultados destes processos foi a explicitação dos inúmeros problemas, inclusive cartográficos, ainda hoje não superados. Como demonstrou Costa Neto (2006), há uma indisciplina permanente no ordenamento jurídico da terra, instalada no Brasil desde o início da colonização, que prejudica a implantação de políticas ambientais que demandam terras públicas, em especial as políticas de implantação de unidades de conservação de proteção integral.

²⁶ André Franco Montoro havia sido eleito como Governador para o Estado de São Paulo. “A oposição alcança maioria na Câmara dos Deputados e conquista o governo dos dez maiores Estados nas eleições em todo o Brasil, superando as regras eleitorais restritivas. O PDS manteve o controle do Colégio Eleitoral que indicaria o sucessor do general presidente João Baptista Figueiredo em 1985, mas o projeto de sobrevivência da ditadura foi definitivamente comprometido pelo resultado das eleições. O PMDB elegeu os governadores de São Paulo, Minas, Paraná, Pará, Amazonas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Acre. Leonel Brizola, do PDT, venceu no Rio. O PDS ficou com os nove Estados do Nordeste, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina.” (<http://memorialdademocracia.com.br/card/vitoria-da-oposicao-sinaliza-fim-da-ditadura>, acesso em jul/2018).

Em depoimento sobre “produzir mapas”, uma funcionária da Fundação Florestal²⁷ revela seu olhar acerca dos impactos dos mapas.

Eu trabalhei grande parte da minha vida com a cartografia e eu observei que técnicos das diferentes áreas, sociólogos, biólogos.... eles tinham muita dificuldade em entender estes espaços, sobre os quais a gente conversava, espaços de conservação. Eu fiquei incumbida de desenhar as unidades de conservação, de fazer um mapa. Quando eu apresentei este desenho, foi uma surpresa para os técnicos que não da geografia... os sociólogos e economistas ficaram surpresos de ver a dimensão deste território, que tinha, por trás dele, uma restrição ao uso. A partir daquele momento, eles viram o território de outra forma, a partir do mapa, pois eles não tinham a dimensão da extensão territorial.

É superimportante ver a forma de apropriação do espaço além da unidade de conservação, que naquele momento era o foco mais importante. Nós trabalhávamos fora da UC, não dentro. Era preciso mapear a UC para fazer o zoneamento fora dela.

E aí, o olhar dos sociólogos e dos antropólogos, suscitou uma curiosidade imensa e uma importância de trabalhar as populações que estavam ali dentro daquele espaço. De não as excluir, como muitos queriam excluir.

É um espaço tão grande, que abrange uma territorialidade tão grande e que tem uma série de coisas que quando o Estado criava uma UC....naquela época [1990], não havia uma consulta, era imposto... você abria o jornal e via que uma UC foi criada... isso gerava um impacto para quem morava no local e para quem tinha áreas neste local. Então, o que fazer com aqueles que estavam lá dentro, e que tinham que sair porque a categoria não permitia que as pessoas morassem dentro dela, das UCs? (Depoimento de Ana Xavier, em fevereiro/2018).

Tais problemas cartográficos, conjugados às dificuldades de delimitação em campo das UC, geraram a necessidade de novos repertórios também para moradores e empreendedores: não só o Estado deve se dedicar a produzir mapas de seus territórios, mas também a sociedade, sendo que um acontecimento comum, ao longo dos últimos anos, é a consulta de cidadãos aos órgãos do Estado, no sentido de legitimar suas divisas ou exigir seus direitos de

²⁷ Funcionária da Fundação Florestal. Ana, geógrafa, especialista em cartografia, presta serviços à conservação da natureza desde de 1986. À época (entre 1988 e 2006), prestava serviços na Secretaria do Meio Ambiente, na Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA, tendo sido autora principal da publicação “Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo”, editada em 1998.

posse ou propriedade. No atendimento ao público na Fundação Florestal, por exemplo, as pessoas apresentam seus mapas e solicitam as confrontações com os mapas das unidades de conservação. Mas é frequente, também, que estes diálogos sejam intermediados por advogados ou empresas especializadas, pois há grande dificuldade no entendimento dos trâmites administrativos e dos aspectos técnicos da cartografia²⁸.

Nesta perspectiva, interessante destacar que está em curso a implantação do Cadastro Ambiental Rural-CAR, que consiste no registro virtual das propriedades rurais, em todo território nacional, cabendo aos cidadãos elaborarem seus mapas²⁹. Considerando-se que o CAR é auto declaratório, a linguagem do mapa passa a ser propalada também pelo cidadão. Os confrontos objetivos com relação às dominialidades e às inconsistências técnicas surgirão no momento das validações dos cadastros, a serem realizadas pelos órgãos públicos responsáveis. Vale apontar que os agricultores com dificuldades no preenchimento do CAR têm sido assistidos por órgãos do Estado e instituições civis, tais como associações e ONGs³⁰.

Contudo, se, por um lado, o aspecto da relação do cidadão com o Estado, onde o mapa é protagonista tende a tornar-se rotineiro, a discussão coletiva de um mapa do território da conservação envolvendo determinada unidade de conservação tem acontecido, de fato, quando do processo de elaboração de seus planos de manejo. Foi o que se deu com o PETAR. A construção conjunta de seus mapas aconteceu a partir de 2009, potencializando a legitimação dos mapas antigos.

Os mapas do Plano de Manejo, apresentados tanto na escala do Estado, onde a floresta é fragmento remanescente, como na escala local, onde a floresta é matriz - tendo o PETAR

²⁸Reitere-se a importância da pesquisa de Costa Neto (2006).

²⁹ O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental. No governo federal, a política de apoio à regularização ambiental é executada de acordo com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que criou o CAR em âmbito nacional, e de sua regulamentação por meio do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que criou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, que integrará o CAR de todas as Unidades da Federação. <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/cadastro-ambiental-rural>). Acesso em jul/2018.

³⁰ Para a inscrição no SICAR-SP do Cadastro Ambiental Rural e para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental, o apoio técnico gratuito aos pequenos imóveis rurais é oferecido pela Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Abastecimento e instituições por elas autorizadas. (<http://www2.ambiente.sp.gov.br/sicar/apoio-a-inscricao-no-car/acesso> em ju/2018 e <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/sicar/acesso> em maio/2019)

como centro - trouxeram reações diversas nos diferentes grupos sociais: para alguns dos moradores que nunca haviam saído daquela matriz florestal, que não tinham experienciado outras escalas de vivência, a revelação da importância desta remanescente – que os inclui – foi positiva e levou a pactos em prol da conservação da natureza, com perspectivas de projetos conjuntos de sustentabilidade ambiental; por outro lado, para alguns dos setores produtivos ambientalmente impactantes, cujos empreendimentos estão localizados ou pretendem estabelecer-se na área de entorno do parque, os mapas representaram o impedimento do uso, e a pactuação de acordos mostrou-se dificultada.

Em todos estes anos de percurso profissional, a rotina de utilização dos mapas não havia exigido a reflexão que ora se apresenta. Enquanto ferramenta técnica, os mapas delimitam-se como suporte importante na consolidação objetiva do território da conservação. Enquanto linguagem, o mapa pode ser a confluência dos discursos. Quando produzido de forma participativa, por exemplo ao longo dos processos de elaboração de planos de manejo, os mapas tendem a explicitar as sobreposições e, potencialmente, facilitar os diálogos pautados nos conflitos territoriais.

No processo de elaboração do plano de manejo do PETAR, ao ser gerado o mapa da zona de amortecimento, a sobreposição do território da conservação com o território da produção ficou, de fato, explicitada, mas com dificuldades (e não facilidades) no estabelecimento dos pactos sociais em prol da conservação.

Para esclarecer o significado da zona de amortecimento de uma unidade de conservação, simplificadamente, seria a área envoltória da unidade, o entorno. Juridicamente, a zona de amortecimento é definida no artigo 2º do SNUC, assim como os corredores ecológicos:

- XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e
- XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

Os conceitos técnicos que embasam estas prerrogativas legais são elucidados pela Ecologia de Paisagens, a que se dedicam um número crescente de autores, estudiosos da

funcionalidade dos habitats naturais e sobre as conexões entre os componentes estruturantes da paisagem (FURLAN et al., 2016). Referindo-se às limitações administrativas, Benjamin (2011) esclarece que a propriedade privada sofrerá restrições quando localizada na zona de amortecimento, ou nos corredores ecológicos, que são criados para interligar áreas protegidas, garantindo a conectividade biológica para as florestas.

A discussão travada ao longo do processo de aprovação do plano de manejo do PETAR, com foco no mapa da zona de amortecimento, levou a esforços de articulação política por parte dos setores produtivos, no sentido de buscar maior valorização para os componentes econômicos da paisagem do que para a manutenção da conservação das florestas, com o argumento de que o estabelecimento da zona de amortecimento resultava em uma ampliação do território da unidade de conservação.

Isto equivale a dizer que as reações contrárias ao mapa da zona de amortecimento do Plano de Manejo do PETAR incluíram o aspecto da sobreposição territorial, quando o território da conservação se espalhou sobre o que era, até então, considerado território da produção, sob domínio privado. Uma vez mapeada, a zona de amortecimento passa a integrar formalmente o território da conservação, por mais que já o integrasse, em função de seus atributos e dos atributos do Parque a que está diretamente relacionada.

Trata-se de uma questão complexa. Os mapas não são monossêmicos. Os produtores dos mapas da conservação da natureza, em geral, são agentes do Estado, geradores de materiais cartográficos que representam as normativas estabelecidas pelo Estado. Os produtores destes mapas, via de regra, não se preocupam com a diversidade de perspectivas dos leitores destes mapas, têm em mente veicular as perspectivas que dão sentido aos seus argumentos e às suas lógicas de ordenamento territorial e que, em geral, são argumentos de consistência técnica, que carregam objetivos da conservação bem delineados. Neste sentido, o mapa da zona de amortecimento do PETAR foi elaborado a partir do interesse epistemológico da representação, mas carregou e intensificou seu o interesse problemático

Na intenção de montar uma narrativa positiva a partir de eventos conflituosos que se estabeleceram na zona de amortecimento do PETAR, tomemos como exemplo uma das atividades mais emblemáticas quanto a impactos ambientais significativos: a mineração³¹.

³¹ Praticamente, toda atividade de mineração implica supressão de vegetação ou impedimento de sua regeneração. Em muitas situações, o solo superficial de maior fertilidade é também removido, e os solos remanescentes ficam expostos aos processos erosivos que podem acarretar em assoreamento dos corpos d'água

Considerando que o subsolo é de dominialidade da União, concedente da exploração minerária a partir de regramentos jurídico-administrativos, busquemos compreender as dificuldades no diálogo entre os agentes públicos geradores de mapas da conservação e os setores produtivos.

Quando, por exemplo, um minerador com interesse em rochas carbonáticas, ao discutir os elementos que geraram a zona de amortecimento do PETAR, questiona e não valida a necessidade de parâmetros e limites para os impactos decorrentes da atividade minerária sobre a floresta e sobre as cavernas que estão no interior do Parque, quando isto ocorre ao longo do processo de elaboração do Plano de Manejo e se intensifica na etapa de consolidação do mapa da Zona de Amortecimento, os conflitos se explicitam e as disputas se remetem para fora do processo de discussão técnica do mapa.

Entretanto, a narrativa dos que defendem a validade social de impactos sobre a natureza também pretende ser positiva, de forma que a disputa de narrativas está em pleno desenrolar.

Em 16 de maio de 2018 foi realizada a 366ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA de São Paulo, onde um representante da Associação dos Mineradores do CONDERSUL³² se pronunciou. A pauta era a aprovação do Plano de Manejo do PETAR:

do entorno. A qualidade das águas dos rios e reservatórios da mesma bacia, a jusante do empreendimento, pode ser prejudicada em razão da turbidez provocada pelos sedimentos finos em suspensão, assim como pela poluição causada por substâncias lixiviadas e carreadas ou contidas nos efluentes das áreas de mineração, tais como óleos, graxa, metais pesados. Estes últimos podem também atingir as águas subterrâneas. O regime hidrológico dos cursos d'água e dos aquíferos pode ser alterado quando se faz uso desses recursos na lavra (desmonte hidráulico) e no beneficiamento, além de causar o rebaixamento do lençol freático. O rebaixamento de calha de rios com a lavra de seus leitos pode provocar a instabilidade de suas margens, causando a supressão das matas ciliares, além de possibilitar o descalçamento de pontes com eventuais rupturas. Com frequência, a mineração provoca a poluição do ar por particulados suspensos pela atividade de lavra, beneficiamento e transporte, ou por gases emitidos da queima de combustível. Outros impactos ao meio ambiente estão associados a ruídos, sobrepressão acústica e vibrações no solo associados à operação de equipamentos e explosões (MECHI e SANCHES, 2010:209).

³² Consórcio Desenvolvimento das Regiões Sul e Sudeste – CONDERSUL

O CONDERSUL foi criado em 03 de abril de 1995 e tem o objetivo de desenvolver ações para potencializar o crescimento de toda a região. São 16 municípios que compõem o Consórcio: Apiaí, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Guapiara, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itapeva, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul e Taquarivaí.

<http://www.camaraitapeva.sp.gov.br/imprensa/noticia/integra/9094/reuniao-com-membros-do-condersul-e-realizada-na-camara/> (acesso em ago/2018)

Interessante destacar que o CONDERSUL, sendo um consórcio público, conta com membros de instituições públicas, principalmente prefeitos. A Associação de Mineradores tem como área de atuação, os municípios do CONDERSUL. Contudo, o depoimento foi em nome do CONDERSUL.

Bom dia a todos. Em primeiro lugar, agradecer a atenção de todos [...] em nome do Condersul.... [...] ...Eu gostaria de apresentar pra vocês, o que é a zona de amortecimento...[...] ...Nós estamos falando da região mais pobre do Estado de São Paulo [...] ...Nós estamos falando das florestas mais protegidas do Estado de SP, não há dúvida disso...[...].... A mineração é imprescindível para a população mais miserável que vive lá. É da mineração que eles arrumam o emprego, o sustento das famílias...[...]... a mineração hoje existente é uma mineração legalizada, é uma mineração que segue as regras da Secretaria do Meio Ambiente... [...] ... quando vocês forem aprovar este plano, vocês precisam se atentar que nós precisamos de atividade econômica devidamente licenciada em cima das aptidões da região. Ninguém quer uma fábrica de carro, a gente quer só usar a aptidão. Nós, do Condersul, não acreditamos que exista preservação ambiental no Vale do Ribeira. Hoje nós convivemos com a pressão da pobreza em cima das UC noturnamente. Não é diária, porque diária eles se escondem da polícia, então é noturnamente. Eu gostaria de agradecer a atenção de todos e pedir, em caso do plano ser aprovado, que ele seja revisto nesta questão socioeconômica dos impactos da zona de amortecimento, pois isso é imprescindível para a região (Transcrição de trechos da fala do Sr. Nelson Millan)³³.

O relato detalhado do processo de elaboração do Plano de Manejo do PETAR está apresentado no capítulo 4, dedicado aos mapas³⁴, buscando demonstrar como os agentes do estado olham para o seu objeto de trabalho e como apresentam suas lógicas de gestão e manejo. Por ora, é apenas preciso destacar que não se trata de juízo de valores, não se trata de desvalorizar as atividades produtivas como “de importância para o bem comum”, mas de balizar – no tempo e no espaço atuais – a definição do que pode ser, de fato, “bem comum a ser garantido”. E para quem. O sistema capitalista, que chegou à América com o colonialismo, vem garantindo o uso dos recursos naturais até os limites que, por fim, estão sendo considerados inviáveis para o bem da humanidade.

³³ A transcrição foi feita a partir do vídeo disponibilizado em <http://www2.ambiente.sp.gov.br/consema/category/tvconsema/> e <http://www2.ambiente.sp.gov.br/consema/2018/06/18/366a-reuniao-ordinaria-do-plenario-do-consema-16-05-2018-> (acesso em agosto/2018)
A fala também foi registrada na ata da referida reunião, acessível em http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/consema/2018/07/ata_da_366a_reuniao_ordinaria_do_plenario

³⁴ Nos capítulos sobre unidades de conservação e sobre os mapas do território da conservação serão apresentados, com maiores detalhes, as unidades de conservação e os planos de manejo, em que pese, ainda nesta Introdução, em tópicos adiante, constar a descrição básica do sistema de unidades de conservação.

Diante do exposto, a pretensão deste estudo é conduzir uma reflexão, junto aos agentes públicos, sobre o a potencialidade do mapa ir além da representação do espaço geográfico e representar um "sistema de significados" (HARLEY, 2005).

1.3.3 Eixo 3 - As áreas protegidas e a natureza remanescente

No estado de São Paulo, a grande importância da presença das florestas está relacionada aos remanescentes. É este o conceito que embasa a existência do sistema paulista de unidades de conservação: o que remanesceu e remanesce, guardando atributos naturais que passam a ser especialmente protegidos.

A proteção jurídico-administrativa, ou seja, a “proteção especial” voltada para remanescentes florestais, denominados genericamente de “áreas protegidas” se constitui num ato político.

.... a política, esse espaço difuso de negociação das condições de convivência, esse espaço em que direitos, obrigações, deveres, problemas, soluções, interesses, conflitos, visões, projetos, expectativas se articulam para construir, constantemente, novos espaços de possibilidade"(MACAMO, 2014:1)

Ao final desta introdução está apresentado um conjunto de mapas que ilustra este processo político: Figura 3 - o “Mappa Florestal”, elaborado por Gonzaga Campos, em 1912, que representa e localiza as florestas e os campos originais em São Paulo – o texto indica que no momento em que o mapa foi desenhado, o estado contava com 65% de sua cobertura florestal original; Figura 4 - a sequência dos mapas da devastação, elaborado por Victor e colaboradores, em 1975, que demonstra a supressão da floresta em intervalos cronológicos e o prognóstico para o ano 2000 - naquele momento, o estado contava com 8,5% de sua cobertura original; Figura 5 - os mapas elaborados para subsidiar as “Diretrizes para Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo”, elaborados em 2008³⁵ - naquele momento, o estado contava com 13,9% de sua cobertura original e, por fim, a Figura 1 - mapa do inventário florestal do Estado de São Paulo de 2010, já apresentado anteriormente, que indica 17,5% de cobertura florestal.

³⁵ Tratam-se dos mapas temáticos e de integração produzidos a partir dos resultados de pesquisa do Programa de Pesquisa BIOTA/FAPESP. A elaboração dos mapas pretendeu subsidiar a definição de estratégias para a conservação da biodiversidade remanescente no Estado de São Paulo e para a restauração de corredores ecológicos, que consistem na interligação dos fragmentos naturais na paisagem.

No bojo de movimentos globais, uma classificação internacional de "Áreas Protegidas" foi estabelecida pela União Internacional de Conservação da Natureza – UICN

Uma área protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, mediante meios legais ou outros meios efetivos, de modo a alcançar a conservação a longo prazo da natureza e dos serviços ecológicos e valores culturais associados.

Em 2014 foi editada pelas Nações Unidas, após mais de dez anos, a lista mundial de áreas protegidas, uma compilação de todas as áreas protegidas designadas pelos Estados, em todo o mundo. Trata-se da décima quarta edição, desde a publicação da primeira edição em 1961/62, fornecendo informações sobre mais de 209.000 áreas protegidas marinhas e terrestres, incluindo 193 países, cobrindo mais de 30.000.000 km² (DEGUIGNET et al., 2014). As florestas remanescentes e as florestas recuperadas são igualmente consideradas como “áreas protegidas”, segundo publicação da ONU, editada pelo Environment World Conservation Monitoring Centre -UNEP-WCMC. O relatório destaca que “a lista de Áreas Protegidas das Nações Unidas tem origem no reconhecimento da importância dos parques e reservas nacionais para a conservação dos sítios naturais da Terra e proteção da biodiversidade”, e que está em sua décima quarta edição, desde a primeira publicação em 1961/62. Ou seja, o reconhecimento a nível global da importância das áreas protegidas³⁶ é um advento do século XX.³⁷

No detalhamento dos dados brasileiros constantes na lista da ONU estão registradas 2296 áreas protegidas, organizadas em categorias, designadas nacionais (14 categorias)³⁸, e internacionais (três categorias)³⁹.

No Brasil, o alinhamento às tendências internacionais quanto à denominação formal “áreas protegidas” se deu em 2006, com o Decreto Federal nº 5.758, que estabeleceu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegida – PNAP. Antes, em 2000, foi promulgada a Lei Federal nº 9980, estabelecendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

³⁶ Importante destacar que as “áreas protegidas brasileiras” têm sua origem no Código Florestal de 1934, que classificam como “florestas remanescentes” as áreas que viriam a constituir as unidades de conservação, consolidadas no SNUC, e “florestas protetoras” as que seriam denominadas Áreas de Preservação Permanente-APP, consolidadas no Código Florestal de 1965 e na atual Lei Florestal, de 2012. Sobre estas últimas não iremos aprofundar as discussões nesta Introdução, mas nos capítulos seguintes retornaremos ao tema.

³⁷ No capítulo sobre conservação da natureza serão abordadas as variações deste pensamento conservacionista mais recente, passando pelas etapas de proteção para o utilitarismo da floresta.

³⁸ Categorias correspondentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

³⁹ São as promulgadas por diplomas internacionais: Sítio do Patrimônio Mundial (World Heritage Site), Reservas da Biosfera (UNESCO-MAB Biosphere Reserve) e Sítios Ramsar -Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar Site, Wetland of International).

Em conjunto, o **PNAP** – que estabelece princípios e diretrizes para as unidades de conservação, terras indígenas e terras quilombolas, e o **SNUC** – que delimita as categorias de Unidade de Conservação, são consideradas as principais leis brasileiras de conservação da natureza, sem desconsiderar o conjunto de legislações de proteção ao meio ambiente, que é amplo.

As fontes de dados nacionais indicam um total de 2201⁴⁰ Unidades de Conservação no Brasil, 615 áreas indígenas (entre Terras e Reservas Indígenas)⁴¹, e 266 terras de quilombos⁴².

No estado de São Paulo são 227 unidades de conservação⁴³, 35 Terras indígenas⁴⁴ e 24⁴⁵ Terras de quilombos reconhecidas (ver figura 7).

As figuras 6 e 7 representam o conjunto das áreas protegidas no mundo e no Estado de São Paulo. As figuras 7 e 7a representam a expressão geográfica do PNAP e do SNUC, em conjunto. O mapa das unidades de conservação no Brasil pode ser visualizado na página oficial do Ministério do Meio Ambiente⁴⁶.

São mapas que representam a presença do Estado enquanto “ordenador territorial”, já que os territórios das áreas protegidas são juridicamente delimitados por meio de normativas⁴⁷ geradas nas diversas instâncias do Poder Público.

Independente das escalas adotadas, os mapas apresentados nas figuras demonstram o contraponto: o que é área protegida agrega normas específicas de uso e ocupação da terra; no restante do território a regulação por parte do Estado é mais branda.

⁴⁰ Ministério do Meio Ambiente – MMA (www.mma.gov.br/)

⁴¹ <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>, acesso em maio/2018

⁴² http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf

⁴³ Ver tabela 3 e figura 2

⁴⁴ <http://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/página> Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) acesso em março/2019

⁴⁵ <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/> Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) acesso em março/2019

⁴⁶ https://mmagovbr-my.sharepoint.com/personal/22240033827_mma_gov_br/Documents/CNUC/Site/A0_CNUC_PT-BR.pdf

⁴⁷ Normativas, genericamente, incluem todas as categorias de documentos jurídico-administrativos que delimitam as diretrizes, o planejamento, a gestão, enfim, as normas para um determinado território ou tema, desde as normas mais simples, geradas nas instituições do Poder Executivo, como as Portarias da Fundação Florestal e do Instituto Florestas ou as Instruções Normativas do ICMBio, até as leis, geradas nas instâncias municipal, estadual ou federal do Poder Legislativo. De qualquer forma, todas estas normativas devem ser geradas a partir de processos políticos, de forma integrada, descentralizada e participativa.

Natureza, construção social

O eixo epistêmico relativo à conservação da natureza traz o maior volume de textos desenvolvidos neste estudo, iniciando-se no tópico da Introdução e estendendo-se ao longo dos demais capítulos, uma vez que os eixos são conjugados e imbricados.

No capítulo denominado Conservação da natureza, destaque inicial foi dado ao momento histórico do encontro dos europeus com os povos originários do Brasil, que resultou em drásticas consequências para a natureza. Humanos e não humanos foram subjugados com a chegada da modernidade.

Na sequência, o exercício de análise reflexiva se caracteriza por meio do desenvolvimento de dois grupos de pressupostos teóricos: o território da conservação e os paradigmas da conservação. Enquanto pressupostos, pretendem conjugar maior clareza ao processo narrativo construído nesta tese, apresentando os antecedentes às circunstâncias atuais – os fragmentos florestais remanescentes compõem o sistema de unidades de conservação – e subsidiando as perspectivas reflexivas para uma maior eficiência na gestão de tais remanescentes. Enquanto pressupostos, demonstram a relevância de se frisar “o desejo de superação da subordinação da natureza em relação ao humano”, sem deixar de considerar que o sistema de UC é uma construção humana.

O território da conservação já foi abordado nesta Introdução. Acerca dos paradigmas da conservação, foram delineados dois blocos: o paradigma dominante, representado no modelo de racionalidade que preside a ciência moderna e o paradigma emergente⁴⁸, representado pela superação da dicotomia natureza-cultura.

Autores diversos trazem abordagens diversas sobre a dicotomia natureza-cultura, ou natureza-sociedade, ou humano-não humano, alicerçando o exercício de análise reflexiva que neste estudo se busca desenvolver. Dentre eles, Anibal Quijano, Boaventura de Sousa Santos, Bruno Latour, Elaine Simões, Jaques Levy, Michel Lussault, Keith Thomas, Lília Schwarcz, Lucila Vianna e Sueli Ângelo Furlan.

Quijano (2007) demonstra que a constituição da América Latina se deu no mesmo momento histórico em que o emergente poder capitalista se fez mundial. Os centros hegemônicos

⁴⁸ Considerando-se como paradigmas os padrões de pensamento e ação que se estabelecem em determinada época e situação histórica, em determinado contexto político, sob determinada perspectiva epistemológica, a qualificação dos paradigmas aqui delineados como “da conservação” se deve à perspectiva reflexiva sobre o sistema de Unidades de Conservação, na busca de quais padrões de pensamento e ação foram se sucedendo e se acumulando até chegarmos na atualidade. A categorização de “paradigma dominante e emergente” tem base em Santos (2008b).

deste novo padrão de poder – que depois se identificaram como Europa – apresentam como eixos centrais de dominação a colonialidade e a modernidade.

As relações intersubjetivas correspondentes, nas quais se foram fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram se configurando como um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob a hegemonia eurocentrada. Esse universo específico é o que será, depois, denominado de modernidade⁴⁹ (QUIJANO, 2007:97)

A partir deste universo intersubjetivo, foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dá conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a medição, a quantificação, a externalização e a separação entre a natureza e o humano (QUIJANO, 2007).

Schwarcz (2003) destaca a natureza como objeto da ciência e da técnica, onde, a separação entre a natureza e o humano indica o status político dos habitantes do Brasil imperial: a dominação da natureza se dava por homens cultos e civilizados.

...enfim, a agricultura e o cultivo estavam para terra como o cozimento para a carne crua, no famoso modelo de Levi-Strauss que fala da passagem da natureza para a cultura. Nesse caso, convertia-se a natureza em cultura, da mesma maneira como a terra não cultivada significava, diante do modelo de modernidade e urbanidade do século XIX, homens incultos e incivilizados (p.7).

A autora ainda destaca:

A natureza brasileira era desenhada a partir de modelos elaborados no exterior e assim transformada em “paisagem”, junto com seus “nativos”. Éden e ícone da memória imperial, os trópicos surgiam como cenário romantizado, por contraposição ao espetáculo “degradado” das raças e da mestiçagem (SCHWARCZ, 2003:7).

Referindo-se também aos homens cultos e civilizados, Thomas (1998) buscou reconstruir um “mundo mental anterior”, desenvolvendo estudo pormenorizado sobre “as percepções, os raciocínios e os sentimentos dos ingleses no início da época moderna frente aos animais, pássaros, vegetação e paisagem física” (p. 19). Abordando as mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais entre 1500 e 1800, o autor narra, na conclusão de seu livro:

⁴⁹ Tradução livre do texto original, em castelhano. Las relaciones intersubjetivas correspondientes, en las cuales se fueron fundiendo las experiencias del colonialismo y de la colonialidad con las necesidades del capitalismo, se fueron configurando como un nuevo universo de relaciones intersubjetivas de dominación bajo la hegemonía eurocentrada. Ese específico universo es el que será después denominado modernidad.

Assim, o começo do período moderno gerou sentimentos que tornariam cada vez mais difícil aos homens manterem os métodos implacáveis que garantiram a dominação de sua espécie. Por um lado, eles viram um aumento incalculável do conforto, bem-estar e felicidade materiais dos seres humanos; por outro lado, davam-se conta de uma impiedosa exploração de outras formas de vida animada. Havia, dessa maneira, um conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana. Uma combinação de compromisso e ocultamento impediu, até agora, que tal conflito fosse plenamente resolvido. É possível afirmar ser essa uma das contradições sobre as quais se assenta a civilização moderna (THOMAS, 1998:358).

Lussault (2003), sob as configurações do pensamento de Latour (1991)⁵⁰, considera que o modernismo na ciência postulou a natureza e a sociedade como conjuntos muito bem distintos e radicalmente separados. O discurso científico que vem perdurando por muito tempo, deu base para a ideologia dominante modernista, que estruturou a ciência ocidental, trazendo como ideia primordial a dominação e subserviência da natureza. Numerosos saberes científicos e de engenharia se consagraram no conhecimento de mecanismos naturais, na perspectiva de dar aos homens os meios verdadeiros de se tornarem possuidores da natureza.

Se, por um lado, o compromisso moderno foi o da separação radical e da dominação da natureza, por outro lado, a crise em que, finalmente a modernidade se encontra, que deu lugar ao pensamento conservacionista, aponta para o desejo de superação da subordinação da natureza em relação ao humano, que não deve mais ser mestre e possuidor da natureza, mas sim, respeitar seus direitos e seus princípios (Lussault, 2003).

Contudo, o pensamento conservacionista está calcado no mesmo modelo de dominação da natureza pela razão humana. O sistema de unidades de conservação é uma construção humana. Formalmente estabelecido, este sistema consolida a paisagem natural composta pelas unidades de conservação como paisagem antropizada e remete à natureza o conceito de construção social, longe de ser uma instância exterior da sociedade ou um sistema autônomo (Lussault, 2003).

Em consonância com as abordagens de Quijano (2007), Lussault, (2003) e Latour (1994), Vianna (2008) destaca que o uso do termo “natureza” indiscriminadamente e de modo absoluto gera confusões conceituais nas discussões sobre “comunidades tradicionais” em áreas naturais protegidas. A autora adota, em sua pesquisa, uma perspectiva da natureza com

⁵⁰ No Brasil, a primeira edição de “Jamais fomos modernos” é de 1994, incluído nas referências.

duplicidade de abordagens. Como resultado se tem o termo “natureza” qualificado sem, contudo, gerar um status hierárquico desta qualificação. A “natureza natural” e a “natureza construída” estão presentes no mundo moderno.

...adotamos a dupla perspectiva da natureza como a realidade “intransponível” no mundo natural, referente aos elementos e fenômenos da natureza, “independente de um sujeito que sobre ela se debruça e a questiona (Da Matta, 1981:40), que se poderia chamar “natureza natural”, e a natureza socializada, fruto da história social, da representação simbólica e da “tendência inexorável à contínua antropomorfização da superfície terrestre” (Moraes, 1994:74), que se poderia chamara de “natureza construída” (VIANNA, 2008:34)

Comunidades tradicionais e os novos paradigmas para conservação da natureza

No desenvolvimento desta narrativa tem lugar, entre outras argumentações: muitos dos hoje denominados “povos originários”, que se configuraram, no passado, como as novas identidades sociais criadas com o desdobramento das características do poder colonial e capitalista⁵¹ (QUIJANO,2014), resistiram e ainda resistem às pressões deste padrão mundial de poder, demonstrando que não cabe mais excluir o humano das ciências da natureza e o não humano das ciências sociais⁵² (LUSSAULT, 2003).

É preciso também destacar que da miscigenação intensa entre o colonizador e os povos originários que trouxe como resultado “o povo brasileiro”, uma parcela (ínfima) se configurou como “comunidades tradicionais”, também resistentes às pressões deste padrão mundial de poder, que persiste. Enquanto comunidades periféricas ao capitalismo, as comunidades tradicionais, presentes em todo o território nacional e apresentando grande diversidade de tradicionalidades⁵³, também por permanecerem em convívio próximo à natureza, se constituem em focos de resistência e insurgência.

⁵¹ En el curso del despliegue de esas características del poder actual, se fueron configurando las nuevas identidades sociales de la colonialidad (indios, negros, aceitunados, amarillos, blancos, mestizos) y las geoculturales del colonialismo (América, África, Lejano Oriente, Cercano Oriente, Occidente y Europa) (QUIJANO,2014:286).

⁵² Texto original: Ainsi était posée la disjonction fondamentale, qui travailla toute l'épistémè occidentale, entre non-humains et humains qui permettait de purifier chaque domaine, et, en particulier, d'exclure l'humain des sciences de la nature et d'expurger les sciences sociales du non-humain (LUSSAULT, 2003:655).

⁵³ O Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais é instância colegiada de participação social, de caráter deliberativo e consultivo, composta oficialmente por 15 órgãos da administração pública e 15 entidades/instituições/movimentos representativos de povos e comunidades tradicionais. Dentre os membros da sociedade civil da CNPCT estão representantes dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, povos ciganos, povos e comunidades de terreiro e de matriz africana, faxinalenses, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades pantaneiras, pescadores e pescadoras artesanais, caiçaras, extrativistas, povos pomeranos, retireiros do Araguaia, comunidades de fundo e fecho de pasto, comunidades

Conforme o Decreto nº 6.040/2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição⁵⁴.

Para Simões (2014), “...a caracterização do que seriam grupos sociais que poderiam ser categorizados juridicamente como tradicionais está aliada à definição de critérios e parâmetros cuja unanimidade está longe de ser atingida” (p.34).

Esses grupos vêm sendo denominados como comunidades, populações e povos tradicionais, grupos sociais pré-modernos, grupos étnicos diferenciados, pequenos grupos sociais usuários de recursos naturais...[...] os aspectos mais marcantes que definiram as características tradicionais alicerçam-se na identidade e dependência do território de uso e ocupação no modo de produção econômica e das práticas socioculturais, fortemente permeadas pelos recursos naturais locais (SIMÕES, 2014:34-35)

Marinho (2013) evoca o “ambientalismo camponês”, que tem por manifestação a resistência histórica de camponeses, principalmente da região amazônica – ao avanço dos latifúndios e à degradação ambiental.

É nessa vertente que surgiram movimentos, como o dos seringueiros que motivaram a demarcação das Reservas Extrativistas e, mais recentemente, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, reunindo a luta de pescadores artesanais, dos atingidos por barragens e dos povos indígenas (MARINHO, 2013:29)

O autor pondera que o conceito de “população tradicional” é fundamental, diante do “processo avassalador de transformações nas áreas rurais que ameaça a manutenção do saber, da diversidade e dos territórios tradicionais que ora se mantém em ‘ilhas’ em meio ao avanço do capital monopolista” (MARINHO, 2013:24). Citando Rezende Silva (2004), destaca a correlação com o conceito de população camponesa.

...muitas das “populações tradicionais” são, numa análise mais abrangente e teoricamente melhor embasada, populações camponesas, pois ao se analisar

extrativistas do cerrado. (<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/povos-e-comunidades-tradicionais> acesso em jul/2018)

⁵⁴ <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/povos-e-comunidades-tradicionais> acesso em jul/2018

o camponês como integrante de uma classe social que ao longo do tempo sofreu e sofre pressões da sociedade urbana industrial e dominante, pode-se perceber que se trata praticamente do mesmo processo subjogador tanto do pequeno agricultor do interior de São Paulo, quanto do caçara do litoral do mesmo Estado (REZENDE Silva, 2004:31, apud MARINHO, 2013:24)

Furlan et al. (2016) destacaram o fato de comunidades que convivem com as florestas tropicais por períodos longos - convivências seculares - desenvolveram formas próprias de manejo dos recursos, com manutenção da biodiversidade (p.107).

Pequenos grupos sociais que convivem com a natureza, assim como as florestas, são remanescentes. Darcy Ribeiro, nos oferecendo a reconstrução da gestação do povo brasileiro, cuja sociedade e cultura “são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos” (RIBEIRO, 1995:20), evidencia esta remanescente.

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciam em antagônicas maneiras raciais, culturais ou regionais... [...] As únicas exceções são algumas microetnias tribais que sobreviveram como ilhas cercadas pela população brasileira. Ou que, vivendo para além das fronteiras da civilização, conservam sua identidade étnica. São tão pequenas, porém, que qualquer que seja seu destino, já não podem afetar à macroetnia em que estão contidas (p. 20).

A macroetnia, por certo, não será afetada, mas os povos originários remanescentes e as demais categorias de comunidades tradicionais que se estabeleceram no Brasil demonstram que, apesar da hegemonia do pensamento moderno, a troca epistemológica **do** “saber sobre a natureza para se relacionar com ela” **para** “saber sobre a natureza para ter controle e uso dos recursos naturais”(QUIJANO, 2007), não se consolidou plenamente. Daí a inspiração e a viabilidade da mudança dos paradigmas dominantes.

Entretanto, cabe ainda destacar que a superação do paradigma dominante exige mudança em um outro nível lógico: do capitalismo para outro sistema.

A social-democracia, o keynesianismo, o Estado de bem-estar são formas de evitar imaginar um futuro pós-capitalista: são formas que pretendem oferecer uma solução dentro do capitalismo. Os outros povos, fora da Europa, se preocupam mais com a ideia de que o capitalismo tem que ter um fim, como sempre, tudo na história tem um fim. Neste sentido, como

podemos imaginar este fim? Talvez seja pior do que o que temos agora, e isso cria temor: como se pode garantir que seja melhor? Socialismo ou barbárie, como dizia Rosa de Luxemburgo? Como ainda não sabemos nada, a crise se aprofunda, ao mesmo tempo que não existem grandes alternativas. Na atualidade as alternativas se formulam mais pela via negativa do que pela via positiva. Temos claro o que recusamos: a injustiça, a discriminação, a humilhação, a indignidade, etc., dependendo dos diferentes movimentos. Mas, qual é a alternativa? Será o socialismo? Para alguns essa palavra é uma armadilha eurocêntrica como tantas outras. Devemos imaginar outras formas de sociedade para o futuro⁵⁵ (SANTOS, 2011b:13).

1.4 O agente público

A denominação de agente público⁵⁶ para aquele que executa as competências atribuídas ao Estado está amparada na ideia de retroalimentação no funcionamento estrutural do aparato estatal: as **normas** geram as **atribuições**, executadas pelas **instituições** que, por sua vez, geram normas para regulamentar as **ações** que darão conta das atribuições.

Isto posto, fica demarcado que, neste estudo, a atenção analítica se amplificou, levando à construção de múltiplos objetos, sob olhares metodológicos variados.

A reflexão sobre o sistema de unidades de conservação levou à abordagem histórica dos instrumentos normativos e das instituições que os aplicavam e aplicam. Metodologicamente foi necessário buscar nas fontes documentais as referências dos instrumentos normativos e na literatura as concepções sobre o pensamento conservacionista que dá suporte ao sistema de UC. O conceito de remanescente da floresta e de matriz da paisagem foram conjugados às questões de gestão do território da conservação, buscando demonstrar a correlação entre os fragmentos florestais remanescentes e a construção do sistema de unidades de conservação em São Paulo.

Por diversas vezes, relatos foram apresentados com o intuito de levar maior clareza para o leitor desta tese acerca da conjugação entre o processo reflexivo desenvolvido neste

⁵⁵ Tradução livre. La socialdemocracia, el keynesianismo, el Estado de bienestar son formas de evitar imaginar un futuro poscapitalista; son formas de intentar ofrecer una solución dentro del capitalismo. Los otros pueblos, fuera de Europa, se han quedado más con la preocupación o la idea de que el capitalismo tiene que tener un fin, como siempre, todo en la historia tiene un fin. En este sentido, ¿cómo podemos imaginar ese fin? Quizá sea peor de lo que tenemos ahora, y eso crea temor: ¿Cómo se puede garantizar que sea mejor? ¿Socialismo o barbarie, como decía Rosa Luxemburgo? Como aún no sabemos nada, las crisis se profundizan, al mismo tiempo que no existen grandes alternativas. En la actualidad las alternativas se formulan más por la vía negativa que por la vía positiva. Tenemos claro lo que rehusamos: la injusticia, la discriminación, la humillación, la indignidad, etc., dependiendo de los diferentes movimientos. Pero, ¿cuál es la alternativa? ¿Será el socialismo? Para algunos esa palabra es una trampa eurocéntrica como tantas otras. Debemos imaginar otras formas de sociedad para el futuro. (SANTOS, 2011:13)

⁵⁶ “Aquele que age”

estudo e o processo de gestão das UC, ou seja, acerca da conjugação das proposições teóricas baseadas na literatura com o que acontece no território da conservação, factualmente.

Este estudo procurou se desenvolver a partir de metodologia participante (entre outras estratégias metodológicas); isto equivale a dizer que o processo de investigação e os resultados alcançados foram construídos com os agentes do Estado e não apenas sobre eles.

Na estrutura do Sistema Ambiental e, mais especificamente, na estrutura do sistema de áreas protegidas de São Paulo onde, atualmente, a Fundação Florestal tem por atribuição fazer a gestão do território da maioria das unidades de conservação, os agentes públicos ajustam seus tempos de trabalho entre atividades de campo, atividades de planejamento e atividades burocráticas. Em cada um dos cenários de trabalho, as complexidades das questões de gestão estão presentes e são intensas, havendo dificuldades no fluxo de relações nas redes sociais e nos processos rotineiros.

Não se trata, aqui, de delinear um “perfil do agente público”, este estudo não objetiva este delineamento. Considerando-se que se trata de um estudo onde a pesquisadora é sujeito e objeto da pesquisa, simultaneamente, a busca pelos colaboradores se deu entre os pares, entre aqueles que abraçam as questões de sua atividade profissional sob a perspectiva do militante da conservação da natureza e, enquanto agente público, tem por responsabilidade política a garantia do bem comum e da justiça social.

Foi a partir da escolha deste objeto de estudo que se deu a escolha da metodologia participante, com a coleta de narrativas em rodas de conversa.

Tão pouco se pretendeu delinear as redes sociais com influência sobre o sistema de unidades de conservação. Os componentes destas redes são evocados nos relatos de gestão, que são apresentados ao longo da tese e nas rodas de conversa.

1.5 Organização dos capítulos

Os capítulos subsequentes a esta Introdução foram organizados de forma a oferecer ao leitor o acompanhamento do caminho percorrido.

O Capítulo Procedimentos metodológicos traz a descrição das metodologias eleitas e das etapas desenvolvidas para a elaboração deste estudo. Apresenta ao leitor como determinadas bases conceituais motivaram o desencadear do texto, a exemplo da atenção voltada ao termo “narrativa”, uma vez que o agente público desenvolve e compartilha narrativas e que esta própria tese é considerada como uma narrativa.

O destaque para o capítulo se dá na descrição das Rodas de conversa, denominadas como a perspectiva investigativa do estudo. Consideradas como “metodologia não extrativista”, os resultados das Rodas de conversa estão presentes em todos os capítulos.

O Capítulo Conservação da Natureza traz abordagens históricas e contemporâneas sobre o processo de construção do Sistema de Unidades de Conservação, bem como apresenta os pressupostos teóricos para “território da conservação” e “paradigmas da conservação”. Considerando território como uma categoria de análise, e não apenas como um termo ou uma palavra, o acréscimo do qualificativo “conservação” pretendeu ampliar suas dimensões conceituais.

Os paradigmas da conservação estão apresentados em dois grandes blocos, o “paradigma da ciência moderna” e o “paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura”. O primeiro bloco foi subdividido em outros três: os paradigmas da “institucionalização da natureza”, da “importância planetária da biodiversidade” e da “economia verde”.

O segundo bloco aborda as perspectivas da separação entre a natureza e o humano, com a intenção de refletir sobre a possibilidade de superação desta dicotomia, enquanto um novo paradigma da conservação.

O capítulo sobre unidades de conservação enfoca o sistema de unidades de conservação, seu histórico, sua estrutura, suas potencialidades atuais e seus aspectos críticos, até chegar numa abordagem otimista de futuro, onde a implantação e manutenção do sistema de unidades de conservação podem ser assumidas como possibilidades de inovações das bases normativas de justiça social e direitos humanos, além do controle e participação democráticos, e de espaço para superação da dicotomia natureza-sociedade.

O capítulo dedicado aos mapas traz as reflexões sobre as narrativas por eles consolidadas, tendo como exercício o processo de elaboração do Plano de Manejo do PETAR e a construção do mapa de sua zona de amortecimento. Buscou-se, neste capítulo, dissecar a premissa comumente adotada pelos agentes públicos - de que os mapas são precisos, construídos com base em levantamentos de campo e conhecimentos científicos consolidados. O intuito foi de compartilhar reflexões, buscando contribuir para uma visão mais integradora e efetiva do Sistema de Unidades de Conservação no âmbito do estado de São Paulo e do bioma Mata Atlântica.

O penúltimo capítulo é dedicado à reflexão sobre os Agentes do Estado enquanto militantes da causa ambiental, ponto de partida desta pesquisa. É um capítulo composto quase que integralmente pelo resultado de debates reflexivos entre alguns dos agentes do Estado que se dedicam a fortalecer o sistema de unidades de conservação, sobre a atuação e a extensão social do trabalho que desenvolvem, o que aconteceu em “Rodas de conversa”, descritas no capítulo sobre os procedimentos metodológicos.

No penúltimo capítulo estão as considerações finais, que abrem espaço para o último capítulo, numa retomada conclusiva das reflexões sobre o agente público.

Inventário Florestal da Vegetação Nativa do Estado de São Paulo

DÉCADA DE TRANSFORMAÇÕES

De 1990 a 2001 houve uma recuperação da Mata Atlântica, e São Paulo possuía 13,9% de seu território com vegetação nativa. Em 2009, o uso de novas tecnologias e imagens de satélite mais detalhadas permitiram mapear um número maior de fragmentos de vegetação, mostrando que hoje, temos 17,5% de cobertura vegetal nativa.

Fonte: Instituto Florestal

● * 1:50.000 (LANDSAT, CBERS)
● ** 1:25.000 (ALOS)

FIGURA 1 – Mapa do inventário florestal de SP
<http://iflorestal.sp.gov.br/wp-content/uploads/noticias/iflorestal/2010/mapainventario.pdf>

O novo Verde em São Paulo

O novo mapa da vegetação nativa paulista, realizado pelo Instituto Florestal, utilizando imagens de satélite de alta resolução, mostra uma situação melhor que a apontada no mapeamento anterior de 2000-2001. Neste período já havia sido registrado um aumento da vegetação e uma tendência de diminuição do desmatamento. No mapeamento atual, realizado com maior detalhe, registrou-se que a área de vegetação nativa no estado é maior do que pensávamos. Foram registrados cerca de trezentos mil fragmentos de vegetação, o triplo do mapeamento anterior, que ocupam 17,5% do território paulista.

Legenda IBGE (incluindo formações secundárias)

- Floresta Ombrófila Densa
- Floresta Ombrófila Mista
- Floresta Estacional Semidecidual
- Savana
- Formação Arbórea / Arbustiva em Região de Várzea
- Formação Arbórea / Arbustiva-Herbácea de Terrenos Marinheiros Lodosos
- Formação Pioneira Arbustiva-Herbácea sobre Sedimentos Marinhos Recentes
- Represa
- Curso d'água
- Área Urbana
- Unidade de Conservação
- Bacia Hidrográfica

TIPOS BÁSICOS DE VEGETAÇÃO

Floresta Ombrófila Densa
Áreas de Mata Atlântica encontradas ao longo do litoral, com temperaturas elevadas e chuvas intensas e bem distribuídas durante o ano.

Floresta Ombrófila Mista
Também chamada de mata de araucária, ocorre em regiões montanhosas, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano e período seco inferior a 60 dias.

Floresta Estacional Semidecidual
Áreas de Mata Atlântica do interior paulista, com uma estação seca e outra chuvosa. No período seco (dois a três meses), 20 a 50% das árvores perdem as folhas.

Savana (Cerrado)
Vegetação de clima seco e solos pobres e ácidos. Apresenta-se nas formas: savana típica (corredor alcinha savana), Floresta (cerrado), arbustiva (campo cerrado) e gramíneo-lenhosa (campo).

Mangue
Vegetação encontrada em áreas em que as águas do mar e de rios se misturam, adaptada à salinidade elevada e ao solo lodoso.

Realização

FundAg

Biota

INSTITUTO FLORESTAL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

FIGURA 2 – Mapa das Unidades de Conservação Paulistas/2018

Fonte:
<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2018/11/mapa-ucs-ieucsp-eng-port-nov-2018.pdf>

Figura 3 – Mappa Florestal de Gonzaga de Campos – 1912 adaptado por Jordão, 2011

Fonte: Jordão, 2011:107

A contribuição da geomorfologia para o conhecimento da fitogeografia nativa no Estado de São Paulo e da representatividade das unidades de conservação de proteção integral

Figura 4 - Mapa da reconstituição florestal do Estado de São Paulo
Mapas sequenciais adaptado de VICTOR et al. (2005)

Ações indicadas para incremento da conectividade
(restauração de áreas de preservação permanente, averbação de reserva legal e criação de reserva particular do patrimônio natural)

FIGURA 5 – Mapas síntese – Diretrizes para conservação e restauração da biodiversidade paulista
Fonte: METZGER, Jean Paul; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro, 2008: 136-137

Protected Areas of the world

Source: IUCN and UNEP-WCMC (2016). The World Database on Protected Areas (WDPA) [On-line], April 2016, Cambridge, UK: UNEP-WCMC. Available at www.protectedplanet.net

Terrestrial protected areas

Marine and coastal protected areas

FIGURA 6 – Áreas protegidas no mundo 2016

Fonte: Disponível em: Protected planet: https://wdpa.s3.amazonaws.com/Files_pp_net/Global_PAs_April_2016_w_logos.png acesso em jun. 2019

2. PROCEDIMENTOS METODODOLÓGICOS

Mas a experiência da vida é desordenada, indiscriminada: aprende-se o útil e o inútil, o bom e o mau, o agradável e o desagradável; de forma que, quando se visa a um objetivo imediato, distinto, específico, ela tem de ser provocada, regrada, dirigida, controlada pela atenção e pela observação acurada. Muitas vezes, entretanto, circunstâncias várias limitam as oportunidades de experiência pessoal. Neste caso, temos de servir-nos da alheia, o que, em síntese, consiste em saber o que outros observaram, fizeram, viram, sofreram, pensaram, sentiram. Ora, na realidade, parece que só há mesmo três modos de aproveitar a experiência alheia: **o convívio, a conversa e a leitura** (GARCIA, 1982:330).

Foi assim que se fez, neste estudo.

O convívio aqui se consolida na experiência do fazer, ao longo de mais de 30 anos vividos junto às unidades de conservação, aos agentes públicos, colegas de trabalho, aos moradores do interior e entorno destas áreas protegidas, e tantos outros componentes de uma grande rede de relacionamentos. A conversa se consolidou como um procedimento metodológico, que será detalhado adiante. A leitura da produção de autores de diversas linhas de pensamento possibilitou a sustentação conceitual deste estudo.

É possível afirmar que os procedimentos metodológicos se estabeleceram ao longo do processo de concepção e construção desta pesquisa, com o delineamento de três perspectivas, desenvolvidas simultaneamente: a reflexiva, a consultiva e a investigativa.

A primeira perspectiva, reflexiva, percorre e conduz as duas outras; se dá principalmente, a partir do convívio e da conversa com outros agentes do Estado dedicados à gestão de unidades de conservação. Toda a investigação se pautou no “olhar reflexivo”, na atenção ao que aconteceu e acontece no universo do atual “Sistema de Unidades de Conservação” enquanto reflexo de posturas e posicionamentos dos diversos setores da sociedade contemporânea. Mas o maior ponto de reflexão está relacionado ao papel do agente público, em seu protagonismo de articulador social.

Metodologicamente, adotar a posição reflexiva para desenvolver um estudo acadêmico a partir da vivência profissional quotidiana exige disciplina.

A vivência profissional dos agentes públicos da conservação da natureza se foca no que aqui foi denominado de “**questões de gestão**”, que incluem ações vinculadas à gestão das unidades de conservação, sejam em nível de planejamento ou de manejo, executadas em

escritórios ou em campo, por equipes de agentes públicos em particular ou pela rede de atores sociais envolvidos com a gestão das UC⁵⁷.

Ao longo do período de desenvolvimento deste estudo, as questões de gestão que se delinearam tomaram contornos de questões de fundo da pesquisa, de forma que a redação dos capítulos esteve sempre impregnada dos incômodos ou das satisfações que caracterizam a rotina de gestão do território da conservação. O intento foi o de, na redação dos capítulos, manter tais contextos vivos e presentes, como norte, para um pensamento reflexivo constante.

No capítulo sobre unidades de conservação são delineados alguns exemplos, tais como o conflito gerado em uma comunidade pela presença de uma onça pintada “acusada” de predação animais domésticos.

A segunda perspectiva, consultiva, se dá pela leitura dos autores cujo pensamento deu suporte para o desenvolvimento conceitual e estrutural da pesquisa, bem como produções acadêmicas (dissertações e teses), mas também de materiais produzidos no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, tais como planos de manejo, artigos e relatórios elaborados por agentes públicos, funcionários do Sistema de Unidades de Conservação, tanto locados nos órgãos federais quanto nos órgãos paulistas. A opção de consultas à literatura gerada por agentes públicos está vinculada à grande proximidade com esta categoria de materiais, não só pela produção de muitos deles, como pelo acompanhamento dos processos de concepção, elaboração e até implantação de ações vinculadas a tais categorias de produção técnica, materiais estes frequentemente embasados em estudos e metodologias científicas.

O objeto de estudo

Não seria possível desenvolver o estudo sem o olhar integrativo das três perspectivas delineadas reflexiva, consultiva e investigativa, sendo ainda mais acentuada tal conjugação pelo fato de que se trata de um estudo onde a investigadora é sujeito e objeto da pesquisa, simultaneamente.

Boaventura de Sousa Santos (2008b), ao expor a distinção entre sujeito e objeto estabelecida pela ciência moderna, se vale da comparação das estratégias metodológicas da antropologia e da sociologia.

⁵⁷ Esta definição foi dada na introdução.

Na antropologia, a distância empírica entre o sujeito e o objecto era enorme. O sujeito era o antropólogo, o europeu civilizado, o objecto era o povo primitivo ou selvagem. Neste caso, a distinção sujeito/objecto aceitou ou mesmo exigiu que a distância fosse relativamente encurtada através do uso de metodologias que obrigavam a uma maior intimidade com o objecto, ou seja, o trabalho de campo etnográfico, a observação participante. Na sociologia, ao contrário, era pequena ou mesmo nula a distância empírica entre o sujeito e objecto: eram cientistas europeus a estudar os seus concidadãos. Neste caso, a distinção epistemológica obrigou a que esta distância fosse aumentada através do uso de metodologias de distanciamento: por exemplo, o inquérito sociológico, a análise documental e a entrevista estruturada (SANTOS, 2008b:80-81).

Nesta linha de pensamento, Boaventura de Sousa Santos (2008b) ainda considera que, ao final do século XX, muitos de nós fomos “possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimento de nós próprios” (p.50). Neste estudo, a partir do momento em que ficou clara a simultaneidade sujeito/objeto, com o desejo de autoanálise, se consubstanciou a busca de estratégias metodológicas compatíveis com tal condição.

Reciprocidade entre sujeitos revê a distinção entre sujeito e objeto. O objeto é a continuação do sujeito por outros meios e, assim, todo o conhecimento é autoconhecimento, numa postura crítica e reflexiva (SANTOS, 1995:22-37, apud MENDES, 2003:6).

Desconstrução

Dentro das estratégias metodológicas adotadas, buscando o aprofundamento da reflexão sobre os mapas gerados pelo Estado, o conceito de “desconstrução” desenvolvido na obra de Brian Harley (2005), se mostrou necessário.

Para o autor, o conceito de desconstrução é chave no pensamento pós-moderno. As estratégias de desconstrução se apresentam não apenas na filosofia, mas também em outras disciplinas, especialmente na literatura, e em temas como arquitetura, planejamento e, mais recentemente, na geografia. Visando romper o suposto vínculo entre a realidade e a representação que dominou o pensamento cartográfico desde o Iluminismo, Harley se utilizou de método desconstrucionista e sugeriu uma epistemologia alternativa, arraigada mais à teoria social que ao positivismo científico, como base mais adequada para a história da cartografia, demonstrando que os mapas, inclusive os científicos, são produtos não apenas das “regras da ordem da geometria e da razão”, como também das “normas e valores da ordem e tradição social” (p. 188).

A desconstrução nos insta a ler entre as linhas do mapa, nas margens do texto, e através de suas figuras de linguagem, para descobrir os silêncios e as contradições que desafiam a aparente honestidade da imagem. [...]. Começamos a compreender que os mapas, como a arte, longe de serem uma “janela aberta ao mundo” não são mais do que “uma forma humana particular de ver o mundo” (HARLEY, 2005:188-189).⁵⁸

A partir do pensamento de Harley sobre a desconstrução do mapa, buscou-se uma estratégia metodológica de desconstrução de um mapa em especial: o mapa da zona de amortecimento do plano de manejo do PETAR. No capítulo sobre mapas como linguagem se pretendeu revisar o processo de concepção, elaboração e aprovação deste mapa, refletindo sobre estas etapas sob o contexto em que este mapa foi concebido, elaborado e aprovado.

Harley (2005) afirma que muitas vezes o contexto é descrito de maneira simplista, como "antecedentes históricos gerais", mas que, de fato, o que compõe o contexto é “um conjunto complexo de forças interativas” (p.64). O autor destaca que a tendência é de interpretar o contexto como o que está fora e os mapas como o que está dentro, mas, no entanto, que se trata de uma falsa dicotomia entre um enfoque “exteriorista e um interiorista”, da interpretação histórica. Harley (2005) preconiza três aspectos do contexto que influenciam na leitura dos mapas como textos, como linguagem: 1) o contexto do cartografo, 2) os contextos de outros mapas, e 3) o contexto da sociedade (p.64). Com base nesta abordagem metodológica foi desenvolvida a discussão acerca do mapa da zona de amortecimento do PETAR.

Narrativas

O termo “discussão” carrega um outro aspecto fundamental desenvolvido nesta tese: as narrativas. O agente público foco deste estudo desenvolve narrativas, para compartilhá-las em suas redes de relacionamento social. Sejam por meio de mapas, textos ou discursos, as disputas de narrativas estão presentes em todos os territórios e, na sobreposição do território da conservação com outros territórios, as disputas são intensas.

⁵⁸ Texto original: La deconstrucción nos insta a leer entre las líneas del mapa, en los márgenes del texto, y a través de sus tropos, para descubrir los silencios y las contradicciones que desafían la aparente honestidad de la imagen. Comenzamos a saber que los hechos cartográficos son solo hechos dentro de cierta perspectiva cultural. Empezamos a comprender que los mapas, al igual que el arte, lejos de ser una "ventana abierta al mundo" no son mas que "una forma humana particular [...] de ver el mundo".

Brockmeier e Harré (2003) apontam que há um crescente interesse pelo estudo das narrativas.

De fato, o que vem sendo chamado de transformação ou virada discursiva e narrativa, na Psicologia e nas outras ciências humanas, deve ser visto como parte de transformações tectônicas mais amplas em nossa arquitetura cultural do conhecimento, que se seguiram à crise do conhecimento (episteme) moderno. Em grande parte das disciplinas, a filosofia positivista, que levou a sérios mal-entendidos com relação à ciência, tem sido amplamente criticada, permitindo a abertura de novos horizontes para as investigações interpretativas que se concentram nas “formas de vida” social, discursiva e cultural, em oposição à busca por leis do comportamento humano (p.525).

Os autores avaliam que embora o potencial conceitual e analítico do termo “narrativa” tenda, algumas vezes, a tornar-se pouco claro, há definições correntes e aceitas.

Em seu sentido mais corrente e geral, a narrativa é o nome para um conjunto de estruturas linguísticas e psicológicas transmitidas cultural e historicamente, delimitadas pelo nível do domínio de cada indivíduo e pela combinação de técnicas sócio comunicativas e habilidades linguísticas - como denominado por Bruner (1991) - e, de forma não menos importante, por características pessoais como curiosidade, paixão e, por vezes, obsessão. Ao comunicar algo sobre um evento da vida - uma situação complicada, uma intenção, um sonho, uma doença, um estado de angústia- a comunicação geralmente assume a forma da narrativa, ou seja, apresenta-se uma estória contada de acordo com certas convenções (p.526).

Segundo os autores, “existem elementos ou estruturas da narrativa presentes na maioria dos outros tipos de discurso, tais como os textos científicos, jurídicos, históricos ou religiosos”, muitos deles com um caráter persuasivo.

Um bom exemplo é a linguagem do ambientalismo, que teve um papel central na inclusão dos valores ecológicos (greening) nas várias modalidades assumidas pela vida pública e privada que testemunhamos nas duas últimas décadas (Harré, Brockmeier e Mühlhäusler, 1999). Os subtipos de discurso nos quais a “Fala Verde” se articula podem variar desde tipos naturais até científicos, narrativas morais e literárias. Um estudo em larga escala sobre as bases culturais e linguísticas de tais discursos incluiria as atividades comunicativas, tais como conversação e outras formas de interação face a face (como contar novas e velhas versões sobre as histórias de tema ecológico - ou verde - adaptadas de acordo com o contextos locais); atividades cognitivas tais como argumentação e entendimento; atividades expressivas tais como cantar, rezar e a produção e recepção de ‘textos’ eletronicamente mediados (em um sentido linguístico e semiótico). Nem todos são narrativas (p.527).

Estrito senso, o agente do Estado comprometido com a conservação da natureza é apresentado como narrador, um articulador de narrativas junto ao cidadão, e o mapa como um veiculador das narrativas da conservação.

Latu senso, esta tese pretende constituir-se - ela mesma - em narrativa sobre a conservação da natureza. O esforço se deu na direção de selecionar e eleger contextos, argumentações, versões de histórias, relatos de atividades e outras abordagens da gestão de unidades de conservação, almejando oferecer ao leitor subsídios para percepção das complexidades nas redes de relacionamento do território da conservação.

Neste sentido, já na Introdução e ao longo dos capítulos que virão, são vários os elementos e conceitos que dão sustentação às narrativas aqui apresentadas, entre eles: biodiversidade, ciência, conflito, espécie ameaçada, Estado democrático, fauna, fragmentos florestais, legislação, mapa, matriz, modernidade, paisagem, paradigma, sistema-mundo, plano de manejo, poder, políticas públicas, povos e comunidades tradicionais, rede social, remanescente, território, tradicionalidade, unidade de conservação, vegetação.

A depender do tratamento discursivo de cada um destes elementos e conceitos, pode-se afirmar que são diversas as qualificações para as narrativas: apreciativa, argumentativa, avaliativa, conservacionista, construída, factual, forçada, imatura (não madura), institucional, persuasiva, positiva, retórica, subsidiária.

Do ponto de vista dialógico, as narrativas se mostraram como suporte à percepção dos conceitos e elementos; as narrativas buscaram consolidar-se; as narrativas se fortaleceram; as narrativas disputaram.

Se evidenciaram tanto as disputas entre os componentes das redes de relacionamento do território da conservação, quanto as disputas entre os elementos e conceitos que dão suporte às narrativas. As disputas de narrativas se mostraram, sempre, dicotômicas: agente público/Estado x sociedade; agente público/Estado x movimentos sociais; Estado x agente público; natureza x sociedade/cultura; conservação da natureza x produção/impacto ambiental; conservação da natureza x tradicionalidade, além de outras dicotomias.

A partir da explicitação de que o estudo se sustentaria no papel duplo da investigadora - estruturadora da investigação e participante (direta e ativamente) do problema a ser investigado - se deu a escolha da metodologia participante, com a coleta de narrativas em rodas de conversa.

As rodas de conversa se constituíram em encontros organizados no âmbito desta pesquisa, entre a pesquisadora e diversos grupos de pessoas, na maioria funcionários da Fundação Florestal, não exclusivamente agentes públicos, mas todos com proximidade na rede de relacionamento da pesquisadora. O formato de condução das rodas de conversa será detalhado adiante. Foram coletadas assinaturas dos participantes em “Termos de Consentimento Livre e Esclarecido”⁵⁹. No detalhamento de cada Roda não estão identificados os nomes dos conversastes, mas sim suas características profissionais. A ideia foi não individualizar as participações, uma vez que a pretensão para o resultado de tais atividades era a construção de uma narrativa conjugada do grupo de conversantes. Além destes aspectos, há a questão do anonimato garantido aos conversantes.

Além dos registros das rodas de conversa foram coletados depoimentos de alguns agentes públicos de importância histórica para o sistema de unidades de conservação paulista; os nomes foram declarados, sob autorização de cada um que se dispôs a colaborar.

Outra tipologia de registro foram falas colhidas em materiais disponíveis *on line*, com a indicação do nome de quem se pronunciou e da fonte de acesso público.

2.1 A perspectiva a investigativa

Em função da ideia central da perspectiva investigativa estar vinculada aos processos cognitivos de um grupo de pessoas que se dedicam a operacionalizar as funções do Estado – os agentes do Estado, ou agentes públicos -, dentro dos princípios da justiça social e do bem comum, buscou-se delinear as características deste ator social. Conforme especificado no capítulo Introdução, o agente público é “aquele que age”, executando as competências atribuídas ao Estado, estabelecidas em normativas jurídicas. O processo de retroalimentação sustenta o funcionamento estrutural do aparato estatal: as normas geram as atribuições, executadas pelas instituições que, por sua vez, geram normas para regulamentar as ações executadas pelos agentes públicos, os quais devem dar conta das atribuições do Estado.

Acentuado está, portanto, que a autora deste trabalho, também denominada investigadora e relatora, enquanto participante das Rodas de conversa, se comportou como um dos integrantes da Roda, estando, contudo, mais atenta à dinâmica das discussões, apontando a retomada de questões e garantindo todo o registro em formato digital.

⁵⁹ Ver Apêndice 3

Neste contexto, pesquisar exigiu rigor ético acentuado, voltado à condução do processo e às análises posteriores. A intenção foi possibilitar o emergir das narrativas de todos os participantes das Rodas de conversa, em seus próprios termos. A observação participante foi a técnica eleita para o desenvolvimento da pesquisa.

Com base em pesquisas antropológicas, Mendes (2003) atesta que a observação participante possibilita o desenvolvimento de quatro pontos fundamentais: intersubjetividade, processo, estruturação e reconstrução teórica.

Mesmo não se tratando de uma pesquisa etnográfica, foram utilizados - e adaptados - os princípios de regulação dos métodos qualitativos de pesquisa de campo, propostos por Burawoy (1998, apud Mendes, 2003):

i) a intersubjetividade entre o analista e os sujeitos em estudo

Comentário sobre a aplicação deste princípio nas Rodas de conversa:

Tratava-se de pessoas com posicionamentos políticos alinhados e, na maioria das Rodas, com relações afetivas estabelecidas.

ii) a entrada no mundo vivido das pessoas que se está a estudar

Comentário: os temas discutidos representavam as rotinas de trabalho e os esforços reflexivos individuais quotidianos.

iii) a relação dos processos locais com as forças externas

Comentário: este princípio relaciona-se aos contextos das atividades quotidianas dos componentes das Rodas, de modo que a dimensão das forças locais e das forças externas esteve presente integralmente nos debates.

iv) o objetivo de reconstruir uma teoria já existente, atendendo a ligação entre teoria e ideologia

Comentário: como se verá nos capítulos adiante, onde os relatos das Rodas estão apresentados, várias teorias existentes ampararam as discussões, num processo de reconstrução coletiva.

As Rodas de conversa

Desde o início desta pesquisa, o agente do estado é apresentado como um ator social que tem função central na construção dos entendimentos sobre a conservação da natureza e aquele que operacionaliza as ações do Estado com relação às UC, desta forma, e por isso, tais agentes são centrais na compreensão de como se dá a ressignificação das “questões de

gestão” e das políticas públicas para meio ambiente e bem estar social. A opção pelas Rodas de conversa se justificou pela busca de uma estratégia não invasiva, confortável, acolhedora e amistosa, que possibilitasse a obtenção de um resultado pertinente e com significado para os agentes envolvidos nas Rodas.

Assim, foram realizadas cinco Rodas de conversa, onde a intenção foi olhar investigativamente para dentro e por dentro do Estado, com foco em sua competência e atribuição de zelar e proteger a natureza, a partir dos agentes do Estado, executores das ações de planejamento e operativas.

Isto equivale a dizer que as Rodas de conversa foram especificadas com o objetivo de dar suporte ao desenvolvimento das perguntas de pesquisa elaboradas para esta tese (ver introdução) e de gerar condição analítica a questões que povoam a rotina dos agentes públicos, tais como: até quanto o Estado zela e protege a natureza? O Estado mais zela e protege a natureza ou se impõe? As ações relacionadas a questões ambientais representam resistência e resiliência a modelos hegemônicos que trazem em seu bojo a desconsideração ao bem comum e justiça social em detrimento de outros valores?

Os temas elencados para as Rodas de conversa foram: o Estado por dentro, a gestão de unidades de conservação, os mapas do território da conservação e o papel do agente do Estado (ou agente público).

Buscando o espaço para que todas as falas pudessem ser portadoras de valor reflexivo, tanto para quem as profere como para quem as escuta (Cunha, 2017)⁶⁰, as Rodas de conversa foram preparadas em consonância com os seguintes preceitos:

- a) Perguntas geradas em diálogo, a partir da curiosidade e das exigências práticas;
- b) Abordagens estruturadas em proposta focalizada, o que, por fim, permitiu o relato de memórias e da realidade concreta, bem como a apresentação de conceitos teóricos e a definição de hipóteses.
- c) Construção conjunta do diálogo, com comunicação do desenvolvimento da pesquisa e teste dos resultados.

⁶⁰ Material disponibilizado no Seminário de metodologias-não-extractivas: “Não somos a sombra da tua sombra, a sombra da tua mão, nem a sombra do teu cão”. – Apresentado por Teresa Cunha, em 2017, como parte integrante do Curso: Metodologías Otras Desde el Sur. ofertado pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. CLACSO (<http://clacsovirtual.org/course/view.php>)

Descrição dos passos metodológicos para o desenvolvimento das Rodas de conversa

A sequência metodológica foi a seguinte:

- i. Estabelecimento dos temas a serem tratados nas rodas de conversa
- ii. Estabelecimento do perfil de cada participante
- iii. Convite a cada participante, pessoalmente ou por mensagem eletrônica
- iv. Preparação de roteiros para as conversas
- v. Organização dos encontros: ajustes de agendas; adequação dos espaços quanto à localização, à logística e aos horários
- vi. Recepção dos participantes
- vii. Registro das conversas em mídia digital
- viii. Transcrição das conversas
- ix. Trabalho de edição das transcrições
- x. Elaboração dos textos gerados a partir das rodas
- xi. Submissão dos textos aos participantes das rodas
- xii. Finalização dos textos a partir da contribuição dos participantes

A condução das Rodas

Ao início de cada Roda foi enfatizada a opção metodológica “não extrativista”⁶¹ da pesquisa e a intenção de gerar aos participantes a oportunidade de ampliação de diálogos e maior entendimento sobre nosso próprio trabalho, bem como aprofundar o processo reflexivo ao olharmos para nossas realidades e projetos. As questões centrais orbitaram ao redor das funções e do papel do “agente do Estado”.

Em palestra proferida em 2016⁶², o prof. Fábio Konder Comparato citou como principais agentes do Estado os chefes do Poder Executivo e legisladores. Estes, em nossas Rodas de conversa, eram chamados de “Estado”, ou representantes políticos do Estado, ou controladores do Estado.

Os agentes do Estado aqui referidos - os próprios componentes da Roda, em sua maioria - são aqueles que executam as ações planejadas pelo Estado, seja em campo ou nos escritórios das sedes administrativas dos órgãos públicos.

⁶¹ Esta abordagem está detalhada ao final do capítulo.

⁶² Que democracia? | Marilena Chauí, Vladimir Safatle, Fabio Konder Comparato e Gilberto Maringoni acesso em nov/2017 <https://www.youtube.com/watch?v=7T953DTcpBw>

Cabe relatar que, na fase de estabelecimento dos perfis dos participantes das Rodas de conversa, executada pela pesquisadora, o “espírito” delineado dos que foram convidados foi o seguinte: são do tipo que concordam com os princípios zapatistas, sem, talvez, ter oportunidade de praticá-los, de fato.

O “andar perguntando” conjuga uma outra maneira de fazer política, muito distinta do “andar predicando” (ou “pregando”) da cosmologia judaico-cristã ocidental reproduzida tanto por marxistas, como por conservadores e liberais. O “andar perguntando” está ligado ao conceito tojolabal⁶³ de democracia entendida como “mandar obedecendo” onde “o que manda obedece e o que obedece manda” o qual é muito diferente da democracia ocidental onde “o que manda não obedece e o que obedece não manda” (GROSFOGUEL, 2008:213).⁶⁴

O convite para a participação nas Rodas se voltou, então, para os conversantes cujas práticas quotidianas estivessem alinhadas com práticas democráticas de maior impacto, mais à esquerda do que à direita, conseguindo, ou não, “andar perguntando ao invés de andar predicando”. Ao final, colegas com posicionamento político mais ao centro foram também conversantes, enriquecendo os diálogos e ampliando as condições analíticas a questões que povoam a rotina dos agentes públicos.

Vale destacar que nem todos os que foram convidados conseguiram comparecer às Rodas de conversa, em função dos horários, das vidas pessoais de cada um, das falhas de internet e outros tantos motivos imprevistos.

Rodas 1 e 2: O Estado por dentro

Foram realizadas duas Rodas de conversa com foco no papel do Agente do Estado, diante da crise institucional, cada vez mais aguda.

O roteiro oferecido foi um texto básico, elaborado pela investigadora, especificamente como balizador das discussões, encaminhado para os participantes via mensagem eletrônica, cujo título é “Construção das políticas de conservação da natureza como reflexo da construção do Estado brasileiro”. O texto recebeu comentários e acréscimos dos que seriam conversantes, em versão eletrônica, antes da Roda, de modo que os conversantes se reuniram

⁶³ Os Tojolabal são um povo que ocupa as terras altas centrais de Chipas, no México.

⁶⁴ El «andar preguntando» plantea una manera otra de hacer política muy distinta al «andar predicando» de la cosmología judeo-cristiana occidental reproducida por marxistas, conservadores y liberales por igual. El «andar preguntado» está ligado al concepto tojolabal de democracia entendida como «mandar obedeciendo» donde «el que manda obedece y el que obedece manda» lo cual es muy distinto a la democracia occidental donde «el que manda no obedece y el que obedece no manda» (GROSFOGUEL, 2008:213).

e discutiram com base no texto enriquecido. Após a realização da primeira Roda e de sua transcrição, novo texto foi elaborado pela investigadora, como subsídio à segunda Roda, denominado “Proposta para a continuação da roda de conversa”.

A utilização dos textos se deu com maior ênfase na preparação das reuniões, do que propriamente como roteiro. Em alguns momentos da Roda foram levantadas questões presentes nos textos, com leituras de trechos que foram discutidos e aprofundados em seus significados, de modo que a avaliação do material de apoio foi positiva. Com ele, a Roda se mostrou aquecida e estimulada.

Na primeira Roda, com oito participantes, dois não estavam presencialmente; mas um deles contribuiu remotamente, por meio das mensagens eletrônicas iniciais e preparatórias, e o outro acompanhou a discussão realizada em São Paulo, à distância, a partir de sua cidade no interior de São Paulo, por meio de plataforma de comunicação digital (skype), o que não foi possível na segunda Roda por razões de falhas tecnológicas. Da segunda Roda participaram quatro pessoas.

Dos oito participantes, apenas dois não eram agentes do Estado; um deles é jornalista e atua em instituição vinculada a uma universidade pública, e o outro é uma artista (das artes plásticas e literatura) que acompanha de perto as ações de agentes públicos, por afinidade e interesse; os demais, são funcionários do Sistema de Meio Ambiente, das carreiras de Analista de Recursos Ambientais (Fundação Florestal), Especialista Ambiental (Secretaria do Meio Ambiente) e pesquisador científico (Instituto Florestal); todos os participantes mostraram-se interessados e motivados em aprofundar reflexões e discutir o tema das políticas públicas de conservação da natureza.

Roda 3: Onças no MOJAC (um relato sobre gestão de conflitos em unidades de conservação)

Esta Roda foi realizada envolvendo duas pessoas: uma que havia sido agente do Estado por muitos anos e que, na atualidade presta serviços ao Estado, a instituições privadas, ou a organizações comunitárias, preservando o vínculo com as políticas públicas de conservação da natureza. O outro participante da Roda é professor universitário e profissional da saúde, acompanhando de perto as ações de agentes públicos, por afinidade e interesse.

Neste caso não foi oferecido roteiro prévio.

A opção foi o relato (pela investigadora) de evento ocorrido em unidade de conservação. A proposta para a Roda foi a de discussão dos fatos e de seus desdobramentos,

das interpretações a partir do relato e das reflexões sobre os posicionamentos dos diversos atores sociais envolvidos no caso. O relato pretendeu ser conciso e se pautar pelos acontecimentos. Na sequência, com a Roda em andamento, outras abordagens surgiram.

A gravação foi transcrita e o texto foi encaminhado não só aos participantes da roda, como também aos protagonistas do caso em questão, todos agentes do Estado, que fizeram a leitura do texto e enriqueceram seu conteúdo. Neste caso, pode-se afirmar que a Roda foi ampliada remotamente, por meio das contribuições via mensagens eletrônicas.

Roda 4: Mapas

Esta roda contou com cinco participantes. Todos agentes do Estado. Todos Analistas de Recursos Ambientais da Fundação Florestal. Todos usuários dos mapas do território da conservação. Dois deles produtores de mapas. Os outros dois participantes se dedicam à elaboração de planos de manejo de unidades de conservação, onde os mapas são elementos fundamentais.

O material elaborado pela investigadora como roteiro para a Roda se chamou “Vamos falar sobre mapas” e se constituiu, de fato, em um roteiro de questões, elencadas a partir das reflexões ao longo do processo de construção desta pesquisa.

Roda 5: O agente do Estado

Esta Roda, a última, contou com a participação de 13 pessoas, tendo sido realizada em um sábado, diferentemente das demais, que aconteceram em períodos noturnos e, portanto, com menor espaço de tempo para as discussões.

Destes, a maioria são agentes do Estado, sendo que dois dos conversantes são ex-agentes do Estado. Desta vez estavam reunidos Analistas de Recursos Ambientais da Fundação Florestal, Especialistas Ambientais da Secretaria do Meio Ambiente e funcionários da Cetesb. O grupo se constituiu de pessoas com idade superior aos 50 anos, mas também de jovens, que ingressaram no sistema de meio ambiente nos últimos concursos, cerca de sete anos atrás.

Da mesma forma que nas demais Rodas, a hospitalidade, o acolhimento, o conforto e a amizade foram as estratégias utilizadas na recepção dos conversantes, incluindo a refeição e a escolha do ambiente.

Foram convidadas mais de 20 pessoas, incluindo alguns moradores do interior e litoral, impossibilitados de participar. Não foi considerado possível a participação por meios eletrônicos. O material elaborado pela investigadora para apresentação da Roda foi

simplificado, entretanto, material mais robusto foi apresentado no início da conversa, cuja dinâmica se deu na seguinte sequência:

- i. Recepção, com solicitação da leitura e assinatura do Termo de Consentimento.
- ii. Almoço
- iii. Apresentação do estágio em que se encontrava a elaboração da tese, com trechos de textos selecionados, impressos e disponibilizados sobre uma mesa.
- iv. Formação das cadeiras em círculo, para início da Roda
- v. Sorteio de um dos participantes para dar início aos debates, a partir de um dos trechos de texto que estavam sobre a mesa.
- vi. Início do debate, com utilização do “bastão da fala”: trata-se de um objeto que vai sendo passado para os que manifestam desejo de falar. Quem está com o bastão tem sua vez de falar e, ao começar, passa o bastão ao próximo que deseja se expressar, assim, todos já sabem a ordem de fala.
- vii. Foi necessário um ajuste na dinâmica, em que um dos conversantes ficava atento para quem pedia o bastão.

O registro foi feito por meio de gravação e filmagem.

Processamento do material coletado nas Rodas

...escrever sobre algo significa escrever do lado desse algo, e nunca do centro. É por isto que a perspectiva é a essência da escrita." (SANTOS, 1995:235, op. cit. MENDES, 2003:4)

A opção metodológica trouxe um desafio adicional, percebido assim que os materiais coletados estavam prontos para análise (após a transcrição finalizada): como apresentar todo o conteúdo registrado de forma que o conceito de "metodologia não extrativista" se mantivesse também nos resultados?

A solução encontrada foi dar o tratamento de “relatos” aos textos resultantes das transcrições. Ou seja, foram gerados relatos que pretenderam provocar nos participantes das Rodas a sensação de reviver os debates. Tais textos foram encaminhados aos participantes, com a proposta de que fossem considerados textos de crédito compartilhado, pois a relatora, no caso, apenas sistematizou e consolidou em linguagem escrita o que havia sido produzido em linguagem oral.

Complementarmente, alguns dos trechos dos relatos foram enriquecidos com citações bibliográficas, a partir do que foi destacado nas Rodas.

Assim, registrados e enriquecidos com os complementos, os textos foram lidos, revisados e ajustados pelos participantes das Rodas, resultando, de fato, em materiais de construção autoral coletiva.

Os textos finais se configuraram num misto de absorção das ideias, organização das ideias e estruturação dos conceitos.

Nos capítulos da tese correspondentes, o registro das falas estará sempre grafado em itálico, sem aspas. Uma vez que não são falas literais, que foram editadas a partir da perspectiva de quem também as proferiu - a relatora. Esta foi a solução gráfica encontrada: são registros fiéis às falas gravadas, porém trabalhados, de forma que as complementações de cada um sobre as falas dos outros, se conjugassem.

Importante, também, aqui destacar que as experiências anteriores da investigadora proporcionaram o lastro para o desenvolvimento deste formato de resultados. Gerar produtos finais constituídos por conjunto de registros de ideias, debates e até depoimentos extraídos de discursos e narrativas proferidos em reuniões e oficinas se consolidou, ao longo dos anos, como tarefa rotineira. Frequentemente, na condução de reuniões ou coordenação de grupos de trabalho, as memórias foram elaboradas preferencialmente como textos organizados em tópicos que concentravam os temas debatidos, em contraponto aos registros em formato de atas, onde cada participante tem sua fala identificada e a ordem temporal das manifestações é mais importante do que a sistematização do conteúdo ou a aglutinação das ideias debatidas.

Na dissertação de mestrado, defendida há 15 anos (PISCIOTTA, 2003), a opção metodológica foi a de entrevistar alguns dos atores componentes de redes sociais que apresentavam a unidade de conservação como ponto de confluência. As entrevistas foram transcritas e resultaram em textos corridos, trabalhados a partir da técnica de análise de conteúdo.

A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas." (BARDIN, 1977: p. 31)
... o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise de conteúdo conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas

semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados (BARDIN, 197: 41).

... o analista, no seu trabalho de poda, é considerado como o que delimita as unidades de codificação, ou as de registro. Estas, de acordo com o material ou código, podem ser: a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado. O aspecto exacto e bem delimitado do corte, tranquiliza a consciência do analista. Quando existe ambiguidade na referência do sentido dos elementos codificados, necessário é que se definam unidades de contexto, superiores às unidades de codificação, as quais, embora não tendo sido tomadas em consideração no recenseamento das frequências, permitem, contudo, compreender a significação dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto (BARDIN, 1977: p. 369)

A organização em tópicos, dentro dos relatos de cada Roda, se mostrou como a melhor solução para a explicitação das “unidades de contexto” referidas por Bardin (1977).

Da mesma forma que no trabalho de mestrado, para que os relatos gerados a partir das transcrições das Rodas de conversa se transformassem em textos de conteúdos consistentes e colaborativos com a discussão sobre conservação da natureza e legitimados pelos que desenvolveram as ideias registradas em gravações, adaptações tiveram de ser feitas, mas sempre sendo respeitados os contextos originais presentes tanto nas entrevistas (do mestrado) quanto nas Rodas de conversa (do doutorado).

Por fim, vale reiterar que o intuito das Rodas, além de gerar reflexão sobre as questões propostas, resultando em material para este trabalho acadêmico, foi gerar sentimento de solidariedade e prazer, daí, também, a recepção dos participantes fazer parte dos procedimentos metodológicos, com as providências formalmente cumpridas: um lugar agradável para abrigar as Rodas, comida e bebida de sabor e qualidade.

A pesquisa não extrativista

As perspectivas delineadas na construção desta pesquisa surgiram a partir do conceito de "pesquisa não extrativista", apresentado no "Curso Metodologías Otras Desde el Sur-2017"⁶⁵. No texto de encerramento do curso, as professoras Maria Paula Menezes e Karina Bidaseca, chamaram a atenção para a importância de

...permanentemente questionar o propósito e a finalidade do nosso trabalho acadêmico, com o fim de ampliá-lo em prol da abertura à diversidade epistemológica do mundo. Isto implica pensar o lugar da fala e perspectivar

⁶⁵ Trata-se de um curso à distância ofertado pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. CLACSO (<http://clacsovirtual.org/course/view.php>)

o nosso trabalho em torno a três posições centrais: a posição geográfica, a posição epistêmica e a posição política.⁶⁶

Em segmento a esta proposta das professoras, um exercício acerca das posições centrais deste trabalho acadêmico foi desenvolvido: a **posição epistêmica** está vinculada aos processos cognitivos de um grupo de pessoas que se dedicam a operacionalizar as funções do Estado – os agentes do Estado, ou agentes públicos, dentro dos princípios da justiça social e do bem comum; a **posição geográfica** é a dos remanescentes florestais que se localizam especialmente em São Paulo, no Bioma Mata Atlântica; a **posição política** é a de crítica e resistência aos modelos hegemônicos, olhando a conservação da natureza enquanto ação política e social primordial.

Detalhando a posição geográfica: o Vale do Ribeira

Na narrativa em que se constituiu esta tese foram apresentadas, em idas e vindas, posições geográficas onde as argumentações ou os relatos aconteciam. Quando especificidades eram necessárias, se deu o afunilamento e o foco. Assim, a posição geográfica deste estudo transitou, quando foi pertinente, das áreas protegidas do mundo para as áreas protegidas do Brasil, do estado de São Paulo como um todo para a porção paulista da Mata Atlântica e desta para o Vale do Ribeira. É no sentido de delimitar o contexto regional das unidades de conservação localizadas no Vale do Ribeira que se dá o detalhamento desta região, como parte dos procedimentos metodológicos.

O Vale do Ribeira apresenta um cenário complexo e dialético, abrigando tanto o território da conservação, com suas florestas atlânticas, vinculado ao território da tradicionalidade, de grande valor sociocultural e histórico, mas, ao mesmo tempo, apresenta situação de extrema pobreza, baixa dinâmica econômica e altos índices de vulnerabilidade social.

Muitas das comunidades tradicionais consolidaram suas presenças no Vale do Ribeira no período colonial. Registros indicam que no século XVI os primeiros povoamentos do Brasil se estabeleceram em Cananéia e Iguape, em razão das atividades exploratórias iniciais da região e configuraram-se como portas de entrada para o interior, e pontos de intercâmbio comercial de mercadorias. Contudo, pode-se afirmar que até os anos 1960 o Vale não participou dos principais movimentos da economia paulista; somente quando se tornou palco

⁶⁶ Texto "Clase final: Reflexiones de lxs profesores", Curso Metodologías Otras desde el Sur, junho/2017

de intensos combates entre os militares e os militantes de esquerda é que o Governo Federal empenhou grandes esforços no domínio da região, dada a necessidade de controle territorial. Iniciou-se, assim, a ampliação da infraestrutura viária, com a construção da BR-116 (Rodovia Regis Bittencourt), para facilitar e controlar os acessos. Essa rodovia, além de ligar São Paulo ao sul do país, redesenhou a ocupação territorial do Vale do Ribeira e promoveu grande valorização de terras (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018).

Em estudo realizado para o Plano de Manejo do PETAR, Zanetini e Callipo (2009)⁶⁷ descrevem as primeiras ocupações na região. Serão reproduzidos aqui alguns trechos do trabalho denominado “Cenários históricos” (Plano de Manejo do PETAR, Anexo 23):

CENÁRIO 1: OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL INDÍGENA (10.000 AP – 1700 d.C.)

Mais uma vez a densidade e complexidade da história pré-colonial do Vale do Ribeira são confirmadas. A organização dos sítios de atividades diversificadas e de atividades específicas, assim como dos sítios em abrigos rochosos e dos afloramentos de sílex, parece apontar para a existência de unidades sociológicas contemporâneas e integradas, compondo um extenso sistema regional de assentamento com comunidades articuladas que partilhavam padrões culturais, matérias primas, territórios e informações (DE BLASIS, 2000: 280).

Vale ainda destacar algumas permanências nos padrões de assentamento, como por exemplo, o fato de que 80% dos casos de implantação dos sítios líticos na paisagem coincidirem com os assentamentos rurais contemporâneos do Médio Vale do Ribeira (unidades domésticas). (p. 4)

CENÁRIO 2: O CONTATO ENTRE EUROPEUS E INDÍGENAS (1500-1600)

As localidades do vale do Ribeira e do planalto do Tietê-Sorocaba são das primeiras promotoras de expedições para o sertão, isso ainda nos primeiros tempos da conquista ibérica. É conhecida a fracassada expedição de Pero Lobo enviada ainda em 1532, por Martim Afonso de Souza, em busca das riquezas do sertão além Cananéia. Em região mais distante do litoral do Ribeira, mas conectada à região por caminhos aquáticos e trilhas indígenas, a baía do Superagui (PR), também ocorreram expedições em busca de minérios e indígenas a partir de Cananéia (VIEIRA, 2001), o que demonstra a posição privilegiada dos portos marítimos do Ribeira com relação às interconexões com outros sistemas estuarino lagunares e, conseqüentemente, sua retroterra, o planalto (p. 5).

⁶⁷ Relatório Técnico elaborado para o Plano de Manejo do PETAR (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018)

A contribuição europeia na formação da população da região não pode ser designada como predominantemente lusitana até 1640. Uma vez que o portal marítimo do Ribeira ficava na interface da linha de Tordesilhas e que, após 1580 houve a união das coroas ibéricas, é absolutamente impossível precisar a exata parcela de participação espanhola e portuguesa nesse processo.

No início da conquista europeia foram generalizados os conflitos e confrontos entre os indígenas e os novos conquistadores/ colonizadores (p. 6).

CENÁRIO 3: O OURO DO RIBEIRA (1600-1800)

O movimento de conquista e repovoação que partiu de Sorocaba e dos portos do vale do Ribeira vai, gradativamente, palmilhando as serras e as florestas, tanto em busca de indígenas, quanto para o descobrimento de ouro. E tal se dá nas serras do *hinterland* de Paranaguá e nas serras do Médio e Alto Ribeira (p. 7).

Em trabalho de fins da década de 1970, Clayton F. Lino destaca que muitos dos bairros rurais existentes são resultantes de arraiais de mineração dos séculos XVIII e, até mesmo, do século XVII (LINO, 1978). Um desdobramento interessante para as pesquisas realizadas na região poderia ser identificar aqueles povoados que estão relacionados às atividades minerárias em si, os que estão relacionados à manutenção de roças de milho, mandioca e feijão para o suprimento de víveres aos mineiros (LEME, 1980) e aqueles decorrentes de quilombos de escravos fugidos das minas, esse um dos estudos mais adiantados e ativos no Vale como um todo (p. 8).

CENÁRIO 4: O RENASCIMENTO AGRÍCOLA: UM POUCO DE CAFÉ, OUTRO TANTO DE CANA, MAS, PRINCIPALMENTE, O ARROZ (1760-1920)

Todos os processos produtivos relacionados ao arroz, até a década de 1880 foram dependentes do trabalho dos escravos negros. Dentro desse quadro, os estudos historiográficos de Agnaldo Valentim ainda são dos poucos dedicados à escravidão no âmbito da mineração e das lavouras no Ribeira.

Apesar da pouca frequência dos trabalhos de história sobre o tema, há um predomínio dos estudos antropológicos sobre os remanescentes de quilombos, os quais estressam as questões voltadas à dinâmica da resistência de suas populações às pressões externas (latifúndios, mineradoras, madeireiras), não sendo o foco principal a comprovação de que esses quilombos são efetivamente originados de redutos de escravos fugidos. A validade dessas pesquisas – principalmente daquelas voltadas para normatizar a posse das terras

ancestralmente ocupadas – está na inserção dessas populações como legítimos cidadãos dentro de uma sociedade que triplamente os estigmatiza: por serem do meio rural (mas não do agrobusiness), por serem pobres e por serem negros. Disso decorre o fato de ser levada mais em conta a história oral e de vida dos anciãos do grupo, além da documentação (oficial) escrita, do que supostas evidências de cultura material que poderiam levar a uma origem física da comunidade (p. 11 e 12).

Na década de 1950, em virtude da grande extensão de áreas florestais conservadas, remanescentes de Mata Atlântica, também em virtude de seu isolamento geográfico e pouca dinâmica econômica, houve o início da criação de áreas de proteção ambiental no Vale do Ribeira, o que agravou, ainda mais, o quadro econômico e social da região, uma vez que restrições quanto ao uso e ocupação do solo foram estabelecidas.

No cenário atual, a agricultura continua sendo a principal atividade econômica do Vale do Ribeira. A bananicultura e a teicicultura ganharam certa representatividade econômica em meados do século XX, principalmente, na região do baixo e médio Vale do Ribeira, todavia, por se tratar de monoculturas com alto grau de concentração fundiária, não foram significativas para mudar o quadro social e econômico da região.

As atividades de manejo de recursos florestais, como a agrofloresta, o cultivo de ervas medicinais e aromáticas, das espécies ornamentais e principalmente o manejo sustentável em meio à floresta da espécie nativa do palmito (juçara), ainda que incipientes, mostram-se como uma fonte de alternativa econômica.

Bim (2012) afirma que o Vale do Ribeira chegou ao século XXI apresentando o maior índice de cobertura vegetal natural do Estado. Os remanescentes de Mata Atlântica atingem a ordem de 60% de cobertura na região, mas que sem a resolução da questão fundiária, os conflitos irão permanecer.

A resolução da questão fundiária, portanto, é essencial: enquanto não se resolver o problema da titulação das terras do Vale do Ribeira, a questão dos direitos das populações que já se encontram dentro das áreas de parques e de proteção ambiental (muitos das quais já se encontravam antes de terem sido decretadas) continuará sendo o entrave fundamental a toda e qualquer ação do poder público na região com vistas à implantação de uma política de desenvolvimento sustentável (IDESC, 2006, apud BIM, 2012: 20).

3. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Com a questão ambiental estamos diante de questões de claro sentimento ético, filosófico e político. Que destinos dar à natureza, à nossa própria natureza de humanos? Qual é o sentido da vida? Quais os limites da relação da humanidade com o planeta? O que fazer com o nosso antropocentrismo quando olhamos do espaço nosso planeta e vemos o quão pequeno ele é e quando passamos a saber que, enquanto espécie humana, somos apenas uma entre tantas espécies vivas de que nossas vidas dependem? (PORTO-GONÇALVES, 2016:15)

3.1. Reflexões iniciais

A viga mestra que suporta a discussão sobre conservação da natureza, neste estudo, é a explicitação da conversão da matriz florestal em outras matrizes da paisagem: agropecuária, urbana e industrial.

Por terra ou por ar, quem percorre os caminhos que cruzam o estado de São Paulo, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, pode observar que as matrizes que caracterizam as atividades de produção são predominantes, quando comparadas à matriz florestal. A depender da localidade específica percorrida por estes caminhos, e da escala de observação, os predomínios são variados.

Inúmeros autores se dedicaram a evidenciar estas conversões de matriz, sob diversas abordagens e escalas. Uma das contribuições mais significativas gerada por pesquisadores das ciências biológicas é a sequência de mapas demonstrando a perda da cobertura vegetal natural no estado de São Paulo, parte integrante do documento denominado "Cem anos de devastação".

Elaborados na década de 1970, os mapas oferecem a dimensão histórica do pensamento conservacionista de então. O impacto da ausência gradativa do verde no território de São Paulo não permite dúvidas com relação ao que os mapas estão pretendendo representar⁶⁸ (Ver figura 4).

Em edição comemorativa de 30 anos, editada pelo Ministério do Meio Ambiente, os autores destacam:

Cem Anos de Devastação é um tratamento de choque na consciência cidadã e ajuda a alavancar a era do ambientalismo moderno. Como pode São Paulo,

⁶⁸ Os cálculos de áreas foram feitos com auxílio de "dot grid" sobre as bases planimétricas dos mapas sequenciais em escala 1: 2.000.000, onde cada ponto tem o valor correspondente a 250 ha. Assim, obteve-se para o Estado um total de 100.000 pontos correspondentes a uma área de 250.000 km² (arredondamento dos 248.600 km² da área do Estado) (VICTOR et al, . 2005:52)

o Estado líder da Federação, a locomotiva do País, ser tão inconsequente no tratamento de seu capital natural? A radiografia de corpo inteiro – a sequência dos mapas da devastação – está aí exposta, como chaga, aos olhos de todos (VICTOR et al., 2005:54).

Nos anos 1950 e 60, a fumaça das fábricas era vista e apreciada como paisagem de progresso; nos anos 70 se chega ao ápice da mentalidade tecnocrática para que então as concepções comecem a se transformar e setores do Estado e da sociedade iniciem um lento processo de preocupação com a devastação ambiental.

O pensamento conservacionista que se delineava a partir dos anos de 1970 foi consolidando-se enquanto movimento social em prol da defesa da conservação da natureza, sob a perspectiva de bem estar humano, agregando abordagens múltiplas, desde militância ideológica, bases afetivas com entes não humanos, valores histórico-culturais, critérios técnico-científicos, até interesses econômico-financeiros.

Em diversos pontos do mundo, manifestações relacionadas às questões ambientais e à supressão das florestas acentuam-se nos anos de 1980, com a consolidação paralela de políticas públicas para proteção ambiental. No Brasil dos anos 80, a inserção das questões ambientais estava envolta num turbilhão de dificuldades econômicas e reconstrução política (DEAN, 1996; ROCHA e OLIVEIRA COSTA, 1998; BRITO, 2000; PISCIOTTA, 2003).

Como destacada na Introdução, uma das estratégias políticas para conter o desmatamento se deu pelo estabelecimento de áreas especialmente protegida, estratégia está fortalecida pela Constituição de 1988. Importante observar que, por meio de atos jurídicos formalmente publicados, o Estado optou por decretá-las predominantemente em áreas não agricultáveis, amenizando essa posição política.

3.2. Projeto colonial de modernidade

A história da devastação das florestas contada sob a perspectiva dos projetos econômicos – que inclui os pretéritos e os atuais - possibilita a identificação de dispositivos de exploração e domínio característicos do projeto colonial de modernidade, ainda em curso.

Celso Furtado inicia seu consagrado "Formação econômica do Brasil", cuja primeira edição foi publicada em 1954, afirmando que a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa.

A partir do século XI, o comércio europeu, utilizando-se de rotas marinhas, demonstrou elevado grau de desenvolvimento. No século XV, o objetivo dos europeus na

América, e em especial dos espanhóis, era a apropriação do ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino. A legenda de riquezas por descobrir correu a Europa e suscitou enorme interesse pelas novas terras. Espanha e Portugal se creem com direito à totalidade das novas terras, direito esse que, posteriormente, foi contestado pelas nações europeias em mais rápida expansão comercial na época⁶⁹: Holanda, França e Inglaterra⁷⁰.

Dentro das perspectivas políticas daqueles tempos, prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão às terras que efetivamente ocupassem. Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas além da extração de metais preciosos (FURTADO, 2003).

É neste contexto que se dá o início da exploração agrícola em larga escala, com o ciclo do açúcar, no século XV. Posteriormente, com o ciclo do café, prossegue a devastação das matas em larga escala, nos séculos XIX e XX. Quatro séculos de devastação. O projeto colonial de modernidade, iniciado no momento histórico do encontro dos europeus com os povos originários do Brasil, estava consolidando-se, trazendo drásticas consequências para a natureza.

Dean (1996) destaca que, produzido em larga escala para exportação, o cultivo da cana-de-açúcar era importante em núcleos dispersos ao longo das baixadas costeiras úmidas, de Natal ao Rio de Janeiro.

O plantio comercial do açúcar tornou-se lucrativo, também, marginalmente, no planalto paulista, após o calçamento, em 1792, da trilha de mulas que descia a escarpa costeira até Santos. Alguns anos depois, autorizava-se a exportação direta a partir daquele porto. A produção paulista continuou a se expandir; em 1836 havia 558 usinas em operação (p. 188).

⁶⁹ As terras compreendidas atualmente pela Holanda, a Bélgica e parte do norte da França eram conhecidas, no começo dos tempos modernos, pela designação geral de *Nederlanden*, isto é, Países Baixos. Quando as sete províncias setentrionais - entre as quais se destacavam a Holanda e a Zelândia - conquistaram sua independência em fins do século XVI, as demais passaram a chamar-se *Paises Baixos espanhóis* e, a partir do século XVIII, *austriacos*. A parte independente chamou-se então Províncias Unidas, prevalecendo subsequente o nome de Holanda. A independência das Províncias Unidas data oficialmente, de 1579 (União de Utrecht), mas a guerra com a Espanha continuou pelos trinta anos seguintes, até a trégua de doze anos firmada em 1609. Dessa forma, os flamengos das Províncias Unidas, que haviam desenvolvido enormemente o seu comércio com Portugal quando estavam submetidos à Espanha, foram obrigados a abandoná-lo quando adquiriram a independência, pois no ano seguinte a Espanha ocupava Portugal (FURTADO, 2003:26)

⁷⁰ O principal acontecimento da história americana no século XVI foi, para o Brasil, o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais. O advento dessa economia decorreu, em boa medida, do debilitamento da potência militar espanhola na primeira metade do século XVII, debilitamento esse observado de perto pelas três potências cujo poder crescia na mesma época: Holanda, França e Inglaterra. A idéia de apoderar-se da rica presa, que era o quinhão espanhol da América, estava sempre presente nesses países, e se não chegou a concretizar-se em maior escala foi graças às rivalidades crescentes entre a Inglaterra e a França (FURTADO, 2003:28-29)

O ciclo do café, que traria também profundas marcas no universo paisagístico do território brasileiro, agrega perspectivas de autonomia econômica para o país.

... do ponto de vista de sua estrutura econômica, o Brasil da metade do século XIX não diferia muito do que fora nos três séculos anteriores. A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. [...] A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira (FURTADO, 2003:44).

Seria necessário prosseguir na consulta à obra do mestre Celso Furtado, até chegar ao ponto do entendimento desta afirmação, "conclusão definitiva da etapa colonial da economia brasileira". Entretanto, surge, no desenrolar das reflexões oportunizadas neste programa de doutorado que a economia brasileira (como de toda a América Latina) permanece colonizada e amarrada a projetos econômicos de natureza colonial.

Autores que se dedicam a estudos pós-coloniais⁷¹ oferecem um aporte muito importante para a renovação do modo de olhar os processos econômicos contemporâneos, apontando que o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental, onde o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo.

... um historicismo que envolve tanto a teoria política liberal, quanto o marxismo. [As relações ...] foram historicamente constituídas pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória (SANTOS, 2008a:18).

Os projetos econômicos de origem e concepção colonial incluíram em seu pacote, além dos benefícios do uso e ocupação da terra, pelo menos, a concentração de renda, a injustiça social, o genocídio dos povos originários e a escravidão.

⁷¹ São inúmeros os autores, entre eles Boaventura de Sousa Santos. Citando apenas os autores do livro "Estudios postcoloniales - Ensayos fundamentales", tem-se: Sandro Mezzadra, Gayatri Chakravorty Spivak, Chandra Talpade Mohanty, Ella Shohat, Stuart Hall, Dipesh Chakrabarty, Achille Mbembe, Robert J. C. Young, Nirmal Puwar, Federico Rahola (MEZADRA, 2008)

Este fato esteve e está diretamente vinculado às dificuldades e facilidades da implantação do sistema de unidades de conservação.

Dificuldades no sentido de, não só as unidades de conservação, como as demais classes de áreas protegidas, serem elementos de consolidação dos preceitos de bem comum e justiça social que – finalmente – no Brasil se fizeram presentes na Constituição de 1998, portanto, sendo elementos de contraponto ao projeto colonial de modernidade que persiste no mundo contemporâneo.

Por outro lado, dentre as facilidades na implantação do sistema de unidades de conservação, está o vínculo com o Poder do Estado.

Em que pese ser o Estado brasileiro de origem colonialista, capitalista e genocida, o que resultou em passivos de ordem social e ambiental (e socioambiental), é possível afirmar que a construção de um Estado democrático se constitui em desejo da sociedade brasileira. Se o olhar for voltado ao passivo ambiental gerado pela destruição de florestas, a implantação e manutenção de um sistema de unidades de conservação se coaduna com o enfrentamento deste passivo. Se o olhar for voltado ao passivo junto às comunidades tradicionais, por exemplos remanescentes de quilombos, que ainda agregam o passivo dos mais de 300 anos de escravidão, a legislação atual de proteção a estas comunidades se coaduna com seu enfrentamento pela sociedade e alguns de seus representantes eleitos.

Certo é que a democracia brasileira não amadureceu. Vitórias e derrotas se intercalam.

Em 1974, em pleno período de ditadura, escrevia Franco Montoro, em prefácio de um livro, rumo aos processos de abertura, que só se estabeleceriam, e ainda de maneira tênue, na próxima década:

É preciso lembrar que democracia, independência e justiça social, não são dádivas a serem concedidas pelos detentores do poder político ou econômico, mas conquistas a serem alcançadas pelo trabalho, o esforço e as atitudes de cada brasileiro na luta de todos os dias (MONTORO, 1974:9).

No capítulo sobre Unidades de Conservação foi incluída a reflexão acerca da implantação do PETAR e outros parques, na década de 1980, como um momento de abertura democrática.

No momento atual, a situação política no Brasil, incluindo as eleições de 2018, possibilitaram uma nova tensão sobre direitos básicos e fundamentais. Ações do Estado explicitam retrocessos, com destaque para os passivos socioambientais.

A discussão acerca dos processos democráticos, do Poder do Estado e da ação dos agentes públicos permeia este estudo. Não se trata de ampliar tal discussão.

Sendo assim, na continuidade do exercício de análise reflexiva que neste estudo se busca desenvolver, o foco se concentra na caracterização de dois grupos de pressupostos fundamentais na implantação do sistema de unidades de conservação: o território da conservação e os paradigmas da conservação.

No tópico a seguir, a intenção é aprofundar a reflexão sobre que composição de conceitos é esta, que soma duas complexidades históricas, o território e a conservação da natureza.

Acerca dos paradigmas da conservação, que também comporão um novo tópico neste capítulo, sua apresentação não seguirá um caminho cronológico rígido, pois as ações do Estado e da sociedade acontecem de forma não linear, com prerrogativas e conceitos que simultaneamente se somam e se anulam.

3.3. Território da conservação

As estruturas territoriais estão vinculadas às ações humanas desenvolvidas nos espaços geográficos e podem estar submetidas a ações sociais, agrárias, ecológicas, a fluxos de circulação e tantas outras, que ocorrem simultaneamente ou em situações específicas, em momentos históricos pretéritos ou resistentes, permanentes.

A história do estabelecimento formal de um "território da conservação" é a história das áreas sob proteção legal, sejam as “especialmente protegidas”, que compõem o sistema de unidades de conservação, sejam as protegidas por diplomas legais mais genéricos e que abarcam todo o território nacional brasileiro, dentro das condicionantes que as delimitam como “áreas protegidas”.

A história das áreas sob proteção legal, quando comparada com a história da colonização do território, representa apenas uma pequena referência. “A primeira medida concreta para preservar espaços naturais da predação generalizada ocorreu 437 anos depois da descoberta do Brasil” (URBAN, 1998:31). A autora deve estar se referindo⁷² à primeira versão do Código Florestal brasileiro, reelaborado em 1965 e substituído pela Lei Florestal de 2012.

⁷² A suposição se deve ao fato de a autora grafar, à p. 31, para a primeira medida legislativa concreta de proteção à natureza, o ano de 1937 e não 1934, como faz à p. 74. Acredito ser um pequeno erro de revisão. A manutenção da citação da p. 31 se dá pela força que contém, pelo peso reflexivo que agrega.

Aproveitando todas as duras lições que a história econômica infligiu às florestas, o Código Florestal de 1934 cometia uma ousada revolução conceitual ao limitar o direito da propriedade, subordinando-o ao interesse coletivo [...] Tal subordinação, no entender dos juristas que, exaustivamente, defenderam o princípio, visava a própria proteção do proprietário, pois “seria verdadeira insânia, pelo respeito ao princípio da intangibilidade dos direitos privados, reconhecer-se ao seu proprietário a prerrogativa soberana de devastar os imóveis de sua propriedade. A efêmera prosperidade que ele tiraria com a extração desordenada das madeiras seria, alguns anos depois, desfeita pelos males coletivos que a destruição da capa florestal acarreta a todos, inclusive ao autor e à sua descendência” (URBAN, 1998:75).

Lamentavelmente, tais princípios consolidados no primeiro Código Florestal foram contestados.

3.3.1. O conceito de território

Conceituar território se apresentou como tarefa desafiadora para alguém que se utiliza largamente do termo em sua rotina profissional, mas cuja formação acadêmica não se deu na Geografia. O desafio foi enfrentado na perspectiva do objetivo central desta pesquisa: contribuir para que os agentes públicos reflitam sobre conceitos, pressupostos e conjecturas, a partir do ajuste de seu protagonismo, em paralelo aos teóricos da geografia e outras ciências.

Rogério Haesbaert (2006) e Marcos Aurélio Saquet (2010) em muito facilitaram esta tarefa, ao apresentarem aos seus leitores a polissemia que acompanha a utilização deste termo, indicando os autores e as obras de maior relevância para a compreensão das diversas abordagens e concepções sobre território, ao longo da história, que reflete a própria história da geografia e a sua denominada “renovação” a partir dos anos 50-60.

Em franca colaboração com os objetivos desta pesquisa, encontramos em Saquet (2010) a intenção de

...subsidiar a elaboração de uma abordagem territorial que considere, concomitantemente, as articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior do homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais (p.13)

Já o destaque que Haesbaert (2006) dedica à amplitude do conceito demonstra sua polissemia. O autor afirma que território e territorialidade, por dizerem respeito à

espacialidade humana, é um conceito central para a Geografia, mas tantas outras áreas do conhecimento o enfocam, com centralidades em determinadas perspectivas.

Enquanto o geógrafo tenda a enfatizar a materialidade o território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (p. 37).

Saquet (2010) afirma que, especificamente em Geografia, com base em estudos elaborados a partir dos anos 50, com ênfase nos anos 70 e extensão aos anos 90, até a atualidade, há um debate teórico-conceitual sobre os conceitos de território e territorialidade. Autores e obras se movimentam na reelaboração do pensamento, como produto de mudanças que ocorreram na Filosofia, em Ciências Sociais e no *real* (p. 13, destaque do autor).

Segundo o autor, o processo de reelaboração da Geografia acontece mundo afora, com destaque para França, Alemanha, Itália e EUA. Na literatura anglo-saxônica há predominância da centralidade do conceito de região, enquanto na Itália o destaque se dá para a apreensão dos conflitos territorializados que se configuram com as políticas econômicas. No Brasil, a centralidade se dá no conceito de espaço geográfico. Em todos esses países

...passa-se de estudos do território de matriz biológica ou com base na atuação do Estado-Nação, entendendo o território como suporte ou conjunto de recursos naturais para abordagens relacionais-processuais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder (SAQUET, 2010:17). [...] Nesse processo, destacam-se obras como as de G.Deleuze, F. Guattari, J. Gottmann, C. Raffestin, R. Sack, entre outros, que subsidiam debates e aplicações na geografia brasileira. No Brasil e noutros países, há uma expansão e dissolução dos estudos territoriais, o que problematiza e enriquece as discussões, as pesquisas e as abordagens (p. 19)

As origens do conceito de território

Do ponto de vista histórico, segundo Haesbaert (2016)

O uso do termo remonta ao império romano (*territorium*) e a sua origem etimológica, latina, está vinculada tanto à terra, base físico material do

poder, como a “terrere”, amedrontar (de onde vem a palavra “terror”), um conhecido instrumento de exercício do poder. Isto significa que ele já nasce com uma dupla conotação: uma, mais concreta, de dominação efetiva de uma parcela da terra, e outra, mais simbólica, de identificação para aqueles que dele se apropriam e, ao mesmo tempo, de rejeição frente aqueles que são excluídos do seu acesso. (HAESBAERT, 2016: 493)

Esta definição explicita que a primeira grande tradição do pensamento sobre o território entrelaça território e Estado.

No século XIX, de maneira especial na Alemanha, a natureza e o Estado assumem centralidade, forjando um conceito de território politicamente forte, “como discurso ideológico, pensamento e conhecimentos utilizados pelas forças dominantes (SAQUET, 2010: 30).

Nesse contexto, Friedrich Ratzel se apropria de procedimentos e conceitos de ciências naturais, como a biologia, na qual o conceito de território era entendido como área de proteção de animais, que tentam permanecer em *seus territórios (sic)* (grifos do autor). Proteção instintiva, de controle de sua reprodução animal no processo de seleção natural, o que corresponde, evidentemente, a uma concepção naturalista de território que significa, etologicamente, um ambiente onde há interações de um grupo ou bando com uma certa área, num sentido locacional (SAQUET, 2010: 30).

Para Raffestin (1993), o quadro conceitual de Ratzel é muito amplo e tão naturalista quanto sociológico. Nesta altura da tese nos dedicaremos a apresentar brevemente as concepções extra geográficas para território, onde o conceito construído na biologia se entrelaça e disputa primazia nas definições. Adiante, no capítulo 5, que discute mais demoradamente o Estado, retornaremos às análises de Raffestin sobre a obra de Ratzel, a quem considera o fundador da Geografia Política. “Somos encorajados nesse caminho pela geografia política, ela própria fundada de fato, em toda sua amplitude, por Ratzel, em 1897” (p. 12).

Barracho (1991) destaca que a gênese do conceito de “território” remonta aos estudos sobre o comportamento territorial de animais, tanto em seu habitat natural como em cativeiro. O autor aponta os primeiros estudos sobre pássaros (Howard, 1920) e cervídeos (Darling, 1937; Tinbergen, 1958), bem como a definição de novos conceitos como territorialidade, domínio e densidade (HEDIGER, 1950).

Segundo Raffestin (1993)

A identificação da noção de territorialidade coloca problemas. A história dessa noção está por ser feita, principalmente porque ela nos veio dos naturalistas, que se preocuparam com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana. Embora pressentida há mais ou menos três séculos, essa noção só foi verdadeiramente explicitada pelos naturalistas em 1920, por H. E. Howard por exemplo, que a definiu como "a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie". Depois dele muitos autores, como John B. Calhoun, Karl von Frisch, H. Hediger, Konrad Lorenz, desenvolveram muito bem essa idéia de territorialidade animal. Nas ciências do homem ela foi tratada, seja direta ou indiretamente, por aqueles que de perto ou de longe abordaram as relações com o espaço ou o território. No entanto, os esforços foram bem menores para identificar a territorialidade humana com precisão (p. 159).

Apenas como exercício epistemológico, sem qualquer tentativa de aprofundamento em um debate controverso que associa conceitos científicos sobre territórios e territorialidades, animais e humanos, focamos, a seguir, as estratégias de domínio territorial sob a abordagem político-administrativa (abordagem geográfica) e a etológica (abordagem extra geográfica).

A observação das estratégias político-administrativas conduzidas pelos grupos hegemônicos, mundo afora, indica que território, domínio da terra e exercício da violência estão intimamente ligados (HAESBAERT, 2006).

Com base na observação etológica, pode-se verificar a agressividade como estratégia de domínio territorial, que se inicia com ritualizações e marcas da presença (com sinais olfatórios, visuais ou auditivos) e, posteriormente, com o confronto real, que podem envolver lutas corporais.

Na esteira do exercício epistemológico, a percepção aponta para a evidência de ambas estratégias indicarem que o controle do espaço é decisivo na construção do território.

Adicionalmente, deve ser considerado que "animais também adquirem, ordenam e lembram as informações sobre seu ambiente espacial", fazendo o mapeamento cognitivo de seus territórios, "mas somente os seres humanos deram o salto crucial para a confecção de mapas" (BROTTON, 2014:10).

Sínteses contemporâneas do conceito de território

Haesbaert (2006) agrupa as concepções sobre território em três vertentes: a política, a cultural e a econômica. Saquet (2010) elege as mesmas abordagens, propondo suas

identificações como (P), (C) e (E), acrescentando a abordagem (N), que se refere às “relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior” (p.19).

A dimensão política, ou geopolítica (P) se refere às relações espaço-poder em geral e às relações espaço-poder institucionalizadas, incluindo a dimensão jurídico-política. Segundo Haesbaert (2006) é a mais difundida, “onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado” (p. 40).

A dimensão cultural (C) prioriza o simbólico-identitário e o subjetivo, tratando de representações sociais. Saquet (2010) enfatiza a conciliação desta com a dimensão política (p.15).

Na dimensão econômica (E) se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas.

Na dimensão natural (N), onde o território abriga os recursos, como água, solo e alimentos, a tendência de apropriação e dominação persiste, mas uma nova força se estabeleceu a partir dos anos 90, voltada às discussões sobre sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local.

No capítulo Introdução foram delimitadas três tendências ou perspectivas de abordagens territoriais envolvendo a conservação da natureza – os territórios da conservação, da produção e da tradicionalidade. As conceituações de território auxiliam na compreensão das disputas quando das sobreposições territoriais.

Considerando-se a multiescalaridade, as relações de poder e as redes de comunicação e circulação, o território da conservação corresponde às dimensões (P) e (N); composto pelas unidades de conservação e outras áreas protegidas, é um território de caráter predominantemente funcional, marcado pelo poder do Estado. O território da produção corresponde às dimensões (E) e (P); composto por áreas de domínio privado, sob gestão de pessoas físicas ou jurídicas, é um território de caráter também funcional, marcado pelo poder econômico. O território da tradicionalidade corresponde às dimensões (C), (P) e (N); composto pelas áreas públicas ou não, sob gestão comunal ou sob gestão compartilhada com o Estado, é um território com forte carga de poder simbólico-identitário.

3.3.2. Território e poder

Saquet (2010) destaca “uma questão fundamental, que marcou a redescoberta do conceito de território sob novas leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder” (p.33)

Haesbaert (2006) enfatiza a visão de Raffestin (1993) sobre a ligação do território com as relações de poder, ou seja, com sua dimensão política, contudo, sem restringir a dimensão política ao papel do Estado e nem desconsiderar as dimensões econômica e cultural.

Raffestin (1993) apresenta as proposições de Foucault sobre o poder, esclarecendo que “elas não o definem, mas são mais importantes que uma definição...” (p.53):

- 1.O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma posição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (p. 53, com base em FOUCAULT, 1976: 123-127)

Em paralelo, adiante estão sintetizadas algumas das proposições de Raffestin (1993) sobre o poder, importantes para a compreensão do conceito de território “como reflexo e fundamento de relações multidimensionais e multiescalares de poder, considerando-o como imanente não somente do Estado, como também de outros atores” (TOFFOLI, 2012:34).

- O poder é parte intrínseca de toda relação. Se manifesta por ocasião da relação.
- O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas está em todos os lugares.
- “Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que sempre caracteriza as relações” (p.53).
- Poder é um termo ambíguo, “porque pode ser escrito com maiúscula ou minúscula” (p.51). Com letra maiúscula é o Poder do Estado, um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos.

- “O Poder, longe de ser negligenciável, se torna mais familiar, mais marcante e também mais habitual quando aparece envolto em sua dignidade de nome próprio. Isso continuará assim enquanto a confusão entre Estado e Poder for facilitada” (p.52)
- “O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares” (p.52).

3.3.3. O conceito de território da conservação

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses: tem interações entre seus componentes e com outros conceitos: tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, descontinuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade, num único movimento); o novo contém o velho e este, aquele (SAQUET, 2010:13).

O “território da conservação” foi adotado como alicerce para a discussão e reflexão sobre a construção dos sistemas de unidades de conservação. É preciso, pois, conceituá-lo.

Raffestin (1993), ao propor a diferenciação entre conceito e noção, afirma que “o estatuto de conceito permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção” e que esforços se dão “no sentido de conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território” (p.143).

Espaço e território não são termos equivalentes. [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa, grifo da pesquisadora) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (p.143-4).

Em obra mais recente, Raffestin (2009) difere estrutura territorial e ambiente, abordando também o conceito de paisagem. Para o autor, ambiente significa “o conjunto dos elementos físicos, bióticos e abióticos, que circundam um ou mais seres vivos – populações, espécies, comunidades biológicas – em relação entre si. O ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta, eventualmente, mais tarde, por intermédio da observação, em uma paisagem” (p. 17).

Uma “formalização mais precisa” para o conceito de “território da conservação”, exige delineamentos específicos:

- I. Ao conceito de território - cuja origem e abrangência foram apresentados anteriormente - foi agregado o qualificativo “da conservação”.
- II. O território da conservação é marcado pelo poder do Estado, agregando unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, bem como outras áreas protegidas, além das Áreas de Proteção Permanente (APP); as unidades de conservação e outras áreas protegidas estão sob gestão do Estado, a partir de legislações específicas; as zonas de amortecimento constituem-se em propriedades privadas e, assim como as APP, têm seu critério de demarcação estabelecido também em legislação específica, ou seja, são todos territórios regulados sob bases jurídico-administrativas, eminentemente sob a dimensão política (P), mas não exclusivamente.
- III. Áreas protegidas e APP são territórios que guardam caráter predominantemente funcional, daí sua regulação jurídica abrigar-se, em bases epistemológicas da ciência.
- IV. No “território da conservação” representado pelas unidades de conservação, se explicita fortemente o aspecto físico, da delimitação e da dominialidade.
- V. Este “território da conservação” foi historicamente construído no Brasil, a partir das primeiras normativas do Brasil Imperial.
- VI. Com menor precisão, neste estudo também estão sendo utilizados os termos “território da produção” e “território da tradicionalidade”, como dimensões territoriais conflitantes com o “território da conservação”, quando sobreposições se estabelecem.
- VII. O mapa é a expressão mais impactante deste conceito, especialmente quando representa unidades de conservação de dominialidade do Estado.

Sendo assim, na perspectiva deste estudo, o território da conservação vem sendo construído a partir dos espaços onde a natureza permanece preponderante, onde não houve conversão do predomínio da matriz florestal para outros predomínios. Componente do território da conservação, o sistema de UC pretende abrigar tanto a “natureza natural”, nas categorias do grupo de UC de proteção integral, quanto a “natureza construída” (VIANNA, 2008, ver capítulo Introdução), em decorrência do protagonismo das “populações tradicionais” nas categorias do grupo de UC de uso sustentável. Assim como as terras

quilombolas e as terras indígenas, componentes do sistema de áreas protegidas brasileiro⁷³. Isto equivale a dizer que a dimensão política (P) se conjuga às dimensões cultural (C) e da natureza (N).

Se – como nos diz Raffestin (1993) - o espaço é anterior ao território, as florestas remanescentes caracterizam os espaços que se constituíram em território da conservação, como resultado de uma ação conjunta entre Estado e alguns setores sociais. Os atores sintagmáticos de Raffestin (1993) territorializaram as florestas remanescentes. A produção do território da conservação, originalmente espaço físico coberto por florestas que remanesceram, se consolida pelo fato deste espaço não ter sido convertido para outros usos sociais ou econômicos. O espaço permaneceu balizado pelos elementos naturais que lhe conferiram suas características de território da conservação. Espaço modificado, antes se constituía em espaço natural componente da paisagem e livre para quaisquer intervenções; a partir dos regramentos jurídico-administrativos, sofreu modificações, com o chamado manejo ambiental e com restrições para intervenções que alterassem suas características originais.

Desde sempre o território da conservação esteve vinculado a um ferrenho jogo de forças. De caráter predominantemente funcional, o território da conservação é marcado pelo Poder do Estado, com grande influência das redes compostas por inúmeras organizações sociais, que canalizam, bloqueiam e domesticam o espaço, exercendo o poder na curva de cada ação, se valendo das fissuras para se infiltrar nas estruturas territoriais (GALVÃO et al, 2009, apud FERNANDES, 2009).

Para finalizar esta seção, como proposta reflexiva em termos gerais, sobre o mapa e as relações de poder, extraídas de Harley (2005) algumas considerações onde o autor discute o poder exercido sobre a cartografia e pela cartografia, afirmando que há um poder externo aos mapas e um poder interno.

O sentido do poder mais comum na cartografia é o do poder externo aos mapas e ao mapeamento. Este serve para relacionar os mapas com os centros de poder político. O poder se exerce sobre a cartografia. Atrás da maioria dos cartógrafos está uma outra pessoa responsável pelo mapa; em numerosos casos, os que produzem os textos cartográficos respondem a necessidades externas. Por outra parte, o poder também se exerce com a cartografia. Monarcas, ministros, instituições estatais, igreja, todos iniciaram programas de mapeamento para seus fins particulares. Na sociedade ocidental moderna, os mapas rapidamente se tornaram cruciais para a conservação do poder do Estado (para suas fronteiras, comércio,

⁷³ A diferença entre áreas protegidas e unidades de conservação está apresentada na Introdução.

administração interna, controle populacional e força militar). O mapeamento, rapidamente se converteu em negócio de Estado: a cartografia se nacionalizou com brevidade. O Estado conserva seu conhecimento zelosamente, os mapas têm sido universalmente censurados, mantido em segredo ou falsificados. Em todos estes casos, os mapas estão relacionados com o que Foucault chamou de o exercício do “poder jurídico”. O mapa se torna um “território jurídico”: facilita a medição do terreno e seu controle. Os mapas, todavia, se usam para controlar nossa vida de diversas maneiras. Uma sociedade sem mapas, embora para nós os mapas sejam um fato, é politicamente inimaginável. Tudo isso exemplifica o poder com a ajuda dos mapas. É um poder externo, com frequência centralizado e exercido de maneira burocrática, imposto de cima e manifesto em atos específicos ou em fases de política deliberada (p.203-4).

Referendando o pensamento de Foucault, que afirma a onipresença do poder, Harley (2005) observa que o poder vem do mapa e que a chave deste poder interno é o processo cartográfico

Com isto me refiro a como estão compilados os mapas e a como se elegem as categorias de informação; a maneira em que se generalizam, o conjunto de normas por abstração da paisagem, como os elementos da paisagem se formam em hierarquias, e como os diferentes estilos retóricos que, por sua vez reproduzem o poder, são empregos para representar a paisagem. Classificar o mundo é apropriar-se dele, de tal maneira que todos estes processos técnicos representam atos de controle sobre sua imagem, que se estende além dos supostos usos da cartografia. Se disciplina o mundo. Se normaliza o mundo. Somos prisioneiros em sua matriz espacial. Para a cartografia, como para outras formas de conhecimento, “toda ação social cruza as fronteiras determinadas pelos esquemas de classificação”. Se pode estabelecer uma analogia entre o que sucede com os dados no escritório do cartógrafo e o que passa com as pessoas nas instituições disciplinadoras (prisões, escolas, exército, fábricas) descritas por Foucault; em ambos casos se dá um processo de normalização [...] Não obstante, isto não se faz de maneira consciente e, além disso, transcende as simples categorias “intencional” e “não intencional” juntas. Não sugiro que o poder se exerça de maneira deliberada ou centralizada. É um conhecimento local que, ao mesmo tempo, é universal. No geral passa inadvertido. O mapa é um atributo silencioso do poder (HARLEY, 2005: 204-205)⁷⁴.

⁷⁴ Con esto me refiero a como estan compilados los mapas y a como se eligen las categorias de information; la manera en que se generalizan, el conjunto de normas para la abstraccion del paisaje; como los elementos del paisaje se forman en jerarquias, y como los diferentes estilos retoricos, que a su vez reproducen el poder, son empleados para representar el paisaje. Clasificar al mundo es apropiarse de e de tal manera que todos estos procesos tecnicos representan actos de control sobre su imagen, que se extiende mas alla de los supuestos usos de la cartografia. Se disciplina al mundo. Se normaliza al mundo. Somos prisioneros en su matriz espacial. Para la cartografia, al igual que para otras formas de conocimiento, "toda action social cruza las fronteras determinadas por los esquemas de clasificacion". Se puede establecer una analogia entre lo que secede con los datos en el taller del cartografo y lo que pasa a la gente en las instituciones disciplinarian (prisiones, escuelas, ejercito, fabricas) descritas por Foucault; en ambos casos se da un proceso de normalizacion. [...]No obstante,

Adiante, nas próximas seções e no capítulo específico sobre mapas, serão discutidos os mapas elaborados contemporaneamente para o território da conservação; a intenção é fazer a reflexão sobre o exercício do poder a partir do caso da zona de amortecimento mapeada ao longo do processo de elaboração do plano de manejo do PETAR.

3.3.4. As relações no território

Na intenção de aprofundar a discussão teórica sobre território da conservação, com base na obra de Raffestin (1993), a problemática relacional dá corpo aos pressupostos estruturais anteriormente identificados neste estudo: a gestão do território da conservação está inserida, de forma sistêmica, no aparato estatal; as competências jurídico-administrativas do cuidado patrimonial e ambiental do sistema de unidades de conservação são assumidas por organizações, cuja operacionalidade de ação se dá por agentes do Estado (ou agentes públicos), componentes de uma rede social ampla e complexa.

Para Raffestin (1993), a complexidade das relações “é talvez o que torna tão difícil a abordagem relacional” (p. 32), considerando que, “na maior parte do tempo, as relações não são bilaterais, mais sim, multilaterais”(p.31), com interações políticas, econômicas, sociais e culturais, conduzindo a sistemas compostos por tessituras, nós e redes “que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território”(p.150) .

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. [...] Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as práticas espaciais (p.151).

Enquanto elementos do espaço, as tessituras compõem as superfícies, os nós representam os pontos e as redes congregam as linhas.

Raffestin (1993) discorreu profundamente sobre cada um destes elementos. Aqui, serão destacadas algumas de suas características, com a pretensão de chegar ao

esto no se hate tie manera consciente y ademas trasciende las simples categorias de "intencional" y "no intencional" juntas. No sugiero que el poder se ejerza de manera deliberada o centralizada. Es un conocimiento local que al mismo tiempo es universal. Por lo general pasa inadvertido. El mapa es un arbitro silencioso del poder (p. 204-205).

entendimento do papel central da rede, que “... faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (RAFFESTIN, 1993:204).

A tessitura

.... é a projeção de um sistema de limites ou de fronteiras, mais ou menos funcionalizadas. A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercícios dos poderes ou a área de capacidade dos poderes (p.154) [...] As tessituras de origem política, aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa: os limites políticos e administrativos são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos o são bem menos, pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estrutura e de conjunturas. [...] Contudo, a grande diferença entre malha política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato. Além disso, as tessituras políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as tessituras econômicas (RAFFESTIN, 1993:155).

Os pontos, ou as nodosidades territoriais são acolhidos nas tessituras.

Nesses conjuntos de pontos, que também são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda a existência, quer se trate de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles gigantes. [...] ...descobre-se que estamos diante de locais de aglomeração, lugares de poder, ou seja, centros. [...] ...todo ator se vê e se representa como um centro. O ponto é, de certa forma, a expressão de todo ego, individual ou coletivo. Locais de poderes, mas também locais de referência... [...]. O que importa saber é onde se situa o Outro, aquele que pode nos prejudicar ou nos ajudar, aquele que possui ou não tal coisa, aquele que tem acesso ou não a tal recurso, etc. Os pontos simbolizam a posição dos atores (RAFFESTIN, 1993:156)

Os atores criam redes entre si, eles não se opõem.

.... procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar.... [...] Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível (p.156). [...] Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder ou dos atores dominantes (p.157). [...] Toda rede revela, da mesma forma que as tessituras e a implantação dos pontos, um certo domínio do espaço... (RAFFESTIN, 1993:158)

Como componentes das redes, Raffestin (1993) distingue dois tipos de atores coletivos. A diferença entre eles está no engajamento do “jogo relacional”, no quanto “...vivem, sobrevivem, se desenvolvem, crescem somente pelas relações” (p.41).

Tendo como referência Greimas (1976), Raffestin (1993) denomina de atores sintagmáticos aqueles que realizam um programa e de atores paradigmáticos aqueles que surgem sem integração num processo programático.

O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações da família do Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para “produzir”, lato sensu, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando [...] organiza o território...[...] A empresa é um ator sintagmático quando realiza um programa de produção. Isso significa que o ator sintagmático articula momentos diferentes da realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. Esses atores sintagmáticos são, portanto, constituídos por atores-indivíduos que se integram ou são integrados num processo programado (RAFFESTIN,1993:40).

Por outro lado, o ator paradigmático apenas “deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum” (Raffestin, 1993: 41), não estando integrados num processo programado.

O ator coletivo sem programa a realizar aparece, portanto, como um trunfo em relação aos atores sintagmáticos. [...] Trunfo sobre o qual se busca a posse, a dominação, ou ainda o controle, de maneira a integrá-lo, sob diversas formas, em processos (p.41).

3.3.5. As relações no território da conservação

À luz desta discussão, o território da conservação se consolida como um programa, sendo os atores sintagmáticos principais constituídos pelas organizações estatais e os agentes públicos se caracterizando como atores-indivíduos.

Tal programa será aqui considerado como “política pública ambiental”.

Em estudo realizado sobre recuperação da cobertura vegetal no Estado de São Paulo, Toffoli (2013) adotou como base teórica o pensamento de Claude Raffestin, entre outros, abordando as políticas públicas ambientais como

...políticas públicas territoriais, seja pelo fato desta abordagem dar conta das relações de poder intrínsecas à sua formulação, seja porque, ao se concretizarem no território (direcionando as formas de uso e apropriação

dos recursos), evidenciam as relações, na maior parte das vezes dissimétricas – logo conflitivas – entre os atores sintagmáticos (pg. 39).

A concepção de território da conservação como um programa, a partir da obra de Raffestin, traz à cena os atores sintagmáticos componentes das redes que se constituíram neste território regulado pelas políticas públicas ambientais, as quais exigem, sempre, a definição dos mediatos (meios financeiros, narrativas/discursos, trabalho e produtos) que possibilitarão a realização dos objetivos estabelecidos.

A figura 8 (elaborada para apresentar ao leitor do plano de manejo do PETAR, os atores sociais que compõem a rede de relacionamentos da unidade de conservação) conjugada às figuras 10 e 11, possibilita o exercício de “compreensão da escala (tessitura) e intensidade (redes) da projeção de poder dos atores (nós) envolvidos no domínio das políticas públicas” (TOFFOLI, 2013: 37).

A título de organização da discussão que aqui se inicia, as representações gráficas da figura 8 serão denominadas de subsegmentos, componentes dos dois grandes segmentos sociais: o Estado e a sociedade civil. Os subsegmentos estão agrupados: os órgãos relacionadas ao Sistema Estadual de Meio Ambiente, a Polícia Ambiental, os municípios e a sociedade civil em lilás; os subsegmentos relacionados à pesquisa científica e à educação, assim como o Conselho Consultivo da unidade de conservação, são compostos por atores múltiplos, que compõem tanto o segmento do Estado (nas três escalas – municipal, estadual e federal) quanto da sociedade civil.

A figura 9, reprodução do mapa de ocupação humana do interior e entorno do PETAR, elaborado para compor o plano de manejo da unidade de conservação, demonstra os elementos do espaço neste território– tessitura, nós e rede – que correspondem, respectivamente, à superfície, aos pontos (atores) e às linhas (relações) (RAFFESTIN, 1993: 152).

“A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder” (p. 154). As fronteiras do território da conservação estão delimitadas, sem desconsiderar a sobreposição dos territórios da produção e da tradicionalidade. Os mediatos (meios financeiros, narrativas/discursos, trabalho e produtos) foram definidos no âmbito das políticas públicas ambientais territoriais, no sentido de garantir a conservação dos atributos que deram origem às unidades de conservação representadas no mapa. Em que pese o fato de os atributos das

unidades de proteção integral agregarem valores da “natureza natural” (VIANNA, 2006), neste território, em especial, os valores da “natureza construída” (VIANNA, 2006) são atributos igualmente importantes. Os mediatos não são aplicados apenas pelo Estado, e daí, também advém a complexidade relacional: os atores sintagmáticos que representam os setores produtivos podem delinear objetivos e pretender investir recursos financeiros e trabalho em atividades que potencialmente podem trazer prejuízos ambientais ao território da conservação. É nessa tessitura que se “exprime a área de exercícios dos poderes ou a área de capacidade dos poderes” (RAFFESTIN, 1993:154), com a disputa de poder entre os limites políticos e administrativos e os limites econômicos.

De forma geral, o mapa das unidades de conservação, construído e apresentado pelo Estado, quando delimita o território sob sua responsabilidade (e poder), estabelece fronteiras na paisagem. Raffestin também afirmou que o território não resultará, obrigatoriamente, em paisagem, sem a intermediação da imaginação condicionada por um mediador peculiar. O Estado, o agente do Estado e os grupos sociais e setores da economia desenvolveram seus mediadores peculiares para o território da conservação, com valores impetrados a cada componente da matriz da paisagem.

[...] A paisagem, em outras palavras, pode revelar-se como uma manifestação empírica da territorialidade. Porém isso ocorre somente se um observador for capaz de organizar, em uma unidade vivível, parcelas do processo de territorialização, ou seja, das trajetórias lógicas e históricas que o caracterizam, tanto no plano simbólico como no material e estrutural” (TURCO, 2002). A imaginação é um elemento constituinte da territorialidade, porém, raramente é explícita. Turco (2002) destaca: “Fundamental parece, pois, o estatuto da imaginação, já que se compreende sempre melhor que a paisagem é o resultado de uma interação simbólica entre a substância comunicativa do agir territorial e a qualidade do observador. A qualidade do observador é condicionada pela qualidade e pela quantidade dos mediadores que estão a sua disposição (RAFFESTIN, 2009:35).

O mapa da zona de amortecimento do PETAR (ver figura 16 e capítulo sobre mapas da conservação), ao representar uma matriz da paisagem com predominância florestal, pretende fortalecer a expressão dos poderes que possibilitaram a manutenção desta floresta no entorno da unidade de conservação. Neste caso, o Poder do Estado possibilitou que seus agentes acionassem os mediadores científicos que demonstram a importância da não alteração da paisagem para a proteção dos atributos do parque, expressando a historicidade do fato: não foi necessária a conversão da matriz até o momento, em pleno século XXI e não

é necessária, já que muitas outras possibilidades de uso se consolidaram, ao longo do tempo, sem alteração drástica da paisagem.

Os nós da rede, os atores sintagmáticos, compõem conjuntos que assumem a defesa de um ou de outro lado, engajados no jogo relacional. “... O que importa saber é onde se situa o Outro, aquele que pode nos prejudicar ou nos ajudar...” (RAFFESTIN, 1993:156).

A amplitude e complexidade desta rede de relacionamentos do PETAR são corroboradas pelo fato da rede ser composta também por atores paradigmáticos. Os turistas independentes e as escolas, por exemplo, são atores paradigmáticos na medida em que apenas usufruem do território da conservação, mesmo que sejam elos importantes de apoio conjuntural e até econômico, no caso em que financiam a manutenção de atividades de gestão da unidade de conservação, ao visitá-las. Por estarem diretamente vinculados à operadoras de turismo, são trunfos na disputa de poder.

A figura 10 pretende demonstrar as tessituras de maneira ampliada, considerando a territorialidade do governo do Estado como sobreposta a todas as demais.

FIGURA 10 - Tessituras

Infográfico elaborado com PREZI
<https://prezi.com>

3.3.6. As projeções do poder no território da conservação

Contemporaneamente, a rigor, os mediadores⁷⁵ para a delimitação do território da conservação são critérios técnico-científicos que tem por base o ambiente e a paisagem: a manutenção das populações de animais silvestres, a vegetação e seu suporte, o solo e as drenagens, os quais consolidam os chamados "atributos naturais", justificativas para a declaração de proteção jurídica a um determinado espaço geográfico. Contudo, a delimitação do território da conservação é fortemente regulada pelas estruturas territoriais, que incluem configurações administrativas e políticas.

Ao longo do tempo, em que pese o paradigma da ciência⁷⁶ ser decisivo e hegemônico no discurso conservacionista brasileiro, os limites das unidades de conservação, com frequência, foram definidos sem que nenhum dos critérios citados anteriormente fossem utilizados.

Há uma série de exemplos que confrontam aplicação plena deste paradigma, explicitando o ferrenho jogo de forças na instituição dos limites das unidades de conservação (histórico, iniciado ainda no regime colonial e que permanece até os dias atuais). Na criação do PETAR, em 1958, o critério de delimitação incluiu somente as lentes calcárias, sem preocupação explícita com as nascentes do sistema cárstico. Passados quase sessenta anos, a discussão é acirrada pela explicitação deste atributo ambiental no mapa da zona de amortecimento elaborado por ocasião do processo de elaboração do Plano de Manejo do parque.

Na atualidade, dois outros casos emblemáticos são o da alteração dos mapas do Plano de Manejo da APA da Várzea do Tietê e o da transposição do Rio Itapanhaú, em Bertioga. Ocupando espaços midiáticos, os assuntos geraram discussões que incluem aspectos éticos, quando os critérios técnico-científicos são confrontados por critérios econômicos de abrangência política. O Poder do Estado mediando a readequação do território da conservação que havia sido desenhado a partir dos parâmetros estabelecidos pelo próprio Estado, por meio dos seus agentes, que os aplicaram em seus trabalhos.

⁷⁵ Segundo Raffestin (2009), mediadores materiais são os instrumentos diversos e os imateriais são os conhecimentos. São todos os instrumentos de trabalho que estão à disposição em um lugar e em um momento específico.

⁷⁶ Adiante serão detalhados os paradigmas da conservação.

3.3.7. Bases jurídico-administrativas nos conflitos de sobreposição envolvendo o território da conservação

As sobreposições de natureza conceitual constantes das normativas jurídico-administrativas geram conflitos e complexidades nas relações que se estabelecem nas dimensões territoriais.

Na sobreposição entre o território da conservação e o território da produção, o direito ao uso, na propriedade privada, é o conflito mais proeminente.

Lobo (1999) esclarece que o direito de explorar é inerente ao direito de propriedade, estando previsto no artigo 5 da Constituição Federal. Contudo, o conflito se delineia, uma vez que o artigo 225 preconiza que o meio ambiente prevalece sobre qualquer direito individual de propriedade, quando do estabelecimento de unidade de conservação.

Mesmo na criação de unidades de conservação que tolerem o domínio privado, limitações administrativas são estabelecidas para os proprietários, como é o caso do Monumento Natural, o Refúgio de Vida Silvestre, a Área de Proteção Ambiental, a Área de Relevante Interesse Ecológico e a Reserva Particular do Patrimônio Natural.

As propriedades privadas sofrem restrições quando localizadas nas zonas de amortecimento ou nos corredores ecológicos, os quais são estabelecidos para interligar áreas protegidas, garantindo a conectividade biológica para as florestas por elas protegidas (ou outros ambientes naturais, além dos florestais).

A partir das diretrizes básicas explicitadas na Lei do SNUC, as limitações administrativas impostas às propriedades privadas sobrepostas aos territórios das unidades de conservação cujas categorias não requeiram desapropriação, devem ser definidas em detalhe no Plano de Manejo da unidade.

Na sobreposição entre o território da conservação e o território tradicional das comunidades indígenas, o direito originário, é o conflito mais proeminente.

A página oficial da FUNAI⁷⁷ responde à questão: em que consiste o direito originário dos povos indígenas às terras que ocupam.

Ainda no século XVII, a Coroa Portuguesa havia editado diplomas legais que visavam coadunar o processo de colonização com o resguardo de direitos territoriais dos povos indígenas, a exemplo do Alvará Régio de 1680, primeiro reconhecimento, pelo ordenamento jurídico do Estado português, da autonomia desses povos, seguido da Lei de 06 de junho de 1755, editada pelo

⁷⁷ <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-26-02> (acesso em abril/2018)

Marquês de Pombal. Juntos, esses diplomas reconheceram o caráter originário e imprescritível dos direitos dos indígenas sobre suas terras, compondo o que o Direito Brasileiro dos séculos XIX e XX chamou de instituto do indigenato, base dos direitos territoriais indígenas posteriormente consagrados no art. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB). [...] Tal direito – congênito e originário – dos indígenas sobre suas terras, independente de titulação ou reconhecimento formal, consagrado ainda no início do processo de colonização, foi mantido no sistema legal brasileiro, por meio da Lei de Terras de 1850 (Lei 601 de 1850), do Decreto 1318, de 30 de janeiro de 1854 (que regulamentou a Lei de Terras), da Lei nº 6.001/73, das Constituições de 1934, 1937 e 1946 e da Emenda de 1969. [...] Todavia, até os anos 1970, a demarcação das terras indígenas, amparada na Lei 6001/73 (Estatuto do Índio) pautava-se pelo modelo da sociedade dominante, qual seja, a moradia fixa associada exclusivamente ao trabalho agrícola, desconsiderando que a subsistência de vários povos baseia-se na caça, na pesca e na coleta, atividades que exigem extensões mais amplas que o contorno imediato das aldeias. Desse modo, a perspectiva etnocêntrica e assimilacionista vigorou na tradição do direito até 1988 quando, devido à luta do movimento indígena e de amplos setores da sociedade civil, em meio ao processo de redemocratização do país, foi sancionado na nova Constituição o princípio da diversidade cultural como valor a ser respeitado e promovido, superando-se definitivamente o paradigma da assimilação e a figura da tutela dos povos indígenas.

Recentemente, a concepção de territórios especialmente protegidos, com delimitações de proteção jurídica plena à fauna e à flora - mesmo em territórios de sobreposição com comunidades tradicionais - vem sendo aceita por setores técnicos e acadêmicos. Neste sentido, a sobreposição de Unidades de Proteção Integral e Terras Indígenas exige esforços para fortalecer a conservação das florestas a partir da gestão compartilhada. Isso implica em desenvolver estratégias e formas de consolidação de políticas de conservação mais eficientes para a resolução dos conflitos considerando-se justiça social, manejo conservacionista e aceitação da importância das unidades de conservação.

O movimento de incorporação das comunidades indígenas na gestão dos recursos naturais de seu território foi preconizado na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto no 7.747, de 05 de junho de 2012. Essa Política objetiva, justamente, lançar bases para uma nova forma de pensar a conservação no Brasil, país que historicamente adotou políticas indigenistas que resultaram no etnocídio e genocídio de povos e culturas em grande parte do território nacional.

Contudo, em que pesem as bases legais serem robustas e consolidadas, o conflito entre as instituições que administram unidades de conservação de proteção integral e a FUNAI, que formalmente administra as terras indígenas, ainda é bastante acirrado.

Na sobreposição entre o território da conservação e o território tradicional de comunidades não indígenas, o conflito se estabelece no caso de o território tradicional estar sobreposto à unidade de conservação de proteção integral, pois, a princípio, nas categorias de UC do grupo de uso sustentável, as comunidades têm seus direitos garantidos, conforme preconiza o SNUC.

Segundo Simões (2014), "...a caracterização do que seriam grupos sociais que poderiam ser categorizados juridicamente como tradicionais, está aliada à definição de critérios e parâmetros cuja unanimidade está longe de ser atingida." (p. 34)

Ainda segundo a autora, as denominadas comunidades tradicionais guardam características de grupos sociais pré-modernos, grupos étnicos diferenciados, pequenos grupos sociais usuários de recursos naturais. Dentre outros, são: quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses, geraizeiros, povos de fundos de pasto, quebradeiras de coco babaçu, caiçaras, pescadores artesanais, pomeranos, ciganos, seringueiros, castanheiros. Ora estão relacionados a características étnicas, ora a atributos relativos às práticas econômicas associadas a aspectos culturais e religiosos (SIMÕES, 2014).

O processo de regularização fundiária das terras ocupadas por comunidades de quilombo tem por base jurídica o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal de 1988 que estabelece “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. O compromisso do Estado quanto aos direitos das comunidades quilombolas é reafirmado nessa Constituição nos artigos 215 e 216 que tem por matéria valorizar, preservar e assegurar aos povos formadores da nação brasileira o pleno exercício de sua cultura.

Além do texto constitucional, o Decreto Federal Nº 6.040, de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais oferece os preceitos jurídico-administrativos de proteção aos direitos dos povos tradicionais.

Especificamente com relação às Unidades de Conservação, o artigo 42 do SNUC estabelece medida geral para os casos de presença humana em UC do grupo de proteção integral. Com este dispositivo legal, os conflitos de sobreposição entre o território da conservação e o território tradicional

... se tornaram ainda mais cristalizados, uma vez que a presença humana foi reconhecida (o que já foi considerado um grande avanço), mas sua manutenção nos territórios originais consagrou-se como ameaça a ser resolvida, mediante remoção ou realocação" (SIMÕES, 2014: 32)

Das bases jurídico-administrativas de âmbito internacional, destacam-se a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB (Decreto legislativo n.º 2, de 1994) e Convenção da OIT n.º 169.

Os três principais objetivos da CDB são: preservar a biodiversidade; permitir o uso sustentável da biodiversidade; e promover a repartição justa de benefícios advindos da biodiversidade entre os Estados provedores dos recursos biológicos e as comunidades locais que detenham o conhecimento tradicional associado ao uso desses recursos (artigo 1º).

Como já destacado anteriormente, o artigo 42 da Lei do SNUC estabelece que as comunidades tradicionais sejam removidas das unidades de conservação de proteção integral, o que, no entanto, conflita com o artigo 16 da Convenção da OIT n.º 169, que determina que “os povos interessados [tradicionais] não deverão ser retirados das terras que ocupam. Quando a retirada e o reassentamento desses povos forem considerados necessários como uma medida excepcional, eles só serão realizados com seu livre consentimento e conhecimento”.

3.4. Paradigmas da conservação

O conceito de remanescente foi apresentado na Introdução deste estudo e destacado nas seções anteriores deste capítulo, como agora, novamente. Em trinta anos de ação em prol da manutenção das florestas paulistas, o conceito de remanescente é central, embasa a existência do sistema de áreas protegidas no estado de São Paulo: o que remanesceu e remanesce, guardando atributos naturais que precisam ser especialmente protegidos⁷⁸.

Remanesceu, não foi convertido em açúcar, em café, em pasto, em soja, em linha de trem, em estrada, em ouro, em cimento, em cidade.

O que não remanesceu foi convertido em projeto econômico. Uma multidão de pessoas tem suas vidas reguladas por esta conversão histórica.

Poderia se afirmar que muitos cidadãos foram beneficiados com esta conversão, contudo, neste estudo, a proposição é refletir sobre estes fatos: para a sociedade, para o cidadão, quanto de benefício e quanto de desafio está inserido neste modo de construção das paisagens humanas?

Tais questões nos levam ao surgimento do movimento ambientalista. Viola e Leis (1995) indicam que os antecedentes do ambientalismo no Brasil são de caráter preservacionista e que remontam a 1958, data de criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, mas

⁷⁸ “Especialmente protegidos”: está na legislação

que o processo de constituição do ambientalismo brasileiro, de fato, se deu na década de 1970, quando “começam a configuraram-se propostas provenientes tanto do Estado como da sociedade civil”(p.81).

A rigor, a emergência do ambientalismo no país não aparece como um fenômeno isolado, ainda que faça parte de um amplo processo de mudanças políticas, econômicas e sociais. [...] Essas circunstâncias marcam simultaneamente a força e a origem do ambientalismo no Brasil que, promovido por “cima” e por “baixo”, estrutura-se no seu período formativo como um movimento bissetorial constituído por associações ambientalistas e agências estatais de meio ambiente. Estes dois atores terão uma relação simultaneamente complementar e contraditória, concluindo ambos na definição da problemática recortada pelo controle da poluição urbano-industrial e agrária e pela preservação dos ecossistemas naturais (VIOLA e LEIS, 1995:81-82).

O pensamento de Enrique Leff (2009) nos possibilita um aprofundamento nas reflexões. O autor afirma que o surgimento da cidadania ambiental se dá no seio de um processo de transição para uma sociedade mais democrática e uma economia mais sustentável, onde novos atores sociais reivindicam novos direitos humanos: “estes incluem tanto o direito à informação e ao conhecimento como o acesso aos recursos naturais e à defesa dos bens e serviços ambientais “comuns” da humanidade”(p.327).

Nesta sociedade mais democrática, os movimentos sociais e o Estado têm uma relação simultaneamente complementar e contraditória.

Ao passo que movimentos sociais em prol da conservação da natureza, muito frequentemente coordenados por cidadãos urbanos preocupados com preservação dos ecossistemas naturais e o controle da poluição urbano-industrial e agrária, consideram a implantação dos sistemas de unidades de conservação como uma conquista, uma pequena vitória, em contraponto, movimentos sociais vinculados a povos originários e comunidades tradicionais tecem inúmeras críticas ao modelo moderno de conservação da natureza, por confrontar a autonomia e a territorialidade destes grupos sociais.

No processo de transição para uma sociedade mais democrática e uma economia mais sustentável [...] também se estão legitimando novos direitos étnicos juntamente com as demandas emergentes de grupos indígenas e camponeses pela reapropriação coletiva do seu patrimônio de recursos naturais e culturais, assim como e a autogestão de seus meios de produção e suas condições de existência. Estes novos direitos levam, por outro lado, à questão da valorização e socialização da natureza como fonte de riqueza, como potencial produtivo e meio de vida para as populações que habitam o meio rural (LEFF, 2009:327-328).

Uma vez que as unidades de conservação estão sob a gestão do Estado, o papel do Estado democrático seria abrigar, sempre, estes movimentos, gerando mecanismos efetivos para pacificar os conflitos de interesses.

A reflexão a respeito dos saberes e das teorias que conduzem as ações do Estado no campo ambiental resultou na eleição de pressupostos teóricos que foram aqui denominados “paradigmas da conservação”. A narrativa construída pauta-se na ideia de que o atual sistema de unidades de conservação se consubstanciou por meio da sucessão e sobreposição de tais paradigmas.

Considerando-se como paradigmas os padrões de pensamento e ação que se estabelecem em determinada época e situação histórica, em determinado contexto político, sob determinada perspectiva epistemológica, a qualificação dos paradigmas aqui delineados como “da conservação” se deve à perspectiva reflexiva sobre o sistema de Unidades de Conservação, na busca de quais padrões de pensamento e ação foram se sucedendo e se acumulando até chegarmos na atualidade.

Faz-se importante considerar que não há primazia do enfoque cronológico, pois os paradigmas apresentados podem ocorrer simultaneamente. As ações, tanto do Estado quanto da sociedade, acontecem de forma não linear, ao longo do tempo e, sob determinadas condições, podem se somar ou se anular.

Com a apresentação dos paradigmas da conservação eleitos como os mais representativos, quando associados ao sistema de unidades de conservação, pretende-se conjugar maior clareza ao processo narrativo construído nesta tese.

Dentre as narrativas oferecidas está a de suporte à percepção do “sistema-mundo”.

Estamos sim, diante de um sistema-*mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente - *sistema mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – *moderno-colonial*. [...] ...o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado, Não faltaram argumentos de que essa dominação se dava por *razões naturais*, na medida em que certas *raças* seriam *naturalmente inferiores*. A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade – modernidade-colonialidade-racialidade – continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder (PORTO-GONÇALVES, 2012:25, grifos do autor).

O paradigma da ciência, hegemônico no sistema-mundo é, em boa medida, determinante dos ajustes contemporâneos do sistema de unidades de conservação paulista. Por esta razão foi eleito entre os paradigmas da conservação. Entretanto, a razão primordial de seu delineamento é a possibilidade de ser confrontado por um outro: o paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura.

Na Introdução desta tese, a narrativa sobre o sistema-mundo inclui que o modernismo na ciência postulou que natureza e sociedade são conjuntos muito bem distintos e radicalmente separados, mas que a crise em que, finalmente a modernidade se encontra (e que deu lugar ao pensamento conservacionista), aponta para o desejo de superação da subordinação da natureza em relação ao humano (LATOUR,1994; LUSSAULT, 2003; QUIJANO, 2007).

Acerca desta abordagem, Boaventura de Sousa Santos (2008b) se refere a um “paradigma dominante” e a um “paradigma emergente”.

O paradigma dominante está representado no modelo de racionalidade que preside a ciência moderna, constituído “a partir da revolução científica do século XVI e desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais” (p. 21), se configurando, de fato, em um modelo global de racionalidade científica somente a partir do século XIX.

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (p. 21).

O autor ainda destaca que a crise do paradigma dominante é o resultado interativo de uma pluralidade de condições, distintas entre condições sociais e condições teóricas. Sobre as condições teóricas, diz:

A primeira observação, que não é tão trivial quanto parece, é que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda (SANTOS, 2008b: 41).

Sobre as condições sociais, o autor se refere aos limites estruturais do rigor científico.

... não restam dúvidas que o que a ciência ganhou em rigor nos últimos quarenta ou cinquenta anos perdeu em capacidade de auto regulação. As ideias da autonomia da ciência e do desinteresse do conhecimento científico, que durante muito tempo constituíram a ideologia espontânea dos

cientistas, colapsaram perante o fenômeno global da industrialização da ciência a partir sobretudo das décadas de trinta e quarenta. Tanto nas sociedades capitalistas como nas sociedades socialistas de Estado do leste europeu, a industrialização da ciência acarretou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas (SANTOS, 2008b: 56).

Vários exemplos poderiam ser levantados para demonstrar a crise do paradigma dominante sob a perspectiva de “resultado interativo de condições sociais e condições teóricas”. Um dos mais emblemáticos é o da aplicação da ciência para a guerra nuclear.

...as bombas de Hiroshima e Nagasaki foram um sinal trágico, a princípio visto como acidental e fortuito, mas hoje, perante a catástrofe ecológica e o perigo do holocausto nuclear, cada vez mais visto como manifestação de um modo de produção da ciência inclinado a transformar acidentes em ocorrências sistemáticas (SANTOS, 2008b: 57).

Um exemplo mais contemporâneo é o do rompimento de barragens de mineração. No livro “Tragédia em Mariana”, Cristina Serra (2018) faz um levantamento geral sobre o que se pensava ser o “maior desastre socioambiental do Brasil”, até que foi superado por Brumadinho, também em Minas Gerais. Sendo as barragens para rejeitos de mineração uma resposta para a resolução de problemas que foram se agravando a partir da metade do século XX, a concepção técnico-científica se pautou no avanço tecnológico, sem considerar as consequências das possíveis falhas do conhecimento.

Com o passar do tempo, a produção de rejeitos aumentou e as áreas para disposição se tornaram cada vez mais escassas, culminando no desenvolvimento dos projetos de engenharia permitindo a construção de barragens cada vez maiores. Esses projetos se tornaram possíveis com a ampliação contínua do conhecimento e controle dos aspectos de segurança, tais como melhor compreensão do comportamento dos materiais, novos desenvolvimentos na ciência de mecânica do solo, introdução de equipamentos cada vez mais robustos para movimentação de terra. Entretanto, as falhas ocorrem, muitas vezes devido à falta de aplicação dos métodos conhecidos, de projetos mal elaborados, de supervisão deficiente durante a construção ou negligência das características vitais incorporadas na fase de construção (SERRA, 2018:78)⁷⁹.

Sob a ótica das políticas públicas ambientais, se o caso do plano de manejo do PETAR for tomado como exemplo, poderá também demonstrar o resultado interativo das condições

⁷⁹ Com base no livro escrito em 2012 - “Barragens de rejeitos no Brasil” - de autoria do engenheiro Joaquim Pimenta de Ávila, fica refletida a preocupação de justificar os “acidentes” ambientais por meio da não aplicação da tecnologia

teóricas e sociais que ocorrem no território da conservação. O relato a seguir tem esta pretensão. Trata-se da percepção desta pesquisadora, na qualidade de coordenadora do referido plano de manejo⁸⁰:

Quando da discussão do Plano de Manejo do PETAR, uma das narrativas recorrentes por parte do setor produtivo, em particular dos representantes do setor da mineração, era que o meio ambiente não pode prejudicar o desenvolvimento local em uma região de grandes carências sociais, como é o Vale do Ribeira. Nos debates em oficinas e reuniões, a necessidade de desenvolvimento de estudos com base científica acerca do impacto do desenho da zona de amortecimento do parque sobre as atividades econômicas naquele território se consolidou como justificativa dos representantes do setor minerário para a obstrução da aprovação do plano de manejo da unidade de conservação. Ocorre que foram elaborados diagnósticos socioeconômicos, a partir das fontes tradicionais (por exemplo, Fundação SEADE e IBGE) e levantamentos de campo com registro em questionários junto a moradores locais. Os resultados de tais diagnósticos não demonstraram as necessidades desenvolvimentistas que o setor minerário almejava demonstrar, levando à desqualificação dos estudos realizados, por parte deste segmento social. Entretanto, o documento foi considerado adequado e acabou por ser aprovado em reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente-CONSEMA, não sem protestos⁸¹.

Marinho (2013) levanta algumas escolas de pensamento que consolidam a visão de separação entre a natureza e o humano, tais como a ecologia profunda, a biologia da conservação e até as fundamentadas no antropocentrismo, como a ecologia social e o eco socialismo (BOOKCHIN, 1980, DIEGUES, 2000 apud MARINHO, 2013:28-29), entretanto, há argumentos que demonstram possibilidade da consolidação de um novo paradigma.

Do ponto de vista do pensamento geográfico, Furlan et al (2016) destacaram que, ao longo de sua história, a relação homem x natureza, ou sociedade x meio ambiente sempre esteve presente, desde o século XIX, quando se deu a origem da geografia como ciência.

A abordagem ambiental, num primeiro momento dos estudos geográficos, partiu da descrição das paisagens naturais decompondo-as em seus elementos, tais como: clima, relevo, solo, vegetação, hidrografia, flora e fauna. Nesse início, o Homem aparece de forma dissociada desse quadro

⁸⁰ A fala está grafada em itálico por ter sido registrada em uma das Rodas de conversa, a que se referiu aos mapas. Foi transcrita e aproveitada neste capítulo.

⁸¹ Longo tempo foi decorrido entre a elaboração do plano de manejo do PETAR (2009-2010) e sua aprovação (2018), tendo havido a necessidade de atualização por duas vezes (2013 e 2015). Sobre os protestos, ver reprodução da fala do representante do setor minerário na reunião do CONSEMA na Introdução.

natural, mas a produção histórica do saber geográfico desenvolveu diversas leituras da paisagem, incluindo a abrangência cultural não alienada dos processos naturais, passando por muitos campos de conhecimento da geografia, buscando integrar os processos do meio geofísico e ecológico às perspectivas históricas da sociedade (MAZZEI, 2007). [...] As comunidades que convivem há séculos com as florestas tropicais, por exemplo, desenvolveram uma maneira própria de manejar os recursos, mediante regras socioculturais que colaboraram com a manutenção da biodiversidade e em muitos casos interferiram em sua espacialidade (POSEY, 1995; 1996, BALÉE, 1994; FURLAN, 2005). Nesse entendimento, a dimensão cultural carece ser articulada aos conceitos funcionais ecológicos. Assim, como existem variáveis funcionais da biota, pode-se trabalhar com a ideia de variáveis da territorialidade da cultura que conectam o modo de ser, viver e trabalhar aos habitats, ambos interagindo na paisagem e jogando com seus atributos de modo articulado (p.107).

As abordagens dos autores na citação acima revelam a força do paradigma emergente.

Retornando à afirmação de que o aprofundamento do conhecimento científico permitiu a percepção da fragilidade dos pilares em que se funda⁸², nos conduzimos ao fechamento da consideração sobre a crise do paradigma dominante, cuja caracterização traz consigo o perfil do paradigma emergente (SANTOS, 2008b).

O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/materia, observador/observado, subjectivo/objectivo, colectivo/individual, animal/ pessoa. Este relativo colapso das distinções dicotômicas repercute-se nas disciplinas científicas que sobre elas se fundaram. Aliás, sempre houve ciências que se reconheceram mal nestas distinções e tanto que se tiveram de fracturar internamente para se lhes adequarem minimamente. Refiro-me a antropologia, a geografia e também à psicologia. Condensaram-se nelas privilegiadamente as contradições da separação ciências naturais/ciências sociais. Daí que, num período de transição entre paradigmas, seja particularmente importante, do ponto de vista epistemológico, observar o que se passa nessas ciências (SANTOS, 2008b:64).

Concluídas estas primeiras considerações sobre os paradigmas em geral e sobre os paradigmas da ciência, adiante estão delineados dois grupos de pressupostos paradigmáticos: “o paradigma da ciência moderna”, com seus paradigmas associados, e o “paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura”.

⁸² Até chegarmos à sociedade de risco (BECK, 2000)

Os paradigmas da “institucionalização da natureza”, da “importância planetária da biodiversidade” e da “economia verde”, ancorados no paradigma da ciência moderna, se configuram, de fato, como paradigmas da conservação. Carreiam as inter-relações com as diversas áreas do conhecimento científico, como a geografia, biologia, geologia, sociologia, antropologia, direito e outras, configurando-se como bases das narrativas dos agentes do Estado. A partir destas bases, as vibrações de novos paradigmas repercutem.

3.4.1. O Paradigma da ciência moderna

O padrão epistemológico da universalidade da ciência e da verdade científica estabelece o conceito de que só por meio da ciência e da comprovação científica as decisões são acertadas.

A força deste paradigma geral sustenta a teoria das revoluções científicas, de Thomas Kuhn, onde um determinado conjunto de teorias e conceitos determina a indicação de soluções para os problemas científicos percebidos em um determinado tempo histórico. A partir desta base epistemológica, os paradigmas deste tempo se estabelecem e permanecem válidos até que "erros, mitos e superstições" sejam revelados, gerando uma "revolução científica", a partir de novo conjunto de teorias e conceitos, que irão sustentar novos paradigmas. Tais paradigmas científicos são especificamente estabelecidos a partir de “realizações científicas universalmente reconhecidas que, por um certo tempo, fornecem problemas e soluções-modelo para uma comunidade de profissionais” (KUHN, 1997).

Se a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, então os cientistas são homens que, com ou sem sucesso, empenharam-se em contribuir com um ou outro elemento para essa constelação específica. O desenvolvimento torna-se o processo gradativo através do qual esses itens foram adicionados, isoladamente ou em combinação, ao estoque sempre crescente que constitui o conhecimento e a técnica científicos. E a História da Ciência torna-se a disciplina que registra tanto esses aumentos sucessivos como os obstáculos que inibiram sua acumulação. Preocupado com o desenvolvimento científico, o historiador parece então ter duas tarefas principais. De um lado deve determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada. De outro lado, deve descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico (KUHN, 1997:20).

Sob esta visão, no “sistema-mundo”, as soluções técnicas tendem a resolver os problemas. A conversão da matriz florestal em outras matrizes se deu, ao longo do tempo,

pela conversão do olhar sobre a floresta, superando seus desafios por meio de sua supressão. No início do período colonial, os invasores portugueses não dominavam as técnicas, conforme relata Dean (1996):

A primeira ou as duas primeiras gerações de invasores portugueses haviam dependido totalmente dos conhecimentos indígenas sobre a Mata Atlântica. Os tupis caçavam, plantavam e cozinhavam para os expedicionários, além de curar suas doenças. Tão dependentes eram os portugueses que, de quando em quando, tinham de se rebaixar a trocar seus estoques de facas e anzóis não por bens comerciais ou escravos, mas por mandioca. Os invasores não conseguiam penetrar com segurança na floresta; precisavam de guias (p. 84-85).

Destacando que “não existe sociedade sem técnica”, mas que “nem toda sociedade mantém com a técnica a mesma relação que a sociedade moderno-colonial mantém”, Porto-Gonçalves (2012) nos traz a reflexão sobre “a ciência e seu uso”:

Há uma crença acrítica de que há, sempre, uma solução técnica para tudo. Com isso ignora-se que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido nele mesmo a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico. Esta crença ingênua no papel redentor da técnica é uma invenção muito recente na história da humanidade, da Revolução Industrial para cá, e faz parte do ideário filosófico do iluminismo. Esses últimos 200 anos culminam, hoje, com a necessidade de se repensar a relação da humanidade com o planeta. Vivemos a sociedade de risco (Giddens e Beck)⁸³ (p.15-16).

A concepção dos sistemas de áreas protegidas corresponde a uma modalidade de “sistema técnico inventado” pela sociedade, com dependência das ações do Estado para sua criação e manutenção. Mesmo que calcado em ondas de ação do poder público, ao longo do tempo, reações dos diversos grupos sociais atuantes nas diversas outras esferas de poder e ideologias foram moldando o desenho do sistema de unidades de conservação. Prova disso foi o estabelecimento de categorias de uso sustentável no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, onde os bens culturais se constituem em atributos das unidades.

Ou seja, as vibrações dos novos paradigmas vão repercutindo, conforme afirma Santos (2008b):

⁸³ Entre outras publicações, tem-se: BECK, Ulrich. The risk society. Towards a new modernity. Londres: Sage, 1992. Prefácio e capítulos 1 e 2. BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASH, Scott. Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order. London: Polity Press, 1995. GIDDENS, Antony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos. A incerteza do conhecimento, que a ciência moderna sempre viu como limitação técnica destinada a sucessivas superações, transforma-se na chave do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado. Não se trata do espanto medieval perante uma realidade hostil possuída do sopro da divindade, mas antes da prudência perante um mundo que, apesar de domesticado, nos mostra cada dia a precariedade do sentido da nossa vida, por mais segura que esteja ao nível da sobrevivência (p.85-86).

De qualquer forma, o paradigma dominante ocidental da ciência permanece impregnando as instituições modernas contemporâneas, sendo empregado na criação, implantação e manutenção dos sistemas de áreas protegidas, cujas prerrogativas guardam como referência um conjunto de princípios e de teorias aceitos pela comunidade científica, estabelecidos segundo o modelo mecanicista das ciências naturais.

De volta aos relatos que pretendem trazer maior clareza para o leitor desta tese na conjugação do processo reflexivo desenvolvido neste estudo com o processo de gestão das UC, quanto ao processo de elaboração do Plano de Manejo do PETAR, por mais que este tenha sido conduzido de forma participativa e levando em conta o processo histórico da criação do parque e as condições socioambientais atuais, as redes sociotécnicas e as disputas de poder, ou seja, por mais que a condução pelos agentes públicos encarregados desta tarefa indique a transição paradigmática para a superação das dualidades em prol “do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado” (SANTOS, 2008b), o modelo institucional de construção de um documento desta envergadura permanece atrelado ao modelo mecanicista da ciência moderna.

No capítulo denominado Metodologia do plano de manejo do PETAR temos:

O Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira foi elaborado de forma a considerar a necessidade premente de integrar suas propostas e sua gestão aos processos de planejamento e desenvolvimento locais, bem como atender às requisições legais dispostas no SNUC e seu instrumento regulamentador. Foram utilizadas as propostas do Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Proteção Integral (IBAMA, 2002). Os princípios e etapas que nortearam a elaboração do Plano de Manejo encontram-se detalhados a seguir: Base Técnico-Científica; Planejamento Integrado; Planejamento Participativo; Educação Ambiental; Orientação Estratégica (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018: 50)

A descrição deste processo está detalhada no capítulo sobre mapas desta tese. Por ora, nos aprofundemos nas reflexões acerca das influências dos paradigmas associados ao paradigma da ciência moderna sobre a criação, implantação e manutenção dos sistemas de áreas protegidas. O paradigma denominado de “Institucionalização da natureza” apresenta o papel das instituições públicas vinculadas à conservação da natureza, incluindo a Fundação Florestal, que tem entre suas atribuições fazer a gestão do PETAR.

A institucionalização da natureza: os instrumentos normativos e as instituições protetivas da natureza

Uma vertente do pensamento conservacionista se consolidou na sociedade moderna: é preciso proteção legal para a natureza.

A remanescente das florestas criou uma “cisão de mundos”, onde o mundo natural, remanescente, é o das restrições de uso, regulado pelo Estado; o mundo produzido pelo humano, onde a matriz florestal foi substituída por outras matrizes, é o da liberdade de ação, regulado pela economia. No diálogo social, tal cisão é mediada pelo conjunto de normas jurídico-administrativas.

O paradigma da institucionalização da natureza, que carrega a premissa de que instrumentos jurídico-administrativos protegem a natureza, se estabeleceu no período colonial, permanecendo nos dias atuais, alinhado ao paradigma da ciência moderna, pois que são os estudos técnico-científicos, com suas qualificações e medições, que dão corpo, via de regra, às normativas jurídicas ambientais.

Não raro, instrumentos jurídico-administrativos criados no período colonial para proteger determinados elementos da natureza são considerados precursores da legislação ambiental atual, entretanto, muito claramente, alguns se voltaram à proteção dos recursos naturais sob uma perspectiva utilitarista e de mercado, não de proteção da natureza.

Segundo Prestes (2000), alguns dos naturalistas do Brasil colonial foram, em tempos atuais, alçados à condição de precursores da conservação:

J.A.G. Mello afirma que Arruda da Câmara é o “pioneiro entre nós” a perseguir o “objetivo de preservação de espécies ameaçadas de destruição” (Mello, 1982:41) na medida em que propunha o cultivo de vegetais raros nos jardins botânicos (p. 129).

Condição esta contestada pela autora. Em que pese o fato de que muitos naturalistas não foram inumes nem alheios aos problemas ambientais que já se constituíam em seu tempo, no final do século XVIII, no entanto, isso não implica em afirmar constituíram-se em “pioneiros” da conservação (PRESTES, 2000).

Em um de seus trabalhos, Arruda Câmara, médico luso-brasileiro que, ao retornar ao Brasil, se dedicou exclusivamente a estudos naturalistas (PRESTES, 2000: 101-102) prega a necessidade de se criarem meios para garantir o cumprimento às “medidas de conservação”:

Os rústicos, ou por não ponderarem que cortando estas árvores podem vir a faltar, ou por se fiarem na grande quantidade delas, as derrubam sem conta; é, portanto, necessário proibir-se as derrubadas, principalmente para fazerem currais e cercados. [...] Para tirar as folhas e os frutos não é necessário cortar as árvores, como eles praticam, basta arrimar uma escada ao tronco para o fazerem com muita facilidade, sem dano da planta (CÂMARA, 1982:232, apud PRESTES, 2000:130).

A autora reconhece no texto do naturalista colonial o propósito de salvaguardar as plantas, contudo, comenta:

...note-se que a preocupação do autor não ultrapassa os limites do âmbito econômico. Em que medida é lícito atribuir-se a isso uma relação com o sentido atual de conservação da natureza? (PRESTES, 2000:130)

Retornando aos instrumentos jurídico-administrativos criados no período colonial, um exemplo emblemático é o “Regimento do Pau-Brasil”, editado em 1605. Diz o rei de Portugal, Dom Filipe 3º:

Eu El-rei. Faço saber aos que este Meu Regimento virem, que sendo informado das muitas desordens que lia no certão do páo brasil, e na conservação delle, de que se tem seguido haver hoje muita falta, e ir-se buscar muitas legoas pelo certão dentro, cada vez será o damno mayor se se não atalhar, e der nisso a Ordem conveniente, e necessaria, como em cousa de tanta importancia para a Minha Real Fazenda, tomando informações de pessoas de experiência das partes do Brasil, e comunicando-as com as do Meu Conselho, Mandeí fazer este Regimento, que Hei por bem, e Mando se guarde daqui em diante inviolavelmente.

Parágrafo 1º. Primeiramente Hei por bem, e Mando, que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito páo brasil, por si, ou seus escravos ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escrito do Provedor mór de Minha Fazenda, de cada uma das Capitánias, em cujo destricto estiver a mata, em

que se houver de cortar; e o que o contrário fizer encorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda⁸⁴ (grifos meus).

Fica claro que o principal objetivo era a garantia do controle sobre o manejo do recurso, o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), que representou o primeiro ciclo econômico extrativista nas florestas brasileiras.

No mandato do então governador Antônio Manuel de Mello Castro, em 1779, foram editadas as "Providencias interinas para a conservação das mattas e paos reaes da costa desta capitania" onde, talvez, pela primeira vez o conceito de floresta primária foi utilizado com o intuito de proteção da floresta, mesmo que tenha sido para proteção dos interesses da corte.

... o governador de São Paulo, considerando que o "bem público" exigia limitar a liberdade dos indivíduos de destruir "para sempre" florestas que haviam levado séculos para se formar, proibiu a derrubada ou queimada de florestas "que são chamadas e consideradas como florestas virgens, ainda que poucas madeiras de lei sejam nela encontradas" (DEAN, 1996:151).

A denominação "madeira de lei", utilizada até hoje como sinônimo de "madeira de qualidade, de grande durabilidade" tem sua origem em 1795, quando foram emitidas uma série de ordens reais destinadas a preservar as madeiras de valor naval: "a autorização para cortar madeiras boas para a construção naval, denominadas *pau real* ou *madeira de lei* estava reservada aos governadores, que eram auxiliados por 'juizes conservadores' exclusivamente encarregados da fiscalização, regulamentação e autorização"(DEAN, 1996:151, grifos do autor).

Em 1796, sob a ação do juiz conservador Baltasar da Silva Lisboa, inspeções e relatórios indicavam que grande parte da madeira de lei que servia para construção naval já havia sido derrubada. "Seus relatórios demonstravam familiaridade com centenas de espécies arbóreas da floresta costeira e sua infinidade de usos" (DEAN, 1996:152). O juiz se utilizava de métodos científicos como medições de taxas de crescimento e experimentos de densidade. Assim, o conhecimento sobre a floresta atlântica e a impossibilidade de sua regeneração rápida estavam disponíveis já no Brasil colônia.

O conhecimento de que as árvores da Mata Atlântica não cresceriam a partir dos tocos, que não se poderia fazê-las crescer exceto na floresta e que seu crescimento era tão lento que se passariam gerações antes que pudessem ser colhidas, sugeria que, ao contrário das florestas temperadas do Velho

⁸⁴ http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20120328-01.pdf acesso em nov 2017

Mundo, o replantio de madeira de lei nativa em arvoredos homogêneos não era nem econômica nem ecologicamente viável e que o suprimento de madeira e navios deveria ser sustentado apenas através do cauteloso manejo das florestas existentes, que incluía o corte seletivo e o incentivo à regeneração de espécies arbóreas de maior valor (DEAN, 1996:153).

Resultado das atividades de caráter científico desenvolvidas em nome dos interesses da Corte, conjugadas com os saberes dos povos locais, o manejo sugerido não agradava e não gerou interesse dos ricos e poderosos madeireiros e seus aliados - que ficaram furiosos com a inesperada contestação de seu modo de produção, nem dos agricultores itinerantes – que vinham logo atrás dos madeireiros, plantando mandioca e arroz. Os conflitos se intensificaram rapidamente.

Exigia-se agora que os proprietários privados obtivessem permissão para derrubar madeira de lei de sua propriedade, obrigando-os a viajar até a capital da província [...] Os governadores aplicavam taxas sobre a remoção de madeira por proprietários privados, decidiam arbitrariamente os preços de compra das madeiras de lei e depois atrasavam o pagamento (DEAN, 1996:153).

Nestes casos, talvez pudéssemos afirmar que os instrumentos jurídico-administrativos de proteção à natureza, tão representativos de um período da história geral e do Brasil, constituíram-se, antes, em instrumentos de “camuflagem da conservação para outros fins”. Contudo, não podemos nos referir à camuflagem como um posicionamento diante da natureza, pois que não havia, à época, “uma mentalidade pró-conservação, no sentido em que o século XX a entende” (PRESTES, 2000:131).

Thomas (1988) visando expor os pressupostos que fundamentaram as percepções da aristocracia inglesa no início da época moderna frente à natureza, localiza em suas inúmeras fontes históricas um leque de variantes nas intenções de proteção ambiental.

Foi das pessoas que estudavam aves por passatempo ou curiosidade que surgiu a campanha pela preservação; e foram os naturalistas que pressionaram para se aprovar uma série de atos legislativos que, a partir de 1869, proporcionaram nível cada vez maior de proteção legal às aves selvagens. Isso foi o resultado de vários séculos de crescente interesse no mundo da natureza. Desde o século XVII. O estudo de aves, moluscos, fungos, borboletas, algas marinhas, fósseis, flores e animais selvagens se firmara como uma recreação de classe média. Fidalgos, clérigos e gente da cidade (incluindo suas esposas) voltaram-se em número crescente para o mundo da natureza, por curiosidade, prazer ou satisfação emocional (p.332).

Como se vê, o estabelecimento de instrumentos jurídico-administrativos protetivos na Inglaterra, se deu, em alguma medida, em função da popularidade da história natural no país.

Para Thomas (1988), parte destas atividades tinha um caráter utilitário, como por exemplo para médicos, com interesse no uso medicinal das plantas ou para entomologistas, que estudavam os insetos para aprender como destruir as pragas agrícolas, mas os objetivos da história natural (suporte a atos legislativos no início do período moderno) “excediam em muito as necessidades práticas, derivando de uma combinação de impulso religioso, curiosidade intelectual e prazer estético” (THOMAS, 1988:334).

Foi a religião que ensinou que o mundo natural era o livro de Deus, e seu estudo um atalho para a compreensão da sabedoria divina. [...] A esse impulso moral acrescentou-se a pressão mais persistente da moda e do prazer. O século XVIII assistiu à popularização da história natural por autores que escreviam no vernáculo e não em latim, e que visavam tanto divertir quanto instruir (THOMAS, 1988:334-335).

No fechamento deste tópico, de reflexão sobre as origens do processo de institucionalização da natureza conjugado ao paradigma da ciência, vale ressaltar que os instrumentos adotados tanto pela metrópole portuguesa quanto, mais tarde, pelo Império, tinham seu foco de proteção essencialmente centrado em determinados recursos naturais de valor econômico, e mesmo quando a normativa se focou em extensões territoriais, ainda assim a floresta era encarada como recurso econômico, cuja exploração deveria ser controlada ou supervisionada pelo Estado (MEDEIROS, 2006). Tal supervisão se dava e continua se dando por instituições públicas especialmente criadas para executar este controle.

Diante da atual situação política que se estabeleceu no Brasil, agudizando as questões aqui delineadas, importante cruzar as reflexões de revisão de processos e vivências, objeto deste estudo, com as situações atuais que envolvem as instituições que tem por atribuição “zelar pela natureza”. No capítulo sobre o Estado e o agente do Estado e no capítulo das Considerações finais esta abordagem será aprofundada.

Os instrumentos normativos: bases legais da atualidade

A legislação ambiental brasileira tem sido considerada uma das mais avançadas em termos de normas de proteção. Entretanto, algumas disposições legais ainda não mostraram sua efetividade, sendo a eficácia destas diretamente vinculada aos instrumentos governamentais que vão, ao

final, demonstrar os resultados esperados. Por via de consequência, a efetividade das normas requer instrumental político, administrativo, recursos humanos e financeiros. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018:968)

De fato, a efetividade das normas está diretamente vinculada às condições de sua aplicação e aplicabilidade.

A partir de uma adaptação da Pirâmide de Kelsen (KELSEN, 1987 apud Freitas, 2016), tem-se a seguinte hierarquia das normas jurídico administrativas:

- I. Constituição Federal e Constituições Estaduais (normas supremas do Estado);
- II. Normas gerais superiores (gerados nos processos legislativos – leis, ou pelo poder executivo – decretos, ou pelo poder judiciário - jurisprudências);
- III. Normas gerais provenientes dos órgãos do poder executivo (resoluções; instruções normativas; portarias);
- IV. Normas individualizadoras (decisões judiciais, contratos).

Além das **Constituições**, os instrumentos jurídicos–administrativos mais robustos para o território da conservação no Brasil, conforme já abordado na Introdução, são o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-**SNUC** e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas-**PNAP**, exemplos de normas gerais superiores. Serão brevemente discutidos, com vistas a preparar a discussão do tópico seguinte, que irá tratar das normativas atuais e seu imbricamento com as instituições protetivas da natureza.

A Constituição de 1988: artigos e incisos no debate das sobreposições de direitos

Até o advento da Constituição Federal (CF) de 1988, a proteção das áreas representativas dos ecossistemas que caracterizam os remanescentes de Mata Atlântica ocorria sob a égide de inúmeros diplomas legais, dos quais se destacam: o Decreto-lei Estadual nº 9.146/1945 (revogado); a Lei Federal nº 4.771/1965 (Código Florestal parcialmente revogado); a Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); a Lei Federal 6.902/1981 que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e das APA; a Lei Federal nº 7.437/1985 (Ação Civil Pública por Danos ao Meio Ambiente); o Decreto Estadual nº 25.341/1986 (Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas); e a Resolução S.C. nº 40/1986 do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) - tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba, entre outras. [...]. Em 1998, a Lei Federal nº 9.605, regulamentou o disposto no § 3º do art. 225, da CF, instituindo a figura dos crimes ambientais e respectivas sanções penais, assim como estabeleceu multas para as infrações administrativas na área ambiental (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018:969)

A Constituição de 1988 eleva o status da conservação da natureza no cenário político nacional, dedicando um capítulo ao Meio Ambiente, composto pelo artigo 225, seus incisos e parágrafos que explicitam as incumbências do Estado e as responsabilidades da sociedade com relação à degradação ambiental e condutas lesivas ao meio ambiente, além de outros princípios. Destaque para o caput do artigo, e para as referências diretas à conservação da natureza nos parágrafos e incisos.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - **proteger a fauna e a flora**, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a **recuperar o meio ambiente degradado**, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e **atividades consideradas lesivas ao meio ambiente** sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a **preservação do meio ambiente**, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à **proteção dos ecossistemas naturais**.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Se o Capítulo VI da Constituição Federal trata do Meio Ambiente, o Capítulo 1 trata da dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, sem deixar de destacar a defesa do meio ambiente. Destaque para o inciso VI.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

É na Constituição Federal que estão definidas as competências do Estado, a serem executadas pelas instituições, nas três instâncias administrativas. Destaque para os incisos I, III, VI e VII, que evocam diretamente a conservação da natureza, mas também atenção para o cruzamento com os demais incisos, tais como os incisos VIII e XI, que tratam de produção agrícola e minerária. Ou seja, cada um destes incisos deve ser avaliado em equilíbrio e harmonia com os demais.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e **conservar o patrimônio público**;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, **as paisagens naturais** notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o **equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar** em âmbito nacional.

Cabe, também, destaque para a Constituição Estadual, que em seu artigo 196 especifica a delimitação geográfica de territórios da conservação no estado de São Paulo:

A Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Zona Costeira, o Complexo Estuarino Lagunar entre Iguape e Cananéia, os Vales dos Rios Paraíba, Ribeira, Tietê e Paranapanema e as unidades de conservação do Estado são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização far-se-á na forma da lei, dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

Da mesma forma, destaque aos artigos 197 e 198, que se referem às “áreas de proteção permanente” e aos “espaços especialmente protegidos”:

Artigo 197 - São áreas de proteção permanente:

- I - os manguezais;
- II - as nascentes, os mananciais e matas ciliares;
- III - as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de migratórios;
- IV - as áreas estuarinas;
- V - as paisagens notáveis;
- VI - as cavidades naturais subterrâneas.

Artigo 198 - O Estado estabelecerá, mediante lei, os espaços definidos no inciso V do artigo anterior, a serem implantados como especialmente protegidos, bem como as restrições ao uso e ocupação desses espaços, considerando os seguintes princípios:

- I - preservação e proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistemas;
- II - proteção do processo evolutivo das espécies;
- III - preservação e proteção dos recursos naturais.

A Constituição sob a lente dos agentes do Estado

Quando da ocasião de uma das Rodas de Conversa sobre o agente do Estado, o artigo nº 225 foi discutido amplamente. A partir da metodologia da análise do discurso, a busca pela palavra “constituição” no texto da transcrição da Roda trouxe como resultado que houve uma

reflexão conjunta dos participantes sobre os embates entre proteção da natureza e uso dos recursos naturais, com ênfase para a posição e ação do agente público

A apresentação dos trechos identificados na transcrição ilustram esta afirmação⁸⁵..:

A Constituição inseriu a mata atlântica e a serra do mar como patrimônios naturais e o Condephat, em 1985, tombou a serra do mar como patrimônio cultural. Para que o agente público possa alcançar a conservação de determinado bem, por exemplo, a paisagem - que também deve ser protegida, uma vez que faz parte da história natural e cultural - seu papel é de mediador, para garantir que as normas tenham sentido na sociedade. E a norma maior é a a Constituição Federal, com suas prerrogativas. O artigo 225 é o mais citado, o mais reverenciado, mas há também o artigo 170, onde o princípio 2 é propriedade privada e o princípio 6 é defesa do meio ambiente. Um se sobrepõe ao outro. Nesta perspectiva, o agente público que vai proteger, tem que dialogar com essa sociedade, com esse setor econômico, que também está protegido na Constituição. Buscar o diálogo significa sair da posição onde eu estou e me dirigir para posição onde você está. Então, o papel do agente público não é puxar mais para uma norma e menos para outra, mais para a ordem econômica ou mais para a conservação da natureza. Talvez se possa considerar, diante desta não hierarquização de princípios, que não existe conflito, que se trata de um conflito falso, que se desenvolve no território da conservação - que são vários, de vários tipos, com vários elementos naturais. É preciso mediar estes vários interesses, essas várias relações de poder que se cristalizam naquele determinado território.

A tendência é colocar a Constituição Federal, o art. 225 como o pilar. Isto aconteceu porque já tinha caldo na sociedade, naquela época. Ao se estudar a história das áreas protegidas em SP pode-se observar que o enfoque de alguns precursores da conservação, como Alberto Loefregen, em 1904, já era o da importância de um serviço florestal, um sistema.... de criar reservas florestais como bens de serviços ecossistêmicos (ele não usa este termo, mas é), regulação do clima, água, tanto para a sociedade quanto como um patrimônio da sociedade. Nesse tempo, lá atrás, se tinha uma visão do Estado mais reguladora, um Estado forte. Hoje se passa por uma transição... o que se vê é o enxugamento do Estado e a iniciativa privada toma conta do que o agente público tomou até então, se concedem as UC, porque o Estado está reduzido e não agrega condição de trabalho, e a iniciativa privada quer demonstrar que reúne mais condições de trabalho...

⁸⁵ O registro das falas estará sempre grafado em itálico, sem aspas. São registros fiéis às falas gravadas, porém trabalhados, de forma que as complementações de cada um sobre as falas dos outros, se conjugassem

O futuro preocupa.... e se daqui a pouco... se mudar... a Constituição, enquanto permanece o regime democrático, ela vai continuar refletindo o que sociedade atual e real quer, mas ... se cair a parte da Constituição que coloca a defesa ambiental aliada com o econômico o agente público vai lutar contra o sistema, estando dentro dele? Vai se estabelecer uma luta contra alguma nova atribuição? ...que bom que foi construído todo o sistema ambiental que atende as legislações e as atribuições, mas, a partir destas atribuições... tem muito agente público que leva as coisas ao pé da letra e se não está escrito como fazer aquilo, simplesmente não faz... no contexto político em que nos encontramos, o papel do agente público não é só cumprir atribuições ...

O agente público precisa sair um pouco da casinha, não pode ficar preso só na questão legal, da constituição, ele tem que sair e tem que experimentar o olhar do outro. Um dos papéis dos agentes públicos é trabalhar com diferentes realidades, pois não existe uma realidade única. Quando se está trabalhando ou está envolvido com uma unidade de conservação, o gestor tem de ser interlocutor de diferentes realidades. A realidade local, regional, que pode ter vários contextos... Se você está lidando, por exemplo, com uma comunidade tradicional, naturalmente – deveria ser – o olhar do gestor público, de reconhecimento de com quem está falando... não é um pobre coitadinho, mas também não é igual aos outros todos, não está na mesma categoria, por exemplo, de barqueiros, de empresários, eles representam um público muito específico, que tem direitos previstos em normas legais, os quais também devem ser assegurados. Existe um distanciamento muito grande do olhar do gestor com relação ao outro, ao que está fora do Estado. O “bem comum” não se refere apenas à natureza...e não se trata da sociedade como um todo, pois são várias sociedades.

Todo mundo está envolvido nisso, toda a sociedade. É o patrimônio de todos. A ideia de pertencimento é importante, a maioria das pessoas não sabe que aquilo pertence a ela. Então também é um trabalho que o agente público tem que fazer: mostrar a importância do pertencimento. E até as comunidades tradicionais, quilombolas, caiçaras, caipiras, quanto patrimônio está envolvido... eles ajudaram a proteger as UC, com um elo muito forte: os remanescentes, a fauna, a paisagem, são partes das suas culturas.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

O SNUC foi estabelecido pela Lei Federal nº 9.985/2000. Segundo informação constante na página do Ministério do Meio Ambiente, a gestão do SNUC é feita com a

participação das três esferas do poder público (federal, estadual e municipal). As competências dos órgãos para a gestão do sistema vão desde a coordenação e acompanhamento, até sua implementação propriamente dita.

O SNUC é gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

- Órgão consultivo e deliberativo: representado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tem a função de acompanhar a implementação do SNUC;
- Órgão central: representado pelo Ministério do Meio Ambiente, tem a finalidade de coordenar o SNUC;
- Órgãos executores: representados na esfera federal, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e IBAMA, em caráter supletivo, e nas esferas estadual e municipal, pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. Os órgãos executores do SNUC têm a função de implementá-lo, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, mas nas respectivas esferas de atuação.

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP

Como suporte político ao SNUC, foi instituído o PNAP, por meio do Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006, que representa o compromisso do Governo brasileiro, enquanto signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), de adotar o Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da CDB (Decisão VII/28 estabelecida durante a Sétima Conferência das Partes - COP 7, realizada na República da Malásia, em fevereiro de 2004)⁸⁶.

O Plano enfoca prioritariamente o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as terras indígenas e os territórios quilombolas. As áreas de preservação permanente e as reservas legais são tratadas no planejamento da paisagem, no âmbito da abordagem ecossistêmica, com uma função estratégica de conectividade entre fragmentos naturais e as próprias áreas protegidas. [...] Para a implementação do Programa de Trabalho da CDB, o Governo Brasileiro se comprometeu em formular um Plano Nacional, instrumento que define princípios, diretrizes e objetivos que levarão o país a reduzir a taxa de perda de biodiversidade, por meio da consolidação de um sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente

⁸⁶ Este tema será melhor desenvolvido quando da discussão do paradigma sobre a importância planetária da biodiversidade.

manejado, integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas, até 2015.⁸⁷

Com relação ao bioma Mata Atlântica, especificamente, o Decreto Federal n.º 750/93, que vigorou até a sua revogação, em 2006, pela Lei Federal n.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.660, constituem-se nas normativas principais, inclusive para regulação de processos de licenciamento conduzido pelas instituições formalmente constituídas para tanto, tais como o IBAMA, em nível federal e a CETESB, componente do Sistema Paulista de Meio Ambiente.

Os primórdios das instituições protetivas da natureza

Em recorte histórico consonante com o paradigma da ciência moderna, serão, a seguir, destacadas algumas das instituições características do Brasil colônia, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Comissão Geográfica e Geológica do Império do Brasil, algumas das instituições públicas contemporâneas relacionadas à temática florestal e da conservação, propriamente ditas, como o extinto Serviço Florestal Federal e o atual Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, além das instituições paulistas, como a extinta Comissão Geográfica e Geológica e os atuais Instituto Florestal e Fundação Florestal.

Prestes (2000) relata que no mundo moderno do século XVII a formação de sociedades científicas representou um tipo de atividade “identificada com o do iluminismo, que é o da reunião de indivíduos aglutinados por um interesse comum. As então chamadas ‘academias particulares de eruditos’ surgiram em vários países da Europa” (p.94, grifos da autora). Não tardou para que este modelo fosse transformado e que as academias se institucionalizassem, sendo oficialmente assumidas pelos governos ou pelas universidades. Assim se deu no Brasil do século XIX.

Como reação ao empirismo das românticas “viagens através das regiões desconhecidas” e sob influência do pensamento positivista, iniciou-se no Brasil, em 1875, a época das comissões, encarregadas de desenvolver estudos sistemáticos dos recursos naturais. A primeira foi a Comissão Geológica do Império do Brasil... [...] Apesar de sua curta duração – apenas dois anos – a Comissão conseguiu resolver os grandes traços do arcabouço geológico do Brasil, reunindo 500.000 amostras em todos os ramos e suas

⁸⁷ <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/plano-de-areas-protegidas>. Consulta em jan/2018.

atividades e que hoje se encontram no Museu Nacional do Rio de Janeiro (LEINZ, 1955, apud SÃO PAULO, 1996:11).

Às vésperas da Proclamação da República, o Brasil imperial é uma terra mais imaginária do que real, “...havia ali um país que aparentava ser mais civilizado, rico, elegante e educado do que fato era ou seria no futuro” (GOMES, 2013:93).

O Império brasileiro foi pródigo na criação de representações que acabaram por impor um tipo de memória oficial. Nesse esforço de bem costurar uma imagem para dentro e para fora do país, destacou-se a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, em associação com a Academia Imperial de Belas Artes, daria à monarquia brasileira uma nova história, uma iconografia original e uma literatura épica (SCHWARCZ, 2003:7).

Para Schwarcz (2003) as motivações na direção de uma representação oficial do Brasil se estruturam em função dos problemas de ordem externa e interna que o Império brasileiro enfrentava: no plano político, uma monarquia americana era vista sob suspeita pelas demais nações do continente⁸⁸, mas também internamente parecia necessário assegurar e – nesse caso – criar uma identidade local.

Dessa maneira, se se pode entender a fundação apressada, já em 1826, das duas faculdades de direito no país – uma em Recife, outra em São Paulo – ou mesmo a reformulação das escolas de medicina em 1830 – afinal, um novo país necessita de um corpo de leis e de uma nacionalidade sadia –, mais difícil é equacionar a criação, quase que concomitante, de um estabelecimento dedicado “às letras brasileiras”. Parecia ser premente a tarefa de dar cultura à nação, estabelecer uma nova historiografia apartada da metrópole, assim como dar lugar a uma literatura com as cores, as gentes e a natureza local. [...] É assim que, em 1838, tendo como modelo o Institut Historique, fundado em Paris em 1834 [...], forma-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, congregando a elite econômica e literária carioca (SCHWARCZ, 2003:10).

Note-se que os ideais do iluminismo - reunião de indivíduos aglutinados por um interesse comum (a elite econômica carioca) - destacados por Prestes (2000) como o amálgama das primeiras academias científicas, preparou o solo para as raízes das instituições científicas brasileiras. Destas, as que se dedicaram à investigação do mundo natural lograram papel de destaque, inclusive por terem por atribuição o diagnóstico dos recursos naturais a serem explorados economicamente. Ao longo dos séculos, as instituições foram sofrendo

⁸⁸ Apesar de não se conhecerem histórias de represália ao regime brasileiro, ao menos no que tange ao processo de abertura de relações diplomáticas, a oficialização da independência brasileira, pelos Estados Unidos da América, foi morosa. Enquanto o reconhecimento das demais nações latino-americanas foi quase imediato, no caso do Brasil a oficialização tardou um ano (SCHWARCZ, 2003:10).

readequações, dando origem a novos perfis de atividades para o agente público. Uma tantas foram extintas e outras tantas foram criadas.

As instituições que vieram para lidar com as florestas

O Serviço Florestal do Brasil foi criado em 1921,

Art. 1º Fica creada no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma secção especial, sob a denominação de «Serviço Florestal do Brasil», tendo por objectivo a conservação, beneficiamento, reconstituição, formação e aproveitamento das florestas.

Art. 2º Para os efeitos desta lei serão consideradas florestas não só as áreas actualmente cobertas de vegetação de alto e médio porte, como também aquellas em que se pretenda desenvolver essa vegetação, para defesa de salubridade e aumento da riqueza publica⁸⁹.

Urban (1998) afirma que foi a consciência do potencial econômico da floresta que levou o presidente Epitácio Pessoa a propor a criação do Serviço Florestal (p. 73).

Um grande passo sem dúvida, mas que, logicamente, não pôs fim às problemáticas de ordem ambiental encontradas no país. A fragilidade estrutural e a carência de profissionais qualificados pareciam ser os grandes desafios a serem vencidos pela primeira Instituição Federal voltada à administração florestal do Brasil. Vale ainda frisar que somente em 16 de setembro de 1925 o SFBr foi regulamentado, pelo Decreto nº 17.042. Ainda o mesmo só vai se tornar de fato um Órgão do Ministério da Agricultura (MA) através do Decreto Lei nº 982 de 23 de dezembro de 1938. Até então, constituía-se numa mera Seção especial do Ministério. (FONSECA, 2009:2)

Extinto em 1962, foi substituído pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis, que deu lugar ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967, novo órgão no governo central com atribuições específicas para implementar, gerir e fiscalizar as

⁸⁹ Pode-se interpretar que seriam consideradas florestas também os reflorestamentos. Trata-se de uma observação importante, pois, no futuro, a diferenciação entre florestas plantadas e nativas se tornou pauta nos temas de conservação da natureza, em função da silvicultura configurar-se como matriz em muitas regiões do Estado de São Paulo, a partir da conversão da matriz florestal nativa. Cabe também o destaque das novas legislações sobre restauração da vegetação nativa, como a Resolução SMA 189/2018 que “Estabelece critérios e procedimentos para exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Estado de São Paulo”

áreas protegidas em franca expansão pelo território nacional (MEDEIROS, 2006; CASTRO, 2013)

O IBDF, autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura e instituída pelo Decreto-Lei Federal nº289 de 28/02/1967, nascia com a missão de “formular a política florestal bem como orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis” (BRASIL, 1967b apud MEDEIROS, 2006:53). Era de sua competência prioritária fazer cumprir o Código Florestal, a lei de proteção à fauna, toda a legislação pertinente aos recursos naturais renováveis, além de administrar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os Parques Nacionais, as Florestas Nacionais, as Reservas Biológicas e os Parques de Caça Federais. “Em outras palavras, criava-se uma instituição fortalecida e prestigiosa, com ambiciosa atribuição: gerir todas as áreas protegidas existentes no país” (MEDEIROS, 2006:53).

Importante destacar que em meados da década de 1970, talvez como resposta às investidas dos primeiros ambientalistas que pretenderam interferir politicamente no desenvolvimentismo, surgiu uma estrutura paralela, nova, que se apresentava com outras atribuições que não as já assumidas pelo IBDF.

Quando, em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, por meio do Decreto Federal nº 73.030, permaneceu sob a responsabilidade do Ministério do Interior, órgão que coordenava a implantação das estratégias de crescimento econômico acelerado estabelecidas pelo governo brasileiro, em flagrante contradição com as atribuições e funções de controle ambiental que a SEMA deveria desenvolver (BRITO, 2000).

No artigo 1º do Decreto Federal nº 73.030 consta que a SEMA estaria orientada para a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Especificamente em seu Art. 13, consta que “dará prioridade, nos exercícios de 1973 e 1974, aos estudos, proposições e ações relacionadas com a poluição hídrica”.

O fato de ter sido concedido à SEMA, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, a criação de áreas protegidas em uma nova categoria, as Estações Ecológicas, gerou disputas de atribuição entre os órgãos.

Em livro editado pelo WWF, que publica partes de um diário pessoal, Paulo Nogueira-Neto, secretário da SEMA entre 1973 a 1986, declara:

Nosso programa de Estações Ecológicas foi objeto de críticas da Comissão que no Ministério Agricultura está estudando a reestruturação do IBDF.

Segundo publicou a imprensa, eles pensam que a Sema invadiu atribuições do IBDF. Não compreenderam que desejamos usar, para a causa da Conservação da Natureza, recursos do Ministério do Interior que não podem ser transferidos a outro Ministério, pelo menos na escala que pretendemos aplicar no nosso setor de ecossistemas. É a burocracia em luta por privilégios pequeninos, sem visão global. (NOGUEIRA-NETO, 2010: 47).

Ao final destes mais de 12 anos de secretariado na SEMA, foram criadas 32 Estações Ecológicas. O embate entre os órgãos, acerca da atribuição da gestão das unidades de conservação, somente seria resolvido com a extinção da SEMA e a criação do IBAMA.

A implantação da Política Nacional de Meio Ambiente trouxe, além da novidade da criação de Estações Ecológicas, o estabelecimento de uma outra categoria institucional: um conselho – de natureza consultiva e deliberativa - com força política e presença de representantes da sociedade civil organizada.

A Lei Federal nº 6938, de 1981, explicita que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tem por finalidade assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

Não só o CONAMA, como seus correspondentes nos Estados da federação (no caso de São Paulo, CONSEMA), têm papel fundamental nos diálogos do Estado com a sociedade, principalmente por sua atribuição específica de discutir e avaliar os processos de licenciamento.

As reestruturações ocorridas pós-Constituição de 1988 trouxeram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ao cenário da regulação ambiental, pela edição da Lei Federal 7.735/1989.

Art. 2º É criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, entidade autárquica de regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Interior com a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.

Ao invés de ser vinculado ao Ministério da Agricultura, como o era o IBDF, o IBAMA nasceu subordinado ao Ministério do Interior, como o era a SEMA, e em 1999 passou a ser vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Nova reestruturação gerou a criação de um outro órgão, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, por meio da Lei Federal 11.516/2007, que assumiu a atribuição de gerir as unidades de conservação federais, mantendo-se o IBAMA na função de exercer o poder de polícia ambiental e executar ações relativas ao licenciamento ambiental, à fiscalização, ao controle da qualidade ambiental e à autorização de uso dos recursos naturais.

No âmbito específico da criação de florestas nacionais, e sua gestão direta, nos termos do art. 17 do SNUC (que inclui as florestas estaduais e municipais), foi criado o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Lei Federal 11.284/2006.

As instituições paulistas

A Lei nº 9 de 27 de março de 1886 e suas instruções, datadas de 7 de abril do mesmo ano, criaram a Comissão Geographica e Geológica da Província de São Paulo (CGC), embrião de várias instituições de pesquisa científica da atualidade que, nos moldes da Comissão Geológica do Império do Brasil, reuniu uma equipe multidisciplinar destinada a planejar e executar pesquisas para subsidiar a ocupação do território paulista (p. 11). [...] A Comissão Geográfica e Geológica foi muito importante por ser responsável pela introdução da dimensão científica no trato da Coisa Pública. Em matéria de Economia, víamos os anos da glória da cafeicultura, que introduzia a ocupação das novas fronteiras agrícolas e o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento. Em termos de Filosofia, participamos do auge do Positivismo de Comte, que teve no Brasil um dos terrenos mais férteis para o seu desenvolvimento (GUILLAUMON, 1996:16)

Diferente da Comissão Geológica Imperial, que só persistiu por dois anos, a CGC existiu durante 45 anos, entre 1886 e 1931, tendo sido subordinada a variadas Superintendências e Secretarias de Estado. Através dos anos, suas atividades foram organizadas em seções, que foram sofrendo modificações, até resultarem na criação de órgãos específicos. Quando vinculada à Secretaria de Agricultura abrigou a seção de zoologia, a partir de 1893, mas em 1897 voltou a ser reorganizada nas seções Geológica, Geográfica, de Botânica e Meteorologia (GUILLAUMON, 1996).

Em edição comemorativa dos 110 anos de criação da CGC, intitulada “Pesquisando São Paulo”, estão apresentadas as instituições que se desdobraram das suas diversas seções. São elas: Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo (originou-se na Seção de Meteorologia; Instituto Geológico da Secretaria do Meio Ambiente e Instituto Geográfico e

Cartográfico da Secretaria de Economia e Planejamento (derivaram-se do Departamento Geográfico e Geológico do Instituto Geográfico e Geofísico); Centro de Hidráulica e Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras (teve sua origem com a instalação dos primeiros instrumentos no quintal da residência de um dos naturalistas estrangeiros contratados pela CGC – Alberto Lofgren); Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente (originou-se da seção de botânica); Fundação Florestal da Secretaria do Meio Ambiente (nasceu através do Instituto Florestal, 52 anos após a extinção da CGC); Instituto de Botânica da Secretaria do Meio Ambiente (não teve origem na CGC, mas está diretamente ligado a ela através do herbário, que abriga em seu acervo as coleções da CGC, do Museu Paulista e do Herbário Oswaldo Cruz); Museu Paulista da Universidade de São Paulo (em 1893 a CGC assumiu, provisoriamente, a responsabilidade da organização do acervo e sua ampliação, que estava sob a direção interina de Alberto Lofgren); Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (teve origem no Museu Paulista, resultados da reforma de 1939); Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (teve origem no Museu Paulista, resultado da reformulação de 1946) (GUILLAUMON, 1996:18-24).

Como se pode observar, as dinâmicas de reestruturação das instituições são intensas, sendo pautadas pelas contingências políticas e administrativas, bem como pelas influências dos diversos setores sociais.

Interessante notar que na narrativa institucional do Instituto Florestal-IF está destacado o vínculo com a CGC. A página oficial do IF traz:

O Instituto Florestal do Estado de São Paulo tem como missão Proteger o Patrimônio Natural e Cultural, pesquisando, recuperando e manejando a Biodiversidade associados à instituição, na perspectiva do desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo. Essa preocupação com a preservação data de 1886, com a Seção de Botânica e Meteorologia da Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, que em 1911 passa a se chamar Serviço Florestal. As pesquisas foram iniciadas já em 1897, logo após a desapropriação de gleba pertencente ao engenho da Pedra Grande em 1896. Naquele ano construíram as primeiras sementeiras de espécies florestais, cujo objetivo foi de proteger amostras dos ecossistemas nacionais, assim como espécies exóticas oriundas de vários países, entre os quais: Índia, Austrália, Filipinas e Cuba. [...]. Complementando essas atividades, foi montado um posto meteorológico classificado posteriormente como Estação Meteorológica nº 83.856⁹⁰.

⁹⁰ <http://iflorestal.sp.gov.br/pesquisa/#> (acesso em agosto/2018).

Portanto, em suas origens, os institutos de pesquisa da Secretaria do Meio Ambiente tiveram por atribuição gerar conhecimento e subsidiar políticas públicas, o que inclui apoio à decisão de converter ou não a matriz florestal em outras matrizes, conforme os projetos econômicos determinassem.

O próprio Serviço Florestal de São Paulo, precursor em linha reta do IF, criado pelo Decreto nº 2.034, de 18 de abril de 1911, "... objetivava a conservação, o melhoramento e a exploração metódica das florestas remanescentes, a renovação das áreas destruídas e a instalação de novas áreas florestadas", isso quando o estado de São Paulo contava, já, com apenas 45% de sua cobertura florestal original (SÃO PAULO, 1987a, apud BRITO, 2000).

A reestruturação do Serviço Florestal resultou na criação do Instituto Florestal, em 1970. Em pleno momento de turbulências políticas, tal reestruturação demonstrou um novo posicionamento quanto à conservação da natureza, mas ainda pautado pela disputa entre uso ou manutenção dos ambientes naturais, ou seja, disputa entre olhares voltados ao valor econômico e os olhares voltados a outros valores.

O Decreto Estadual nº 52.370/70, que cria o Instituto Florestal, como resultado da reestruturação do Serviço Florestal, lhe infere as seguintes atribuições que espelham a conjugação das atividades empresariais e econômicas com os fins conservacionistas da instituição (BRITO, 2000):

- realizar pesquisa e experimentação sobre espécies florestais de importância econômica;
- intervir no setor florestal, detendo o domínio das florestas de preservação permanente, e efetuar reflorestamento como empresário florestal, com fins conservacionistas, técnicos e econômicos, de acordo com plano previamente aprovado;

A Estação Meteorológica nº 83.856 é, justamente, a citada como sendo a origem ao Centro de Hidráulica e Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos, cujos primeiros instrumentos foram instalados na casa de Alberto Löfgren. Johan Albert Constantin Löfgren formou-se em filosofia e ciências naturais na Suécia e chegou ao Brasil em 1874. Em 1896, ainda na chefia das duas seções da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, Löfgren realizou, juntamente com Orville Adelbert Derby e Francisco de Paula Ramos de Azevedo, seu antigo desejo criando o Horto Botânico nas imediações da Serra da Cantareira, na cidade de São Paulo, do qual foi seu primeiro diretor, de 1907 a 1909. O Horto Botânico foi posteriormente denominado Horto Florestal Parque Estadual Albert Löfgren. (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/lofgalb.htm#trajetoria>, acesso em agosto/2018)

- promover estudos sobre paisagismo e o aproveitamento de áreas florestais de responsabilidade do Estado, para fins educacionais e recreativos.

Somente em 1986, Pelo Decreto Estadual nº 25.341, o Estado impinge ao Instituto Florestal, como atribuição adicional, a administração das unidades de proteção integral do Estado de São Paulo, em seu artigo 4º: "Os parques estaduais, compreendendo terras, valores e benfeitorias serão administrados pelo Instituto Florestal-IF".

Em 1986, por meio da Lei nº 5.208, de 1º de julho de 1986, o Poder Executivo é autorizado a criar instituição denominada "Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo", tendo por objeto contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de produção e de preservação permanente, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado, em particular aquelas sob administração do Instituto Florestal.

A Fundação Florestal, portanto, nasce como o “braço administrativo” do IF, que continua como gestor das unidades de conservação até o estabelecimento do Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR, criado por meio do Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006. Nesse momento, a maioria das unidades de conservação paulistas passa a ser administrada pela Fundação Florestal.

Composto pelo Instituto Florestal e pela Fundação Florestal, o SIEFLOR tornou-se o órgão executor do SNUC no Estado de São Paulo, sendo que:

- A Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo é órgão responsável pela implantação de florestas para fins conservacionistas, técnico-científicos e econômicos das áreas integrantes do SIEFLOR
- O Instituto Florestal é o órgão gestor da pesquisa científica do SIEFLOR

Ao refletirmos sobre todo este percurso das instituições que vieram para lidar com as florestas, estruturadas e reestruturadas sob as perspectivas paradigmáticas da ciência moderna e a institucionalização da natureza, se mostra de relevante importância a atenção dada aos processos políticos e aos desenhos das políticas públicas que se sobrepõem, buscando fortalecer as oportunidades de viabilização operacional do sistema de unidades de conservação, de resgate do valor social da conservação da natureza e da consolidação das áreas protegida enquanto bem de uso comum.

Este o papel do agente do Estado nestas instituições.

O estabelecimento de territórios da conservação está intrinsecamente e formalmente vinculado aos mapas elaborados para delimitar e definir o alcance das normativas legais.

Se os instrumentos normativos são “o cerne ou o osso” das instituições públicas, para as instituições cujas competências incluem os cuidados com o meio ambiente, os mapas são “a copa

ou a pele”. A copa, pela visualização, pela caracterização, pelo desenho. A pela representa o contato direto, ao mesmo tempo que o delimita.

No capítulo sobre mapas do território da conservação estão apresentados alguns dos mapas emblemáticos na história da cartografia da conservação (ver tabela 4), bem como o destaque para as instituições e autores que os conceberam e elaboraram.

As competências do Estado e as atribuições das instituições protetivas da natureza

Uma vez aceita a abordagem paradigmática de proteção da natureza por meio de criação e fortalecimento de instituições públicas com atribuições técnicas temáticas definidas por instrumentos normativos, cabe demonstrar o imbricamento das instituições públicas e das normativas. As instituições são criadas e têm suas atribuições estabelecidas pelos instrumentos normativos; em alguma medida geram os instrumentos normativos e os aplicam, por meio de seus agentes.

As competências são exercidas pelo Estado, por meio das instituições, reguladas pelos instrumentos normativos, em todas as hierarquias jurídico-administrativas correspondentes.

Ao agente público cabe executar as competências atribuídas ao Estado, sendo que os agentes públicos não apenas cumprem as normativas, como as elaboram. Isto equivale a dizer que as competências atribuídas ao Estado se constituem em obrigação de fazer (cumprimento das leis) e em possibilidades jurídico-administrativas de organizar as atividades, quando da elaboração técnica de decretos, resoluções, portarias, instruções normativas e outras hierarquias documentais, a depender da instituição que se dedica ao tema em questão.

Considerando, assim, que as Constituições Federal e Estadual são as bases para todos os demais instrumentos normativos, foi elaborada a tabela a seguir. Trata-se de um exercício simplificado, com foco nas competências do Estado estabelecidas pela Constituição de São Paulo e sua correlação com as atribuições assumidas por instituições que atuam diretamente nos territórios da conservação.

Na tabela 1, a primeira coluna reproduz os artigos constitucionais e a segunda coluna apresenta as instituições executoras, sem, contudo, esgotar a listagem de instituições, considerando que as atribuições são (ou devem ser) conjugadas em todo o Estado, em que pese a responsabilidade específica do SEAQUA⁹¹, denominado como “Sistema Ambiental Paulista”.

⁹¹ Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997. **Artigo 1.º** - Esta lei estabelece a Política Estadual do Meio Ambiente, seus objetivos, mecanismos de formulação e aplicação e constitui o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, nos termos do Artigo 225 da Constituição Federal e o Artigo 193 da Constituição do Estado.

Importante destacar que nos primeiros meses de 2019 foram editados os Decretos Estaduais nº 64.059⁹², nº 64.131/2019⁹³ e nº 64.132/2019⁹⁴, que alteram as denominações e atribuições das instituições que compõem este exercício⁹⁵.

Sendo assim, cabe, também, destacar o histórico da SMA, atual SIMA, delineado no sítio eletrônico da Pasta, consultado em fevereiro de 2019:

Criada em 1986, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA – surgiu para promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, coordenando e integrando atividades ligadas à defesa do meio ambiente. Três anos mais tarde, novas atribuições foram conferidas à pasta, que foi a responsável pela elaboração da Política Estadual de Meio Ambiente e pela sua implantação em 1997, que estabeleceu o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA, do qual a SMA é o órgão central.

Em 2008, a SMA teve a sua estrutura reorganizada, conforme decreto estadual. Desde então, além de coordenar a formulação, aprovação, execução, avaliação e atualização da Política Estadual de Meio Ambiente, a secretaria também ficou responsável por analisar e acompanhar as políticas públicas setoriais que tenham impacto ao meio ambiente, bem como articular e coordenar os planos e ações relacionados à área ambiental. Dessa maneira, as questões ambientais deixaram de integrar apenas a pasta de Meio Ambiente, para estarem presentes em diferentes órgãos e esferas públicas do Estado de São Paulo, que trabalham de maneira integrada com a SMA.

A secretaria também é responsável por executar as atividades relacionadas ao licenciamento e à fiscalização ambiental, além de promover ações de educação ambiental, normatização, controle, regularização, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais. Para isto, departamentos, coordenadorias e Fundações atuam vinculadas à SMA para exercer as atividades competentes à pasta.⁹⁶

A reflexão sobre os processos de surgimento, desenvolvimento, estabelecimento, reorganização, extinção e transformação do conjunto das instituições protetivas da natureza, nos leva à consideração sobre a força política e as dificuldades operacionais das estruturas

⁹² De 01 de janeiro de 2019 - Dispõe sobre as alterações de denominação, transferências e desativações que especifica e dá providências correlatas

⁹³ De 11 de março de 2019 - Altera a denominação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, dispõe sobre as transferências que especifica, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, e dá providências correlatas

⁹⁴ De 11 de março de 2019 - Dispõe sobre a organização da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e dá providências correlatas

⁹⁵ No capítulo final foram delineadas considerações sobre este fato.

⁹⁶ <https://www.ambiente.sp.gov.br/a-secretaria/quem-somos/acesso> em fev/2019

institucionais atuais do território da conservação. No momento em que a perspectiva da reestruturação do Sistema Ambiental estava em curso, em carta aberta, a Associação dos Especialistas Ambientais do Estado de São Paulo- AEAESP denunciou que “o desmembramento da CBRN do restante do sistema ambiental representa o descumprimento da Política Estadual do Meio Ambiente”, em que pese serem necessárias alterações nas estruturas do governo, contanto que primem pelo interesse público, numa construção minimamente técnica e participativa. A seguir, a reprodução de um trecho da carta:

A equipe técnica desta pasta é altamente qualificada, com nível de mestrado e doutorado, e atua há mais de 30 anos no Sistema Ambiental Paulista. Sua expertise é valiosa e está sendo completamente ignorada pela gestão Dória no momento de definição e planejamento ambiental do Estado. Após cinco solicitações de audiência para tratar do assunto, todas ignoradas, viemos a público manifestar nossa indignação quanto à falta de transparência e nossa preocupação quanto aos prováveis resultados negativos que comprometerão o equilíbrio e proteção do meio ambiente. [...] Os funcionários da CBRN, com sua expertise em assuntos altamente técnicos, são representantes importantes e atuantes em parcerias internacionais, colegiados, comitês, conselhos, câmaras técnicas e grupos de trabalho, que discutem e atuam em questões diretamente ligadas à biodiversidade. É primordial que esse ponto de vista seja mantido no Sistema Ambiental Paulista. [...] Somos dezenas de funcionários comprometidos com a agenda da biodiversidade e recursos naturais e acreditamos na importância das agendas positivas para ultrapassarmos o falso entendimento de que o meio ambiente é empecilho ao desenvolvimento econômico.⁹⁷

⁹⁷<https://www.aeaesp.org.br/single-post/2019/02/22/CARTA-ABERTA-PR%C3%93-BIODIVERSIDADE-E-RECURSOS-NATURAIS-NA-SECRETARIA-DE-INFRAESTRUTURA-E-MEIO-AMBIENTE-DO-ESTADO-DE-S%C3%83O-PAULO> (acesso em fev/2019).
<http://www.diretodaciencia.com/2019/02/23/supersecretaria-de-doria-marcou-e-cancelou-apresentacao-em-advocacia/> (acesso em fev/2019)

Tabela 1: Competências do Estado *versus* atribuições das instituições públicas

Competências atribuídas ao Estado pela Constituição Estadual Paulista de 1989	Instituições públicas que têm por atribuições executar as competências do Estado (com base na Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997 e normativas correlatas)
<p><i>Dos Fundamentos do Estado</i> <i>Artigo 1º - O Estado de São Paulo, integrante da República Federativa do Brasil, exerce as competências que não lhe são vedadas pela Constituição Federal.</i></p>	<p>Conjunto das instituições públicas</p>
<p><i>Artigo 191 - O Estado e os Municípios providenciarão, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico.</i></p>	<p>Secretarias de Estado, como a de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Agricultura Órgãos do Sistema Ambiental Paulista: Fundação Florestal, Institutos de Pesquisa (IF, IG, IBt), Cetesb e Coordenadorias (CBRN, CFA, CPLA, CEAM) As secretarias municipais e/ou departamentos municipais de Meio Ambiente e agricultura CONSEMA e CONDEMAS</p>
<p><i>Artigo 192 - A execução de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, quer pelo setor público, quer pelo privado, serão admitidas se houver resguardo do meio ambiente ecologicamente equilibrado.</i></p>	<p>Licenciamento ambiental: CETESB, FF e Prefeituras Municipais DNPM: um dos grandes embates nos processos de licenciamento são as atividades minerárias; consideradas como estratégicas e de interesse nacional, a exploração das reservas minerais estão sob o controle do DNPM. Atualmente há legislação que especifica o cruzamento entre a localização da jazida e das unidades de conservação.</p>
<p><i>Artigo 193 - O Estado, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração</i></p> <p><i>pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de:</i> <i>I - propor uma política estadual de proteção ao meio ambiente;</i></p>	<p>SEAQUA, criado pela LEI Nº 9.509, DE 20 DE MARÇO DE 1997 <i>Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação</i> Artigo 1.º - Esta lei estabelece a Política Estadual do Meio Ambiente, seus objetivos, mecanismos de formulação e aplicação e constitui o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, nos termos do Artigo 225 da Constituição Federal e o Artigo 193 da Constituição do Estado.</p>

Competências atribuídas ao Estado pela Constituição Estadual Paulista de 1989	Instituições públicas que têm por atribuições executar as competências do Estado (com base na Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997 e normativas correlatas)
<i>II - adotar medidas, nas diferentes áreas de ação pública e junto ao setor privado, para manter e promover o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental, prevenindo a degradação em todas as suas formas e impedindo ou mitigando impactos ambientais negativos e recuperando o meio ambiente degradado;</i>	CETESB – Licenciamento ambiental Fundação Florestal – planos de manejo Institutos de pesquisa – estudos e monitoramento ambiental
<i>III - definir, implantar e administrar espaços territoriais e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais a serem protegidos, sendo a alteração e supressão, incluindo os já existentes, permitidas somente por lei;</i>	Fundação Florestal e institutos de pesquisa – estudos para criação de UC, implantação das UC criadas, gestão do sistema de UC (em consonância com o SNUC)
<i>IV - realizar periodicamente auditorias nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras;</i>	CETESB Polícia Ambiental
<i>V - informar a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes, a presença de substâncias potencialmente nocivas à saúde, na água potável e nos alimentos, bem como os resultados das monitoragens e auditorias a que se refere o inciso IV deste artigo;</i>	CETESB CEA Defesa Civil Institutos de Pesquisa FF
<i>IX - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas;</i>	FF Institutos de Pesquisa CBRN
<i>X - proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;</i>	CBRN – DEFau e DST IBT FF CETESB
<i>XI - controlar e fiscalizar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e destino final de substâncias, bem como o uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente, incluindo o de trabalho;</i>	CETESB

Competências atribuídas ao Estado pela Constituição Estadual Paulista de 1989	Instituições públicas que têm por atribuições executar as competências do Estado (com base na Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997 e normativas correlatas)
<i>XII - promover a captação e orientar a aplicação de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a proteção e conservação do meio ambiente;</i>	Todos os órgãos públicos
<i>XIII - disciplinar a restrição à participação em concorrências públicas e ao acesso a benefícios fiscais e créditos oficiais às pessoas físicas e jurídicas condenadas por atos de degradação do meio ambiente;</i>	
<i>XIV - promover medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental;</i>	CETESB CFA Polícia Ambiental Ministério Público
<i>XV - promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;</i>	CEA FF Institutos de Pesquisa Secretaria da Educação
<i>XVI - promover e manter o inventário e o mapeamento da cobertura vegetal nativa, visando à adoção de medidas especiais de proteção, bem como promover o reflorestamento, em especial, às margens de rios e lagos, visando à sua perenidade;</i>	IF – inventário florestal FF/IF/IBt/CBRN - reflorestamento
<i>XVII - estimular e contribuir para a recuperação da vegetação em áreas urbanas, com plantio de árvores, preferencialmente frutíferas, objetivando especialmente a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;</i>	Prefeituras municipais
<i>XVIII - incentivar e auxiliar tecnicamente as associações de proteção ao meio ambiente constituídas na forma da lei, respeitando a sua autonomia e independência de atuação;</i>	SMA e órgãos vinculados
<i>XIX - instituir programas especiais mediante a integração de todos os seus órgãos, incluindo os de crédito, objetivando incentivar os proprietários rurais a executarem as práticas de conservação do solo e da água, de preservação e reposição das matas ciliares e replantio de espécies nativas;</i>	SMA e órgãos vinculados

Competências atribuídas ao Estado pela Constituição Estadual Paulista de 1989	Instituições públicas que têm por atribuições executar as competências do Estado (com base na Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997 e normativas correlatas)
<i>XX - controlar e fiscalizar obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos que, direta ou indiretamente, possam causar degradação do meio ambiente, adotando medidas preventivas ou corretivas e aplicando as sanções administrativas pertinentes;</i>	CETESB CFA Polícia Ambiental Ministério Público
<i>XXI - realizar o planejamento e o zoneamento ambientais, considerando as características regionais e locais, e articular os respectivos planos, programas e ações;</i>	CPLA
<i>Parágrafo único - O sistema mencionado no caput deste artigo será coordenado por órgão da administração direta que será integrado por: a) Conselho Estadual do Meio Ambiente, órgão normativo e recursal, cujas atribuições e composição serão definidas em lei; b) órgãos executivos incumbidos da realização das atividades de desenvolvimento ambiental.</i>	SMA e órgão vinculados CONSEMA Polícia Ambiental

Esta tabela oferece, então, a perspectiva de ação das instituições que compõem (ou compunham) o Sistema Ambiental Paulista. Adiante, o tópico “Os primórdios das instituições do Sistema Ambiental”, irá delinear o histórico da construção deste sistema, até chegar na atualidade (antes de 2019).

Como enfatizado ao longo desta pesquisa, o agente público é o operacionalizador das atribuições do Estado. Cabe destacar que, dentre os agentes públicos colaboradores desta pesquisa, muitos vivenciaram e colaboraram, mesmo que indiretamente, com a construção da Constituição de 1988. Sendo assim, o compromisso com os princípios constitucionais e com a consolidação das competências atribuídas ao Estado por meio da operacionalização de ações que materializem tais competências, são robustos.

Como destaque final neste tópico, cabe a referência ao Ministério Público, com a reprodução do artigo 111 da Constituição Estadual Paulista.

Artigo 111 A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público.

XXIX - a administração pública direta e indireta, as universidades públicas e as entidades de pesquisa técnica e científica oficiais ou subvencionadas pelo Estado prestarão ao Ministério Público o apoio especializado ao desempenho das funções da Curadoria de Proteção de Acidentes do Trabalho, da Curadoria de Defesa do Meio Ambiente e de outros interesses coletivos e difusos.

As relações entre os agentes públicos das instituições vinculadas ao Poder Executivo e os agentes públicos do Ministério Público, vinculado ao Poder Judiciário, são estreitas e constantes, pelo menos no que se refere às questões de proteção ao meio ambiente.

A importância planetária da biodiversidade e das mudanças climáticas

É no contexto político e social da segunda metade do século XX – em que os direitos humanos deixam de ser objeto de disciplina jurídica quase exclusiva do sistema constitucional de cada Estado e passam a ser cuidados de maneira destacada no âmbito do Direito Internacional, que se presta inclusive a balizar os preceitos da ordem interna dos Estados – que se inicia o delineamento de um sistema internacional de regras jurídicas voltado à proteção do meio ambiente. A lógica que vai impulsionar a evolução do tratamento dessa matéria é a mesma que levou à internacionalização da disciplina dos direitos humanos – a identificação de um patrimônio jurídico comum a toda a humanidade, cuja tutela deve ser exercida de forma conjunta pela comunidade internacional. E, se no início a preservação do meio ambiente equilibrado é vista como condição para a efetividade dos

direitos humanos, progressivamente irá se evidenciar a percepção de que o direito de viver em um meio ambiente saudável se constitui, por si só, em direito fundamental do ser humano (DALLARI, 2009:203)

O desenvolvimento de políticas ambientais em escala internacional ganhou força com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH) - realizada em Estocolmo em 1972. Contudo, as repostas nacionais às questões ambientais foram de fato influenciadas a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Eco-92 (TOFFOLI, 2012).

Pelo menos dois importantes documentos estratégicos foram gerados por ocasião da CNUMAD: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Agenda 21.

Assinada por mais de 169 países, a CDB abarca os temas referentes direta ou indiretamente à biodiversidade, funcionando assim, como arcabouço legal e político para diversas outras convenções e acordos ambientais mais específicos, como o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança; o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura; as Diretrizes de Bonn; as Diretrizes para o Turismo Sustentável e a Biodiversidade; os Princípios de Addis Abeba para a Utilização Sustentável da Biodiversidade; as Diretrizes para a Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras; e os Princípios e Diretrizes da Abordagem Ecosistêmica para a Gestão da Biodiversidade⁹⁸.

A Agenda 21, assinada por 179 países, “pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”⁹⁹.

Também de valor estratégico é o documento oficializado durante a CNUMAD no âmbito da Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima (UNFCCC¹⁰⁰). “Contudo, somente a partir da assinatura de seu Protocolo de Quioto em 1997, e de modo mais concreto, a partir de 2005, com sua ratificação, tal estratégia começou a ser efetivada” (TOFFOLI, 2012:68).

Cabe distinguir que a CDB e UNFCCC, uma vez consideradas convenções-quadro, se constituem em um tipo de tratado internacional¹⁰¹, sendo

⁹⁸<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-biol%C3%B3gica.html>. Acesso em agosto/2018

⁹⁹ <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em agosto/2018

¹⁰⁰ UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE

¹⁰¹ Considera-se Tratado um documento definido pela Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados como um acordo internacional celebrado entre Estados. (LERNER, 2008, apud TOFFOLI, 2012)

juridicamente vinculativas. As negociações voltadas a pontos específicos de seus dispositivos integram, na maior parte das vezes, textos constituídos em Decisões, as quais são acordadas entre os países signatários durante reuniões conhecidas como Conferência das Partes (COP), momentos em que também são examinados pareceres científicos, técnicos e tecnológicos; examinados e adotados protocolos ou emendas aos já existentes; estabelecidos órgãos subsidiários, inclusive os de consultoria científica e técnica, entre outros (TOFFOLI, 2012:69).

Avaliando que muitos dos mais graves problemas ambientais - que se originam ou repercutem em escalas que ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais - exigem soluções que envolvem múltiplos atores sociais, como organizações governamentais, não governamentais e o setor produtivo, Toffoli (2012) ressalta que a CNUMAD representou um “divisor de águas” para a formulação e implementação de políticas ambientais, pois “[...] proporcionou, em grande escala, o diálogo entre setores da sociedade organizada que sequer se conheciam ou se identificavam remotamente como interlocutores” (PAGNOCCHESCHI e BERNARDO, 2006p. 112, apud TOFFOLI, 2012:54).

Tal “divisor de águas” se reveste de um valor ainda maior por fortalecer as redes de atores sociais envolvidos com a formulação e implementação das políticas públicas ambientais.

O conceito de rede foi desenvolvido no tópico sobre o território da conservação. Nos tópicos anteriores, sobre as instituições públicas protetoras das florestas, não foi destacado este aspecto social, contudo, cabe aqui destacar a estreita relação atual entre o setor acadêmico e o Estado, principalmente sob o recorte dos institutos de pesquisa, mas também entre as instituições gestoras do sistema de unidades de conservação.

A observação destas redes sociais expandidas deixa claro que o delineamento de um sistema internacional de regras jurídicas voltado à proteção do meio ambiente contou (e conta) com o suporte científico.

O Capítulo 35 da Agenda 21, Seção IV – “Ciência para o desenvolvimento sustentável” traz, explicitamente, uma alusão ao paradigma científico, no caminho à resolução de problemas ambientais:

...a ciência é essencial à pesquisa para o desenvolvimento sustentável e deve encontrar as respostas às necessidades emergentes. [...] Intensificando a compreensão científica - é preciso ampliar o conhecimento sobre a capacidade da Terra e sobre os processos que reduzem ou fortalecem suas condições de sustentar a vida. É preciso mais pesquisa sobre sistemas naturais. Novos instrumentos de análise e previsão devem ser desenvolvidos

e aplicados, e as ciências sociais, físicas e econômicas devem ter maior integração (CNUMAD, 1992:p. 39).

Antes de serem retomadas as narrativas subsidiárias das reflexões acerca do paradigma da importância planetária da biodiversidade e das mudanças climáticas, após o acréscimo da abordagem do início deste tópico, sobre “o direito a um meio ambiente saudável como direito fundamental do ser humano” (DALLARI, 2009), a inclusão de uma citação sobre “a quem pertencem os bens da biodiversidade” pretende adiantar os argumentos para a discussão do paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura, que virá ao final desta seção.

A biodiversidade corresponde de facto, a um processo de co-produção de uma ordem indissociavelmente política e científica, técnica e moral, biológica e cultural, que envolve um leque diferenciado e heterogêneo de actores – cientistas, povos indígenas e sua organização, instituições científicas do Norte e do Sul, governos e autoridades locais, ecossistemas (NUNES, 2006:68)

Crise da biodiversidade: delimitando políticas para o território da conservação

O paradigma científico mais poderoso na história do sistema de áreas protegidas é o da crise da biodiversidade. A afirmação de Wilson (1988) de que a destruição de habitats, principalmente nos trópicos, está levando milhares de espécies à extinção a cada ano, ameaçando reduzir a diversidade biológica a um nível abaixo do verificado no fim da Era Mesozóica, há 65 milhões de anos, é a expressão clássica desta crise (ARAUJO, 2007) e sustenta muitos dos argumentos e justificativas técnicas para a criação de unidades de conservação, como a proteção de uma determinada espécie, avaliada cientificamente como em perigo de extinção.

Quando, em meados do século XX, instituições organizadas pela sociedade civil surgiram apregoando a proteção de animais - como o Greenpeace, com as campanhas “Salvem as baleias”, na década de 1970 e o WWF, com as campanhas “Salvem os pandas”, na década de 1980, a receptividade popular foi grande, demonstrando que também a empatia com os componentes da biodiversidade interfere nas políticas de conservação e podem pautar os temas a serem tratados pela ciência.

O paradigma evolucionário, cunhado por Charles Darwin, no século XIX é a base para o paradigma da crise da biodiversidade.

O processo evolucionário levou enorme quantidade de tempo - bilhões de anos- para resultar nas espécies que hoje povoam o mundo, uma delas, a espécie humana. Hominídeos estão na Terra há mais ou menos 3 milhões de anos; teriam surgido no Plioceno, ainda no Período Terciário, mas os registros para a espécie humana, *Homo sapiens sapiens*, indicam sua presença a partir do Pleistoceno, a cerca de 450 mil anos (BARBIERI e STUMPF, 2008).

Apesar de toda controvérsia acadêmica e científica que envolve o tema do surgimento e das migrações humanas pretéritas, o continente africano é aceito como o originário da espécie humana.

É fascinante pensar que os homens se espalharam pelos continentes caminhando.

Acredita-se numa rota principal e em muitas outras, pelas quais as pessoas foram se espalhando pelo mundo, até se fixarem e começarem a plantar e até construírem as cidades que se transformaram em metrópoles.

A abordagem do tempo sob a perspectiva geológica, sob a perspectiva das transformações que ocorreram na Terra por elas mesmas, nos coloca na posição de expectadores ou, no máximo, de coadjuvantes, mas não de protagonistas das grandes transformações das paisagens. Não interferimos no tempo geológico e o tempo histórico não permite a percepção dessas grandes mudanças.

A não ser pelas perturbações antrópicas. E as perturbações antrópicas são tantas e tais que já se vislumbra nos meios científicos a perspectiva de uma nova Era, na sucessão do Holoceno (fechando a segunda época do período do Quaternário, o último da Era Cenozoica). Para o ganhador do Prêmio Nobel de Química de 1995, Paul Crutzen, as transformações na superfície terrestre e as complicações na atmosfera seriam suficientes para a caracterização de uma nova Era Geológica, o Antropoceno.

A floresta atlântica, de origem godwanica, a par de ser, possivelmente, o domínio morfoclimático mais devastado, é um dos ambientes mais ricos e diversos do mundo, ao ponto de ter sido inserida no mapa dos hotspots de biodiversidade: áreas que já perderam ao menos 70% de sua cobertura vegetal original, mas que, juntas, abrigam mais de 60% de todas as espécies terrestres do planeta¹⁰².

Na perspectiva deste estudo, onde os fragmentos remanescentes da floresta atlântica são considerados como a representação mais robusta do território da conservação, a

¹⁰² <http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/09/12/no-fio-da-navalha>, acesso em jan/2018.

consideração sobre os efeitos da perda da biodiversidade faz com que os valores dos remanescentes sejam ainda mais exaltados, assim como as ações em prol de sua manutenção e recuperação.

Além da perda gradativa da biodiversidade, com a extinção de espécies animais e vegetais, muitas vezes endêmicas, podemos atribuir à supressão da cobertura vegetal, como é sabido: a diminuição gradativa do reabastecimento hídrico dos mananciais, tendo em vista o papel exercido pela vegetação na recarga dos lençóis freáticos; o aumento dos processos erosivos que colaborarão para a degradação dos solos e assoreamento dos corpos d'água e; alterações climáticas em diversas escalas. O comprometimento dos serviços ambientais "prestados" pela cobertura vegetal evidencia a importância de ações no sentido de diminuir este quadro de degradação, sejam estas ações formuladas e desenvolvidas pelo poder público ou por atores privados (TOFFOLI, 2012:18).

A pesquisa desenvolvida por Toffoli (2012) que trata dos desafios que permeiam o desenvolvimento das políticas e ações de recuperação da cobertura vegetal no Estado de São Paulo esclarece que a recuperação da vegetação tem sido tratada como uma estratégia para captura de carbono atmosférico, no âmbito UNFCCC. Contudo, a autora destaca que Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) não representou imediatamente uma solução para questões relacionadas ao aquecimento global, posto que as partes signatárias, em 1992,

...não se comprometeram neste momento com índices de redução de emissões, mas apenas com a manutenção destes níveis de forma compatível a 1990, contudo somente a partir do ano 2000 (RIBEIRO, 2001). Vale destacar que o primeiro país a ratificá-la foi o Brasil, passando então a vigorar neste país a partir de 1994). [...] Embora a UNFCCC tenha sido criada sob o princípio da "precaução", este não comprometimento dos países signatários com a redução das emissões - muito influenciado pelos Estados Unidos aliado aos países exportadores de petróleo - se relaciona àquela postura de protelar tomadas de decisão respaldando-se nas incertezas científicas que cercam o objeto de política (neste caso as mudanças climáticas) (p.70).

O conjunto das convenções

Braga (2011) realizou um levantamento sobre os mais relevantes tratados internacionais que cuidam do direito ambiental, considerando "que demonstram a estreita relação entre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o seu papel na garantia de vida digna à humanidade"(p.1). Acentua que, entretanto, os primeiros ajustes internacionais sobre o tema estavam revestidos de um viés eminentemente econômico ou desenvolvimentista, voltados à garantia de algum recurso ou atividade econômica,

destacando, neste aspecto, a Convenção sobre Pesca no Atlântico Norte (1959) e a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (1969).

A partir da Conferência de Estocolmo (1972), convocada pela Organização das Nações Unidas, os encontros internacionais passaram a carrear enfoques conservacionistas. O princípio 24 da Declaração de Estocolmo reconhece a importância do tema na seara internacional e preceitua que "a cooperação através de convênios multilaterais ou bilaterais (...) é essencial para efetivamente controlar, prevenir, reduzir e eliminar os efeitos desfavoráveis ao meio ambiente(...)".

As convenções subsequentes são as seguintes:

- Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies de Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES (1973)
- Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, mais conhecida como Convenção de Ramsar, em vigor desde 21 de dezembro de 1975
- Convenção sobre Poluição Transfronteiriça (1979)
- Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985)
- Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio (1987)
- Convenção sobre Controle de Movimentos Transfronteiros de Resíduos Perigosos (Convenção da Basileia, 1989)
- Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção-Quadro sobre mudanças climáticas (1992). A CDB foi assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro. A Convenção encontra ampla adesão mundial, dela não sendo signatários apenas os Estados Unidos e o Vaticano.

Na atualidade, no contexto internacional, a preconização da instituição de áreas protegidas está fortemente relacionada à Convenção sobre Diversidade Biológica, que determina em seu artigo 8º, alínea a, que cada Estado-membro estabelecerá um sistema de áreas protegidas ou de áreas onde medidas especiais devem ser tomadas para conservação e preservação da biodiversidade *in situ*, ou seja, no seu ambiente natural.

Os três principais objetivos da CDB são: preservar a biodiversidade; permitir o uso sustentável da biodiversidade; e promover a repartição justa de benefícios advindos da

biodiversidade entre os Estados provedores dos recursos biológicos e as comunidades locais que detenham o conhecimento tradicional associado ao uso desses recursos (artigo 1º).

A Convenção foi estruturada no formato de Convenção-Quadro (*Framework Convention*), dentro do qual são traçados “princípios e objetivos gerais para, em momento posterior, criar normas específicas dentro dos limites previamente desenhados” (MARTINS et al, 2008, p. 143).

No III Congresso Mundial de Parques Nacionais e outras Áreas Protegidas, realizado em 1982, coordenado pela UICN, foi definido que cada província biogeográfica¹⁰³ deveria ter 10% de sua área coberta por unidades de conservação, o que, por si só, não se mostrou suficiente para a conservação da biodiversidade (BRITO e JOLY, 1999:8).

Na Sétima Conferência das Partes da CDB, realizada em 2004, foi aprovado o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da Convenção, que tem, como objetivo geral:

o estabelecimento e a manutenção até 2010, para áreas terrestres, e até 2012, para áreas marinhas, de sistemas nacionais e regionais abrangentes, efetivamente manejados e ecologicamente representativos de áreas protegidas, que coletivamente, contribuam para o alcance dos objetivos da Convenção e a meta para 2010 de reduzir significativamente o ritmo atual de perda da diversidade biológica nos níveis mundial, regional, nacional e subnacional, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006:3-4).

No entanto, as avaliações sobre as metas globais para 2010 estabelecidas pelos Estados-membros da CDB demonstraram que todos os países falharam. Espécies ameaçadas aproximaram-se mais da extinção; a abundância de espécies de vertebrados e a agro biodiversidade continuaram caindo; os habitat naturais continuaram a diminuir em extensão e integridade; as cinco principais causas diretas da perda de biodiversidade (perda de habitat, sobrexploração, poluição, espécies exóticas invasoras e mudanças climáticas) permaneceram no mesmo nível ou avançaram ainda mais; e a pegada ecológica¹⁰⁴ da humanidade tem aumentado, excedendo a capacidade biológica da Terra (WEIGAND JR et al, 2011:4-5).

¹⁰³ Em 1975, buscando aprimorar a representatividade da cobertura das Unidades de Conservação no nível global, a IUCN adotou a estrutura biogeográfica desenvolvida por Udvard (1975), que divide o mundo em 8 reinos. Cada um dos reinos é subdividido em províncias biogeográficas (ao todo 193), que, por sua vez, são caracterizadas por um dos principais tipos de biomas existentes no mundo” (BRITO e JOLY, 1999, p. 7).

¹⁰⁴ Pegada ecológica é a área necessária para suportar o nível atual de consumo de determinada população. Corresponde à área necessária para produzir os recursos naturais consumidos, absorver os resíduos gerados e prover espaço para a construção de infraestrutura. (STIGLITZ; SEN; FITOUSS, 2010)

Na 10ª Conferência das Partes da Convenção, foram estabelecidas novas metas para 2020, as denominadas Metas de Aichi¹⁰⁵. Especificamente no que se refere a áreas protegidas, destaca-se a Meta 11 de Aichi, que determina:

Até 2020, pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, terão sido conservados por meio de sistemas de áreas protegidas, geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

A referida Meta 11 contém, de um lado, aspecto quantitativo consistente na extensão de áreas conservadas por sistemas de áreas protegidas, e de outro lado, critérios qualitativos, referentes à gestão efetiva, à representatividade ecológica, à interligação entre áreas e outras medidas espaciais de conservação e à integração da área protegida em paisagens mais amplas.¹⁰⁶

Toffoli (2012) considera “conservação da biodiversidade e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas como lados de uma mesma moeda” (p. 89) e destaca

...o inegável potencial atrativo pela CDB em aglutinar estas redes [redes de atores sociais que desempenham significativo papel na correlação de argumentos], seja com o objetivo de unir esforços e evitar a duplicação de atividades, seja afim de estabelecer um ambiente que possibilite a elaboração melhorada de estratégias de políticas públicas – na áreas de biodiversidade florestal, de modo geral, e de restauração destes ecossistemas, especificamente – por meio da identificação e troca de experiências (TOFFOLI, 2012: 89).

Em que pesem as potencialidades de bons resultados, a autora nos alerta acerca da inexpressividade das ações sobre mudanças climáticas:

Além disso, as discussões ocorridas na CNUMAD, bem como os documentos então produzidos, procuraram introduzir no sistema internacional um arcabouço jurídico e institucional que possibilitaria, de acordo com Ribeiro (2001), a conciliação do binômio conservação ambiental e desenvolvimento, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. Entretanto, os

¹⁰⁵ As Metas de Aichi estão sendo aplicadas como metas orientadoras da implementação de todas as Convenções das Nações Unidas referentes à conservação, tais como a Convenção RAMSAR, sobre áreas úmidas, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção – CITES, e a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres - CMS.

¹⁰⁶ Os parágrafos sobre a CDB, desde o iniciado por “na atualidade” até este que se finda, compõem o texto do artigo “Áreas protegidas: protagonistas ou coadjuvantes na conservação de florestas?”, de autoria de Kátia PISCIOTTA, Lia DEMANGE e Lidiana Cruz da COSTA, elaborado para a disciplina “Biogeografia e Conservação de Florestas Tropicai”, ministrada pela Prof. Dra. Sueli Angelo Furlan, em 2015, não publicado.

resultados inexpressivos da 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) realizada em 2010, nos evidenciam, por exemplo, o quão longe ainda estamos da aplicação deste conceito em escala internacional (TOFFOLI, 2012:55).

O próximo tópico abordará esta problemática.

A “economização da natureza”

O intento de transformar a economia verde no novo paradigma da conservação alcançou seu nível máximo no contexto dos trabalhos preparatórios da Conferência Rio+20, em 2012.

Muitos estudiosos dos processos econômicos e muitos ativistas da proteção da natureza viam (e veem?) neste novo paradigma uma saída para as permanentes crises entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, uma possibilidade de alcançar a antiga aspiração de reconciliar a economia com a ecologia. Sob esta perspectiva, a economia verde constitui uma alternativa capaz de responder à expectativa de manter o nível atual de bem-estar material, inclusive podendo estendê-lo aos que até agora estão excluídos, respeitando as fronteiras biofísicas do nosso planeta.

Em contraponto, muitos outros consideram a economia verde como a manutenção do status quo com roupagens verdes, um “greenwashing” incapaz de deter os saques que o planeta Terra vem sofrendo, e que, inclusive, aprofunda as desigualdades sociais. Para estes, é preciso transcender a mera “economização” da natureza e reverter o permanente impacto da intromissão do mercado nas áreas cada vez mais pessoais das nossas vidas.

Fatheuer, Fuhr e Unmüßig (2016) relatam que os intentos dos trabalhos preparatórios da conferência Rio+20 não prosperaram, mesmo considerando-se que o conceito geral de economia verde compõe a política mundial para o clima e meio ambiente.

Assim, hoje está instalada a ideia de que a economia é a encarregada de indicar a saída da crise ambiental, incluindo a saída do atoleiro político das negociações multilaterais para a proteção do clima e dos ecossistemas. [...] A Conferência sobre Mudanças Climáticas em Paris, em 2015, foi um bom espelho do impacto deste paradigma na prática. Um processo cujo objetivo era prover um regime climático global, amplo, legalmente vinculante e equitativo, se transformou em um ramalhete de compromissos nacionais e voluntários, com escassos mecanismos de verificação e comparação, para não falar de quantificação (p.13).¹⁰⁷

¹⁰⁷ Tradução livre. Texto original: Así, hoy esta instalada la idea de que es la economía la encargada de indicar la salida a la crisis medioambiental, incluyendo la salida del atolladero político de las negociaciones multilaterales para la protección del clima y de los ecosistemas. [...] La XII Conferencia sobre el Cambio Climático de París em

Os autores destacam também a importância de uma análise crítica detalhada da economia verde, sob as perspectivas teóricas e práticas do que foi alcançado até o momento, pois

... o conceito, em princípio positivo, sugere, de fato, que basta a adoção de um paradigma de crescimento mais eficiente e cuidadoso com os recursos, ou seja, um paradigma de crescimento verde, para que o mundo possa seguir existindo tal como o conhecemos: um mundo orientado ao crescimento e às inovações tecnológicas e que considera obsoleta a pergunta: como poderíamos criar um futuro melhor, com menos, de maneira diferente e por vias mais diversas (FATHEUER, FUHR e UNMÜßIG, 2016: 19)¹⁰⁸.

Tim Jackson¹⁰⁹ evidencia que repensar a economia é uma tarefa de importância vital. Destaca a dissociação entre o que significa “uma boa vida” e os modelos econômicos que foram estabelecidos para tanto.

Os mercados financeiros são instáveis, as desigualdades oprimem inclusive as sociedades mais ricas, os conflitos por recursos ameaçam a estabilidade política e o espectro das mudanças climáticas e perda de biodiversidade ameaçam nosso futuro. [...] Neste contexto de incertezas aparece a “economia verde”: uma forma de pensar a economia que, supostamente, leva em consideração o ambiente, com a promessa de transformar a maneira como enfocamos a natureza e o capital. Uma visão que busca colocar novamente as pessoas e o planeta no centro da economia. [...] Neste mesmo centro deve descansar uma compreensão mais profunda do que significa para os seres humanos prosperar um mundo com limites ambientais e sociais. O valor fundamental do modelo prevalecente – segundo o qual ter mais no fará mais felizes – fracassou estrepitosamente em cumprir com sua promessa, incluindo os países ocidentais mais ricos (FATHEUER, FUHR e UNMÜßIG, 2016:5)¹¹⁰.

2015 fue un buen espejo del impacto de este paradigma en la practica. Un proceso cuyo objetivo era proveer un regimen climático global, amplio, legalmente vinculante y equitativo se transformo en un ramillete de compromisos nacionales y voluntarios con escasos mecanismos de verificacion y comparacion, para no hablar de cuantificacion.

¹⁰⁸ Tradução livre. Texto original: ... al amparo de un concepto en principio positivo, se sugiere en el fondo que basta con que adoptemos un paradigma de crecimiento mas eficiente y cuidadoso con los recursos, es decir un paradigma de crecimiento verde, para que el mundo pueda seguir existiendo tal y como lo conocemos hasta ahora: un mundo orientado al crecimiento de la mano de las innovaciones tecnologicas y que considera obsoleta la importante pregunta de como podriamos crear un mejor futuro com menos, de manera diferente y por vías más diversas.

¹⁰⁹ No prefácio da obra *La Economía Verde por dentro - Promesas y Trampas* - Fatheuer, Fuhr e Unmüßig (2016)

¹¹⁰ Tradução livre. Texto original: Los mercados financieros son inestables, las desigualdades agobian incluso a las sociedades mas ricas, los conflictos por recursos amenazan la estabili dad politica y el espectro del cambio climatico y perdida de biodiversidad se ciernen amenazadoras sobre nuestro futuro. [...] En este contexto de incertidumbre aparece la “economia verde”: una forma de pensar la economia que se supone toma en consideracion al ambiente, con la promesa de transformar la manera como enfocamos la naturaleza y el capital. Una vision que busca colocar nuevamente a las personas y el planeta en el centro de la economia. [...] En el

De outra parte, Tim Jackson pondera que a imagem de uma humanidade insaciável, consumidora de novidades, é incompleta e talvez inexata. Muitas vezes, até os economistas não acreditam nesta imagem.

A boa notícia é que não temos que mudar radicalmente a natureza humana para alcançar uma prosperidade duradoura; a má notícia é que o modelo econômico em si mesmo segue profundamente fora do controle (FATHEUER, FUHR e UNMÜBIG, 2016:7)¹¹¹.

Sendo assim, considerando que os limites físicos do planeta ameaçam o modelo de crescimento capitalista, acreditando na boa nova de Tim Jackson, podemos considerar a possibilidade de aceitação do caminho radical de deixar as energias fósseis no subsolo, de modificar o formato de exploração agrícola e de restaurar os ecossistemas naturais.

Este sim, seria num novo paradigma. Para prepará-lo, é preciso superar a dicotomia natureza-cultura.

3.4.2. O paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura

A esta altura do texto, muitas vezes foram visitadas as perspectivas da separação entre a natureza e o humano. A intenção, aqui, é abordar a possibilidade de superação desta dicotomia, enquanto um novo paradigma da conservação. Um exercício de análise reflexiva que nesta pesquisa se busca desenvolver.

A opção é apresentar este exercício reflexivo por meio da subdivisão em quatro tópicos. O primeiro tópico – Raízes da destruição da natureza e seus naturais - retorna a abordagens anteriores, caminhando um pouco mais ao lado dos autores que decodificaram nos aspectos históricos as raízes de desse processo dicotômico, identificando a destruição da natureza como uma consequência de escolhas que, por sua vez, estão ancoradas no paradigma que Santos (2008b) classificou como “dominante” - o paradigma estabelecido, que domina padrões de pensamento e ação, em contraponto ao paradigma “emergente”, aquele que está se estabelecendo, está emergindo, e norteará novos padrões de pensamento e ação.

centro mismo de este empeno debe descansar una comprensión mas profunda de lo que significa para los seres humanos prosperar en un mundo con limites ambientales y sociales. El valor fundamental del modelo prevaleciente –según el cual tener mas nos hara mas felices–ha fracasado estrepitosamente en cumplir con su promesa, incluso en los países occidentales mas ricos.

¹¹¹ Tradução livre. Texto original: La buena noticia es que no tenemos que cambiar radicalmente la naturaleza humana para alcanzar una prosperidad duradera; la mala es que el modelo economico en si mismo sigue estando profundamente fuera de control.

O segundo tópico – Perspectiva multicultural nos territórios da conservação - se volta com maior especificidade às questões de gestão das unidades de conservação, à luz do debate em torno do Sistema Nacional de Unidade de Conservação- SNUC. Acerca deste debate, destaca Simões (2014):

Muito já foi escrito e estudado acerca da inexistência de uma política adequada para a gestão da presença e permanência de populações no interior das Unidades de Conservação (UC), sobretudo as de Proteção Integral. Tanto no Brasil como no âmbito internacional (p.29).

A perspectiva de um paradigma emergente que leve à superação da dicotomia natureza-cultura, quando aplicado ao Sistema de Unidades de Conservação revela a possibilidade de uma dinâmica que atenda tanto aos objetivos conservacionistas quanto aos objetivos das populações tradicionais, e acentua o entendimento de que os objetivos das populações tradicionais tem que ser respeitados, posto que são componentes de uma sociedade sob um regime democrático, que manejam a natureza de acordo com sua cultura, suas características sociais.

O terceiro tópico – Epistemologias do Sul como a base conceitual para a discussão – explicita a opção em apresentar uma linha de pensamento como estruturante para as reflexões sobre a possibilidade contemporânea de superação da dicotomia natureza - cultura e o quarto tópico faz um fechamento, chamando para a o capítulo Unidades de Conservação.

Raízes da destruição da natureza e seus naturais

Além da consequente destruição da natureza, a que Porto-Gonçalves denomina “ecocídio”, outras consequências da absorção deste paradigma dominante são bem conhecidas.

A descoberta da América foi decisiva para a consolidação da hegemonia europeia no mundo e isso ao preço da servidão, etnocídio e, até mesmo, genocídio de povos indígenas e da escravização para fins de produção mercantil de negros trazidos da África, com a consequente desorganização das sociedades originárias e a exploração de seus recursos naturais por todo lado (ecocídio) (PORTO- GONÇALVES, 2012:24-25).

Dean (1996) relata que entre as medidas instituídas pela Coroa estavam as que delineavam a cidade como domicílio próprio para brancos, segregando os espaços neo-europeus dos nativos. Segundo o autor, alguns dos primeiros portugueses que chegaram ao Brasil, sentiam simpatia pelos costumes nativos. Mas, no início do século XVII, os brancos

passaram a ser proibidos de construir suas casas dentro de aldeias, assim como os indígenas que tentavam “se passar” por mestiços, eram expulsos das vilas.

Essa foi uma primeira tentativa, na Mata Atlântica, de definir a cidade como sinônimo de “civilização”, dotando-as dos instrumentos de comando e relegando o que era nativo e bárbaro, e devidamente reprimido, às aldeias. Isso exigia que os brancos, e talvez também os mestiços, se separassem psiquicamente dos aldeões, eliminando seu desejo de convívio com eles. Essa separação evidentemente teve consequências sociais nocivas, mas representava também uma insistência na separação da sociedade branca da própria natureza, um impulso profundamente soterrado na cultura do Mediterrâneo, onde 7 mil anos de lavoura e criação de ovelhas tinham deixado pouco mais que um deserto desprezado. No cenário colonial, esse alheamento iria operar de modo drástico e eficaz, limitando a difusão do conhecimento da floresta às cabanas aldeãs e, ao mesmo tempo, exaltando a ignorância sobre ela entre a casta dominante (DEAN, 1996:87).

Estudos sobre a natureza no Brasil imperial demonstram o quanto a dicotomia natureza-cultura compôs a identidade do Estado brasileiro.

Schwarcz (2003) destaca que a natureza exuberante e tropical foi referendada nos primeiros relatos sobre o Brasil, mas que durante o período monárquico, particularmente durante o Segundo Reinado, quando os emblemas da nação estavam sendo buscados, se dá o longo processo de formalização da representação da “natureza brasileira e seus naturais”. Schwarcz (2003) apresenta a composição “natureza e seus naturais”, quando se refere à paisagem, à flora e fauna, conjugadas aos povos originários, aos indígenas, que também compuseram a paisagem na representação construída pelo Primeiro e Segundo Reinado.

Com efeito, logo após a independência política de 1822, desenha-se uma cultura imperial pautada em dois elementos constituidores da nacionalidade: a realeza como centro de civilização; a natureza territorial com suas gentes e frutas como base natural desse mesmo Estado (p. 8).

A autora nos delineia as estratégias de busca de uma identidade nacional, com utilização explícita de imagens, por meio da arte. Mas muitos dos dilemas e das mazelas daqueles tempos não estavam sendo retratados.

Como matéria-prima da originalidade a natureza se convertia em paisagem, em modelo para idealização. A própria nação aparecia descrita como paisagem; uma paisagem só natural e exuberante, longe de uma sociedade que fazia questão de se vestir à europeia e afastava a imagem da escravidão e da violência: falas mudas nesse cenário (SCHWARCZ, 2003:10)

Gomes (2013) afirma que “no Brasil imperial, escrever, pintar e compor era um meio de ascensão social” (p. 102), cuja condição era de que “as obras refletissem o esforço de retratar o país ideal em confronto com a barbárie do país real” (p.102).

Também a literatura cedeu espaço ao discurso oficial e, mesmo sabendo-se muito pouco a respeito dos indígenas, uma grande quantidade de romances foi produzida, com sucesso de público e crítica.

...o indígena transformado em um modelo nobre toma parte, mesmo que como perdedor, da grande gênese do Império. Como um exemplo a ser seguido o indígena surgia como herói e vítima de um processo que o atropelava. Nascido livre, morto em liberdade. Como um “fardo da civilização” o Império impunha-se por meio da representação do indígena, mas, também, sobre o indígena: sua grande vítima. Nesse épico saem destacados dois grandes elementos da nacionalidade. O Estado imperial surge representado como um modelo de justiça, enquanto a natureza americana com seus naturais compõe o restante da cena (SCHWARCZ, 2003:13).

Ao retornarem de seus períodos de estudo na Europa, escritores, poetas, pintores e compositores registravam em suas obras os modelos artísticos e iconográficos desejados pelo Império financiador das artes.

Os quadros de Victor Meirelles e Pedro Américo, as óperas de Carlos Gomes e os romances açucarados de José de Alencar refletiam o que se fazia na Europa e não a dura realidade tropical brasileira. O romantismo, fonte na qual bebiam, buscava redescobrir as raízes da nacionalidade brasileira, mas a matéria-prima eram modelos europeus. Coube a eles a tarefa de idealização do índio, a essa altura já dizimado em toda a costa brasileira e segregado às regiões mais distantes, onde não poderia causar problemas aos brancos. Os negros e mulatos, estes sim uma onipresença na realidade brasileira, eram ignorados nessas sobras de arte [...] (GOMES, 2013:103-104)

Os paradigmas emergentes são também consequências de todo esse processo e emergem a partir das interações das redes sociais, onde cada componente desenvolve seu papel de nó da rede, tensionando ou afrouxando as tessituras.

Se as raízes dos sistemas de áreas protegidas, em todo o mundo, estão vinculadas ao pensamento preservacionista estrito, dentro do paradigma dominante da dicotomia natureza-humano, o paradigma emergente, que tende a resolver as questões superando esta dualidade, foi a base para as categorias de uso sustentável do SNUC, onde territórios de conservação são ocupados e cogeridos por comunidades tradicionais e locais. São territórios

onde a natureza está presente, não foi destruída, a matriz florestal não foi convertida em outras matrizes.

O SNUC e o PNAP foram citados, ao longo deste estudo, como as legislações mais robustas para a conservação da natureza e dos direitos das comunidades tradicionais, além de comporem as referências normativas para o trabalho de planejamento e de rotina do agente do Estado.

Como também já foi destacado, há um sem número de categorias de comunidades tradicionais em território brasileiro, cada uma delas com seu referencial não dualista de relação com a natureza. Mas somente as comunidades quilombolas e as comunidades indígenas têm proteção legal em artigos da Constituição de 1988.

Tanto em seções anteriores, quanto nas que virão a seguir, as comunidades tradicionais estão descritas e destacadas em relatos de questões de gestão ou a partir de outras fontes.

Uma pesquisadora de origem indígena, conhecida como Fernanda Kaingang¹¹², nos demonstra como se deu a desorganização das sociedades originárias e a exploração de seus recursos naturais, a partir da “descoberta” do Brasil. Trata-se de uma produção acadêmica legitimada pela militância e pela vivência real da problemática indígena¹¹³.

A abordagem paradigmática eleita pela autora inclui as tendências do paradigma emergente. No primeiro capítulo do estudo é apresentado

... um breve histórico do tratamento legislativo dispensado aos povos indígenas no Brasil, tendo em vista a contextualização do problema a ser analisado nesse trabalho, examinando os três paradigmas adotados pelo legislador nacional ao abordar a temática indígena em diferentes momentos históricos: o paradigma do extermínio, o paradigma da assimilação ou integração e o paradigma da interação (BELFORT, 2006:7).

Segundo a autora, os três paradigmas adotados pelo legislador nacional ao abordar a temática indígena em diferentes momentos históricos, coexistiram na legislação indigenista. O paradigma exterminacionista marca um longo período histórico no qual predominaram a

¹¹² Oriunda do povo Kaingang e dedicada a dar voz a todos os povos indígenas, Lucia Fernanda Inácio Belfor, Lucia Fernanda Jófej Kaingáng ou, simplesmente, Fernanda Kaingang buscou no Direito o caminho para defender seus pares e a natureza. Advogada especialista em biodiversidade, por meio de um programa de mestrado na Universidade de Brasília, em 2006, atualmente é diretora executiva do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual - INBRAPI.

¹¹³ Dissertação de mestrado, denominada "A proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, em face da convenção sobre diversidade biológica", elaborada em 2006

violência física, concretizada em práticas genocidas, legalmente autorizadas pelo Governo. Já, o predomínio do segundo paradigma na relação entre o Estado Brasileiro e as sociedades indígenas - o assimilacionismo ou integracionismo, norteou a política indigenista nacional até o advento da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988.

Por fim, a consagração de princípios como o multiculturalismo e o pluralismo jurídico pela Constituição Federal de 1988 inaugura a era de interação entre os povos indígenas e a Sociedade Brasileira, agora norteadas pelo reconhecimento dos indígenas como cidadãos brasileiros, em conformidade com o princípio da igualdade, mas sem prejuízo do reconhecimento à diversidade cultural dos povos autóctones estabelecido pela Carta Magna. [...] Apesar dos avanços legislativos inaugurados pela Constituição Federal, coexistem nas relações entre os povos indígenas com a sociedade e o Estado brasileiros as várias modalidades de violência, ainda que em graus diversos e, muitas vezes, de forma dissimulada (BELFORT, 2006:8).

Perspectiva multicultural nos territórios da conservação

Sob a ótica do ordenamento territorial, análises das relações entre populações residentes em unidades de conservação e as posturas normativas do Estado e outros setores sociais foram realizadas por vários autores (FURLAN, 2000, MARINHO, 2013, SIMÕES, 2014, BIM, 2012, VIANNA, 2008) contribuindo para a inserção do paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura na gestão do sistema de unidades de conservação.

A absorção deste paradigma pode ser constatada em processos de gestão de unidades de conservação de uso sustentável, uma vez que o SNUC possibilitou, em parte, a superação da invisibilidade de comunidades tradicionais, ao permitir que se tornem beneficiárias de Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Reservas Extrativistas – RESEX. Contudo, nas unidades de conservação de proteção integral onde há sobreposição de territórios, a superação deste paradigma se constata quando as dinâmicas de gestão atendem tanto aos objetivos conservacionistas quanto aos objetivos das comunidades tradicionais moradoras, por exemplo, em parques ou estações ecológicas.

Tais processos de gestão acontecem quando os agentes do Estado – gestores das unidades de conservação de proteção integral – acolhem o paradigma emergente, muitas vezes num ato de resistência e até insurgência, pois, mesmo que a legislação relativa às UC, aos poucos tenha se modificado para considerar a presença das comunidades tradicionais e as formas de relação com a natureza, ainda restaram fragilidades.

Tais considerações equivalem a dizer que o SNUC, representa, simultaneamente, o paradigma dominante e o paradigma emergente.

Hayama (2017) relatando experiência da atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no Vale do Ribeira, “provocada constantemente por comunidades tradicionais em conflito com políticas ambientalistas de implementação e gestão de unidades de conservação em seus territórios”(p.12), reconhece que ocorreram avanços na legislação e que reivindicações de movimentos socioambientais foram consideradas. O autor afirma que:

O socioambientalismo, como movimento e pensamento novos, ganhando vida em fontes como o direito (em sua vertente crítica e contra hegemônica), a ecologia (complexa) e a antropologia (descolonizadora), contrapõe-se ao ambientalismo clássico, fundado no abismo entre homem e natureza e operando nos estreitos limites do biologismo simplificador. Desde sua gênese, o socioambientalismo aposta em proposta significativamente diferente, mais rica e plural, que a da ecologia clássica, calcada em visão unilateral das ciências naturais e num biologismo reducionista (p.69).

Em que pese o reconhecimento do autor de que o SNUC “... acaba, de fato, por contemplar direitos e garantias da população residente, mormente das comunidades tradicionais presentes nas áreas” (p. 68) e de que, segundo estudo do NUPAUB/USP (2011)¹¹⁴ “após a aprovação do SNUC diminuíram os casos de remoção de população tradicional e as Unidades de Uso Sustentável foram utilizadas de forma mais intensa”(p.111), em perspectiva analítica radical, Hayama (2017) destaca:

Trágica, todavia, é a possibilidade de remoção de moradores tradicionais, como parece sugerir o artigo 42 do SNUC, tratando-se de dispositivo, se interpretado literalmente, manifestamente inconstitucional, ainda que previstas medidas compensatórias, porque nada seria capaz de reparar a expulsão de comunidade tradicional de seu território ancestral, constituindo tal medida ato etnocida (p.111).

Entretanto, como foi dito, o fato da legislação acolher as comunidades tradicionais e suas formas de relação com a natureza, permitindo a manutenção e permanência mesmo em UC de proteção integral, pode ser considerado como uma vitória conjunta e ajustada aos objetivos dos movimentos sociais, dos movimentos ambientalistas e dos agentes públicos que se dedicaram a gerar procedimentos de gestão específicos para as questões de gestão da UC.

¹¹⁴ Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. **Povos/Comunidades Tracionais e Áreas Protegidas no Brasil: Conflitos e Direitos**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa. Pró-Reitoria de Pesquisa USP. São Paulo: 2011.

Simões (2010), em sua pesquisa sobre conflitos territoriais em unidades de proteção integral, também baseada em vivência enquanto gestora de unidade de conservação, relata que, por meio de apoio de agentes públicos do Ministério Público Federal, foi possível a formulação de instrumento específico para a gestão de territórios ocupados por tradicionais, a partir de interpretação jurídica conjugada entre o SNUC e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Todos os acordos firmados no âmbito do Plano de Manejo [do Parque Estadual da Serra do Mar] priorizaram os residentes com estatuto de tradicionais em função da necessidade de enquadramento jurídico deste instrumento de gestão diante da legislação vigente à época. Observa-se que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei Federal no. 9985/2000, de 18/07/2000, artigo 42 e Decreto Estadual no. 430/2002, de 22/08/2002, artigo 39), enfatiza de maneira muito evidente a necessidade de firmar Termos de Compromisso com os residentes tradicionais, enquanto não forem reassentados, removidos ou indenizados, garantindo as condições de sua sobrevivência (p.55).

As comunidades quilombolas, por exemplo, vem obtendo grandes vitórias em todas as frentes, desde a proteção por um artigo da Constituição Federal, até o reconhecimento técnico de que suas práticas de manejo agrícola e ambiental são eficientes e efetivas. Enquanto movimento social, os quilombos reúnem organização, resistência, persistência, legitimidade e recebem apoio de inúmeros outros setores sociais, como pesquisadores das universidades e Organizações não Governamentais, além do apoio técnico governamental.

A APA dos Quilombos do Médio Ribeira, que congrega e protege o território tradicional de mais de uma dezena de comunidades remanescentes é um exemplo concreto da aceitação da multiculturalidade.

Epistemologias do sul como a base conceitual para a discussão

É no contexto da evidência de uma crise profunda da teoria crítica eurocêntrica, que surge o conceito de “Epistemologias do Sul”.

Boaventura de Sousa Santos (2011) esclarece que as ideias principais das Epistemologias do Sul dialogam e se contrapõem ao pensamento da Escola de Frankfurt original¹¹⁵.

¹¹⁵ Santos (2011) referenda Axel Honneth, considerado uma das figuras mais importantes da chamada terceira geração da Escola de Frankfurt. O embate é com o pensamento desenvolvido pela primeira geração de cientistas sociais que integrou a Escola de Frankfurt (1924), entre eles Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, desenvolvedores da Teoria Crítica com base numa interpretação ou abordagem materialista - de caráter marxista e multidisciplinar.

Durante um longo período, somente os pensadores da Teoria Crítica apresentavam alternativas, utilizando-se de palavras (“substantivos” de um pensamento crítico) como: socialismo, comunismo, luta de classes, reificação, fetichismo de mercado, alienação. Entretanto, conforme aponta Santos (2011), nos últimos 30 anos, a força dos “substantivos” da teoria crítica foi perdida, convertendo-se a força para os adjetivos.

Ou seja, se a teoria convencional fala de democracia, nós falamos de democracia participativa, radical, deliberativa; se a teoria convencional burguesa fala de desenvolvimento, nós falamos de desenvolvimento democrático, sustentável, alternativo; se a teoria convencional fala de direitos humanos, nós falamos de direitos humanos coletivos, interculturais, radicais; se a teoria convencional fala de cosmopolitismo, nós falamos de cosmopolitismo subalterno, insurgente (SANTOS, 2011:15)¹¹⁶.

Um dos grandes problemas apontados é que os substantivos determinam os termos dos debates, que ainda são dominados pelos sujeitos históricos.

... a teoria crítica propôs uma série de alternativas com sujeitos históricos conhecidos, mas, realmente, quem tem produzido modificações progressistas, nos tempos mais recentes, são precisamente os grupos sociais totalmente invisíveis para a teoria crítica eurocêntrica, isto é, as mulheres, os indígenas, os camponeses, os gays, as lésbicas, os desempregados; assim, se negou o processo histórico a um conjunto de gente, de atores que, ademais, não vivem nas grandes cidades urbanas, como pensávamos, seguindo Karl Marx. Alguns destes sujeitos vivem em aldeias muito remotas nos Andes, nas savanas da África, nas selvas da Índia e não se organizam em partidos e sindicatos, como estávamos acostumados; não falam línguas coloniais e, além, quando traduzimos estas línguas nacionais a línguas coloniais (português, espanhol, inglês, francês, alemão, etc.) não saem os conceitos que poderíamos esperar, ou seja, socialismo, comunismos, etc., saem conceitos como dignidade, respeito, autodeterminação, território, etc. É por isso que se produz uma relação fantasmal entre a teoria e a prática, já que a teoria não fala com a prática e a prática não fala com a teoria (SANTOS, 2011:15)¹¹⁷.

¹¹⁶ Texto original: Es decir, si la teoría convencional habla de democracia, nosotros hablamos de democracia participativa, radical, deliberativa; si la teoría convencional burguesa habla de desarrollo, nosotros hablamos del desarrollo democrático, sostenible, alternativo; si la teoría convencional habla de derechos humanos, nosotros hablamos de derechos humanos colectivos, interculturales, radicales; si la teoría convencional habla del cosmopolitismo, nosotros hablamos del cosmopolitismo subalterno, insurgente.

¹¹⁷ Texto original: [...] la teoría crítica ha propuesto una serie de alternativas con sujetos históricos conocidos, pero realmente quienes han producido cambios progresistas, en los tiempos más recientes, han sido precisamente grupos sociales totalmente invisibles para la teoría crítica eurocéntrica, esto es, las mujeres, los indígenas, los campesinos, los gays y lesbianas, los desempleados. Así, se ha negado el proceso histórico a un conjunto de gente, de actores que, además, no viven en las grandes ciudades urbanas, como pensábamos, siguiendo a Karl Marx. Algunos de estos sujetos viven en aldeas muy remotas en los Andes, en las sabanas de África, en la selva de la India y no se organizan en partidos y sindicatos, como estábamos acostumbrados; no hablan lenguas coloniales y, además, cuando traducimos estas lenguas nacionales a las lenguas coloniales

O pensamento delineado pelas epistemologias do sul (Santos, 1995, 2004, 2008, 2011, 2016) surgem como o clamor a novos processos de produção, de validação de novos conhecimentos, científicos ou não, e de novas relações entre diferentes tipos de conhecimentos a partir de práticas de classes e grupos sociais que sofreram e vem sofrendo – de maneira sistemática – destruição, opressão e discriminação causada pelo capitalismo, colonialismo e todas as naturalizações da desigualdade em que se desdobraram. As epistemologias do Sul são um conjunto de epistemologias que partem destas premissas. Neste sentido, são um conjunto de epistemologias, onde a propriedade individual da terra e o sacrifício da mãe-terra não se configuram como geradores de valores, onde não se bloqueia a imaginação emancipadora e a busca de alternativas. O Sul não é geográfico, é metafórico: o Sul anti-imperial, que combate o sofrimento sistemático produzido pelo capitalismo e pelo colonialismo.

É também o Sul que existe no Norte, o que antes chamávamos o terceiro mundo interior ou quarto mundo: os grupos oprimidos, marginalizados, da Europa e América do Norte. Também existe um Norte global no Sul; são as elites locais que se beneficiam do capitalismo global. Por isso falamos de um Sul anti-imperial. É importante que observemos a perspectiva das Epistemologias do Sul desde este ponto de partida (SANTOS, 2011:16)¹¹⁸

Em confluência com as epistemologias do Sul, Micarelli (2018) evidencia o fato de que em anos recentes a antropologia vem, paulatinamente, dando atenção

àquelas construções socionaturais, em particular indígenas, que desafiam a dicotomia entre sociedade e natureza instituída pela modernidade ocidental, iluminando também distintas noções e práticas da propriedade implicadas por estas percepções e modos de existência divergentes (p. 122)¹¹⁹.

A autora se dedica ao estudo antropológico de comunidades ameríndias, em especial as residentes na Amazônia colombiana. Em contraponto aos paradigmas científicos, Micarelli

(português, español, inglés, francés, alemán, etc.) no salen los conceptos que podríamos esperar, es decir, socialismo, comunismo, etc.; salen conceptos como dignidad, respeto, autodeterminación, territorio, etc. Es por eso que se produce una relación fantasmal entre la teoría y la práctica, ya que la teoría no habla con la práctica y la práctica no habla con la teoría (SANTOS, 2011:15).

¹¹⁸ Texto original: Es también el Sur que existe en el Norte, lo que antes llamábamos el tercer mundo interior o cuarto mundo: los grupos oprimidos, marginados, de Europa y Norteamérica. También existe un Norte global en el Sur; son las elites locales que se benefician del capitalismo global. Por eso hablamos de un Sur antiimperial. Es importante que observemos la perspectiva de las Epistemologías del Sur desde este punto de partida (SANTOS, 2011:16).

¹¹⁹ Texto original: a aquellas construcciones socionaturales indígenas que desafían la dicotomía entre sociedad y naturaleza instituída por la modernidad occidental, arrojando luz también sobre distintas nociones y prácticas de la propiedad implicadas por estas percepciones y modos de existencia divergentes.

(2018) destaca que para o povo Uitoto¹²⁰, o mais importante é eleger espiritualmente a escolha dos seus espaços a serem cultivados, que são por nós chamadas de roças. No caso destes povos, os princípios que regulam as escolhas incluem as relações com os não-humanos, fazendo acordos espirituais e mantendo o diálogo com a natureza, com base no conhecimento dos calendários ecológico e epidemiológico; incluem também as relações com os pares humanos, compartilhando os produtos sem egoísmo para que “no le entre el mal espíritu”, ter disponibilidade para os mutirões (minga) e informar “con tiempo a los que van a trabajar” (ACOSTA et al. 2011, 78 apud MICARELLI, 2018:129)

No caso genérico das roças cultivadas pelas comunidades tradicionais que habitam o bioma Mata Atlântica, as informações disponíveis tem como fonte os relatos dos comunitários, os registros técnicos de estudiosos sobre o tema (ADAMS, 2000, PEDROSO JUNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008) e o acompanhamento dos gestores de unidades de conservação que emitem autorizações para as implantações das roças. Em que pese não estarem acentuadas as relações com o não-humano (a exemplo dos relatos do povo Uitoto), as relações com os pares humanos são intensas, incluindo o compartilhamento dos produtos e a disponibilidade para os mutirões.

O sistema de lavoura itinerante tradicional brasileiro obedece, de forma geral, à descrição feita para a agricultura em florestas tropicais (Altieri, 1989; Boserup, 1987; Clarke, 1976; Vasey, 1979; Whitmore, 1990). No Brasil, o cultivo ou agricultura itinerante é uma herança indígena, e pode receber várias denominações, como agricultura/roça de coivara, roça de toco, agricultura de subsistência ou de derrubada e queima. Para nossos fins, consideraremos todas como sinônimos. Este tipo de agricultura é adotado por populações indígenas, caboclas, camponesas e também pelas populações caiçaras do litoral sudeste do país, que habitam os últimos remanescentes da Mata Atlântica. Pesquisas feitas entre populações caiçaras na Ilha Grande (RJ), por Oliveira e Coelho Netto (1996), mostraram que o elemento de maior influência na construção da paisagem foi a atividade agrícola, confirmando o levantamento feito por Adams (1994) para outras regiões do país (ADAMS, 2000:143)

Demonstrando que o paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura foi adotado por alguns setores sociais e do Estado, em setembro de 2018, o IPHAN, instituição da esfera federal, declarou o Sistema Agrícola Tradicional do Vale do Ribeira como patrimônio cultural do Brasil.

¹²⁰ Grupo indígena da Amazônia colombiana

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural decidiu, por unanimidade, reconhecer o Sistema Agrícola Tradicional (SAT) das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP) como Patrimônio Cultural Brasileiro{...} O SAT é experiência acumulada na pesquisa e observação das dinâmicas ecológicas e resultados de manejo, mas também fruto do repertório de conhecimentos que remontam origens africanas e indígenas. Transmitidos através das gerações por meio da oralidade e observação em vivências práticas, esses saberes formam as maneiras de olhar a natureza, de avaliar e de decidir sobre o manejo dos recursos naturais para a agricultura, de ensinar, de promover trocas, de sentir e de criar que estão conectados à roça. O registro do Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira como Patrimônio Cultural do Brasil ampliará as ações de salvaguarda já realizadas por grupos quilombolas da região, com atividades de valorização das técnicas agrícolas tradicionais, proteção da floresta, estruturação de cadeias de comercialização, educação e transmissão de conhecimento, formação de pesquisadores, visibilidade e adequação da legislação ambiental, entre outras.¹²¹

Preparando a entrada do capítulo Unidades de Conservação....

Nas capítulo que virá adiante, a discussão da implantação do sistema de unidades de conservação, considerando suas diversas categorias, será aprofundada sob o paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura, bem como se buscou retornar às abordagens das epistemologias do Sul, como base de reflexão para a visão do sistema de unidades de conservação pelo agente do Estado que se dedica à conservação da natureza.

Vale aqui destacar ainda uma vez o acolhimento pelas normativas mais recentes da manutenção das formas tradicionais de relação com a natureza. A legislação, pouco a pouco foi acolhendo as comunidades tradicionais e as formas de relação com a natureza. Nos anos 80 não havia tal legislação que conciliasse a manutenção das atividades ou permanência das populações tradicionais em UC. Se hoje há, pode-se afirmar que se trata de uma vitória conjunta dos movimentos sociais e dos movimentos ambientalistas, que tiveram como reflexo a ampliação epistemológica dos procedimentos dos órgãos públicos de gestão, dentro das limitações legais.

Quando agentes do Estado se dedicam a propiciar serviços de qualidade para que a realidade seja justa e estes grupos sociais possam conjugar seus modos de vida com a permanência nas unidades de conservação, acordos são estabelecidos, sob proteção jurídica.

¹²¹ <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4838/sistema-agricola-tradicional-do-vale-do-ribeira-agora-e-patrimonio-cultural-do-rasil>. Acesso em janeiro/2019

Em Santos (2008b) encontramos o paralelo da superação da dicotomia ciências naturais-ciências sociais. Esta superação “tende assim a revalorizar os estudos humanísticos. Mas esta revalorização não ocorrera sem que as humanidades sejam, elas também, profundamente transformadas (p. 70)”. Em consonância com o pensamento de Santos (2008b), há indicações de que o caminho desta superação vem sendo trilhado, pois se encontram estudos mais recentes que resistem à separação sujeito-objeto e preferem “a compreensão do mundo à manipulação do mundo” (p.71).

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana. É, pois, necessário descobrir categorias de inteligibilidade globais, conceitos quentes que derretam as fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade (SANTOS, 2008b:72-73).

4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A rigor, tudo aquilo que escapa da banalidade topográfica e paisagística, sublinhado por um tipo qualquer de excepcionalidade ecológica e biótica, mereceria, desde o início, uma proteção legal, por uma mobilidade qualquer de disposição estatutária. Para tanto, a imaginação preservacionista foi muito fértil, desdobrando a tipologia dos instrumentos de proteção da natureza: parques nacionais, parques estaduais, parques municipais, reservas florestais, reservas biológicas, estações ecológicas, santuários, áreas de preservação da vida silvestre. Para não falar em reservas indígenas, que se constituem em um tipo de espaço natural e antropológico, defendido pela própria Constituição (AB’SABER, 1986:7).

4.1. Reflexões iniciais

As unidades de conservação e outras áreas protegidas compõem o território da conservação sob gestão jurídico-administrativa do Estado. Criadas por ato do poder público (lei ou decreto do governo federal, estadual ou municipal) com o objetivo de conservação dentro de limites territoriais, sob regime especial de administração, com ênfase nas garantias de proteção da biodiversidade e outros atributos de relevante valor ambiental, as UC se constituem em processos complexos de gestão territorial. Muitas vezes, para órgãos gestores e agentes públicos torna-se difícil o ajuste entre dispositivos legais vigentes e atendimentos a demandas.

Como já destacado no capítulo anterior, Haesbaert (2006) avalia que a condição de áreas protegidas “pode gerar territórios que vedam a intervenção e a mobilidade humana, uma espécie de clausura ao contrário”.

Obrigado a reinventar a natureza através de concepções como ecologia, biosfera e meio ambiente, o homem se viu na contingência de produzir concretamente uma separação que nunca teria existido entre espaços “humanos” e “naturais”... {...} Dentro da dimensão territorial é necessário, de alguma forma, considerar essa dimensão “natural”, que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais, mas nunca, claro, de forma dissociada. No fundo, a razão está com autores como Bruno Latour (1991), para quem movemo-nos muito mais no campo dos “híbridos” sociedade-natureza (HAESBAERT, 2006:54-55).

Dentro deste complexo hibridismo, as reflexões aqui procedidas levam a considerar o estabelecimento, implantação e manutenção do sistema de unidades de conservação como uma inovação social, quando exige e possibilita bases normativas para garantia de justiça e direitos humanos, além do controle e participação democráticos. Nesta perspectiva se pode aventar um futuro de maior integração natureza-sociedade do que hoje se apresenta para o cidadão comum (que está à mercê do sistema-mundo hegemônico). Reconhecer a dimensão

de tal tarefa constitui um estímulo a este processo, que muitos já iniciaram, buscando as inovações técnicas e sociais necessárias para superação das historicamente permanentes crises sociais, econômicas e ambientais, que estão estreitamente relacionadas entre si.

A seguir, serão desenvolvidos alguns tópicos, no sentido de apresentar o quadro multifacetado que as unidades de conservação representam na formação do território da conservação brasileiro e paulista, em particular.

4.2. Breve panorama: construindo um sistema

Neste breve panorama do sistema de UC, serão considerados os processos históricos (raízes da conservação), o estabelecimento dos instrumentos jurídico administrativos que dão suporte ao sistema – o Código Florestal de 1934 e a Lei 9.985/2000 e os processos atuais de gestão e ordenamento territorial, com destaque para o sistema paulista.

A história do sistema de unidades de conservação, tanto no Brasil quanto no Estado de São Paulo, não é recente, sendo que mais de cinco décadas se passaram desde a criação do primeiro parque estadual paulista¹²²; contudo, principalmente em razão do surgimento das áreas protegidas ter-se dado em meio à ausência de um sistema desenhado para abrigá-las – tanto em nível nacional quanto nos estados da federação – muito ainda há que se fazer para que o atual sistema de unidades de conservação seja considerado plenamente satisfatório. Uma questão destacada no plano de manejo do PETAR e que se revela como de grande importância para as reflexões pretendidas neste estudo, é a responsabilidade excessiva que recai sobre os gestores das unidades de conservação, agentes do Estado que operacionalizam as ações no território da conservação (Fundação Florestal, 2018)¹²³.

De qualquer maneira, é preciso acentuar que, no Brasil, o estabelecimento de áreas naturais protegidas é um advento do século XX (ou seja, recente, em se tratando de perspectivas históricas). André Rebouças lançou a ideia de “Parque Nacional” para o Brasil, ainda em 1876 - inspirado no Parque Nacional de Yellowstone, criado nos Estados Unidos, em 1872.

Em que pese no Decreto Nº 4.421, de 28 de dezembro de 1921 constarem explicitamente dois artigos relativos aos *parques nacionais*, o marco legal para a proteção das áreas naturais seria

¹²² PE de Campos do Jordão, criado em 27 de março de 1941.

¹²³ Como abordado no capítulo sobre o programa de gestão organizacional do plano de manejo do PETAR

estabelecido apenas em 1934, com a criação do primeiro Código Florestal Brasileiro quando, entre outras classificações, surgiu o conceito de “florestas protetoras”.

Art. 37. Oportunamente serão creados parques nacionaes em locais caracterizados por accidentes topographicos notaveis, grandiosos e bellos e enerrando florestas virgens typicas, que serão perpetuamente conservadas.

Art. 38. O estabelecimento dos parques será feito em pontos de facil acesso, relativo, e mediante disposições previamente estabelecidas pelo Congresso Nacional.

Decreto Federal nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934

Art. 3º “As florestas classificam-se em: a) protectoras; b) remanescentes; c) modelo; d) de rendimento.”

Art. 4º “Serão consideradas florestas protectoras as que, por sua localização, servirem conjuncta ou separadamente para qualquer dos fins seguintes: a) conservar o regimen das aguas; b) evitar a erosão das terras pela acção dos agentes naturaes; c) fixar dunas; d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessario pelas autoridades militares; e) assegurar condições de salubridade publica; f) proteger sítios que por sua belleza mereçam ser conservados; g) asilar especimens raros de fauna indígena”.

Em seu trabalho, intitulado “Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil”, Medeiros (2006) oferece um panorama completo do estabelecimento e desenvolvimento do sistema de unidades de conservação brasileiro. Destaca que, “com o Código Florestal, foram criadas as condições necessárias para a formalização da criação do Parque Nacional de Itatiaia, antiga aspiração dos ambientalistas e pesquisadores da época (p. 50)”.

Urban (1998) avalia que a revisão de 1965 do Código Florestal apresentou um refinamento na descrição das características e condições do patrimônio natural, havendo rigor científico mais evidente. A autora, analisando ambos documentos, indica que as “Florestas Protetoras” do Código Florestal de 1934 são equivalentes às “Áreas de Preservação Permanente” do Código Florestal de 1965, enquanto as “Florestas Remanescentes” daquele Código equivalem aos “Parques Nacionais, Estaduais e Municipais”, presentes no Código de 1965.

Neste recorte sobre o Código Florestal enquanto instrumento legal de suporte para a criação das primeiras unidades de conservação brasileiras, é possível identificar os paradigmas da conservação delineados no tópico anterior. Os passos iniciais do sistema de UC se deram sob a perspectiva do utilitarismo e da ciência.

Medeiros (2006) afirma que a análise acerca da evolução dos instrumentos legais de proteção possibilita a percepção de um importante indicador da lógica política e social de criação de áreas protegidas no país e pode nos auxiliar, sobretudo, a compreender a organização e os objetivos do sistema atual. No bojo desta análise, os “ambientalistas e pesquisadores da época” referendados por Medeiros (2006) no episódio de criação do Parque Nacional de Itatiaia terão aqui suas ações interpretadas sob a ótica da militância política ideológica em prol do bem comum. Assim como o Código Florestal de 1934 e sua versão revisada, de 1965, consolidaram-se como os primórdios do SNUC, as raízes dos movimentos sociais em prol da conservação da natureza surgem em meio a estes enquadramentos legais.

Diante de tais abordagens, parece acertado afirmar que o regime geral atual das unidades de conservação, disciplinado pela normativa jurídica que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei no 9.985/2000, e que atinge, enquanto sistema nacional, todos os entes federativos (União, Estados, Municípios e o Distrito Federal), enquanto instrumento de proteção, ao estabelecer tipologias de áreas protegidas, reflete, precisamente, tanto as expectativas sociais de grupos interessados, quanto os arranjos políticos e institucionais que exercem pressão ou influência sobre o Estado, conforme avaliou MEDEIROS (2006). Em destaque a pressão relacionada à dicotomia natureza-cultura, cujo paradigma de superação vem se delineando.

Medeiros e Araújo, em publicação do Mistério do Meio Ambiente (2011) afirmam, em documento que traz um balanço dos dez primeiros anos de implantação do SNUC, que sua perspectiva sistêmica permite, a cada ente que faz sua gestão, exercer papéis complementares no cumprimento de seus objetivos.

Unidades municipais e particulares têm potencial de interagir com o cidadão de forma mais próxima, devido ao seu elevado número e a sua ampla distribuição no território (representam cerca de 60% do número total de unidades). Pode-se dizer, portanto, que essas unidades podem funcionar como difusoras dos princípios de conservação e uso sustentável dos recursos naturais para a sociedade, pois possibilitam aos cidadãos vivenciarem mais experiências em contato com a natureza (p.10)

Sob a perspectiva do paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura é importante destacar que muitos dos elementos estruturantes do sistema de unidades de conservação dão suporte para as inovações técnicas e sociais aclamadas no início deste capítulo. É primordial que o caráter sistêmico do SNUC, que possibilita a difusão dos princípios

da conservação e do uso sustentável, abra espaço para os saberes outros, que não os hegemônicos.

O SNUC é composto por 12 categorias de UC (ver tabelas 2 e 3 e figuras 2 e 7), cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo. A narrativa institucional, desde o Ministério do Meio Ambiente (MMA) até a Fundação Florestal, se dá no sentido de demonstrar e fortalecer a ideia de que o SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UC, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais UC, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais¹²⁴.

Para que possam compor o SNUC, as unidades de conservação são criadas por ato do poder público (lei ou decreto do governo federal, estadual ou municipal), como já destacado anteriormente. Tais atos do poder público exigem o cumprimento de ritos técnicos e jurídico-administrativos, sob as perspectivas dos paradigmas delineados: nos processos de criação de unidades de conservação, parâmetros científicos são os principais e os órgãos gestores das UC trabalham sob o limite da lei e das atribuições delegadas em instrumentos jurídicos. Áreas que não cumprem tais ritos, não são enquadradas nas categorias SNUC.

Neste sentido, em sua análise, Medeiros (2006) aponta que o SNUC, ao consolidar as categorias de unidades de conservação de maior visibilidade e expressão, e dotá-las de instrumentos mais concretos de gestão, fez com que as outras tipologias que ainda continuaram a existir mesmo após a criação do SNUC – as APPs, as RLs, as TIs e as ARIEs¹²⁵ – continuassem relegadas aos mesmos problemas históricos de gestão.

As categorias de unidades de conservação de maior visibilidade e expressão consolidadas no SNUC incluem as tipologias estabelecidas desde o governo imperial, até incorporações que se deram a partir da interferência de movimentos sociais, com narrativas diferenciadas, como no caso das Reservas Extrativistas (RESEX), categoria “fruto da luta dos

¹²⁴ <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>, acesso em julho/2018

¹²⁵ APPs: Áreas de Proteção Permanente e RLs: Reservas Legais (Código Florestal); Tis: (Terras Indígenas) e ARIEs: Áreas de Relevante Interesse Ecológico (SNUC).

seringueiros por sua sobrevivência na floresta, contra a expansão dos fazendeiros de gado e os projetos de colonização do INCRA”(BECKER,2004:107, apud MEDEIROS, 2006:58).

Para qualquer das categorias, em ambos os grupos (de proteção integral ou uso sustentável), toda unidade de conservação tem como referência a proteção de um atributo principal, seja uma espécie animal ou vegetal, seja a paisagem ou um conjunto de eventos geológicos, como é o caso dos parques que protegem as cavernas no Vale do Ribeira. Também a presença de comunidades tradicionais é considerada como o atributo principal para as categorias RDS e RESEX. Contudo - não raro - os limites estabelecidos nos mapas das Unidades de Conservação não possibilitam a proteção total destes atributos. Neste sentido, uma perspectiva primordial no estabelecimento dos limites físicos das unidades de conservação, que significam limites administrativos e jurídicos, é a chamada "dominialidade”. Muitas das UC foram desenhadas a partir de referências fundiárias, suplantando as referências técnico-científicas de proteção dos atributos. Com exceção das categorias de UC que não exigem dominialidade pública, o conflito de sobreposição fundiária é um dos mais graves e de difícil solução.

Dentre as questões de gestão explicitadas neste estudo, a regularização fundiária se destaca, tendo sido abordada em várias seções. Vinculada aos conceitos de dominialidade e propriedade (privada e pública) e dependente da organização de uma extensa rede de entidades (públicas, privadas e híbridas, tais como os cartórios de registro de imóveis), a regularização fundiária das unidades de conservação permanece como um desafio a ser enfrentado. A obra de referência para este tema é o recém editado livro “A complexidade da questão fundiária nos parques e estações ecológicas do estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário”(COSTA NETO, 2018), citado algumas vezes nesta tese.

Tabela 2: Porcentagem de UC com gestão federal no território brasileiro

Categorias	Brasil	Gestão federal	%
Proteção Integral	698	150	21
Estação Ecológica (EEc)	98	31	31
Monumento Natural (MN)	50	5	10
Parque (nacional/estadual /municipal – PN/PE/PM)	425	74	17
Refúgio de Vida silvestre (RVS)	62	9	14
Reserva Biológica (RB)	63	31	49
Uso sustentável	1503	848	56
Floresta (Nacional/estadual/municipal – FN/FE/FM)	106	67	63
Reserva Extrativista (RESEX)	94	66	70
Reserva de Desenvolvimento Sustentado (RDS)	39	2	5
Área de Proteção Ambiental (APA)	320	37	11
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	50	13	26
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	888	663	74
Total	2201	998	45

Fonte: CNUC/MMA - www.mma.gov.br/cadastro_uc Atualizada em: 28/01/2019

Tabela 3: Número e categorias de UC no estado de SP

Categorias	Nº UC		% SP em relação ao BR	Gestão			
	BR*	SP* *		ICMBio em SP	FF	IF	Outros órgãos
Proteção Integral	698	72	10	6	52	10	4
Estação Ecológica (EEc)	98	29	29	4	15	10	-
Monumento Natural (MN)	50	2	4	-	2	-	-
Parque (nacional/estadual /municipal – PN/PE/PM)	425	37	8	1 (PN)	34 (PE)	-	2 (PE)
Refúgio de Vida silvestre (RVS)	62	2	3	1	1	-	-
Reserva Biológica (RB)	63	2	3	-	-	-	2
Uso sustentável	1503	155	10	60	91	4	-
Floresta (Nacional/estadual/municipal – FN/FE/FM)	106	9	8	3	2	4	-
Reserva Extrativista (RESEX)	94	3	3	1	2	-	-
Reserva de Desenvolvimento Sustentado (RDS)	39	7	17	-	7	-	-
Área de Proteção Ambiental (APA)	320	34	10	5	29	-	-
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	50	8	16	4	4	-	-
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	888	94	10	47	47	-	-
Total	2201	227	10	66	143	14	4

Fonte: *Tabela consolidada das Unidades de Conservação - CNUC/MMA - www.mma.gov.br/cadastro_uc atualizada em: 01/07/2018

** <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2018/11/mapa-ucs-ieucsp-eng-port-nov-2018.pdf>

4.3. Conselhos gestores: compartilhando sucessos e dificuldades

Em que pese o sistema de unidades de conservação caracterizar-se como território de caráter eminentemente funcional, marcado pelo Poder do Estado, ferramentas sociais garantidas por normativas legais, como os conselhos gestores, podem reverter o quadro de democracia de baixa intensidade hoje vigente, para uma democracia representativa e participativa de fato.

Os conselhos gestores são órgãos colegiados voltados a consolidar e legitimar o processo de planejamento e gestão participativos nos territórios das unidades de conservação, sendo classificados em conselhos consultivos e conselhos deliberativos.

Desde então, as unidades de conservação puderam contar com um novo nível organizacional de apoio à gestão. Como instrumento de planejamento, os conselhos devem auxiliar na aplicação de mecanismos de consulta participativa que permita harmonizar as metas e diretrizes da unidade com as necessidades e prioridades locais. Para a maioria das unidades, os conselhos consultivos vêm estabelecendo-se como um importante canal de articulação e participação da sociedade civil. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018: 624)

A criação de conselhos gestores foi delineada em diversos artigos do SNUC, correspondentes a cada categoria de unidade de conservação:

Artigo 15 § 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.

Artigo 17 § 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

Artigo 18 § 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

Artigo 20 § 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e

corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

O estatuto do Conselho Consultivo do PETAR, elaborado em 2001, traz as seguintes premissas:

- Aprimorar a gestão do Parque, através da valorização dos ecossistemas de Mata Atlântica e associados e da cultura cabocla e quilombola (ou outros tipos de culturas tradicionais da região onde a UC encontra-se inserida), garantindo a utilização da Unidade para fins educativos, científicos e recreativos, dentro do que determina a legislação ambiental vigente e de diretrizes que garantam a manutenção dos atributos que levaram à criação da Unidade de Conservação;
- Sensibilizar a população do município e da região sobre a importância da melhoria de seus ambientes para garantia da qualidade de vida;
- Possibilitar a abertura de novas formas de participação da comunidade local, subsidiando a tomada de decisões na gestão do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira;
- Contribuir para que a implantação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, venha a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental nos municípios por ele abrangidos;
- Colaborar para que as comunidades tradicionais/locais, relacionadas à UC, alcancem dentro de um processo de Desenvolvimento Sustentado, o desenvolvimento socioeconômico, a melhoria da qualidade de vida e a conservação do meio ambiente¹²⁶.

¹²⁶ Na dinâmica de conselhos e outros grupos de representação, os conselhos gestores das UC devem gerar seus regimentos e estatutos, que podem ser revistos, na dependência dos acordos neles consolidados. No caso do PETAR, note-se que os conselheiros preocuparam-se em registrar os pactos de fortalecimento dos processos participativos e do reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais.

A implantação de conselhos gestores no estado de São Paulo teve seu início marcado em 1998 (portanto antes do SNUC), por ocasião do processo de elaboração conjunta de planos de manejo de 10 unidades de conservação¹²⁷.

Ao longo destes anos e até os dias atuais, a atuação de cada conselho gestor guarda particularidades, não só referentes ao grupo e categoria da unidade, mas também por conta de contingências locais e regionais, envolvimento dos conselheiros, maturidade política e em processos participativos, posicionamento técnico e até ideológico do gestor da unidade (e demais conselheiros, inclusive outros agentes do Estado). Considerando os mediadores materiais e imateriais de Raffestin (2009), apresentados na introdução, é ampla a diversidade de instrumentos (mediadores materiais) e de conhecimentos (mediadores imateriais) à disposição em um lugar e em um momento específico, que têm espaço de expressão nas dinâmicas dos conselhos gestores.

De toda forma, é fato que a influência e interferência dos conselhos se consolidou nos processos de elaboração de planos de manejo e respectivas implementações. Sob tais perspectivas, a partir do processo de implantação dos conselhos gestores, as unidades de conservação puderam contar com um novo nível organizacional de apoio à gestão. Assim como os grupos sociais e setores da economia puderam contar com um espaço de participação e intervenção territorial.

Em 2012, por ocasião de reestruturação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, delineou-se

... momento oportuno à fermentação de ideias para a compreensão dos Conselhos Gestores de UC como espaços de ensino-aprendizagem e da gestão de áreas protegidas – com sua complexidade socioambiental, seus conflitos, desafios e caráter público e territorial – como um rico objeto de atenção e grande tema gerador de processos educativos e situações formativas, tendo em seu horizonte intervenções nas realidades apreendidas (SÃO PAULO, 2016:2).

A partir desta oportunidade foi concebido o Programa de Formação Socioambiental, implementado em 2016 pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA), em articulação com outros órgãos do Sistema Ambiental Paulista (Fundação Florestal, Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Polícia Militar Ambiental e, mais recentemente, Coordenadoria de Educação Ambiental).

¹²⁷ No âmbito do projeto de preservação da mata atlântica - PPMA

O objetivo era levantar e aprofundar estratégias para responder a questões complexas que envolvem os problemas de fiscalização. Tais problemas possuem causas de origem econômica, social, cultural e política. Não reconhecer sua existência e forte relação com as manifestações dos problemas reprimidas pelos agentes de fiscalização é reduzir a eficácia da gestão ambiental como um todo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018). Os participantes do Programa eram os agentes sociais representados nos conselhos.

O percurso, composto por três momentos distintos e sequenciais direcionados a agentes sociais reunidos em torno de um espaço de participação na gestão ambiental pública, visa fomentar a participação, assim como qualificá-la por meio da formação socioambiental dos envolvidos: 1) reflexão e debate sobre o papel, as competências e atribuições dos espaços de participação social na gestão pública e o sentido da participação na gestão ambiental; 2) mapeamento de problemas, seus efeitos e causas de ordem socioambiental, assim como de agentes sociais relacionados direta e indiretamente com a problemática reconhecida no território; 3) planejamento de ações de enfrentamento das causas levantadas e construção de uma agenda dos participantes.¹²⁸

Até 2016 o trabalho foi implementado, com bons resultados, mas, desde então, houve retração nas atividades de campo, em função de cenário político desfavorável e da eleição de novas pautas para a mesma equipe executora.

Contudo, a publicação da Resolução SMA Nº 123, em setembro de 2018 fortalece os conselhos gestores das unidades de conservação como os principais fóruns de participação social, consolidando a possibilidade de fortalecimento dos processos democráticos mediados pelo Estado, subsidiando reflexões, debates e ações no campo da gestão ambiental pública (SÃO PAULO, 2016) – guia prático FS). A resolução, que “dispõe sobre a instituição do Plano Estadual de Ações Preventivas em Fiscalização Ambiental e do Comitê Gestor para sua execução, gestão e coordenação”, estabelece princípios e diretrizes, demonstrando o papel do agente do Estado na articulação da sociedade e na busca do compartilhamento das preocupações com as questões socioambientais que motivam as políticas ambientais.

Artigo 2º - O Plano de Ações Preventivas em Fiscalização Ambiental tem como princípio o fortalecimento das políticas de fiscalização ambiental no Estado de São Paulo, por meio da observância das seguintes diretrizes:

¹²⁸ <http://www.ambiente.sp.gov.br/cfa/fiscalizacao/formacao-socioambiental/> acesso em jan/2018.
Informações adicionais sobre o Programas
<https://www.youtube.com/watch?v=kg061Bx6Vjc> - EPBIO (2017)
https://www.youtube.com/watch?v=TQA5hhWct_8&feature=youtu.be Diálogos sobre Educação Ambiental e Fiscalização

I - o estímulo e apoio à compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, históricos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, tecnológicos e éticos, visando ao entendimento da gestão ambiental pública de forma ampliada;

II - a promoção e o fortalecimento da integração entre as ações desenvolvidas pelos diferentes órgãos e entidades do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, nas diferentes escalas administrativas, para a coordenação de esforços voltados às estratégias de proteção, conservação, monitoramento e fiscalização ambiental;

III - o incentivo à participação da sociedade, de forma permanente e responsável na proteção, preservação e conservação do equilíbrio do meio ambiente, por meio do envolvimento de diferentes agentes sociais, indivíduos, grupos, órgãos, instituições, desconcentrados pelo território do Estado de São Paulo em iniciativas e ações preventivas, de monitoramento e de fiscalização ambiental;

IV - o incentivo e o fortalecimento para a consolidação de espaços de participação na gestão ambiental pública que propiciem:

a) a participação social na formulação, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas relativas ao meio ambiente;

b) a transparência, o diálogo e a comunicação entre Estado e sociedade na mediação e administração de eventuais conflitos socioambientais;

c) o compartilhamento com a sociedade das preocupações com as questões socioambientais que motivam as políticas ambientais e as políticas de fiscalização ambiental, a fim de envolver indivíduos e coletividade de forma ativa para contribuir na prevenção e redução das pressões aos bens socioambientais, em especial em territórios legalmente protegidos.

4.4. Gestão e ordenamento territorial: desafios e aprendizados

Considerando-se que cada unidade de conservação foi categorizada e delimitada legalmente a partir do conhecimento científico e das contingências administrativas e políticas que se configuraram à época de sua criação, a gestão deve se dar de acordo com as demandas específicas, sempre submetida aos formatos administrativos do órgão gestor e às influências de ordem política de escalões superiores da máquina estatal.

Conceitual e operacionalmente, a efetividade da gestão das diversas categorias apresenta disparidades. Talvez pela longevidade da categoria, as UC de proteção integral, principalmente os parques, apresentam-se mais estruturadas.

No Plano de Manejo do PETAR está explicitado que a gestão das unidades de conservação envolve vasta gama de complexidades, cuja compreensão tem constituído a preocupação de vários, senão de todos os setores envolvidos com o tema, sejam ou não gestores das áreas protegidas. As dificuldades são de toda ordem e, não tendo sido ainda

possível superar grande parcela delas, tem-se que essas áreas continuam sofrendo diversas ameaças, como a exploração de recursos naturais em seu interior e impactos decorrentes de atividades desenvolvidas em seu entorno (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018: 615 - 616).

Esta abordagem, característica para unidades de proteção integral, ilumina o conflito de territórios em sobreposição: o entorno da UC sempre irá compor o território da conservação, já que os atributos que a unidade protege não se caracterizam por fronteiras impermeáveis; simultaneamente, o entorno pode compor o território da produção, não só pela sua condição dominial de propriedade privada, como pela potencialidade dos atributos naturais tornarem-se recursos econômicos a serem explorados¹²⁹.

Neste caso, as dificuldades apontadas estão diretamente relacionadas ao quadro socioeconômico delineado no PETAR e região do Vale do Ribeira, que propicia a participação de segmentos da sociedade em ações ilegais, como o corte da palmeira juçara, a extração de plantas ornamentais, a caça e a comercialização de animais silvestres e outras. Paralelamente, atividades como agricultura, pecuária, mineração, e silvicultura, além da urbanização, vêm sendo desenvolvidas ao longo da história das ocupações humanas, pressionando, cada vez mais, os espaços naturais.

Sob este cenário, importante destacar a perspectiva de futuro apontada neste estudo, onde a implantação e manutenção do sistema de unidades de conservação podem ser assumidas como possibilidades de inovações das bases normativas de justiça social e direitos humanos, além do controle e participação democráticos, e de espaço para superação da dicotomia natureza-sociedade.

Mas, importante também considerar que neste cenário ainda permanecem contradições e que a importância do protagonismo da sociedade é decisiva para que a perspectiva de futuro seja alcançada. Assim, temos duas premissas a serem destacadas:

i. O SNUC consolidou categorias de UC de uso sustentável que privilegiam comunidades tradicionais, bem como o artigo 42, que garante a permanência de tais comunidades em UC de proteção integral, contudo, o sistema tem por base a matriz de pensamento ocidental, os paradigmas da ciência, onde a cultura e a natureza não se conjugam.

¹²⁹ No capítulo sobre mapas do território da conservação será aprofundada esta discussão, com foco na zona de amortecimento do PETAR, estabelecida em seu Plano de Manejo.

ii. Somente o trabalho conjunto e a articulação entre os diversos setores sociais pode garantir a perpetuação do território da conservação.

Na linha sobre a reflexão do amadurecimento do regime democrático brasileiro, se encaixam os acontecimentos políticos mais recentes.

No momento do fechamento desta tese, um intenso debate estava se estabelecendo, em função de posicionamentos do governo recém empossado.

Em carta aberta, agentes públicos organizados em associações de classe¹³⁰ tornaram públicas suas preocupações. Como se pode observar, de certa forma, esta narrativa reitera a perspectiva de futuro delineada neste estudo, sendo as preocupações explicitadas, justamente o temor da interrupção deste processo.

Somos uma instituição com enorme capilaridade territorial. Atuamos diretamente em mais de 650 municípios nos quais, em alguns casos, somos a única instituição do poder executivo federal com presença continuada. Para cumprir a missão de “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental” atuamos fortemente na articulação institucional e na aliança social, construindo parcerias, acordos, pactos e colaborações que são essenciais para desempenhar essa imensa responsabilidade. Nesse complexo contexto de atores e instituições, as chaves para uma boa governança são o compromisso, a confiança, o conhecimento técnico e a continuidade das ações implementadas.

Assim, os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, em exercício no INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, frente às medidas anunciadas, expressam sua preocupação com a potencial descontinuidade de políticas estratégicas para o cumprimento da sua missão institucional e da Constituição Federal no dever de proteger e defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações¹³¹.

Em paralelo, na cerimônia de posse do Presidente do ICMBio, no dia 17 de janeiro de 2018, a abordagem foi explicitar a extensão do território da conservação sob responsabilidade do Estado a nível federal

¹³⁰ ASCEMA NACIONAL - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA - organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter associativo, cultural e de classe, com personalidade jurídica de direito privado. Ela representa os servidores ativos, inativos e pensionistas da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ibama (PECMA), lotados no Ibama, no Instituto Chico Mendes (ICMBio) e no MMA. (<http://www.ascemanacional.org.br/institucional/aceso> em jan/2018) e MARÉ SOCIOAMBIENTAL - Movimento Amplo de Resistência ao Desmonte das Políticas Socioambientais (http://www.afbndes.org.br/notas/manifesto_mare_socioambiental.pdf/aceso em jan/2018).

¹³¹ Carta de princípios e compromissos para uma boa governança nas unidades organizacionais do ICMBio (<http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CARTA-DE-PRINCIPIOS-E-COMPROMISSOS-ICMBio-17-Jan-18.pdf/aceso> em jan/2018)

São 335 fazendas, onde não tem boi, não tem gado; mas algumas que ainda têm”, completa Eberhard em seu discurso de posse. Mais à frente na fala, ele volta a usar o termo e busca se justificar. “Eu nem falo unidades de conservação, que é para dar a dimensão exata do que estamos falando. São 335 propriedades que refletem 9% do território brasileiro na mão de uma instituição”. [...]O presidente do órgão também anuncia ter definido com o ministro que o ICMBio não ficará ‘sozinho’ no papel de gerir as unidades de conservação. Segundo ele, essa seria uma tarefa de Estado a ser dividida com os outros ministérios da Esplanada¹³².

Na Introdução desta tese foi destacado que nos primórdios da implantação do sistema de UC em São Paulo, uma série de casos confrontaram a aplicação plena do paradigma da ciência como base para a delimitação do território da conservação¹³³. Na atualidade, o ferrenho jogo de forças na instituição dos limites das unidades de conservação, iniciado ainda no regime colonial, permanece; neste momento se acentua o posicionamento de um Estado liberal, sem compromisso com a discussão social sobre o papel das unidades de conservação enquanto possibilidades de inovações das bases normativas de justiça social e direitos humanos, ao qual agentes públicos estão se contrapondo. Esta discussão será ampliada no capítulo sobre o Estado e o agente público.

4.4.1. Questões de gestão no Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo, a gestão da quase totalidade das unidades de conservação é responsabilidade do Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR; a Fundação Florestal administra parques estaduais, estações ecológicas, reservas biológicas e monumentos naturais (unidades de proteção integral) e áreas de proteção ambiental - APA, reservas de desenvolvimento sustentável – RDS e reservas extrativistas - RESEX (unidades de uso sustentável) e o Instituto Florestal administra as unidades de produção, com algumas de suas estações ecológicas contíguas¹³⁴ (Ver figura 2 e tabela 3).

A Fundação Florestal é também responsável pela condução e acompanhamento dos processos de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN (categoria de UC do grupo de uso sustentável).

¹³² <https://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/2019/01/17/novo-presidente-do-icmbio-chama-areas-protegidas-de-propriedades-rurais/> acesso em jan/2018

¹³³ Paradigma dominante à época e até a atualidade, que neste estudo é analisado, a partir do paradigma da superação natureza-cultura.

¹³⁴ São 18 Estações Experimentais (EEx) e 14 UC, sendo 10 Estações Ecológicas (EEc) e 4 Florestas Estaduais (FE). As EEc contíguas às EEx são três: Itapeva, Itirapina e Mogi Guaçu.

Antes da criação do SIEFLOR a gestão das unidades sob administração do Estado de São Paulo se dava de maneira mais pulverizada, com concentração de unidades de conservação de proteção integral no Instituto Florestal. Um exemplo emblemático é o das APA, que passaram para gestão da Fundação Florestal em 2006, sendo antes administradas pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA), da Secretaria de Meio Ambiente.

As APA são uma tipologia inspirada no modelo de Parques Naturais Regionais europeus que, originalmente visou estabelecer um modelo de proteção que resguardasse áreas com certo nível de ocupação, sobretudo em áreas urbanas, sem a necessidade do Estado adquirir essas terras (MEDEIROS, 2006). Ocorre que, em sua grande maioria, são territórios de grande extensão, abrigados por vários municípios, mas que não contam com equipes de trabalho, cabendo ao técnico destacado para conduzir a sua gestão a tarefa de articular os vários interesses e poderes.

Com relação às RDS e RESEX, as experiências de gestão destas categorias têm sido muito significativas no Estado de São Paulo.

Até o momento, estas categorias de unidades estão presentes em São Paulo apenas inseridas em mosaicos de unidades de conservação que, por coincidência (ou contingências) estão localizados no Vale do Ribeira.

A figura 2 apresenta o mapa das UC administradas pela FF e pelo IF, que foi elaborado para o I Encontro de UC Paulistas. Note-se que são mais de uma centena de UC, nas várias categorias. A tabela 3 apresenta a síntese das UC em SP, dentro de suas respectivas categorias e órgãos gestores.

4.4.2. Plano de manejo: as narrativas dos agentes do Estado

Como destacado na introdução, o plano de manejo é o documento no qual são definidas as ações a serem implementadas e as normas de uso, para que a unidade de conservação alcance os objetivos que motivaram sua criação.

Segundo o "Roteiro Metodológico de Planejamento para Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica" elaborado pelo Ibama, em 2002, os objetivos de um plano de manejo são:

- levar a unidade de conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação;
- definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da unidade;
- dotar a unidade de diretrizes para seu desenvolvimento;

- definir ações específicas para o manejo da unidade;
- promover o manejo da unidade, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado;
- estabelecer a diferenciação e intensidade de uso mediante zoneamento, visando a proteção de seus recursos naturais e culturais;
- destacar a representatividade da unidade no SNUC frente aos atributos de valorização dos recursos como: biomas, convenções e certificações internacionais;
- estabelecer, quando couber, normas e ações específicas visando compatibilizar a presença das populações residentes com os objetivos da unidade, até que seja possível sua indenização ou compensação e sua realocação;
- estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos, visando a proteção da unidade;
- promover a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a unidade;
- orientar a aplicação dos recursos financeiros destinados à unidade.

Sob estas perspectivas, no Estado de São Paulo, e em todo o Brasil, a temática “planos de manejo” é central. Os agentes públicos da conservação consideram este instrumento de gestão como o mais importante, comparando-o ao plano diretor de um município.

Apesar dos planos de manejo serem instrumentos de planejamento obrigatórios, várias das unidades de conservação não contam com este documento. No histórico das UC paulistas, desde o início, a elaboração e implantação de planos de manejo se configurou como um desafio, tão maior, quanto maior e mais complexo foi se tornando o sistema de UC.

O movimento de considerar a necessidade de planejamento estratégico para a gestão territorial das áreas protegidas se iniciou na década de 1970, mundialmente. Em São Paulo, o órgão gestor das unidades de conservação era o Instituto Florestal, que buscou orientação de técnicos de organismos internacionais (FAO¹³⁵) para a elaboração dos primeiros planos de manejo: dos Parques Estaduais da Ilha do Cardoso, Campos do Jordão e Cantareira.

Nesse processo de construção dos planos de manejo, três fases distintas puderam ser identificadas. A primeira foi marcada pelo Decreto que estabeleceu a obrigatoriedade dos planos de manejo em 1979 e perdurou até 1996. [...] No entanto, o Decreto não constituiu orientação técnica específica e detalhada. O que fez que boa parte dos planos de manejo elaborados sob sua influência tenha se baseado em recomendações e metodologias adaptadas de outros países. Nesse contexto, os trabalhos desenvolvidos por Kenton Miller em parques na América Latina e as recomendações do Departamento de Florestas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em cooperação com o IBDF, foram as diretrizes mais frequentemente adotadas para a elaboração dos

¹³⁵ Departamento de Florestas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

planos de manejo (MILLER, 1989; DOUROJEANNI, 2005) (MEDEIROS e PEREIRA, 2011:283).

Tratava-se de documentos concisos, elaborados por equipes técnicas multidisciplinares, cujo foco central recaía sobre a busca do conhecimento dos atributos das UC, ou seja, os aspectos físicos e biológicos, bem como a indicação de programas de manejo de visitação pública. Apenas em finais da década de 1990 os processos participativos passaram a ser incluídos na abordagem metodológica de elaboração dos planos de manejo.

No início dos anos 2000 havia uma discussão constante sobre o envolvimento da sociedade civil na gestão das unidades de conservação, inclusive com vistas às possibilidades jurídico-administrativas de colaboração e responsabilização nas ações de conservação. À época, a seguinte narrativa vinha sendo construída:

A participação não pode ser vista como uma fórmula mágica, nem como uma falácia. Ela é um instrumento fundamental para formulação, estabelecimento/definição e implementação de acordos. E deve ser levada a sério, sob o risco de seus resultados serem contraproducentes. Para tanto, a participação adequada não pode ser entendida como desperdício e ela leva tempo, exige paciência, compreensão e custa dinheiro, mais que em outros processos de decisão. Se bem conduzida, apresenta resultados mais adequados e efetivos, com maior base de apoio social, além de mais duradouros. É fundamental não perder de vista que um processo participativo precisa ter perspectiva, no mínimo, de médio prazo para que os resultados comecem a se mostrar. Isso, especialmente, em processos onde se pretendem mudanças de atitude generalizadas na sociedade e o desenvolvimento local sustentado (MARETTI, 2003, p.9, apud PISCIOTTA, 2003).

Ao final da primeira década dos anos 2000 esta narrativa ainda buscava consolidar-se institucionalmente no sistema de unidades de conservação. Exemplo disso é o processo de elaboração e aprovação do plano de manejo do PETAR, que se iniciou em 2009 e perdurou até 2018, quando o documento foi formalmente aprovado em plenária do CONSEMA.

A análise do longo percurso de planejamento estratégico para o PETAR possibilita demonstrar alguns aspectos da complexidade do processo de elaboração de um plano de manejo, quando a narrativa da participação social não está madura institucionalmente, tendo o “conflito” como balizador principal. As dificuldades primárias, referentes à maioria das UC, tais como obtenção de recursos financeiros, organização das equipes de trabalho e possibilidade de realização de oficinas participativas, foram superadas na primeira fase de elaboração do plano de manejo do PETAR, que foi encaminhado ao CONSEMA em 2010,

cumprindo a agenda de compromissos técnicos e políticos da Fundação Florestal, contudo, os conflitos não haviam sido suficientemente aprofundados.

Em estudo realizado à mesma época em que a discussão acerca do plano de manejo do PETAR estava em curso, demonstrando que a narrativa sobre participação estava se fortalecendo entre os agentes públicos, Bim (2012) se dedicou a entender os conflitos para a implantação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, considerando que a criação do MOJAC (2008) “pode contribuir com a redução dos conflitos socioambientais e promover a conservação da natureza” (p.35). O autor constata que

...a criação do Mosaico foi, em conjunto com a participação das comunidades envolvidas, a melhor estratégia adotada para mediar conflitos e desenvolver estratégias de conservação. Tanto que a área original de 139.418,3 ha do PEJ se converteu - em decorrência de uma proposta pactuada com as comunidades - em um Mosaico de 243.885 ha (p.6) [...] ...meu trabalho esteve sempre permeado pela reflexão sobre as questões relacionadas à conservação e à relação sociedade-natureza e pela ação pautada no diálogo, na gestão participativa, na valorização dos fóruns de discussão, no respeito à diversidade, no enfrentamento aos conflitos e na busca de alternativas e propostas que pudessem garantir a conciliação entre a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas e a conservação dos recursos naturais protegidos pelas unidades de conservação (p. 18)

Buscando as bases teóricas da década de 1990, Bim (2012) localiza na documentação do estudo “Conflitos entre Populações e Unidades de Conservação e Mata Atlântica”, coordenada pelo professor Diegues em 1995, a definição de conflitos em UC (p. 49).

Conflito implica existência de duas partes com interesses diferentes e distintos, muitas vezes opostos. As partes envolvidas no conflito consideram sempre a outra como agente do problema. Assim, ambas as partes são agente e sujeito ao mesmo tempo, dependendo do referencial. Por exemplo, a Unidade de Conservação é agente de conflito para as populações ocupantes de seu interior, que neste caso são sujeitos, na medida em que não podem mais exercer suas atividades. Por outro lado, para as Unidades de Conservação e suas administrações ou sobre o ponto de vista da conservação, as populações são agentes de conflitos, tornando-se assim as UCs sujeitos. Assim podem-se analisar os conflitos existentes nas UCs sob diversos aspectos, dependendo do referencial do "sujeito conflitante". As populações locais não deixam de ser vítimas de um conflito que se produziu num processo autoritário de criação e implantação das Unidades de Conservação restritivas. E a conservação se coloca, neste sentido, como oposta ao desenvolvimento das atividades econômicas destas populações, tornando-se assim agente de conflito (Diegues et al. 1995, apud Bim, 2012:49).

O conflito que prolongou o processo de aprovação do plano de manejo do PETAR foi delineado anteriormente nesta tese: disputa de poderes no território da conservação, entre o Estado e o setor produtivo, representado principalmente por mineradores e o agronegócio.

A partir dos mapas, dos diagnósticos elaborados por especialistas e das dinâmicas organizadas nas oficinas participativas do plano de manejo do PETAR, buscou-se o estabelecimento de pactos com os atores sociais locais. Está registrado que o Programa de Interação Socioambiental do PETAR tem como objetivo

delinear diretrizes com vistas a construir alicerces para um pacto socioambiental que compatibilize e una as atividades socioeconômicas e a promoção da preservação e conservação da diversidade natural nativa. [...] ...a gestão do PETAR busca criar um pacto social entre UC e Comunidades tradicionais locais, visando a cooperação técnica entre estes grupos para que as questões relativas aos direitos territoriais de grupos seja validada, priorizando também o desenvolvimento de estratégias de manejo agroecológico modernas, mas que estejam em sintonia com as práticas tradicionais locais, buscando suprir as necessidades materiais e socioculturais destes grupos com ampliação dos índices de conservação ambiental. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018: 843).

4.4.3. Uma ação de gestão em unidade de conservação do Vale do Ribeira: “onças no MOJAC” - pequeno relato reflexivo da situação e seus contextos

No capítulo sobre os procedimentos metodológicos foi destacado que a vivência profissional dos agentes públicos da conservação da natureza se focam no que foi denominado “questões de gestão”, incluindo todas as ações vinculadas à gestão das unidades de conservação, sejam em nível de planejamento ou de manejo, executadas em escritórios ou em campo, por equipes de agentes públicos em particular ou pela rede de atores sociais envolvidos com a gestão das UC.

Exemplificando, será apresentado, a seguir, relato de um caso, uma ação de gestão no Vale do Ribeira.

O material foi gerado a partir de uma **Roda de conversa** (ver capítulo Procedimentos Metodológicos) da qual participaram a pesquisadora deste trabalho, uma ex-gestora de unidades de conservação e atual consultora ambiental e um cidadão interessado nas questões da conservação, frequentador de unidades de conservação.

A geografia do lugar: a localização e o território

Não por acaso, então, no Vale do Ribeira estão as sete RDS estaduais e as duas RESEX estaduais, além da única RESEX federal em território paulista bem como a APA dos Quilombos do Médio Ribeira, que possibilitam a comunidades tradicionais de quilombos e caiçaras a gestão territorial compartilhada com o Estado. Sem falar das comunidades tradicionais que habitam as unidades de proteção integral, incluindo indígenas, cujos conflitos territoriais e de governança ainda não foram plenamente resolvidos.

Os acontecimentos se dão no Mosaico de Jacupiranga (MOJAC)¹³⁶, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Pinheirinhos, localizada no município de Barra do Turvo, no Vale do Ribeira.

O MOJAC foi criado em 2008, a partir do processo de readequação dos limites do PE Jacupiranga (PEJ), um parque que, apesar de ter sido criado na década de 1960, ainda não havia recebido a atenção devida dos órgãos gestores, bem como não havia sido assumido enquanto território de valor social para a conservação da natureza, uma vez que, ao longo das últimas décadas, sofreu inúmeras intervenções de grande impacto ambiental, tecnicamente classificadas como incompatíveis com sua categorização no sistema nacional de unidades de conservação – SNUC, de unidade de proteção integral, categoria parque estadual, e que, portanto, não deveria apresentar uso direto de seus espaços ou de seus elementos constitutivos, denominados genericamente de recursos naturais – vegetação, fauna, terra, água, minerais.

Com o objetivo de conservar 150 mil ha deste importante remanescente de Mata Atlântica, o governo do estado de São Paulo criou, por meio do Decreto - Lei Estadual Nº 145 de agosto de 1969, o Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ). No entanto, o desenho do parque não levou em conta o histórico de uso e ocupação do território e se sobrepôs a núcleos habitados há gerações por diversas comunidades tradicionais, entre quilombolas, caiçaras e caipiras-caboclos. A ausência da gestão do Estado nas duas primeiras décadas após sua criação proporcionou o desenvolvimento de bairros rurais e urbanos dentro dos limites do Parque (BIM, 2012 apud BIM et al, 2017).

Ao ser criado o MOJAC, pela Lei 12.810/2008, o PEJ desapareceu dos mapas de unidades de conservação do Estado de São Paulo, dando lugar a outras 14 unidades – além de

¹³⁶ O pesquisador científico do Instituto Florestal Ocimar José Batista Bim produziu a dissertação de mestrado no programa de pós-graduação do Departamento de Geografia Física/FFLCH-USP intitulada “Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais”, que relata e analisa todo o processo de criação do MOJAC (BIM, 2012).

três Parques Estaduais, cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) e duas Reservas Extrativistas (RESEX), conjunto que ultrapassa os 240 mil ha¹³⁷.

As RDS e as RESEX foram organizadas de forma a abrigar as comunidades tradicionais que habitavam este território, regularizando sua presença e permanência a partir de critérios de tradicionalidade. Na Lei de criação do MOJAC são denominados “beneficiários” e os nomes dos “chefes de família” constam de listas de beneficiários da Lei, correspondentes a cada UC.

Contudo, há um conflito de sobreposição territorial instaurado, já que, ao longo de um longo período, a ocupação se caracterizou por agricultores e pecuaristas com maior poder aquisitivo, que compraram as posses dos pequenos agricultores que lá já estavam. Esta situação, estabelecida principalmente na década de 1980, estava consolidada quando da criação do MOJAC. Sendo assim, o ajuste do uso e do manejo destas áreas se caracteriza em dificuldades para a gestão da categoria RDS, inclusive porque muitos dos beneficiários da Lei continuam sob o regime de prestadores de serviços dos grandes fazendeiros.

Em especial na RDS Pinheirinhos, onde a matriz da paisagem revela a história de uso e ocupação - um espaço entremeado de pasto e floresta - ainda não se estabeleceu o processo de autonomia de gestão e manejo do território pelos comunitários, que se mantém vinculados aos fazendeiros, persistindo a subordinação financeira entre alguns deles.

O desafio para o gestor da RDS é articular os grupos e conduzir o processo de conquista da autonomia dos beneficiários da Lei.

Os fatos

Em outubro de 2017 o gestor da RDS Pinheirinhos solicitou apoio dos técnicos da sede da FF para lidar com o seguinte problema: os comunitários estão se queixando de que uma onça pintada está atacando animais de criação na RDS.

Este fato, por si só, já se constitui num problema de gestão. Agregado ao contexto dos acontecimentos, o desafio se torna maior:

¹³⁷ O PEJ, que possuía 139 mil ha de extensão, teve sua área de proteção integral ampliada para mais de 154 mil ha, distribuídos em três Parques Estaduais: PE Caverna do Diabo (40.219,66 ha) nos municípios de Eldorado, Iporanga, Barra do Turvo e Cajati; PE do Rio Turvo (73.893,87 ha) nos municípios de Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga e, PE Lagamar de Cananéia (40.758,64 ha) nos municípios de Cananéia e Jacupiranga (BIM, 2012)

i. está sendo propalada a notícia de que haviam sido soltas 20 onças no MOJAC. “São elas que estão atacando, porque não tinha onça aqui antes. Foi o IBAMA¹³⁸ quem soltou”.

ii. um fazendeiro alegou que perdeu 20 ovelhas e uma porca em uma noite, por predação da onça; a fazenda não compõe o território da RDS, mas está em área contígua, encravada entre a RDS Pinheirinhos e o PE Rio do Turvo

iii. contudo, mesmo que estivesse em curso um programa de reintrodução de onças no MOJAC, a quantidade de 20 onças seria impossível, não só sob o ponto de vista técnico do manejo da espécie, quanto pela inexistência de tantos exemplares de onça pintada em uma só localidade.

iv. complementarmente, a partir de vistoria no local onde o fazendeiro alegou ter perdido as 20 ovelhas, foi relatado que os animais não eram recolhidos ao final do dia, permaneciam soltos. Ao serem atacados por um predador em local aberto, o comportamento padrão seria a fuga, entretanto, o funcionário que relatou os acontecimentos afirmou que não havia marcas de luta ou de fuga, nem no solo, ao redor da casa, nem na borda da mata, e, tampouco, marcas de sangue. Os animais desapareceram em uma noite: 20 ovelhas e uma porca. Na casa vizinha não se ouviu esturros ou rugidos da onça, balidos das ovelhas ou guinchos da porca.

A história, por mais inverossímil que seja, foi assumida por todos – fazendeiros e comunitários. Seja como for, fatos e contextos eram concretos: havia uma onça predando animais domésticos na RDS e adjacências e se nada fosse feito pelo gestor e pela comunidade, esta onça morreria, seria morta, não haveria outro destino para ela. Os gestores das UC têm como desafio e responsabilidade cuidar deste animal, sob a perspectiva de evitar a redução da população de onças pintadas no bioma mata atlântica.

Como ação de gestão, além da vistoria de campo, foi realizada reunião com alguns dos comunitários. Dedicaram-se ao trabalho, além do gestor da RDS de Pinheirinhos, o gestor de uma outra RDS do MOJAC, uma técnica da Fundação Florestal que presta assessoria aos gestores, a partir da sede da instituição, e uma especialista em carnívoros silvestres, funcionária do ICMBio, que lida com o tema há muitos anos¹³⁹.

¹³⁸ A citação entre aspas tem por objetivo reproduzir a narrativa dos que pretendem demonstrar que as onças são um perigo para todos. Nesta citação está referendado o “IBAMA”, que personifica as ações do Estado enquanto protetor da “natureza natural” (ver Introdução). Não se trata do IBAMA agindo formalmente no território (ver a seção Paradigmas).

¹³⁹ Airton Vieira é o gestor das RDS Pinheirinhos e Lavras; Wagner Portilho é gestor das RDS Quilombos de Barra do Turvo e Barreiro Anhemas; Beatriz Beiseigel é pesquisadora do ICMBio especialista em carnívoros e gestora,

Mesmo que a vistoria não tenha identificado sinais característicos de onça pintada em campo, sua presença foi confirmada em um outro ponto da RDS, distante cerca de 5 km: no bairro Areia Branca houve registro fotográfico de predação de bezerro por onça, provavelmente pintada. A figura 11 ilustra o fato e a figura 12 demonstra a preocupação em definir como pauta de debate e aprendizado a questão do ataque a animais domésticos por predadores silvestres de grande e pequeno porte (MARCHINI, CAVALCANTE e CUNHA DE PAULA, 2011).

A reunião com os comunitários, na casa de um deles, indicou que o maior problema decorrente destes fatos é “o medo dos moradores em relação à onça”, inclusive pela circulação de crianças sozinhas pelo território (que é também o território da onça).

Aparentemente, a questão de a onça representar um problema econômico que “o meio ambiente”¹⁴⁰ traz para os proprietários do Vale do Ribeira parece mais afeita aos fazendeiros do que aos comunitários. Na sequência dos acontecimentos, fez parte da estratégia de “combate ao meio ambiente” a viralização de imagens de onças pintadas na região de Barra do Turvo, chamando a atenção para o fato das onças estarem presentes e causando prejuízo, ou na iminência de causar. As imagens eram provenientes de outros locais, como Amazônia e Pantanal, mas estavam sendo divulgadas como se fossem do Vale do Ribeira, sempre com a informação como se fosse do dia da postagem. A figura 13 ilustra estes fatos.

Importante observar as estratégias de disputa de poder sobre o território. Na atualidade, com o advento das mídias sociais, as narrativas são geradas e reforçadas em curto espaço de tempo, podendo atingir diversos setores de uma rede social, simultaneamente. No caso aqui em discussão, notícias falsas foram propaladas¹⁴¹ de maneira a reforçar,

à época, da FLONA de Capão Bonito e a técnica da Fundação Florestal sediada em São Paulo, que estava acompanhando o trabalho, é a autora deste estudo.

¹⁴⁰ Interessante observar a referência ao “meio ambiente” como um ente, alguém personificado. É comum entre os comunitários esta forma de se referir às ações ambientais e mesmo às questões ambientais. Não deixa de ser uma questão adicional à reflexão sobre a dicotomia natureza-cultura.

¹⁴¹ Uma das definições possíveis para notícia falsa é “um conteúdo deliberadamente inverídico produzido propositalmente de forma a simular uma notícia verdadeira com o objetivo de favorecer algo ou alguém”. Partindo dessa definição, podemos identificar, pelo menos, dois grupos de pessoas. O primeiro é formado por indivíduos que criam notícias falsas e que, portanto, sabem que elas são mentirosas. O segundo, é composto por gente que não consegue identificar a fraude da notícia e a repassa, acreditando que era, de fato, um fato. Ou seja, o segundo grupo, é bem mais numeroso. (<https://cib.org.br/estudos-e-artigos/o-impacto-das-noticias-falsas-na-opiniao-publica-sobre-ciencia/>). Nem sempre de fácil checagem, vez ou outra até o usuário mais treinado pode passar algo mentiroso para frente. Para ajudar a identificar o que é verdadeiro ou não na rede, duas grandes universidades brasileiras se uniram para produzir uma ferramenta baseada em machine learning,

subliminarmente, um dos aspectos complexos da conservação da natureza: o conflito dos humanos com os predadores silvestres.

Após as reuniões, em contraponto à “viralização” nas redes sociais dos vídeos de onças supostamente presentes no território do MOJAC, foi criada uma mensagem de alerta, amplamente divulgada nas redes sociais. Não há avaliações sobre os resultados de ambas viralizações (ver figura 14)

Na reunião do conselho gestor que ocorreu cerca de 15 dias depois, a pauta da onça pintada foi incluída. Em ambas as reuniões, a narrativa dos técnicos (agentes do Estado) junto aos comunitários, fazendeiros e seus funcionários, buscou acentuar o conhecimento que todos têm acerca das características comportamentais dos animais, resultando no exercício de buscar as “razões” da presença da onça naquelas paragens:

- a) em busca de alimento, se não há disponibilidade na mata e há, em abundância, em áreas lindeiras, quando da passagem por este trecho do território, a onça se alimentará do que estiver disponível;
- b) se os animais domésticos não estiverem disponíveis, dificilmente serão predados;
- c) critério ou perspectiva para as onças não predarem animais domésticos: redução da caça de animais que são alimento de onça;
- d) uma única onça não consumiria 20 animais de médio porte em uma noite, e ainda sem deixar vestígios.

capaz de dizer se uma notícia é falsa. A ferramenta foi criada pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). (<https://canaltech.com.br/redes-sociais/usp-e-ufscar-criam-ferramenta-para-deteccao-de-fake-news-na-web-e-whatsapp-124764/>)

Figura 11: Predação por onça pintada

Fonte: A imagem foi encaminhada ao gestor da RDS em 27/10/2017, via redes sociais, por um morador da comunidade de Areia Branca, com a seguinte mensagem: “O pai falou pra te enviar esta foto, do bezerro que a onça matou.

Figura 12: Padrão de predação por onça pintada

Fonte: Guia Prático de Convivência Predadores Silvestres e Animais Domésticos, editado pelo ICMBio (MARCHINI, CAVALCANTE e CUNHA DE PAULA, 2011)

Figura 13: Falsa presença de onças pintadas em estrada de Barra do Turvo

Fonte: a imagem foi capturada de vídeo encaminhado via redes sociais.

A seguir, a reprodução dos diálogos e a transcrição do áudio da especialista em carnívoros que acompanhou o processo aqui relatado.

[18:30, 22/10/2017] Wagner Portilho: ONÇA vista hoje na barra do TURVO

[18:30, 22/10/2017] Wagner Portilho: Estrada da Barra do Turvo e Iporanga 😬

[18:30, 22/10/2017] Wagner Portilho: Veja os nossos gatos de Iporanga! 😊

[18:34, 22/10/2017] Kátia: Uau, Wagner, quem filmou? É de hoje? Muita preocupação com a segurança e a vida destes bichos.

[18:35, 22/10/2017] Kátia: Já passou este vídeo pra Bia?

[18:36, 22/10/2017] Kátia: Pode ter a ver com estes casos do Airton, não acha?

[18:36, 22/10/2017] Wagner Portilho: Pois é! O Domingos recebeu ontem de manhã. O Airton tá divulgando nessa forma. Com pessoas comprometidas com a região e meio ambiente.

[18:37, 22/10/2017] Wagner Portilho: Mande para a Bia. Agora como foi para você.

[09:09, 23/10/2017] Wagner Portilho: Bom dia Katia!

Caí nessa da manipulação na internet e rede social. Marga conferiu esse vídeo nos sítios de boatos e constatou que o lugar dessa ocorrência é em outro estado, no Amazonas. Me perdoe por esse equívoco. Passo a cuidar melhor da origem de informações que me chegam.

[09:41, 23/10/2017] Kátia: Bom dia

Quando falei com a Bia, ontem, fiquei mais tranquila. Veja nossa conversa

“Ka, eu falei pra você e pro Airton aquele dia em que a gente estava no mato: os vídeos de onça sempre são hoje e sempre são aqui no vizinho. Este aí eu recebi ontem jurando que era em outro lugar bem perto, mas não na Barra do Turvo e jurando que foi a amiga do cara que gravou pessoalmente, embora nem ele mesmo possa ver que não tem voz de mulher no vídeo. Enfim, é sempre assim: é ontem e é no vizinho. Vai aprendendo.

Figura 14: Material criado em resposta aos anúncios com informações falsas sobre onças pintadas no Vale do Ribeira

As onças precisam de floresta e se alimentam dos bichos da floresta.
Muitas dessas florestas estão protegidas por Unidades de Conservação da Natureza.
Se tem bicho na mata, não tem onça no quintal!!!

SOLTURA DE ONÇAS NO VALE DO RIBEIRA: ISTO É MENTIRA!!!!

Não divulgue informações falsas.
A população de onças pintadas é muito baixa e vem diminuindo, por causa da caça e do desmatamento.
Estudos indicam que apenas um máximo de 20 onças pintadas sobrevivem entre todo o norte do Paraná e o Mosaico de Unidades de Conservação de Jacupiranga, no sul de São Paulo.

Ajude a proteger as onças.

As onças precisam de floresta e se alimentam dos bichos da floresta.

Quer saber mais?
Procure a Fundação Florestal ou o ICMBio!!!!
fflorestal.sp.gov.br/ouvidoria
Escritório Administrativo Fundação Florestal: Av. Clara Gianotti de Souza, 1139, Registro/SP, CEP: 11900-000. Telefones (13) 3821-1580 / 3821-5010 / 3855-7115

Fonte: equipe técnica da Fundação Florestal, com colaboração de pesquisadora do ICMBio e voluntários

Considerações sobre a gestão da categoria RDS e da gestão territorial de um mosaico de unidades de conservação

Um mosaico pressupõe atenção de várias categorias de unidades de conservação para o ordenamento territorial compartilhado.

O PE Jacupiranga sofreu muitos problemas em decorrência de sua não implantação, mas o Mosaico de Jacupiranga está em processo de implantação, apresentando, pelo menos, duas características em destaque: as UC são contíguas e todas as unidades são administradas pelo mesmo órgão, que é a Fundação Florestal.

Um estudo acadêmico, elaborado por um agente público militante da conservação, oferece as bases para o entendimento do que vem a ser a implantação de um mosaico de unidades de conservação no Vale do Ribeira. O autor da dissertação de mestrado “Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais”, Ocimar Bim, inicia explicitando que as atividades de gestão de unidades de conservação, para ele e outros colegas de profissão, estão pautadas nas seguintes ações: diálogo; gestão participativa; valorização dos fóruns de discussão; respeito à diversidade; enfrentamento dos conflitos; busca de alternativas e propostas; busca da garantia de conciliação entre a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas e a conservação dos recursos naturais protegidos pelas UC (BIM, 2012: 18).

É sob esta ótica que o autor discute as “soluções socioambientais” e apresenta a concepção e a lei de criação do MOJAC.

Sobre o Vale do Ribeira, o destaque se dá nas grandes disparidades em relação a outras regiões do Estado: concentração de pobreza, mortalidade infantil, falta de regularização fundiária, infraestrutura precária, além dos problemas de saneamento e moradia.

Antes do MOJAC havia um espaço de grandes dimensões com as seguintes características: i) comunidades subjugadas e alijadas, que perderam muito dos seus direitos ao longo do tempo; ii) ocupação irregular do território da conservação; as pessoas que foram assumindo aquele território apresentavam condição de vantagens econômicas sobre os comunitários e/ou poder político.

Desde a criação do MOJAC, dez anos atrás, a transição se estabeleceu.

A gestão do MOJAC, cujas dimensões territoriais ultrapassam os 200.000 ha, traz grandes e complexos desafios, uma vez que foi criado em razão de conflitos de ocupação. Com

a readequação das categorias das unidades de conservação, a maioria das comunidades residentes no MOJAC adquiriu o direito jurídico-administrativo de permanecer no território do antigo parque, mas sob um novo regime de gestão, que permite ocupação humana e uso direto dos recursos, sob a condição de elaboração de planos de uso e a instituição de conselhos gestores, coordenados pela instituição gestora das UC.

Dentre as dificuldades de gestão, está a escassez de recursos humanos para dedicação ao trabalho – a equipe é o gestor, que deve articular todos os atores de sua rede de relacionamentos. Ele não tem outro caminho a não ser fazer isso, trabalhando em parcerias. No MOJAC, há dez anos, é isso que se faz: desde 2008, o gestor e as comunidades têm trabalhado sob esta perspectiva. O aprendizado de gestão de uma nova categoria de UC deve levar a caminhos de compartilhamento de poder, com bons resultados para justiça social e para a conservação da natureza.

Em seu estudo, Bim (2012) denomina de “povos do MOJAC” as comunidades residentes, beneficiárias da lei de criação do mosaico, cuja presença está representada na figura 15.

No entanto, não havia apenas comunidades tradicionais no território do PEJ. Os que foram considerados não tradicionais e, portanto, sem direito à permanência, não concordaram com a nova adequação dos territórios e exigem seus direitos, de permanecer ou de receber indenização pelo Estado. Estes – os sem direito - se colocam como “prejudicados pelo meio ambiente”.

Neste pensamento, a presença de onças pintadas no MOJAC foi agregada como fator de prejuízo que o meio ambiente exerce. Neste caso, o meio ambiente é, de fato, o Estado. Quando havia apenas o PE Jacupiranga, com toda sua imensidão, o território era menos cuidado, agora, a RDS está estabelecida em um território bem menor, recortado. A presença do gestor é concreta, a quem os ocupantes têm de dar satisfação, pedir autorização para coisas que antes não pediam. Os tradicionais estavam fora da lei, mas agora passam a ser sujeitos de deveres, que antes não eram. E de direitos.

É preciso considerar que a RDS é uma categoria de UC em processo de aprendizado de gestão, tanto para os agentes do Estado, que fazem a gestão administrativa, quanto para os beneficiários, que fazem o manejo propriamente dito do território, lá permanecendo protegidos pela Lei, enquanto território da conservação.

Figura 15: Povos do MOJAC
Fonte: BIM, 2012

A relação que vem se estabelecendo entre a UC e os moradores tradicionais, via conselho deliberativo, talvez ainda seja frágil e complicada, em construção. As RDS no MOJAC foram criadas para beneficiar as comunidades, só que o processo se deu de cima para baixo, não houve um movimento social para a criação destas unidades de conservação; a reivindicação inicial era apenas a desafetação do parque. Os beneficiários, aparentemente, ainda não perceberam a nova perspectiva que têm de organização do uso do espaço e das ações de manejo no território.

Em que pese o Conselho Gestor da unidade manter funcionamento satisfatório e regular, a superação dos antigos processos de relacionamento e subordinação entre os atuais beneficiários da Lei de criação do MOJAC e os não beneficiários (os fazendeiros) ainda precisa ser muito trabalhada, por todos os conselheiros e seus representados, assim como pelo órgão gestor¹⁴².

De qualquer forma, os agentes públicos, os gestores administrativos do território, interpretam estes fatos como um grande avanço na consolidação dos preceitos do bem comum e da justiça social, considerando que as RDS do MOJAC trazem experiências interessantes e importantes.

Ao se integrar o assunto “conservação da onça pintada” à gestão, a narrativa do agente do Estado se volta para a o medo que os ocupantes revelam durante as conversas, por conta do prejuízo real ou iminente, resultante da falta de cuidado com os próprios saberes ancestrais. Objetiva-se o desmonte de narrativas outras, calcadas em invenções sobre o comportamento das onças e desvalorização das ações do Estado.

O Estado não tem suprido as necessidades físicas e operacionais de que o gestor da RDS precisa, mas a função dele é cuidar do território em tempo integral. E é este o trabalho que ele desenvolve, sem outras atribuições.

As reuniões dos conselhos gestores, que no caso das RDS são deliberativos, são o fórum principal de discussão e crescimento sobre o aprendizado de gestão desta categoria de UC. O registro das reuniões do conselho é impecável. As pautas são feitas em cada reunião, para as próximas. Nos intervalos são realizadas outras ações. É um trabalho de campo infinito.

¹⁴² As reuniões são bimensais, de caráter deliberativo, com pautas estabelecidas em conjunto e com o registro feito pelo coordenador do Conselho, o gestor da UC – registro este sempre compartilhado e ajustado pelos conselheiros. A composição busca ser paritária entre Estado, sociedade civil e comunidades tradicionais. Ou seja, os fazendeiros têm cadeiras de representação no conselho.

Talvez o Vale do Ribeira apresente condições mais propícias para a apreensão pelos agentes do Estado dos pressupostos voltados à justiça social, porque o Vale se constitui num território pouco observado e menos disputado, quando comparado, por exemplo, ao Litoral Norte, onde há mais interesses econômicos e mais interesses políticos. Os gestores têm mais liberdade porque estão menos pressionados e menos vigiados, podendo fortalecer a narrativa do Estado democrático, inclusive a partir da linguagem dos comunitários, de como eles sentem e percebem os movimentos.

Mesmo que as constantes mudanças do corpo diretivo da Fundação Florestal e Secretaria do Meio Ambiente, nas sucessivas mudanças de governos possam resultar numa visão de desconfiança¹⁴³, o fato da mesma equipe estar no MOJAC há dez anos, é um alento neste cenário.

No caso da RDS dos Pinheirinhos, a transição para a perspectiva de mosaico está bem demarcada: os comunitários foram puxados para estar neste movimento de autonomia, enquanto beneficiários da Lei, mas eles não se sentem autônomos (ainda).

Pinheirinhos é um bairro antigo. Durante muito tempo, nem sabiam que estavam no parque (desde a década de 60!); na década de 80 viraram caseiros e limpadores de pasto e nos anos 2000 viraram comunidade tradicional de RDS.

A RDS, enquanto ordenamento territorial, oferece aos beneficiários a possibilidade de buscar autonomia, senão de delimitar plenamente as ações de gestão dentro de seus valores e seus saberes, pelo menos de delinear as formas de manejo no território, com voz e poder de voto garantidos pela Lei. Mas as dificuldades em superar barreiras são grandes, inclusive porque as famílias guardam muitas diferenças entre si. Talvez a dificuldade esteja também vinculada ao fato de eles não serem um grupo que não apresentem histórico de gestão conjunta. São um grupo que vive ali. Isto não é gerador, por si, de luta pelo território. Esta história está se constituindo na interface com o Estado, que agora se faz presente, e com estes outros atores - os não beneficiários. Isto gera e vai continuar gerando milhões de embates e conflitos. Quando se superar um conflito, surgirá outro. É a dinâmica própria de todos os grupos sociais. As ações e comportamentos vão se recolocando na interação.

¹⁴³ Entre 2011 e 2017 foram nomeados cinco secretários de Meio Ambiente e cinco diretores executivos da Fundação Florestal. Considerando que se tratam de mandatos vinculados a períodos de gestões de governos eleitos, seriam dois dirigentes, no período de dois mandatos.

Reflexões a partir da Roda de conversa: os protagonistas na gestão da RDS

A conservação da natureza

São dois os focos de atenção neste caso: a criação e implantação de um mosaico de Unidades de Conservação e a proteção de um dos seres mais emblemáticos do mundo natural – a onça pintada.

O reajuste do território do PE Jacupiranga, com a criação do MOJAC, se deu em função da movimentação de comunitários e outros atores sociais, apoiados por parlamentares opositoristas ao Governo. Havia uma pressão forte para a desafetação de extensas áreas do parque, onde a ocupação humana estava consolidada.

E como a implantação do MOJAC está em curso, a disputa territorial permanece. Então, aparentemente, o evento da onça trouxe a possibilidade dos beneficiários, dos não beneficiários e dos agentes do Estado dialogarem sobre o assunto.

Do ponto de vista da conservação e da gestão, olhando para a onça pintada como um ser emblemático na floresta atlântica, como interpretar este assunto a partir dos paradigmas da conservação apresentados neste capítulo?

O paradigma da ciência está muito presente, mas também o da quebra da dicotomia natureza-cultura, que tem um espaço especial para ser desenvolvido.

O paradigma da institucionalização do território da conservação é também muito forte neste caso. A autonomia dos tradicionais está delimitada na Lei, onde todo o processo de gestão é conduzido e mediado pelo gestor da UC, os trabalhos de superação da subordinação financeira e de tomada de decisão quanto às atividades desenvolvidas na RDS e seus respectivos manejos, representam um esforço conjunto de todos os envolvidos – beneficiários da Lei, gestores institucionais e fazendeiros. O fórum principal é o Conselho Gestor.

Tanto no caso do Mosaico da Jureia, quanto do MOJAC, dentro do paradigma da superação da dicotomia natureza-sociedade ou natureza-cultura, os resultados do trabalho feito pelos gestores são bastante substanciais.

Os beneficiários

Para quem é beneficiário, é uma construção lenta. Eles não participaram efetivamente, como um todo, no início desta construção. Participaram e participam via representação. Sabe-se que isto é sempre relativo. Demora muito tempo para estas pessoas se apropriem da perspectiva do que um território protegido pode trazer para elas.

Naquele momento eles não pediram nada, nem para retirar a onça, nem para pagar os prejuízos. Eles têm medo, da onça e dos fazendeiros.

Seja como for, a oportunidade de conversar sobre onças e outros bichos foi valiosa e prazerosa. Eles contaram muitas histórias e disseram que trinta anos atrás havia muitas onças, diferente de agora. Foi um momento em que eles ficaram soltos para falar da onça e dos medos que eles têm disso.

Os fazendeiros, não beneficiários

O evento da onça se caracterizou como estratégia dos grupos que se sentiram prejudicados pela implantação do MOJAC (ou pelo fortalecimento do território da conservação), com um novo argumento de prejuízo, que era a presença de um predador. Um novo incômodo ambiental, além de todos os incômodos que eles dizem sofrer.

Os fazendeiros manifestam suas razões de não aceitar o sistema de UC: perderam (o que consideram) suas terras para o Estado e para as comunidades tradicionais e estão sendo multados por ação do Ministério Público.

Regra geral, a situação destes fazendeiros, entre a década de 1980 e a implantação do MOJAC era de ausência do Estado, se relacionavam com os moradores antigos como patrões, num fluxo de dependência financeira. Eles conseguiram obter estas grandes áreas a partir da compra das posses dos comunitários que originalmente estavam no território.

Em seu estudo, Bim (2012) se dedica a refletir e ponderar sobre a presença dos chamados “fazendeiros”, assim considerados aqueles que ocupam grandes extensões de terra, principalmente para produção pecuária e portanto, os que converteram a floresta em pastagem, em grande escala.

Esta situação, por si mesma, já apresentaria problemas de gestão em uma área tão extensa e com tendências opostas à conservação ambiental. Porém, como agravante, destaca-se o fato de o Estado ter mantido o Parque abandonado por mais de 20 anos, disponibilizando poucos funcionários para o trabalho de manejo, uso público, pesquisa e proteção. O Parque sofreu muitas agressões ao patrimônio natural e também social, desde a retirada ilegal de madeira para comercialização clandestina, a formação de pastagens por fazendeiros com desmatamentos e queimadas, e madeireiros (p. 28). [...] Sem contar com as mínimas condições de manejo e fiscalização, o PEJ teve boa parte das áreas próximas à rodovia BR-116 ocupadas pelos migrantes, na expectativa de retornarem à condição de agricultores, em uma área legalmente proibida para as atividades agrícolas, o que acabou propiciando o surgimento de inúmeros conflitos. No mesmo movimento, estabeleceram-se na área fazendeiros - criadores de gado - que chegaram a ter um rebanho bovino com mais de 8.000 cabeças na região¹⁴⁴ (BIM, 2012: 29)

¹⁴⁴ Informações prestadas pelo Escritório da Defesa Agropecuária de Registro (Secretaria de Estado da Agricultura), em 2008.

Enquanto pessoas diretamente vinculadas ao sistema de UC, os fazendeiros não o aceitam, nem como proposição política, nem do ponto de vista de gestão territorial e, em consequência, se utilizam de estratégias, como esta da onça, para enfraquecer o sistema, implantando pós-verdades, como a soltura de dezenas de onças, realizada por órgãos do governo responsáveis pela proteção ambiental, gerando falta de clareza e confusão sobre o assunto da presença das onças em áreas onde ainda há floresta madura. Irão sempre buscar argumentos para demonstrar que esta gestão territorial e que este formato de sistema de UC não é o que tem que acontecer no mundo contemporâneo. O tamanho e o tratamento dado às UC não são adequados. Uma onça significa apenas prejuízo e perigo, não apresenta outras perspectivas de valor.

Unidos contra o Estado

Muitos dos comunitários se alinham ao discurso dos não beneficiários, absorveram argumentos que enfraquece a perspectiva da conservação.

O caso é bem concreto: o parque é de 1962; há muitas dificuldades na sua implantação. Existe uma polaridade, de um lado a conservação e de outro lado a vida das pessoas.

Talvez a união contra a UC esteja relacionada ao fato de que ela impõe regras que ainda não são consideradas positivas. Moradores - tradicionais ou não - se uniram para contrapor uma situação limite imposta pela UC.

Trata-se da não viabilização da intencionalidade de criação de territórios especialmente protegidos como bem comum, que deveria ser interessante para todos, para toda a sociedade.

Trata-se da quebra da lógica de que a criação de territórios especialmente protegidos é interessante para todos, para toda a sociedade.

O parque é delineado como um grande vilão e é preciso derrubar o parque.

E os comunitários passam a defender que a existência da unidade de conservação inviabiliza as atividades das comunidades tradicionais, mesmo em situações muito objetivas onde as normativas possibilitam as presenças e as atividades, como roças, extrativismo, construções e reformas de moradias e uso público.

Sob outra perspectiva, pode-se ponderar que há crenças e valores que estas pessoas cultivam, que durante muitos anos não foram trabalhados pelo Estado. Foram ignorados.

Sob uma perspectiva objetiva, Bim (2012) avalia que a resolução da questão fundiária é o essencial na problemática do MOJAC. O arranjo político-geográfico que se empreendeu na criação do MOJAC teve como objetivo solucionar a ocupação nas unidades de proteção integral, entretanto, para que as ações para tal arranjo se deem por inteiro, os contextos nem sempre são favoráveis. Nesta citação do autor, que expõe a situação em 2012, a RDS Pinheirinhos não está incluída, mas se enquadra no contexto descrito:

Mas o grande desafio para a gestão do PERT e PECD é a regularização fundiária. Permanecem ainda no interior dos dois Parques 479 famílias, sendo que destas, pelo menos 200 famílias têm o seu modo de vida baseado na agricultura de produção de alimentos e que ainda continuam sob uma legislação restritiva. Os demais ocupantes são veranistas, fazendeiros e chacareiros que não estão enquadrados nos critérios para indenização ou realocação. Esta é a questão principal a ser enfrentada, pois com a recategorização, a grande maioria dos ocupantes do antigo PEJ teve parte dos seus problemas resolvidos, mas muitos moradores ainda buscam soluções para os problemas que enfrentam por permanecerem ainda em áreas de Parque. Para enfrentar esta situação, a lei apresenta alternativa, como a arrecadação de áreas públicas ocupadas irregularmente por fazendeiros nas APAs e RDS por meio judicial; a proposta de compra de áreas particulares com recursos de compensação para serem destinadas à realocação destas famílias; e a realocação para a RDS de Lavras (BIM, 2012:121).

Os agentes do Estado

Ao longo daqueles dias de encontros, em 2017, as conversas promovidas com moradores e fazendeiros pretenderam dar voz a todos e também contar sobre as formas como o Estado lida com esse assunto.

Foi uma opção de enfrentar o problema de gestão, incluindo os não comunitários na conversa, considerando o seguinte cerne da questão: quando qualquer evento da conservação afetar economicamente os produtores e outros ocupantes do território, aparecerá um grupo desinteressado no modelo de sistema de UC. Ou seja, enquanto as UC não conseguirem lidar com os interesses econômicos do entorno (e de dentro), o avanço da gestão, seja em que categoria de UC for, será limitado.

Sendo assim, na tentativa de apresentar ferramentas de gestão que contemplassem medidas para evitar os prejuízos, econômicos foi destacado que existem formas eficientes de

manejar os animais de criação, principalmente quando uma onça está por perto¹⁴⁵, além de se solicitar o registro concreto da presença da onça, com fotos dos vestígios, por exemplo.

Foi também apresentado pela pesquisadora do ICMBio um projeto de monitoramento que vem se desenvolvendo por muitos anos, abrangendo os PE Carlos Botelho e Intervales. Com a utilização de tecnologia de campo (radio colar e armadilhas fotográficas) e de gabinete (mapeamento com geoprocessamento) os caminhos percorridos e áreas de vida destes animais foram revelados. Os territórios dos quais se utilizam, ao longo da vida, são muito grandes.

4.5. O sistema de unidades de conservação e o binômio natureza-cultura

Como delineado até o momento neste estudo, mesmo que o conjunto de instrumentos técnicos e jurídico-administrativos brasileiros que dão base para as políticas de conservação da natureza e temática ambiental em geral, sejam robustos e possibilitem avanços socioambientais, os sistemas de Unidades de Conservação (em todo o mundo), têm por base a matriz de pensamento ocidental e os paradigmas da ciência, onde sociedade e natureza não se conjugam plenamente.

Por séculos o pensamento ocidental apontou uma percepção da natureza que obedeceu, primeiro, a um enquadramento antropocêntrico e depois um racionalista, no qual esta deveria ser dominada para satisfazer as necessidades humanas. Em uma linha que remonta a Hegel, de acordo com Harvey (1996:127), este processo é a “marca registrada” do desencantamento do mundo que está na base do modelo capitalista ocidental (SERNA e DEL CAIRO, 2016:195).¹⁴⁶

Esta perspectiva evidencia que as razões de existir das unidades de conservação - conservação da biodiversidade, garantia dos processos naturais e proteção dos elementos físicos da natureza – ao invés de serem socialmente valorizadas, são capturadas pelo desencantamento do mundo, resultando na baixa tolerância de grupos econômicos com relação à existência de espaços especialmente protegidos.

¹⁴⁵ Com base no Guia Prático de Convivência Predadores Silvestres e Animais Domésticos, editado pelo ICMBio (MARCHINI, CAVALCANTE e CUNHA DE PAULA, 2011), o que fizemos foi encarar esta conversa: *vocês têm medo da onça? Acendam uma luz na varanda...*

¹⁴⁶ Texto original: Por siglos el pensamiento occidental apuntalo una percepcion de la naturaliza que obedecio, primero, a un encuadre antropocêntrico y luego a uno racionalista, en los cuales esta debia ser dominada para satisfacer las necesidades humanas. En una linea que se remonta a Hegel, de acuerdo com Harvey (1996, 127), este proceso es la “marca registrada” del desencantamiento del mundo que esta en la base del modelo capitalista occidental.

O sistema de unidades de conservação, em que pese a existência de categorias de uso sustentável, se sustenta no paradigma do binômio sociedade-natureza e, neste trabalho, se busca fazer a reflexão sobre as alternativas.

Alguns autores, em anos recentes, como já apresentado anteriormente, têm se dedicado a desenvolver aparatos conceituais, enquadramentos teóricos e sensibilidades metodológicas para explorar apropriadamente as conexões humanas com a natureza.

São variadas as discussões teóricas e epistemológicas que ocorreram em décadas recentes sobre a teoria social, a propósito da busca de alternativas ao binômio moderno natureza/sociedade. A característica comum mais importante compartilhada pelas leituras críticas de tal binômio consiste em sua busca por "[i]r além do dualismo [porque] abre uma paisagem intelectual completamente diferente, uma paisagem em que estados e substâncias são substituídos por processos e relacionamentos; [uma paisagem em que] a questão mais importante não é mais como objetivar sistemas fechados, mas como explicar a diversidade dos processos de objetivação" (Descola e Pálsson 2001,23). Conceitos como hibridismo (Ogden 2011), conhecimento íntimo (Raffles 2002), as multiespecies (Kirksey e Helmreich 2010), a espécie companheira (Haraway 2008), a rede de atores (Callon 1999, Law 1992, Latour 2008) ou os conjuntos híbridos (Latour 1999), configuram alternativas conceituais sobre as fronteiras sinuosas e porosas que articulam seres humanos e não-humanos em um mesmo eixo de co-constituição (SERNA e DEL CAIRO, 2016:195)¹⁴⁷.

No caso brasileiro e especialmente em São Paulo, onde os remanescentes do bioma Mata Atlântica (apesar de extremamente reduzidos) são bastante significativos, estando concentrados em algumas regiões do estado, como o Vale do Ribeira, a discussão sobre o binômio sociedade-natureza vem sendo desenvolvida por diversos autores.

Neste trabalho, conforme explicitado no tópico sobre metodologia, as produções acadêmicas de agentes do Estado são valorizadas. É a análise feita nas entranhas do problema.

¹⁴⁷ Texto original: Son variadas las discusiones teoricas y epistemológicas que han tenido lugar en decadas recientes en la teoria social a proposito de la busqueda de alternativas al binômio moderno naturaleza/sociedad. El rasgo comun mas importante que comparten las lecturas criticas de tal binômio consiste en su busqueda por "[i]r mas alla del dualismo [porque] abre[n] un paisaje intelectual completamente diferente, un paisaje en el que los estados y las sustancias son sustituidos por procesos y relaciones; [un paisaje en el que] la cuestion mas importante ya no es como objetivar sistemas cerrados, sino como explicar la propia diversidad de los procesos de objetificacion" (Descola y Palsson 2001, 23). Conceptos como la hibridez (Ogden 2011), el conocimiento intimo (Raffles 2002), lo multiespecie (Kirksey y Helmreich 2010), las especies companeras (Haraway 2008), el actor-red (Callon 1999; Law 1992; Latour 2008) o los ensamblajes de hibridos (Latour 1999), configuran alternativas conceptuales sobre las fronteras sinuosas y porosas que articulan a los humanos y no humanos en um mismo eje de co-constitucion. (SERNA e DEL CAIRO, 2016:195)

Em trabalho gerado em ambiente acadêmico e convertido em livro, Vianna (2008) discute a questão do binômio sociedade-natureza sob a perspectiva das áreas naturais protegidas e o conceito de “comunidades tradicionais”.

As ideias de conservação da natureza vêm da necessidade de perpetuação física dos valores da sociedade dominante, que surge com a intensidade da ocupação do espaço e com o prenúncio de esgotamento dos recursos naturais. Assim, conservação da natureza visa garantir a própria sobrevivência desse modelo de sociedade e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, tem implícitas uma crítica e uma contestação ao desenvolvimento¹⁴⁸ associado a esse modelo.

Nessa perspectiva, há ao menos duas grandes posturas entre os que defendem a conservação da natureza – os contestadores radicais e os contestadores reformistas. Aqueles, fortemente embasados nas ciências naturais e criticando o humanismo, concebem o homem como apenas mais uma das espécies da natureza, concedendo a esta um valor próprio, que ultrapassa o da espécie humana. Estes, também com o instrumental das ciências naturais, concebem a proteção da natureza como uma necessidade humana, como forma de proteger o homem, na medida em que ela é fonte de vida, adotando uma posição antropocêntrica, mas cuidadosa quanto ao uso da natureza. Esta postura identifica a natureza com os recursos necessários à sobrevivência da sociedade, mas ambas a concebem de forma objetivada e externa à sociedade, mesmo quando inclui o homem (VIANNA, 2008:43).

A autora destaca que essas questões são o verdadeiro divisor de águas no modo de se encarar a natureza e, em última instância, a questão ambiental. Importante verificar que, enquanto agente do Estado fazendo a análise a partir da vivência junto aos processos de gestão do sistema de unidades de conservação, a autora afirma, em 2008, que os referenciais sustentadores da separação homem-natureza “não estão claros para os formuladores de conceitos e políticas, seja no movimento ambientalista, seja no interior dos órgãos públicos responsáveis pela gestão da conservação da natureza” (p. 43). Dez anos passados, ainda é preciso perseguir esta clareza.

¹⁴⁸ A crítica explícita ao modelo de desenvolvimento ocorre formalmente a partir do início dos anos 1980, com a publicação da Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza, pela IUCN.

5. O MAPA DO TERRITÓRIO DA CONSERVAÇÃO

5.1. Reflexões iniciais

O anseio de mapear é um instinto humano básico e duradouro. Onde estaríamos sem mapas? A resposta é, obviamente, perdidos, mas os mapas fornecem respostas a muito mais perguntas do que simplesmente como ir de um lugar a outro” (BROTTON, 2014:10)

Jerry Brotton traz às primeiras páginas do seu livro “Uma história do mundo em 12 mapas”, uma visão generosa sobre o poder e o fascínio dos mapas. Destaca que o dispositivo mental ao qual os psicólogos denominam “mapeamento cognitivo”, não é exclusividade de humanos.

...animais também adquirem, ordenam e lembram as informações sobre seu ambiente espacial, em cujo processo eles distinguem e se definem espacialmente em relação ao mundo vasto, aterrorizante e incognoscível que está “lá fora”. [...] Mas somente os seres humanos deram o salto crucial para a confecção de mapas. Com o aparecimento de métodos gráficos de comunicação permanentes, há mais de 40 mil anos os seres humanos desenvolveram a capacidade de traduzir informações espaciais efêmeras para formas permanentes e reproduzíveis (BROTTON, 2014:10)

O autor destaca que são inúmeras as variações semânticas para a palavra “mapa”, nas diversas línguas: o termo latino *mappa*, que significa “toalha de mesa ou guardanapo”, deu origem à palavra portuguesa mapa, usada também para o espanhol, o inglês e o polonês. Em francês se usa “carte”, palavra que tem sua origem também no latim - *carta* -que se refere a um documento formal e dá a base para o italiano e russo “carta e karta. O termo em grego antigo para mapa é *pinax*., que era a denominação dada a uma placa de metal, madeira ou pedra onde palavras e imagens eram gravadas. Em árabe são usadas duas palavras, *surah*, traduzida por “figura” e *naqshah*, traduzida por “pintura”. Em chinês se usa *tu*, que significa desenho ou pintura.

Brotton adota a definição geralmente aceita pelos estudiosos da cartografia dos dias atuais: “Mapas são representações gráficas que facilitam a compreensão espacial de coisas, conceitos, condições, processos ou eventos no mundo humano”, cunhada por HARLEY E WOODWARD (1987: vol1, p. 16, apud BROTTON, 2014: 11).

Fonseca e Oliva (2013) afirmam que o sentido do termo “cartografia” se expandiu, passando da “ciência que estuda e realiza os mapas” para “a teoria cognitiva e a teoria sobre

as tecnologias que reduzem a complexidade do mundo real a uma representação gráfica” (p. 13).

As imagens do mundo projetadas num plano, com símbolos aplicados, são produtos cartográficos, embora possam ser muito diferentes entres si, a começar pelas finalidades a que se destinam. [...] Os mapas amparam, principalmente, as atividades humanas com forte componente espacial, tais como a exploração, a guerra, o controle estatal, e também, as decisões econômicas dos empreendimentos, assim como uma série de atividades dos indivíduos... (FONSECA e OLIVA, 2013:13).

Neste estudo, como foi destacado nos capítulos anteriores, os mapas amparam a existência de um sistema de unidades de conservação. Trata-se de uma presença forte e familiar não apenas para os agentes públicos, mas para toda a rede de relacionamento do território da conservação.

Neste capítulo, em especial, o objetivo foi refletir, no âmbito dos mapas do território da conservação, acerca do que Fonseca e Oliva (2013) denominaram “crise do mapa”. O alerta dos autores se dá em convergência à avaliação de muitos “cartógrafos críticos”, como Jacques Lévy, Emanuela Casti, Christian Grataloup e Michel Lussault, entre outros.

Essa grande presença e importância do mapa no mundo contemporâneo não impede um paradoxo no ambiente científico, mas extravasa esse campo: existe, de algum modo, uma “crise do mapa”, como já foi notado por alguns estudiosos. Um dado muito interessante e ao mesmo tempo surpreendente dessa crise é que há certa negligência nas pesquisas e discussões sobre a cartografia e seus produtos. Isso resultou na subutilização do potencial dos mapas, o que pode ter criado um caldo de cultura no qual a própria crise não é muito notada.

Mais que isso, a cartografia e os mapas adquiriram uma identidade meramente prática – e técnica. Ou seja, pensamento teórico e reflexões foram abolidas do seu campo... (FONSECA e OLIVA, 2013:13-14).

Na rotina de trabalho do gestor de unidade de conservação, mapas são a materialização dos conhecimentos sobre determinada área e local. O mapa é utilizado como referência espacial e organizativa da dinâmica territorial. Todo o trabalho desenvolvido pelos gestores se dá sobre territórios da conservação instituídos mediante diferentes diplomas legais, encerrados em polígonos, registrados em mapas. Muitas vezes o mapa precede a Unidade de Conservação. A unidade, apresentada por um território, contínuo e contíguo, se mostra e se consolida administrativamente no mapa.

A presença do mapa em reuniões técnicas e oficinas participativas, em relatórios, em expedientes judiciais, enfim, em toda sorte de atividades técnicas ou lúdicas é irrefutável e, muitas vezes, insubstituível, ocorrendo em quase cem por cento dos casos.

No debate com os atores sociais, componentes da rede de relacionamento no território da conservação (ver no capítulo Conservação da Natureza os tópicos que tratam do território da conservação), surge fortemente a perspectiva de que os mapas devem comunicar com precisão e objetividade os elementos que estão sendo representados sobre o território em análise, para fornecer com segurança os indicadores necessários para a tomada de decisão.

Neste sentido, em paralelo à afirmação de Fonseca e Oliva (2013), de que “a cartografia escolar está submetida à ‘ideologia da verdade’, no caso a ‘ideologia da verdade topográfica’, como tão bem coloca Brian Harley”, poderia afirmar-se que a cartografia do território da conservação também está submetida à ideologia da verdade topográfica.

Harley (2005) alerta que as definições encontradas em dicionários e glossários de cartografia apontam que o papel do mapa é “apresentar uma manifestação concreta da realidade geográfica, dentro dos limites das técnicas da topografia, da habilidade do cartógrafo e do código de signos convencionais” (p.60). São as definições que tratam do mapa científico, livre de dúvidas e discursos retóricos.

Em nossa cultura ocidental, pelo menos desde o Iluminismo, a cartografia foi definida como uma ciência concreta. A premissa é que um mapa deve oferecer uma janela transparente para o mundo. Um bom mapa deve ser preciso. Quando um mapa não representa a realidade de uma maneira adequada sobre uma escala concreta, se torna credor de uma qualificação negativa. Os mapas se classificam segundo sua correspondência com a verdade topográfica. Se diz que a imprecisão é um delito cartográfico (HARLEY, 2005: 60-61) ¹⁴⁹.

Tal premissa adotada pelos agentes públicos - de que os mapas são precisos, construídos com base em levantamentos de campo e conhecimentos científicos consolidados - leva à expressão de um pensamento cientificista, oposto a um pensamento construtivista.

¹⁴⁹ Tradução livre do texto original: En nuestra cultura occidental, por lo menos desde la Ilustracion, se ha definido a la cartograffa como una ciencia concreta. La premisa es que un mapa debe ofrecer una ventana transparente al mundo. Un buen mapa deve ser preciso. Cuando un mapa no representa la realidad de una manera adecuada sobre una escala concreta, se hace acreedor a una calificacion negativa. Los mapas se clasifican segun su correspondencia con la verdad topografica. Se nos ha dicho que la imprecision es un delito cartografico.

No cientificismo, o mapa é uma abstração da realidade. É a realidade que impõe a construção do mapa e, portanto, os mapas são precisos e objetivos. A partir de um pensamento construtivista, o mapa seria abordado como linguagem, considerando a percepção dos diversos atores sociais envolvidos com os territórios que este mapa delimita.

Este pensamento cientificista estaria sustentado pelas práticas naturalizadas.

A naturalização é um custo bem alto que uma área do saber paga por não praticar com constância a reflexão teórica. Essa é uma situação que persiste na geografia, e de forma grave na cartografia. Por isso, faz sentido investir numa discussão teórica que busque desconstruir a naturalização para justamente pensar a cartografia... [...] Pois é justamente a naturalização num grau elevado dos saberes ligados à cartografia que consegue transformar o status original de representação em status de realidade.... (FONSECA e OLIVA, 2013:64)

Como apontado nos capítulos anteriores, esta pesquisa tem como objetivo central compartilhar reflexões, buscando contribuir para uma visão mais integradora e efetiva do Sistema de Unidades de Conservação no âmbito do estado de São Paulo e do bioma Mata Atlântica. Para tanto, metodologicamente, foram realizadas Rodas de Conversa (ver capítulo Procedimentos Metodológicos). A intenção é contribuir para que os agentes públicos reflitam sobre os pressupostos e conjecturas acerca da técnica e da retórica dos mapas.

No retorno dos conversantes da Roda de Conversa sobre mapas, dois depoimentos demonstram a importância dos processos de reflexão teórica sobre a “verdade cartográfica”:

“Para mim, essa roda de conversa sobre mapas mostrou um aspecto que eu ainda não tinha prestado atenção, mas achei muito interessante. Discutimos [na rotina do trabalho de gestão] muito sobre os mapas (zonas, limites das UC etc) e muito dessas discussões são sobre estar dentro ou fora do mapa (normalmente as pessoas querem estar fora do mapa). As pessoas acham que por estarem fora do mapa estão livres do “exercício da conservação” (praticar ações, condutas pró conservação). Sabemos que isso não é verdade. Mas o mapa pode dar essa ideia. Acho que poderíamos incluir isso no nosso discurso, de alguma forma.” (Depoimento de uma conversante, em fevereiro/2018)

“Se o mapa é um instrumento do Estado para regulação do território, cabe ao Estado a responsabilidade de produzir os mapas buscando abarcar os interesses da coletividade, e mais que isso, ele tem a obrigação de divulgar tais mapas e facilitar o seu acesso. Além disso, na sua produção, o Estado tem que garantir a maior participação social possível, inclusive interferindo na correlação desproporcional de forças entre setores internos da

sociedade. Cabe ao Estado inclusive preparar a sociedade para interpretar a linguagem cartográfica. Em algum momento o Estado precisa impor o mapa da conservação, seja contra um ou outro. Ele não pode se omitir desse posicionamento.” (Depoimento um conversante, em fevereiro/2018).

5.2. Cartografia do território da conservação: o mapa delimitando políticas públicas

No capítulo Conservação da Natureza foi destacado que o estabelecimento de territórios da conservação está intrinsecamente e formalmente vinculado aos mapas elaborados para delimitar e definir o alcance das normativas legais. E, ainda que, se os instrumentos normativos são “o cerne ou o osso” das instituições públicas, para as instituições cujas competências incluem os cuidados com o meio ambiente, os mapas são “a copa ou a pele”. A copa, pela visualização, pela caracterização, pelo desenho. A pele representa o contato direto, ao mesmo tempo que o delimita. Tais destaques, aqui retomados, pretendem explicitar a importância dos mapas no sistema ambiental, na rotina dos agentes públicos da conservação e neste estudo.

No Estado de São Paulo, a história da cartografia do território da conservação corre paralela à história da implantação de um "Sistema de Unidades de Conservação Paulista", administrado pela Secretaria do Meio Ambiente¹⁵⁰.

Atualmente, com os progressos tecnológicos da cartografia digital, as instituições, frequentemente, elaboram seus mapas, o que não acontecia no século XIX, quando a Comissão Geográfica e Geológica -CGG notabilizou-se por prestar “serviços geográficos”, incluindo a produção de materiais cartográficos que decodificavam suas intenções de “subsidiar a ocupação do território paulista” (GUILLAUMON, 1996:7).

Em 1894, foi publicado o primeiro mapa do Estado de São Paulo pela CGG, intitulado “*Carta Progresso dos Trabalhos da Comissão Geographica e Geológica*”, apresentando a evolução cartográfica do Estado na época (p.12). [...] Em 8 de agosto de 1931 a CGG foi transferida para a Secretaria de Viação e Obras Públicas e, quatro dias depois, foi extinta pelo Decreto 5.161 de 12 de agosto, criando-se um departamento com a denominação de Diretoria de Serviços Públicos e da Carta Geral do Estado, que incorporou os serviços geográficos e geológicos da CGG (p.16).

¹⁵⁰ Atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

No capítulo Conservação da Natureza foi apresentado o tópico “As instituições paulistas”, onde o foco recai sobre a origem dos órgãos que hoje lidam com a temática ambiental e os mapas da conservação. Uma das instituições citadas foi a Seção de Botânica da Comissão Geográfica Geológica, a CGC Paulista, que deu origem ao atual Instituto Florestal.

Brito (2000) comenta que a primeira instituição paulista constituída para se dedicar à conservação e melhor aproveitamento das florestas foi o Horto Botânico, no final do século XIX, dando lugar ao Serviço Florestal, criado em 1911, cujo objetivo era "a conservação, o melhoramento e a exploração metódica das florestas remanescentes, a renovação das áreas destruídas e a instalação de novas áreas florestadas" (p.116). Nesse mesmo ano foi publicado o Mappa florestal ¹⁵¹do Brasil, que visava "oferecer uma base aos primeiros estudos para criação das reservas florestaes" (SÃO PAULO, 1987:3, apud BRITO, 2000).

O Mappa Florestal do Brasil foi considerado como o primeiro grande esforço científico concretizado no Brasil, enquanto material sistematizador do território nacional, com vistas à criação de áreas naturais protegidas.

Esta obra, cujo responsável foi o cientista brasileiro Luís Felipe Gonzaga de Campos, é o primeiro estudo abrangente feito em nosso país com uma descrição detalhada dos diferentes biomas e seus estados de conservação. Ele tinha a expressa intenção de subsidiar as autoridades brasileiras para a criação de um conjunto de Parques Nacionais (COSTA, 2003, *apud* MEDEIROS, 2006:44).

Este Mappa, certamente, foi utilizado pelos então agentes do Estado paulista, considerando-se que 1911 é também o ano de criação da primeira reserva florestal paulista, na Serra da Cantareira. À época o estado já contava com somente 45% de sua vegetação original (BRITO, 2000).

Contudo, em breve o Mappa Florestal se desatualizou, pois a estratégia de ocupação do território nacional estava totalmente calcada na expansão agrícola, e assim permaneceu até os anos 1980.

Se o Mapa Florestal, no início do século XX, explicitou a mensagem da possibilidade de estabelecimento de um conjunto representativo de áreas protegidas no Estado de São Paulo, a série de mapas apresentada na figura 4 explicitou a mensagem que, na década de 1970, a situação com relação aos remanescentes florestais paulistas era grave: em 1973 a

¹⁵¹ Feito em escala 1:5.000.000, o mapa foi idealizado por Gonzaga Campos, Diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

matriz florestal fora convertida em outras matrizes em 91,7% do estado e a previsão para o século XXI era de um alarmante 97%, sendo que a construção do mapa da cobertura florestal referente ao ano 2000 se baseou na localização dos Parques e Reservas Estaduais acrescidas apenas das áreas de maior declive, obtidas a partir de mapa hipsométrico (VICTOR et al, 2005).

Tal opção metodológica – de considerar as unidades de conservação como as únicas florestas que, no século XX, remanesceriam em São Paulo, sustenta a narrativa desenvolvida neste estudo, de que o conceito de remanescente é essencial: o atual sistema de unidades de conservação do Estado de São Paulo é representativo do que remanesceu da floresta que outrora ocupava quase todo o estado

30 anos mais tarde, em 2005, os autores avaliam o impacto do estudo:

Sob o impacto de Cem Anos de Devastação, o Instituto Florestal adota uma política agressiva de criação urgente de unidades de conservação. A orientação é sadia e lógica: se a Mata Atlântica está acabando, vamos proteger o que resta. A partir de 1975 começou a ampliar sua rede de áreas protegidas instituindo o Parque Estadual da Serra do Mar, o Parque Estadual da Ilha Bela, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, o Parque Estadual da Juréia¹⁵², entre outros. Assim é que, de um patrimônio de 250.000 hectares em 1972, hoje tem quase 900.000 hectares abrigados em cerca de 90 unidades de conservação e produção. Em contrapartida, as desapropriações de terras particulares geram a chamada dívida verde do Estado, que alimenta uma indústria de indenizações milionária. Sobre o particular, o sagrado direito de propriedade, prevalece o conceito de soberania do Estado em defesa do interesse comum (VICTOR et al., 2005:55).

Sobre a “indústria de indenizações milionária” destacada acima por Victor et al, (2005), importante acrescentar que se trata de um recorte dentro de um tema de grande complexidade, abordado em diversos dos tópicos desta tese: a regularização fundiária das unidades de conservação. Um dos estudos mais relevantes sobre este tema foi elaborado por Joaquim de Britto Costa Neto, já referendado anteriormente. Afirma o autor:

Há uma contradição entre a falta de recursos para a implantação e proteção das unidades de conservação do Estado e o dispêndio de grandes somas do erário para indenizações de áreas objeto de processos de desapropriações indiretas (São Paulo, 1992). O relatório denominado Desapropriações em Parques e Estações Ecológicas (Instituto Florestal, 1995) proporcionou uma primeira visão de conjunto dos conflitos, revelando distorções nos valores

¹⁵² No caso, na região da Juréia foi instituída uma Estação Ecológica. Apenas em 2013 foi criado o Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins, por meio da Lei Estadual nº 14.982/2013, constituído pela Estação Ecológica da Jureia-Itatins, Parque Estadual do Itinguçu, Parque Estadual do Prelado, Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS do Despraiado, Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS da Barra do Una e Refúgio Estadual de Vida Silvestre das Ilhas do Abrigo e Guararitama.

pagos em desapropriações indiretas e nos mapas. Esse documento sistematizou mais de 40 conflitos de documentação imobiliária, em unidades da Serra do Mar, litoral e Vale do Ribeira, com exemplos de irregularidades já comprovadas e indicando possíveis irregularidades em ações que, na ocasião, estavam em andamento. No mesmo período houve destaque na imprensa para as irregularidades e excessivos valores alcançados nos cálculos de indenizações em ações de desapropriações indiretas em UCs e, nos mapas que instruem processos de indenizações indiretas (COSTA NETO, 2018:107,108).

É relevante, portanto, observar que no período em que o Instituto Florestal esteve à frente da gestão das UC¹⁵³ havia pelo menos dois setores técnicos que se dedicavam aos mapas: a Seção de Manejo e Inventário Florestal, vinculada à Divisão de Dasonomia e a Assessoria de Estudos Patrimoniais - AEP, vinculada à Diretoria Geral. Na Seção, os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores científicos e técnicos voltam-se não só à elaboração periódica do Inventário Florestal do Estado de São Paulo, mas também à elaboração de todas as categorias de mapas relativos às unidades de Conservação, incluindo os planos de manejo. A AEP dedicava-se às questões de regularização fundiária das unidades, incluindo a elaboração e análise de mapas fundiários e o atendimento ao público, que frequentemente solicitava (e continua a solicitar à Fundação Florestal) esclarecimentos com relação à localização de suas propriedades em sobreposição às unidades de conservação.

Com o advento do SIEFLOR, em 2006, a Seção de Manejo e Inventário Florestal permanece na estrutura do IF, mantendo a atribuição de elaborar o inventário florestal, mas reduzindo a dedicação aos mapas relativos às UC sob gestão administrativa da Fundação Florestal.

A AEP foi extinta no IF. Seu acervo foi assumido pelo Núcleo de Regularização Fundiária, criado na Fundação Florestal, após o estabelecimento do SIEFOR. Este Núcleo abriga um Setor de Geoprocessamento, que se dedica quase que exclusivamente a localizar áreas em processos com conflitos fundiários.

O acervo de mapas – agora sob a guarda da FF - remonta à década de 1970 e antes. Além dos mapas que podem ser considerados históricos, há as cópias com registros e anotações dos trabalhos de campo de implantação das unidades de conservação mais antigas, num tempo em que tudo era registrado em papel.

¹⁵³ A partir de 1986, até 2006 (ver o tópico Instituições Paulistas)

Em paralelo, desde a década de 1980, uma equipe de técnicos da Secretaria do Meio Ambiente se dedicava a elaborar os mapas das áreas protegidas do Estado, principalmente às unidades de conservação categorizadas como Áreas de Proteção Ambiental-APA, mas também ao mapeamento de outras modalidades de áreas protegidas, como as Áreas de Proteção de Mananciais e aos Zoneamentos Ecológicos Econômicos regionais.

Foi na década de 1990 que ambos mapeamentos foram disponibilizados aos estudiosos e público em geral. A publicação periódica do Inventário Florestal se iniciou em 1993. Em 1996 foi publicado o volume 1 do atlas das unidades, com as unidades do litoral, e em 1998, o volume 2, com as unidades do interior.

Mesmo desatualizado, o atlas das unidades de conservação paulistas ainda se constitui num projeto arrojado: as informações cartográficas incluem não só os perímetros e localização geográficas da UC, como diversos outros elementos, tais como as rodovias, as drenagens, as curvas de nível e as áreas urbanas dos municípios.

No final dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, o Instituto Florestal deu suporte para os mapas do Programa Biota-FAPESP¹⁵⁴.

A tabela 4 traz a sequência cronológica das publicações que disponibilizaram os mapeamentos da vegetação nativa remanescente do estado de São Paulo:

¹⁵⁴ Lançado em março de 1999, o objetivo do Programa FAPESP de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade (BIOTA-FAPESP) é conhecer, mapear e analisar a biodiversidade do Estado de São Paulo, incluindo a fauna, a flora e os microrganismos, mas, também, avaliar as possibilidades de exploração sustentável de plantas ou de animais com potencial econômico e subsidiar a formulação de políticas de conservação dos remanescentes florestais. As informações produzidas pelo Programa BIOTA-FAPESP (www.biota.org.br) estão em bancos de dados abertos à comunidade científica do Brasil e do exterior. A padronização das coletas permitiu a construção do Sistema de Informação Ambiental, SinBiota (<http://sinbiota.cria.org.br>), que cadastra e integra as coletas de plantas ou de animais realizadas no Estado de São Paulo com coordenadas geográficas, que podem ser consultadas a partir do nome científico da planta ou do animal, do nome do coletor, da localidade ou da data de coleta. O SinBiota está assentado sobre uma **base cartográfica** com os remanescentes de vegetação nativa, áreas reflorestadas com espécies exóticas (*Pinnus* e *Eucalyptus*), as unidades de conservação, a rede de rios e de estradas e as áreas urbanas. Esta é a segunda base de dados: o Atlas do Programa BIOTA-FAPESP, que incorpora o Inventário Florestal de São Paulo, levantamento coordenado pelo Instituto Florestal. Feito a partir de levantamentos de campo, de fotos aéreas e de imagens de satélite, o Inventário monitora a área ocupada pelos remanescentes de vegetação nativa do Estado de São Paulo. (<http://www.fapesp.br/6259>, consulta em março/2018).

Tabela 4: Mapeamento da vegetação no estado de São Paulo

Referência	Dados	Publicação
Mappa Florestal do Brasil Serviço Geológico e Mineralógico Gonzaga Campos	1911	19121
Mappa Florestal do Brasil Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio Gonzaga Campos		1926
Cobertura vegetal do Estado de São Paulo I – Levantamento por fotointerpretação das áreas cobertas com cerrado, cerradão e campo, em 1962. Borgonovi, M. & Chiarini	1962	1965
Cem anos de devastação Instituto Florestal Serra Filho, et al		1972
Inventário Florestal do Estado de São Paulo Instituto Florestal	1990-91	1993
Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo Instituto Florestal	2000-2002	2005
Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo: Regiões Administrativas de São José dos Campos (Litoral), Baixada Santista e Registro Instituto Florestal	2005	2007
Inventário Florestal da Cobertura Nativa do Estado de São Paulo Instituto Florestal	2008-2009	2010

Fontes: JORDÃO (2011); KRONKA, et al (2005)

(<http://marte.sid.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.01.10.06/doc/1569.pdf>

mundogeoconnect.com/2014/arquivos/palestras/9_maio_a-marco-nalon.pdf

<http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/inventario.html>

O desenvolvimento da parceria Instituto Florestal/Programa BIOTA-FAPESP retomou a explicitação da mensagem de preocupação com os remanescentes florestais paulistas e gerou materiais que indicaram a concentração destes em determinadas regiões do estado.

A cartografia da conservação no Estado de São Paulo revela que as UC, e outras áreas naturais sob proteção legal, concentram-se em determinadas regiões, muitas delas sobrepondo-se entre si, compondo um intrincado sistema de diferentes modalidades de proteção e instâncias de administração (XAVIER, BOLZANI e JORDÃO, 2008:41)

No ano de 2008, em publicação conjunta da Secretaria do Meio Ambiente e da FAPESP, denominada “Diretrizes para Conservação e Restauração da Biodiversidade do Estado de São Paulo”, foi disponibilizada uma série de mapas, que se constituíram em suporte científico para orientar estratégias de conservação, preservação e restauração da biodiversidade nativa do Estado de São Paulo.

Com o intuito de proteger e restaurar a biodiversidade paulista, aproximadamente 160 pesquisadores, entre eles biólogos, agrônomos, engenheiros florestais e outros, de universidades públicas e privadas e de institutos de pesquisa do Estado de São Paulo, se envolveram intensamente no processo de estabelecimento de diretrizes de conservação e restauração da biodiversidade paulista remanescente, sob a coordenação do Programa BIOTA/FAPESP, o que resultou na elaboração de 27 mapas temáticos e três mapas-síntese¹⁵⁵ (RODRIGUES e BONONI, 2008:12).

Os mapas foram produzidos, também, para se constituírem em referência para os estudos de criação de unidades de conservação.

Os mapas permitem a definição de estratégias para a conservação da biodiversidade remanescente no Estado de São Paulo e para a restauração dos corredores ecológicos interligando os fragmentos naturais na paisagem. Três mapas-síntese foram produzidos. O primeiro indica que fragmentos devem ser transformados em novas Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de São Paulo, através da desapropriação das áreas pelo poder público. Nas várias formações naturais, o mapa indica mais de 25 áreas a serem preservadas. O segundo mapa orienta a proteção dos demais fragmentos naturais (aqueles cujos descritores de tamanho, de dados biológicos disponíveis, não justificavam a transformação em Unidades de Conservação de Proteção Integral) através de estratégias legais envolvendo o setor privado, como a indicação de algumas dessas áreas para serem protegidas como Reserva Legal das propriedades rurais. O terceiro mapa foi produzido para identificar as chamadas regiões “com lacunas de conhecimento” – regiões do estado sobre as quais se quer incentivar estudos biológicos pelos órgãos financiadores, pelas universidades e pelos institutos de pesquisa (RODRIGUES e BONONI, 2008: 8).

Os mapeamentos referentes aos fragmentos florestais remanescentes aqui destacados – Cem anos de devastação e Diretrizes para conservação – foram elaborados para a escala do estado de São Paulo, cada um, com a tecnologia cartográfica possível à sua época correspondente

O prognóstico de que a floresta atlântica em São Paulo estaria reduzida às unidades de conservação criadas antes de 1970, acrescida das APP nas áreas declivosas, não foi confirmado, mas os diagnósticos que resultaram nos mapas com as diretrizes para conservação – mesmo que partindo dos 13, 94% da superfície paulista em 2008, ao invés dos 3% cientificamente previstos em 1975 – se pautaram no intenso avanço do processo de perda de vegetação nativa.

¹⁵⁵ Os mapas síntese são: áreas indicadas para inventário biológico, áreas indicadas para criação ou ampliação de unidades de conservação de proteção integral e áreas indicadas para incremento da conectividade.

As diretrizes delineadas em 2008 deram com base nos estudos de 2005 para o inventário florestal. Referem-se à proteção dos remanescentes, independente do seu tamanho e do seu estado de degradação, bem como à restauração das áreas ciliares

...possibilitado a interligação da maioria destes fragmentos na paisagem. Procurou-se, ainda, definir diferentes alternativas de restauração, que permitissem a correção e adequação de suas formas e a conexão desses fragmentos na paisagem, otimizando assim a conservação do pouco que restou de vegetação nativa no Estado de São Paulo (RODRIGUES e BONONI, 2008:134).

Um novo inventário florestal está em curso, devendo ser publicado em 2020¹⁵⁶. Afirmar o quanto todo este material deu base para o atual desenho do sistema de unidades de conservação de São Paulo exigiria um estudo detalhado e específico. Genericamente é possível afirmar que tais levantamentos deram base para a elaboração dos planos de manejo que foram elaborados nos últimos dez anos, a exemplo do PETAR. Os mapas e as diretrizes delineadas em 2008 subsidiaram a construção da zona de amortecimento desta UC.

5.3. Os mapas sempre mostram mais do que a soma inalterada de um conjunto de técnicas

Como invasores invisíveis da vida cotidiana, os mapas impuseram a “disciplina do espaço”, tanto no mundo rural quanto nas cidades, assim como os relógios introduziram a “disciplina do tempo” nos ritmos dos trabalhadores e de toda a gente. Longe de exercer a função de uma simples imagem da natureza, “os mapas são considerados como parte integrante da família mais abrangente das imagens carregadas de um juízo de valor” (HARLEY, 2009:2). Os mapas são uma construção social. A fascinação exercida pelos mapas está relacionada à “sua ambivalência inerente” e à “nossa habilidade de encontrar novos significados, agendas ocultas e visões do mundo opostas entre as linhas da imagem” (HARLEY, 2005: 62).

...os mapas redescrevem o mundo, como qualquer outro documento, em termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais. O que vemos em um mapa está tão relacionado com um mundo social invisível e com a ideologia como com os fenômenos vistos e medidos na paisagem (HARLEY, 2005: 61)¹⁵⁷.

¹⁵⁶ www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2019/03/sao-paulo-contrata-novo-inventario-florestal-da-vegetal-nativa/ acesso em março/2019

¹⁵⁷ Texto original: ...los mapas describen el mundo, al igual que cualquier otro documento, en terminos de relaciones y practicas de poder, preferencias y prioridades culturales. Lo que leemos en un mapa esta tan relacionado con un mundo social invisible y con la ideologia como con los fenomenos vistos y medidos en el paisaje

Brian Harley impulsionou uma transformação epistemológica na maneira de interpretar a natureza da cartografia. Se, por um lado, se estabeleceu a tendência de aceitação da premissa de que os mapas são elaborados de uma forma científica e objetiva e, portanto, neutros, de outro lado, o autor nos alerta que não se pode desconsiderar a retórica cartográfica.

Harley (2005) pondera que o poder se exerce sobre a cartografia quando os textos cartográficos pretendem responder necessidades externas ao mapa. No território da conservação as externalidades são múltiplas e uma das chaves na construção do conceito de território da conservação é o limite físico, legalmente instituído pelo Poder Público, explicitado nos mapas.

Para Harley, portanto, os mapas são inerentemente retóricos, nunca são neutros ou sem valor, nem completamente científicos. Em seu trabalho de desconstrução dos mapas históricos, Harley busca revelar os conflitos de ordem social. Usando como referência mapas de grande escala do século XVII, levantamentos topográficos dos EUA e imagens aéreas, o autor destaca

Como parecem ser precisos e objetivos, estes mapas são vistos como documentos que não apresentam problemas. Uma imagem de satélite ou um mapa topográfico elaborado mediante algum método “científico” – pelo menos isso se pensa – é neutro moral e eticamente. É um documento concreto e direto. Na medida em que reconhecemos as limitações técnicas, o caminho da interpretação se torna mais seguro. Estas suposições são falsas. A representação nunca é neutra e ciência segue sendo uma realidade construída pelo ser humano (HARLEY, 2005: 73-74).¹⁵⁸

Este debate reflexivo é crucial: é preciso que os gestores de Unidades de Conservação tenham no mapa mais do que a representação do espaço geográfico. Tal compreensão dará sustentação teórica às “questões de gestão”. Um gestor de UC preocupado com protagonismo de outros setores sociais na conservação da natureza não se contentará com a “verdade topográfica” desconstruída por Harley, ou seja, para este agente público reflexivo, não será suficiente designar aos mapas apenas a representação da localização e da extensão.

5.3.1. A técnica e a retórica nos mapas do território da conservação

De acordo com as abordagens aqui apresentadas, os mapas do território da conservação e mais especificamente aqueles relacionados às unidades de conservação, são

¹⁵⁸ Tradução livre do texto original: Como parecen ser precisos y objetivos, estos mapas a menudo se ven como documentos que no presentan problemas. Una imagen satelital o un mapa topografico hecho mediante algum metodo "cientifico" —por lo menos eso se piensa— es neutral moral y eticamente. Es un documento concreto y directo. En la medida en que reconocemos las limitaciones técnicas, el camino de la interpretacion se vuelve mas seguro. Estas suposiciones son falsas. La representacion nunca es neutral y la ciencia sigue siendo una realidad construida por el ser humano.

documentos concretos associados à geopolítica e aos poderes hegemônicos: elaborados pelo Estado, representam dados oficiais, gerados pelo Estado em normas jurídicas.

É na obra de Brian Harley que, neste estudo, se buscam as bases para o entendimento da cartografia como poder-conhecimento.

Não é difícil encontrar nos mapas, especialmente os produzidos e manipulados pelo Estado, um nicho da “matriz poder-conhecimento”. Em especial quando os mapas são de responsabilidade do governo (ou são derivados destes mapas) é facilmente observável sua maneira de estender e reforçar estatutos legais, os imperativos (direitos) territoriais e os valores que surgem do exercício do poder político. Não obstante, para entender como funciona o poder através do discurso cartográfico e os efeitos deste poder na sociedade, se necessita uma análise mais profunda. Um simples modelo de dominação e subversão não é adequado e proponho estabelecer uma diferença entre o poder externo e o poder interno na cartografia (HARLEY, 2005:203)¹⁵⁹.

O poder externo seria o que relaciona os mapas com os centros de poder político. O poder se exerce sobre a cartografia e com a cartografia. Em suas abordagens históricas, Harley detalha este pensamento

Monarcas, ministros, instituições estatais, a igreja, todos iniciaram programas de mapeamento para seus fins particulares. Na sociedade ocidental moderna, os mapas rapidamente se tornaram cruciais para a conservação do poder do Estado (para suas fronteiras, comércio, administração interna, controle de população, força militar). O mapeamento logo se converteu em negócio de Estado: a cartografia rapidamente se nacionalizou. O Estado conserva seu conhecimento zelosamente, os mapas foram universalmente censurados, mantidos em segredo e falsificados. Em todos estes casos, os mapas estão relacionados com o que Foucault chamou de “poder jurídico” (HARLEY, 2005: 203-204)¹⁶⁰

¹⁵⁹ Tradução livre do texto original: No es difícil encontrar a los mapas, especialmente a los producidos y manipulados por el Estado, un nicho en la "matrix poder-conocimiento del orden moderno". En especial cuando los mapas son encargados por el gobierno (o son derivados de estos mapas) es facilmente observable su manera de extender y reforzar los estatutos legales, los imperativos territoriales y los valores que surgen del ejercicio del poder politico. No obstante, para entender como funciona el poder a troves del discurso cartografico y los efectos de ese poder en la sociedad, se necesita un analisis mas profundo. Un simple modelo de dominación y subversion no es adecuado y propongo establecer una diferencia entre el poder externo y el poder interno en la cartografia.

¹⁶⁰ Texto original: Monarcas, ministros, instituciones estatales, la Iglesia, todos han iniciado programas de mapeo para sus fines particulares. En la sociedad occidental moderna, los mapas rapidamente se volvieron cruciales para la conservacion del poder del Estado (para sus fronteras, comercio, administracion interna, control de poblacion y fuerza militar). El mapeo pronto se convirtio en el negocio del Estado: la cartografia se nacionalizo con brevedad. El Estado conserva su conocimiento celosamente, los mapas han sido universalmente censurados, mantenidos en secreto y falsificados. En todos estos casos, los mapas estan relacionados con lo que Foucault llamo el ejercicio del "poder juridico".

A chave do poder interno é o processo cartográfico: como se dão as compilações, como se elegem as categorias de informação, como os elementos da paisagem se hierarquizam, quais são os diferentes estilos retóricos empregados para representar a paisagem (HARLEY, 2005: 204-205).

Em análise concomitante acerca do poder externo e interno dos mapas do território da conservação, no contexto administrativo, que regula as operacionalidades das questões de gestão das unidades de conservação, os mapas revelam a localização e distância em relação aos espaços de concentração de atividades e das estruturas de apoio ou viabilidade da gestão, tais como edificações, comunicação, veículos, presença de funcionários. Para os gestores, determinada área é distante ou próxima, a depender do quão longe está do centro do poder de decisão. Os mapas explicitam esta distância. São indicadores da distribuição espacial dos elementos físicos endógenos e exógenos à UC. A distribuição espacial das forças políticas e do poder econômico no território da conservação, quando em associação ou disputa, também podem ser analisados nestes mapas.

No sentido de proceder a um exercício de análise do processo cartográfico sob a perspectiva da retórica dos mapas do território da conservação, os mapas componentes do Plano de Manejo do PETAR foram examinados a partir do seguinte roteiro de análise: Qual foi a legenda escolhida? Quais os objetos representados? Qual o modo de implantação escolhido? Qual é a hierarquia proposta entre os objetos representados? Os atores sociais da rede de relacionamentos possuem a mesma hierarquia de representação nos mapeamentos realizados?

O exercício está apresentado no Apêndice 2.

Tais análises, com foco no processo cartográfico, foram elaboradas neste estudo com o intuito de aprofundar a reflexão do "mapa como linguagem", do olhar sobre o espaço geográfico enquanto dimensão da totalidade social. Ao se produzir um mapa, é preciso polemizar e problematizar. O mapa não pode ser uma simples ilustração, deve ser um polo consistente do discurso.

A reflexão analítica levou ao pensamento de que, frequentemente, trata-se de um diálogo com a extensão territorial. No caso dos mapas das unidades de conservação, por exemplo, o que se quer é representar, em primeiro lugar, o território dessa UC. Todas as informações agregadas a este mapa pretendem relativizar o papel do território, enquanto somente a representação da extensão. O diálogo na composição desse território pode ser de

reforço, como por exemplo, na legitimação dos equipamentos do Estado, ou de fragilização, como por exemplo nas disputas das áreas indefinidas com relação às questões fundiárias.

A reflexão analítica também levou ao pensamento de que os mapas ocupam o papel de suporte na consolidação objetiva do território da conservação, podendo servir de base para a confluência dos discursos. A partir daí, o agente público da conservação pode refletir sobre o quanto os mapas possibilitam a apreensão do que se deseja demonstrar e discutir: conservação da natureza, conservação das florestas, sentido social de um sistema de UC, participação social nas decisões, percepção da importância dos processos naturais para a manutenção dos processos produtivos.

Isto equivale a dizer que no entrecruzamento das questões que emergiram ao longo do processo de reflexão que caracteriza este trabalho de pesquisa, as abordagens relativas a sobreposições territoriais exigem o aprofundamento da análise do quanto os mapas gerados para os territórios da conservação conseguem dialogar com outras lógicas espaciais que não extensão, contiguidade e continuidade.

Quando o mapa é pouco significativo e comunicativo, ele pode ficar em segundo plano. Mas, e se o mapa é o centro do discurso, as sobreposições territoriais envolvendo a conservação da natureza, irão gerar conflito. Haverá disputa para o controle do espaço geográfico.

Neste sentido, um problema na linguagem dos mapas dos territórios da conservação que são instituídos mediante diplomas legais (geralmente como anexos de leis e decretos) é a comunicação de limites abruptos e não permeáveis, do tipo fronteiras.

A fronteira é um objeto geográfico que separa dois sistemas territoriais, com funcionamento e modo de organização específicos, com diferentes dimensões políticas, simbólicas e materiais.

Reitel e Zander (2016) destacam que

estas diferentes dimensões nos convidam a ampliar a definição clássica da fronteira em geografia: a fronteira é um objeto geográfico que separa dois sistemas territoriais contíguos. Este objeto não se resume a um limite, porque há incidências sobre a organização do espaço (efeitos fronteira) e integra uma dimensão política (ou seja, o que compete à estrutura de uma sociedade), uma dimensão simbólica (é reconhecida como uma conjunto de atores e serve como um indicador no espaço), e uma dimensão material (que está inscrita na paisagem).¹⁶¹

¹⁶¹ Texto original: Estas dimensiones diferentes nos invitan a ampliar la definición clásica de la frontera en geografía: la frontera es un objeto geográfico que separa dos sistemas territoriales contiguos. Este objeto no se resume en un límite, porque hay incidencias sobre la organización del espacio (efectos-frontera) e integra una dimensión política (es decir, lo que compete a la estructuración de una sociedad), una dimensión simbólica (es

A interpretação do leitor do mapa de uma unidade de conservação, como um parque estadual, por exemplo, pode ser a seguinte: de um lado da fronteira, o parque, em cujo território - gerido pelo Estado - os preceitos de conservação da natureza, são proeminentes; do outro lado da fronteira, as propriedades particulares, em cujos territórios os preceitos proeminentes não são os de conservação da natureza. O conflito entre estes territórios está vinculado à descontinuidade representada pela linha fronteira, uma vez que os diferentes sistemas territoriais se confrontam.

Do ponto de vista das dinâmicas naturais do território da conservação, pela leitura do mapa se pode apreender que há contiguidade dos processos naturais (como exemplo, o trânsito da fauna) e continuidade nos elementos da paisagem (como exemplo, a extensão da floresta, quando não foi suprimida nas propriedades particulares), ou seja, os processos relativos aos elementos não humanos não sofrem restrição pela linha fronteira do mapa. Já as dinâmicas do território da produção estão cerceadas pela linha fronteira.

É preciso refletir sobre se o interno e o externo à UC, como espaços diversos, resulta de uma concepção construída e sedimentada pelo mapa. O quanto o mapa, ao explicitar tal fenômeno, acirra a concepção de ruptura? Mesmo que os agentes públicos da conservação, ao elaborar os mapas tenham como objetivo demonstrar e discutir a conservação da natureza, a conservação das florestas, o sentido social de um sistema de UC, a participação social nas decisões, e a percepção da importância dos processos naturais para a manutenção dos processos produtivos, o quanto o mapa possibilita este diálogo?

Considerando a premissa de Harley (2005) de que o lócus do poder interno da cartografia está no processo cartográfico, ajustada à premissa de Casti (2003) de que a interpretação do mapa é integrante do processo de apropriação intelectual do espaço, temos que o diálogo propiciado pelo mapa deve se iniciar já no momento de sua concepção. Isto equivale a dizer que a construção do mapa há de ser conjunta, para que os objetivos do agente público da conservação possam ser alcançados.

...Nessa perspectiva a questão do 'intérprete' (palavra que designa, melhor que utilizador, a atividade cognitiva) é crucial: trata-se de um ator social que apela ao mapa para dela extrair as informações que lhe permitirão perseguir seus objetivos. Com efeito, a interpretação do mapa é um momento de ação espacial que prefigura as estratégias de produção, de utilização e de mediação do espaço. Por essa razão, ele é não somente um instrumento

reconocida como un conjunto de actores y sirve de indicador en el espacio), y una dimensión material (que está inscrita en el paisaje)

importante de apropriação intelectual do espaço, mas também uma parte integrante desse processo: é um sistema ordenador, é um viés, pelo qual a sociedade se liga ao mundo (CASTI, 2003:137).

5.4. A construção do mapa: projeção, métrica e escala

Em qual formato e sob que técnicas cartográficas o mapa irá apresentar o espaço geográfico como dimensão da totalidade social?

Fonseca (2012) destaca que o fundo do mapa é a dimensão constituinte do mapa, resultante da combinação da métrica, da projeção e da escala. Sobre ele se estrutura a linguagem cartográfica propriamente dita.

No sentido de oferecer ao leitor deste estudo uma breve síntese da fundamentação teórica do processo cartográfico, a seguir serão discutidos os elementos estruturantes da linguagem cartográfica, componentes do fundo do mapa, considerando que nas representações cartográficas do território da conservação talvez a projeção não apresente grande relevância no mapa impresso, ou seja, a projeção, em seu conceito clássico¹⁶², poderá ser insignificante, mas pode ter relevância na escolha da projeção no SIG pois é ela que definirá a precisão cartográfica. Certamente a escala e a métrica tem uma função importante no mapa impresso, que é aquele que criará o diálogo entre os diversos atores da rede de relacionamentos.

[...] hoje em dia, são os SIG (Sistemas de Informações Geográficas), que fundamentados no geoprocessamento despontam como um arsenal de possibilidades extremamente consistente para trabalhar de uma forma bastante completa e integradora [...]” (p.44) [...] “É neste ponto que poderemos dinamizar pesquisas sérias mobilizando sistemas de cartografia inteligente, atendendo à crescente necessidade de um conhecimento consistente sobre a sociedade e seu espaço nos dias atuais, sem se apegar apenas ao deslumbramento tecnológico (MARTINELLI, 1999:45).

As projeções

A partir da última década, em praticamente todas as ocasiões, se utiliza o geoprocessamento como ferramenta para a elaboração de mapas. A questão da precisão da localização no uso dos SIG é fundamental para alguns elementos, como, por exemplo, em mapas relacionados à dominialidade dos territórios, que se configuram como subsídios técnicos nos processos administrativos e jurídicos de regularização fundiária, inclusive

¹⁶² A forma do planeta Terra não permite que as representações registradas em um plano sejam geometricamente semelhantes à figura que deseja representar. A representação da superfície terrestre em mapas, nunca será isenta de distorções. As soluções cartográficas encontradas são conhecidas genericamente como projeções.

havendo a possibilidade futura de o mapa substituir o memorial descritivo pois há uma precisão que é aceita juridicamente.

No caso dos mapas elaborados para os planos de manejo das unidades de conservação, praticamente em todos se utiliza o geoprocessamento como ferramenta para caracterização, análise e proposição, nas várias etapas do planejamento.

Como exemplo, a equipe que se dedicou ao geoprocessamento no plano de manejo do PETAR adotou o seguinte protocolo: primeiramente identificou os sistemas de projeção dos dados fornecidos pela Fundação Florestal (arquivos vetoriais e rasters) e dos dados obtidos pelas equipes que trabalharam os mapas temáticos (em forma de planilhas), e posteriormente executou a conversão e padronização destes dados para o sistema de projeção UTM, Datum SAD69 e Fuso 22 Sul.

Os mapas foram feitos com cuidado e atenção. As equipes especializadas em geoprocessamento cumpriam suas tarefas em duas perspectivas: executavam os mapas a partir da orientação pelo responsável técnico do tema (regularização fundiária, por exemplo) e/ou finalizavam os mapas entregues pelos autores temáticos (neste caso, também capacitados no uso das ferramentas de geoprocessamento), no sentido de harmonizar as características estéticas e as legendas.

Sendo assim, a avaliação é de que não houve perdas ou generalizações de informações e localizações, antes, a ferramenta de geoprocessamento, utilizada a partir de bases consistentes, possibilitou - numa segunda fase do trabalho, quando a zona de amortecimento¹⁶³ foi revisada - a demonstração das camadas dos elementos componentes do mapa em reuniões com os atores sociais que se utilizam do território envoltório do parque, resultando na definição de novos limites para algumas das subzonas, a partir de processo de negociação onde o mapa cumpriu o papel de mediador.

A métrica

Se a métrica dominante nas sociedades contemporâneas é o sistema métrico¹⁶⁴ e a geometria euclidiana, nos mapas do território da conservação, não poderia ser diferente.

¹⁶³ Para que os atributos presentes nas UC sejam, de fato, “especialmente protegidos”, preconiza-se o estabelecimento de uma área envoltória, onde as atividades sejam reguladas com o objetivo de evitar impactos diretos e indiretos sobre, por exemplo, a fauna, a flora, as águas, o solo, as cavernas. Esta área envoltória é denominada “zona de amortecimento” (ZA), definida no artigo 2º da Lei Federal Nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC.

¹⁶⁴ A necessidade de medir é muito antiga e remonta à origem das civilizações. Por longo tempo cada país, cada região, teve seu próprio sistema de medidas. Essas unidades de medidas, entretanto, eram geralmente

Numa definição restrita, o espaço euclidiano é aquele construído segundo uma métrica euclidiana, tendo como referência a geometria concebida pelo grego da Sicília, Euclides (450-380 a.C). Esse espaço supõe a continuidade (nada de lacuna) e a contiguidade (nada de ruptura), mas também a uniformidade (métrica constante em todo ponto). É um caso particular do que em matemática denomina-se como “espaço métrico”. Numa acepção mais ampla, pode-se denominar paradigma euclidiano a concepção que consiste a não imaginar outro espaço que não seja o euclidiano, recusando notadamente o recurso às métricas topológicas. Tal postura foi dominante na geografia tradicional, e ela permanece em cartografia (LÉVY, 2003: 351).

Fonseca e Oliva (2013) destacam que a cartografia não só incorporou a geometria euclidiana na constituição do espaço geográfico, como foi determinante na naturalização do euclidianismo. O padrão euclidiano é uma das ideias mais impregnadas no saber humano.

Na próxima seção, sobre a construção dos mapas em planos de manejo, serão discutidas as questões relativas à métrica euclidiana e suas consequências no debate acerca da denominada “ampliação” do território da conservação, com sobreposição territorial: conflitos se estabelecem a partir do mapa de zonas de amortecimento, que comunicam as áreas envoltórias das unidades de conservação como território com restrições de uso.

Escala cartográfica

Tanto aos que produzem, quanto aos que se utilizam de mapas, a escala é a mais popular dos componentes explicitados na legenda do mapa.

...referindo-se a uma relação controlada de redução entre o referente ("terreno") e o referido ("mapa") {...} a escala não se relaciona diretamente com o terreno representado, e sim, antes, com a métrica escolhida (em geral

arbitrárias e imprecisas, como por exemplo, aquelas baseadas no corpo humano: palmo, pé, polegada, braça, côvado. Isso criava muitos problemas para o comércio, porque as pessoas de uma região não estavam familiarizadas com o sistema de medir das outras regiões, e também porque os padrões adotados eram, muitas vezes, subjetivos. As quantidades eram expressas em unidades de medir pouco confiáveis, diferentes umas das outras e que não tinham correspondência entre si. A necessidade de converter uma medida em outra era tão importante quanto a necessidade de converter uma moeda em outra. Na verdade, em muitos países, inclusive no Brasil dos tempos do Império, a instituição que cuidava da moeda também cuidava do sistema de medidas. Em 1789, numa tentativa de resolver esse problema, o Governo Republicano Francês pediu à Academia de Ciência da França que criasse um sistema de medidas baseado numa "constante natural", ou seja, não arbitrária. Assim foi criado o Sistema Métrico Decimal, constituído inicialmente de três unidades básicas: o metro, que deu nome ao sistema, o litro e o quilograma. (posteriormente, esse sistema seria substituído pelo Sistema Internacional de Unidades - SI). Dentro do Sistema Métrico Decimal, a unidade de medir a grandeza comprimento foi denominada metro e definida como "a décima milionésima parte da quarta parte do meridiano terrestre" (dividiu-se o comprimento do meridiano por 40.000.000). Para materializar o metro, construiu-se uma barra de platina de secção retangular, com 25,3mm de espessura e com 1m de comprimento de lado a lado Essa medida materializada, datada de 1799, conhecida como o "metro do arquivo" não é mais utilizada como padrão internacional desde a nova definição do metro feita em 1983 pela 17ª Conferência Geral de Pesos e Medidas. (Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo. (<http://www.ipem.sp.gov.br/> acesso em jul/2016)

a euclidiana) e com as projeções cartográficas, para, assim, mediada, se relacionar com a superfície terrestre (FONSECA e OLIVA, 2013: 97 e 98)

O recorte escalar para os mapas do território da conservação, em geral, tem por objetivo possibilitar que as unidades de conservação e seu entorno possam ser vistas em uma só folha de papel. Assim, na maioria dos mapas dos planos de manejo se adota a escala de 1:50.000¹⁶⁵, avaliada como aquela onde se tem a referência de apreensão e interpretação da paisagem.

Em alguns casos, os recortes escalares de mais detalhe são adotados, como, por exemplo, de localização de trilhas ou de zonas internas de uso intenso, como é o caso do mapa da denominada "Região da sede" do PE Intervalles, que foi elaborado para o plano de manejo na escala 1:2.000, que mantém a relação com a base cartográfica oficial disponível de 1:50.000.

Já para os mapas de regiões geográficas mais amplas, como os do Zoneamento Econômico Ecológico ao longo de toda a faixa litorânea (ZEE Litoral Norte e ZEE do Litoral Sul e Vale do Ribeira) a escala adotada é de 1:250.000.

5.4.1. A construção do mapa nos planos de manejo

Planos de Manejo são documentos de planejamento estratégico. Todas as Unidades de Conservação devem ser contempladas com planos de manejo, não só por força de lei (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – Lei Federal nº 9.985/2000), mas também pela necessidade de tais documentos, para uma gestão administrativa e territorial planejada e transparente.

Dentre as ações e orientações preconizadas no SNUC, a elaboração dos planos de manejo configura-se como uma das principais, sendo definido como

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Artigo 2º, inciso XVII).

¹⁶⁵ Aqui é a escala de representação. Mesmo que o mapa seja impresso na escala 1:50.000, não quer dizer que a escala de análise tenha sido esta.

Ou seja, o plano de manejo é o documento no qual são definidas as ações a serem implementadas e as normas de uso, para que a unidade alcance os objetivos que motivaram sua criação. A partir do plano de manejo, pretende-se que a gestão administrativa e territorial da UC seja eficiente e compartilhada com os atores sociais envolvidos.

Os planos de manejo apresentam três componentes básicos, geralmente apresentados em capítulos: as caracterizações socioambientais (ou diagnósticos), o zoneamento (interno e da zona envoltória da UC) e os programas de manejo (que trazem as diretrizes e as linhas de ação a serem implantadas).

Nos processos de elaboração dos planos de manejo, diagnósticos são elaborados por especialistas em suas respectivas áreas – sejam das equipes técnicas de agentes públicos ou equipes contratadas - e, invariavelmente, são produzidos mapas, que acompanham os textos redigidos para cada capítulo, dando consistência aos temas.

O zoneamento é o resultado – ou a síntese – do cruzamento dos diversos mapas temáticos. As zonas internas, em geral, estão previamente conceituadas (também por normativas legais¹⁶⁶), sendo delimitadas em função de critérios de importância dos atributos da UC e do uso a ser estabelecido e monitorado.

Os mapas temáticos provenientes dos processos de elaboração de planos de manejo revelam o resultado de levantamentos de campo, como, por exemplo, uso da terra, biodiversidade, questões fundiárias, atrativos turísticos, áreas potenciais para pesquisa científica. Os mapas-síntese apresentam os resultados das sobreposições temáticas, como, por exemplo, o mapa de zoneamento.

Nesse sentido, e na perspectiva da reflexão sobre a “verdade topográfica” e a retórica dos mapas, importante observar os processos participativos como parte essencial da elaboração dos planos de manejo. O mapa deve pretender ser a confluência dos discursos, pois que as dinâmicas das sobreposições irão gerar uma nova compreensão do território.

Nesta pesquisa, a preocupação com os mapas síntese, resultantes dos processos participativos, leva ao destaque do mapa da zona de amortecimento.

¹⁶⁶ Em geral, as categorias das zonas adotadas para o manejo das UC estão definidas no Regulamento de Parques Nacionais (Decreto nº 84.017/79), ratificadas pelo Regulamento dos Parques Paulistas (Decreto nº 25.341/86) e adotadas pelo Roteiro Metodológico (IBAMA, 2002). O zoneamento é conceituado na Lei nº 9.985/2000 (SNUC) como “*definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz*”.

O mapa da zona de amortecimento, juntamente com outros 25, integra a coleção cartográfica do Plano de Manejo do PETAR, finalizado em dezembro de 2015 e aprovado apenas em 2018. No apêndice 2 estão listados todos os mapas componentes do plano de manejo do PETAR. A figura 16 traz o mapa da zona de amortecimento.

Para que os atributos presentes nas unidades de conservação sejam, de fato, “especialmente protegidos”, preconiza-se o estabelecimento de uma área envoltória, onde as atividades sejam reguladas com o objetivo de evitar impactos diretos e indiretos sobre, por exemplo, a fauna, a flora, as águas, o solo, as cavernas. Esta área envoltória é denominada “zona de amortecimento” (ZA), definida no artigo 2º do SNUC¹⁶⁷.

A partir dos limites físicos do PETAR, uma outra linha fronteira foi desenhada, em paralelo à fronteira da UC, expandindo, então, os limites do território da conservação. A leitura do mapa da zona de amortecimento trouxe a perspectiva de territórios sobrepostos.

O argumento de que a sobreposição do território da conservação, agora representado pela zona de amortecimento e do território da produção está decodificada pela presença de atributos naturais coligados a atributos do parque (como corpos d'água que drenam para o interior do parque, por exemplo), justifica o estabelecimento de normas por parte do Estado e suscita a estratégia de acordos de uso com os setores sociais presentes na zona de amortecimento. Ou seja, a dinâmica dos processos da natureza (especialmente protegida na unidade de conservação) exerce influência sobre o território da produção.

As soberanias dos territórios estão em pleno exercício e os acordos de uso configuram-se como embates.

¹⁶⁷ O SNUC estabeleceu em seu artigo 2º, inciso XVIII, o conceito de zona de amortecimento: “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Localização da Área de Estudo

Escala Gráfica:

Escala Numérica:

1:100.000

Convenções Cartográficas

- Limite do PETAR
- Limites Municipais
- Hidrografia
- Sistema Viário
- Cavernas Objeto de PME
- Caverna Areias de Baixo
- Núcleos e Bases
- Empreendimentos Minerários Ativos

Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR

Zona de Amortecimento

Fonte: IF e FF/SMA
Bases Cartográficas: IBGE 1:50.000 e
Base de Imagens: CBERS 2B CCD/HR 2008/2009,
QuickBird 2007, LANDSAT 5 - 2008 e SPOT 5 - 2005
Projeção UTM Fuso 22º Datum SAD 69
Org. Cartográfica: IF e FF/SMA e SIGMATS - Dezembro de 2010

No discurso dos agentes do Estado está a defesa das "boas práticas" na zona de amortecimento, para uma gestão territorial que garanta a proteção dos atributos que justificam a existência da unidade de conservação.

Entretanto, alguns dos representantes dos setores sociais presentes na zona de amortecimento demonstram insatisfação, sentem-se prejudicados e cerceados em seus direitos de propriedade.

O mapa da zona de amortecimento explicita as duas fronteiras, que tanto incomodam o setor produtivo regional: a fronteira da unidade de conservação, uma linha juridicamente desenhada, acompanhada da implantação de marcos físicos e sistemas de organização próprios, baseados no conceito de comando e controle; e a fronteira da zona de amortecimento, uma linha que não guarda a mesma força jurídica da outra, mas que explicita dimensões política e simbólica, ao explicitar a existência de uma terceira perspectiva, a do território híbrido (LATOUR, 1994).

Bruno Latour (1994) discute a concomitância da presença de gêneros de seres completamente novos para a antropologia e as ciências sociais, híbridos de natureza e cultura. Seriam os híbridos de dois grupos: os modernos, que diferenciam a natureza da cultura e os não modernos, aqueles que não podem separar realmente as relações entre o humano e o não humano.

No capítulo sobre conservação da natureza, no tópico que discute o "Paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura", a abordagem sobre "os híbridos do Latour" é apenas tangente, uma vez que a discussão se volta para uma perspectiva ampla, da potencialidade do surgimento de um novo paradigma, uma nova postura diante das coisas do mundo e da conservação da natureza. Aqui, neste tópico sobre construção dos mapas, o olhar se volta ao mapa do território da conservação, sobreposto ao território da produção: há os que estão dentro do mapa e os que não querem estar dentro do mapa. Neste sentido, todos são "modernos", pois os "não modernos" seriam os que disputam um outro território, o das tradicionalidades, mas, neste caso, a sobreposição com o território da conservação traz outras categorias de conflitos (que foram discutidas no tópico "gestão de UC").

Em uma adaptação deste conceito delineado por Latour, surgiu a consideração de um território híbrido, que seria a zona de amortecimento, onde as relações entre humanos e não humanos pautam as tomadas de decisão.

Os que estão em território híbrido comportam-se (ou não) como híbridos, no sentido de aceitarem (ou não) as argumentações (ou as evidências) que o Estado apresenta (ou impõe) acerca dos usos compatíveis com a conservação da natureza. Sob esta perspectiva, os agentes do Estado se comportam como híbridos.

O processo cartográfico do mapa da zona de amortecimento

Como destacado em seções anteriores, a partir da última década, as técnicas de geoprocessamento têm sido as mais usuais na elaboração de mapas. Assim se deu a elaboração do mapa da zona de amortecimento. A sobreposição das bases cartográficas, imagens digitais disponibilizadas pela EMPLASA¹⁶⁸ (ortofotos) e os dados levantados no âmbito dos diagnósticos realizados para o Plano de Manejo – que originaram os mapas temáticos - possibilitaram evidenciar os limites dos elementos naturais e antrópicos, os quais foram usados como critérios para delimitação dos setores que compõem a zona de amortecimento.

Os critérios que definiram os setores são: a conectividade da floresta do parque com as florestas do entorno do parque, a presença de lentes carbonáticas, que dão origem aos relevos cársticos e às cavernas, a presença de aquíferos e áreas de recarga do carste, a presença de patrimônio histórico-cultural e as categorias de uso, como agricultura, mineração e urbanização. Para a delimitação final dos setores foram aplicados, ainda, critérios de ajuste, como acessibilidade, diversidade das fisionomias vegetais, limites das bacias e sub-bacias hidrográficas, além de outros limites geográficos identificáveis na paisagem.

Foram elaborados dois mapas representando a zona de amortecimento do PETAR, um construído em 2010 e o outro, reformulado, finalizado em 2015. Os debates foram intensos até se chegar ao mapa consensuado em 2015 (ver figura 16 e 16 A).

Em ambas versões, os mapas traziam os elementos básicos da cartografia ambiental – drenagens, sistema viário, limites municipais e os respectivos perímetros urbanos, limites das unidades de conservação. A legenda explicitou o estabelecimento de setores, representado por cores e combinações de letras.

¹⁶⁸ Sistema Mapeia São Paulo de Visualização de Dados, que permite acesso amplo e gratuito às ortofotos (imagens aéreas com alta resolução) de todo o Estado de São Paulo produzidas pela Empresa. O acesso pode ser feito pelo link <www.mapeiasp.sp.gov.br> ou pelo Portal EmplasaGeo, na barra de menus do site da Empresa.

Esta legenda adveio do mapa da zona de amortecimento do Parque Estadual Intervalles, contíguo ao PETAR, datado de 2009. Assim sendo, quando das discussões da zona de amortecimento do PETAR, a base cartográfica, com os elementos referenciais da paisagem e da ação humana (tais como a hidrografia, as estradas, os limites municipais, estaduais, as manchas urbanas, a indicação de moradores rurais e outras) e a legenda do mapa já estavam estabelecidos, tendo sido construídos em processo participativo. Nas novas rodadas do processo participativo, que aconteceram entre 2009 e 2015, se deu a expansão do mapa do PE Intervalles até os limites do PETAR e de sua zona de amortecimento. O Plano de Manejo apresenta a descrição minuciosa de cada setor e de cada categoria de setorização representada no mapa e explicitada na legenda pela composição das letras e cores (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018).

Do ponto de vista dos recursos da Semiologia Gráfica, não há proposição explícita de valor para os diversos setores; houve, sim, na escolha na paleta de cores, a intenção de diferenciar os significados para os diversos setores, com cores variantes de tons fortes do vermelho, rosa, marrom e roxo para as áreas com maior proteção ambiental (onde o uso causaria maior impacto aos atributos do parque), e tons mais suaves, como lilás e amarelo para as áreas com maior possibilidade de uso (e menor impacto ao parque).

Parece aceitável afirmar-se que a legenda do mapa (figura 16) buscou a monossemia.

Bertin (1986) afirma que um sistema é monossêmico quando o conhecimento do significado de cada símbolo “antecede” a observação do conjunto de símbolos; não há ambiguidade, demanda um instante de percepção e se expressa mediante a construção da imagem.

A concepção do mapa da zona de amortecimento do PETAR foi estruturada com base em uma normativa da Secretaria do Meio Ambiente, que indica os seguintes estudos para delimitação e setorização de Zonas de Amortecimento:

I – áreas suscetíveis a causar impactos no interior das unidades¹⁶⁹:

- a) faixa territorial contígua ao limite das UC;
- b) cursos d’água ou nascentes a montante da UC;
- c) áreas de recarga de aquífero ou áreas úmidas de relativa importância para a dinâmica hidrológica da UC;

¹⁶⁹ Conforme Resolução SMA 33/2013, artigo 3º, inciso I.

- d) remanescentes naturais próximos com importância para a conservação da Biodiversidade nas UC;
- e) sítios de alimentação, abrigo ou reprodução de espécies que ocorrem nas UC.

II – áreas onde ocorram atividades humanas associadas¹⁷⁰:

- a) à disseminação de poluentes ou contaminantes químicos, biológicos ou físicos para o interior das unidades;
- b) à disseminação de espécies geneticamente modificadas ou exóticas com potencial de invasão biológica passíveis de se estabelecerem no interior das unidades;
- c) ao comprometimento dos processos ecológicos essenciais à conservação da biodiversidade no interior das unidades.

Tais estudos resultaram na conclusão de que determinados setores da Zona de Amortecimento, representados no mapa, são impróprios para empreendimentos que impliquem em significativo impacto sobre a conectividade da floresta na paisagem ou com potencial de contaminação da diversidade biológica. O conceito de conectividade foi um dos mais refutados pelos setores produtivos nas discussões sobre a zona de amortecimento do PETAR.

Por ocasião da retomada das discussões sobre o desenho e setorização da Zona de Amortecimento do PETAR, em 2013, foi calculado um índice de conectividade, cujo critério de conexão entre fragmentos foi a distância de 70 m. Esta distância reflete a capacidade de uma espécie hipotética de cruzar espaços sem floresta (no caso, escolhemos a araponga *Procnias nudicollis*)¹⁷¹. Entende-se que fragmentos com distância de até 70 m são considerados habitat contínuos para as espécies com essa capacidade. O mapa de conectividade resultante ilustra as áreas de fragmentos agrupados, que podem ser interpretados como área funcional disponível. Mesmo que refletidos no mapa em grandes extensões de florestas contíguas ao parque, uma análise mais apurada revela que representam os últimos remanescentes florestais daquela região. Note-se a fragmentação da vegetação, ainda que bastante abundante, à noroeste da figura 17.

¹⁷⁰ Conforme Resolução SMA 33/2013, artigo 3º, inciso III.

¹⁷¹ Por indicação de um ornitólogo, pesquisador científico do Instituto Florestal.

Figura 17: conectividade das florestas do PETAR

A seguir está reproduzido um trecho do plano de manejo, constante em seu capítulo

3. Avaliação do meio biótico.

Além da quantidade de floresta na paisagem, a permeabilidade da matriz também determina o potencial de conectividade entre remanescentes. De acordo com Ribeiro e colaboradores (2009), genericamente, a Floresta Atlântica foi sendo substituída por práticas agropecuárias, intensificadas nos últimos anos com a mecanização da agricultura e o uso intensivo de pesticidas e herbicidas (Brannstrom, 2001; Durigan et al., 2007). No caso do PETAR, o mapa do uso da terra (mapa 15) indica quais usos vem sendo praticados no entorno da UC, bem como o mapa 17, indica os vetores de pressão que podem resultar em perdas de conectividade entre as florestas do PETAR e os fragmentos da zona de amortecimento.

Uma vez que a floresta é diretamente influenciada pelo uso da terra no seu entorno, a influência da matriz deve ser particularmente investigada (Umetsu & Pardini, 2007; Umetsu et al., 2008; Uezu et al., 2008; Fonseca et al., 2009), pois seu manejo é especialmente importante onde movimentos curtos pela matriz podem promover conexão entre fragmentos. O aumento da permeabilidade da matriz pode permitir a persistência das espécies em paisagens fragmentadas (Antongiovanni e Metzger, 2005; Umetsu et al., 2008; Uezu et al., 2008; Pardini et al., 2009; Vieira et al., 2009) (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018:308-309).

O processo participativo: breve relato

O relato do processo participativo do plano de manejo do PETAR se conjuga com a discussão desenvolvida na seção sobre as relações no território, do capítulo Conservação da Natureza, que destaca a grande complexidade dos diálogos, pois que, “na maior parte do tempo, as relações não são bilaterais, mais sim, multilaterais”(RAFFESTIN, 1993:31), com interações políticas, econômicas, sociais e culturais.

A elaboração de planos de manejo se constitui em “política pública ambiental”, aplicada pelos agentes do Estado que, portanto, se constituem em atores sintagmáticos – aqueles que desenvolvem um programa – em relação social com os atores paradigmáticos – aqueles não integrados num processo programado (RAFFESTIN, 1993: 41). A figura 8 apresenta os setores sociais que, no processo participativo, foram representados por estes atores sociais.

Nas reuniões e oficinas onde se deram as discussões acerca da zona de amortecimento do PETAR, de início, os atores sociais envolvidos com o parque não decodificaram as representações presentes no mapa da Zona de Amortecimento, ou, pelo menos, não apreenderam, a partir do mapa, a construção de um diálogo programado entre Estado e cidadãos. Por outro lado, os agentes do Estado que coordenaram o plano de manejo avaliavam que, em parte, as comunidades, empreendedores e autoridades políticas locais não reconheceram e não assumiram a zona envoltória do parque como de sua responsabilidade enquanto cuidadores dos atributos naturais, os quais dão sentido à existência do parque; antes, reivindicaram seus direitos de uso e de propriedade privada.

Ao ser apresentado e discutido nas reuniões, o material cartográfico, assim como todos os outros produzidos, a intenção era a de possibilitar a compreensão das dinâmicas espaciais e subsidiar os cruzamentos dos vários temas, com vistas ao mapa síntese de zoneamento. A narrativa se voltava ao fato de, em pleno século XXI, a conectividade das matas atingir, ainda, espaços tão amplos, indicando que a história da devastação e a necessidade de uso econômico intensivo não estavam presentes naquele território. As arapongas circulam livremente, sem que a fronteira do parque seja uma barreira para o estabelecimento das áreas de uso desta comunidade faunística.

De maneira geral, por parte dos atores sociais não houve questionamento sobre a lógica do processo cartográfico. As disputas se deram quanto à dimensão do território e

quanto aos poderes sobrepostos: as regras de manejo, onde são delineadas as limitações de uso (ver apêndice 2) foram debatidas à exaustão¹⁷². A fronteira estabelecida para o não fazer não foi aceita pelos representantes dos setores produtivos.

Na Roda de Conversa foi abordado este aspecto

Na discussão da zona de amortecimento do PETAR alguns dos participantes ficaram dizendo, ‘o mapa é muito grande’ ... o mapa foi diminuído e eles continuaram a achar que o mapa era muito grande; se o mapa continuasse a ser diminuído, talvez eles iriam achar que a UC não deveria estar lá, então, a questão não é continuidade, a questão é ‘do que nós estamos falando?’ e aí tem as duas coisas: o quanto o mapa consegue trazer este conceito, que a narrativa não é da extensão, e o quanto o mapa pretende, da nossa parte, ser o portador da verdade... porque o mapa está dizendo, ‘é isso aqui que é bom, é isso aqui que tem de acontecer’¹⁷³.

Uma perspectiva de análise seria considerar que a partir do momento que a zona de amortecimento virou uma área, como resultado da síntese de todos os elementos mapeados, olhou-se somente para este resultado, de síntese, e, portanto, uma nova classe de apreensão do território. A composição dos diversos elementos mapeados que permitiu chegar-se a tal síntese deixou de ser observada nesta composição e o quanto tais elementos foram importantes para esta composição: as partes componentes deixaram de ser observadas e se perderam no olhar do observador, pois a síntese não os permitia “voltar” às partes, de se enxergar no processo.

Em meio a intensos debates, impôs-se a exclusividade de um pensamento que impossibilitou o compartilhamento dos preceitos e valores não econômicos vislumbrados. Talvez, ao não incluir outras métricas espaciais que não extensão, contiguidade e continuidade, o mapa da zona de amortecimento do PETAR foi inscrito no paradigma euclidiano, interditando o olhar (dos leitores do mapa) sobre os outros elementos fundamentais que os construtores do mapa (agentes do Estado) pretendiam explicitar: o valor social da conservação da natureza e a viabilidade operacional da manutenção tanto de atividades produtivas quanto dos processos naturais.

¹⁷² Resolução SMA 57 de 2018

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2018/05/resolucao-sma-57-2018/>

¹⁷³ Registro da Roda de Conversa, sem definição específica para quem se pronunciou (ver Capítulo Procedimentos Metodológicos)

Figura 18: Oficina conclusiva do Plano de Manejo do PETAR realizada em 2009
Fonte: Anexo 35-Registro Fotográfico das oficinas (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018)

5.5. O mapa para o agente público: relato reflexivo

....a cartografia pra mim é algo especial e ao você ter optado por ter dado importância à cartografia neste estudo sobre a natureza me deu um encantamento...(comentário de uma conversante, em fevereiro de 2018)

O texto apresentado a seguir originou-se da Roda de conversa “Vamos falar sobre mapas?”.

A Roda foi conduzida a partir de um roteiro (disponibilizado no Apêndice 3), preparado pela pesquisadora, que acabou por delimitar os tópicos de discussão e a organização desta seção da tese. O texto configurou-se num misto de absorção de ideias, organização de ideias e estruturação dos conceitos, a partir da transcrição da conversa.

Conforme foi delineado no capítulo Procedimentos Metodológicos, a utilização da metodologia das Rodas de conversa se deu pela intenção de dar voz aos agentes públicos, dentro dos diversos temas vinculados à conservação da natureza e às questões de gestão das unidades de conservação. Não são as falas literais dos conversantes, editadas a partir da perspectiva de quem também as proferiu - a relatora. O registro das falas grafado em itálico, sem aspas, foi a solução gráfica encontrada: são registros fiéis à gravação, porém trabalhados, de forma que as complementações de cada um sobre as falas dos outros, se conjugassem.

Os participantes

Em volta de uma mesa reuniram-se cinco agentes do Estado, funcionários da Fundação Florestal, com a disposição de falar sobre os mapas do território da conservação. Alguns deles são construtores de mapas e outros são usuários de mapas. Mas todos têm no mapa mais do que a representação do espaço geográfico e acreditam que seu papel está além do suporte, da ilustração e da representação da extensão e dos limites do território a que se refere. Este foi o ponto de partida.

Sendo técnicos da Fundação Florestal, os participantes da roda lidam, em sua rotina, com o sistema de unidades de conservação, territórios delimitados, legitimados por mapas, regulados pelo Poder descrito por Raffestin, o grande Poder do Estado, sob influência de inúmeros outros poderes.

Depoimentos

Era o Zoneamento Ecológico Econômico, na década de 1980...

Quando se fala em conservação, a gente não pode falar apenas em UC, existem inúmeras leis de proteção da natureza que se aplicam ao uso do solo, por exemplo, área de preservação permanente, terrenos de marinas, manguezais e outras formas de conservação que tem que ser observadas quando se faz um planejamento territorial. E aí eu tive a ideia de fazer o “mapa da legislação ambiental aplicada ao uso do solo”. Só que a gente tem problemas de escala porque tem muitos elementos que num mapa topográfico de uma escala média, de 1:50.000, uma escala muito adotada para planejamento, você tem restrição de mapear certos elementos. Mas eu procurei usar esta escala, porque era a escala de planejamento. A partir do momento em que eu comecei a mapear o que era possível mapear, foi uma surpresa enorme para vários pesquisadores e planejadores. O mapa revela o espaço onde você pode observar aquela restrição, aí você passa a olhar de maneira diferente. Como as APPs ao longo dos rios, as declividades. Elas restringem. Eu fiz o mapeamento da declividade e usei o Código Florestal. Eu usei as classes de declividade previstas na legislação, o parcelamento do solo urbano e legislação ambiental e rural, para mecanização da agricultura. Isso ajudou muito no planejamento. Este foi um instrumento muito importante quando trabalhamos neste planejamento territorial, fora das UC.

O mapa, ele realmente traduz toda esta questão. O mapa é indispensável para o nosso trabalho, um instrumento básico. E não é porque eu admiro a cartografia.

Era o Tombamento da Serra do Mar...

Quando do tombamento da Serra do Mar, na década de 1980, haviam muitos grupos contrários... não sabiam o que significava. Houve uma audiência pública em Ubatuba, foram centenas de pessoas. O prof Aziz AbSaber era o coordenador, os funcionários da Secretaria do Meio Ambiente desenvolviam as atividades. As pessoas que eram contra divulgaram, em vários locais (não na reunião, isso não foi discutido lá), que o trabalho era para – literalmente - derrubar a Serra e acabar com as propriedades... eles levaram ao pé da letra, era o que se falava...

As leituras dos mapas

O mapa facilita a compreensão espacial de objetos, conceitos, condições, processos e fatos do mundo; para além das dimensões territoriais, o mapa representa um "sistema de significados" (HARLEY, 2005).

Quando se faz um mapa do território da conservação e se traz a zona de amortecimento como território da conservação, discussões intensas são geradas... sob a perspectiva das ideias do Harley, como será que eles olham para esse mapa? Será que eles colocam um sistema de significados que vai além da dimensão territorial?

Em 2008, quando estava sendo discutido o plano de manejo de Intervalos, a USP dava consultoria... este mapa que está na parede¹⁷⁴ me faz lembrar isto. As reuniões eram um palco de pessoas, das mais variadas formações, discutindo sobre mapas, que sintetizavam e reproduziam conhecimentos de todas as ordens, biológicos, físicos e econômicos. Então, a linguagem que os mapas dão, após estudos e levantamentos feitos com seriedade, com técnicos especializados... ele retrata inúmeras características desta realidade, espacializa os elementos bióticos, físicos e econômicos da conservação e estes dados podem ser trabalhados em diversas ordens. O mapeamento que está ali sintetiza várias informações importantes. O zoneamento, que chegou ao resultado a partir dos overlays sobrepostos, revela como se dá a apropriação deste espaço. Esta linguagem é muito importante, mas ela é também complexa, à medida que as pessoas não tem familiaridade com a linguagem cartográfica. É muito fácil traduzir as ideias que se quer mostrar, mas quando se amplia para uma discussão em uma audiência pública, ou com moradores do entorno, por

¹⁷⁴ Mapa de Zoneamento

exemplo, que não tem essa vivência e este conhecimento, a familiaridade com os mapas, fica muito complexo...

Para as oficinas do Plano de Manejo do PETAR, em 2009, foi preparado um mapa que ocupava uma parede inteira. Foram reproduzidas 10 cartas topográficas IBGE, que pegavam toda a zona envoltória do parque. As pessoas colocam os posts it, e diziam eu estou aqui, aqui, aqui, com o limite do PETAR no meio do mapa, com o PE Intervalles contíguo. Foi sendo criada a zona de amortecimento, que era o território da conservação, construção conjunta, num mapa enorme, na parede, com a referência da legenda do mapa de zoneamento do PE Intervalles, com aquela decodificação cartográfica, que é complexa, mas estava sendo trazida para o debate com eles. Foram dezenas de reuniões e o mapa estava presente em absolutamente todas. Quando o processo finalizou, inclusive com oficina de compartilhamento dos relatórios dos diagnósticos, alguns deles olharam e disseram, “não, não é isso”, “este não é o mapa”, “esse não é o território”, “não foi isso que eu combinei” O mapa foi construído por aquelas 500 pessoas que assinaram o livro. Ele não foi assumido por um número bem menor de pessoas, mas isso foi suficiente para que ele não fosse assumido por ninguém, porque o mapa, até hoje, não é oficial, ela (a zona de amortecimento?) ainda não existe na oficialidade.

O mapa não representou o desejo deles: estar fora do mapa

Lá em 1958, quando se criou o parque, fulano estava dentro do parque e eu, por sorte, fiquei fora do parque. O mapa criou o problema, que não é meu, é do fulano, porque eu estou fora do parque. Estou feliz. Ai, muito tempo depois, se cria um outro mapa, com a zona de amortecimento e agora eu estou dentro do mapa. Foi criado um outro problema e o cicrano continua fora. Mas, na verdade, nem eu estava fora, antes, e nem o cicrano ficou fora da questão da conservação. Mas o mapa pode trazer esta falsa verdade, quando se delimita um território. Quando se delimita, se está dentro ou se está fora. Mas, na vida real, não existe dentro ou fora, totalmente, sempre tem uma interação. Mas o mapa pode trazer esta linha divisória: eu estou dentro e você está fora.

Quando o mapa da zona de amortecimento do PETAR se consolidou, com as sobreposições dos shapes, com os critérios e os valores, alguns olharam e disseram, ‘não é isso’. O mapa síntese não sintetizou o desejo deles.

Quando olham para o mapa do parque e eles enxergam um mapa imposto, eles não se sentem donos deste mapa e não se sentem parte do mapa do parque. Quando se

acrescenta uma zona que se relaciona diretamente com o parque e que expande o conceito daquele território, é como se fosse o mapa do parque aumentado. Então, foi feito um ano de discussão, para se chegar num mapa que é a ampliação daquilo a que eles não se sentem vinculados. Parte das pessoas que estavam nas oficinas – que não aceitaram o mapa – estavam presentes, discutindo, na esperança de que o mapa do parque se revelasse restrito ao parque, eles não estavam lá para ampliar o mapa do parque e, no entanto, nenhum de nós – a equipe de coordenação do plano de manejo - estava dizendo que o mapa do parque estava sendo ampliado. O que estávamos dizendo? Que o território da conservação funciona assim: os bichos que estão lá dentro não respeitam fronteiras se a floresta se prolonga, os rios vão além do território do parque, o carste.... eles aceitaram a conversa, discutiram, contribuíram.... mas no momento que o mapa se consolidou, eles disseram, “não quero o parque maior do que ele é, quero o parque menor do que ele é”.

A maior resistência é a do setor econômico

Este território é muito especial, é o carste. O uso do solo em torno do parque vai dar uma consequência direta a ele (o parque), sobretudo pela drenagem e se tem áreas agrícolas. É uma coisa muito complexa, a forma como é usado o solo, e mesmo a mineração. Há outros interesses. ‘Se o mapa é contra meu interesse, ele não me representa’. O interesse econômico é um elemento muito forte. A vontade de quem está do outro lado, que desenvolve determinados usos, determinadas atividades, se choca com as restrições a isso.

As atividades econômicas que fazem resistência, no caso, são a mineração e o agronegócio. Na região tem os silvicultores e os produtores de tomate.

Mas, para o pequeno posseiro, por exemplo, também é complicado... ele tinha ali uma areazinha que, até então, ninguém tomava conhecimento e pensa que agora pode começar uma pressão...

No SNUC, ou a lei de crimes, está dito que na zona de amortecimento ou dentro, a prática de dano ambiental é crime, as penas variam, mas é crime tanto na ZA quanto dentro... sendo assim, ele fica sem liberdade, ele vai pensar nos filhos, no sustento ...tem toda uma questão emocional ligada... mesmo o agronegócio... se o cara tem um agronegócio de médio porte, mas ele sustenta os filhos na faculdade e tal, isso também mexe com a vida dele.

A conclusão é que o impacto maior é dado pelo mapa: registro de uma situação que aparentemente não tinha, e vem o mapa e aflora...

O mapa não pode ser uma simples ilustração, tem que ser polo consistente do discurso

O PETAR foi criado na década de 50... ninguém esperava que fosse ter zona de amortecimento... depois de 50 anos, vem uma nova lei e diz... agora tem zona de amortecimento. Mas, por conta disso, eles tiveram a oportunidade de discutir ... é uma coisa nova, discutir...

Mas discutir sem poder alterar muita coisa. As discussões são amarradas pela lei. Quando se discute sobre a zona de amortecimento de uma área de proteção integral, não se pretende expandir as atividades.

Trata-se de um parque antigo e na hora de fazer um documento, um mapa, pessoas dizem, 'mas como assim, e agora, pensei que nunca fosse ter'... e aí, quando aparece o mapa, que não é uma ilustração, o mapa está dizendo que o território é assim, que o parque aumentou.... mas se ele é um polo consistente do discurso... do nosso discurso, do agente do Estado que coordenou a elaboração do mapa e trabalhou na construção do plano de manejo... o discurso é 'vamos todos assumir o valor deste parque... vamos todos, estas 500 pessoas que participaram do PM, vamos todos compreender o que significa existir o PETAR e considerar que os cuidados do PETAR se expandam além dele. E como se chegou nisso? Através de muitos estudos, 25 mapas, 30 reuniões, em conjunto com eles... conversando sobre o passarinho que faz ninho aqui vai até lá, depois a onça, e tal...a consistência do discurso (do agente do Estado coordenadores do trabalho) seria mostrar que a zona de amortecimento significa isso, e que eles estão envolvidos com o conceito de território da conservação, desde 1950 e que, portanto, eles são parceiros nisso e que, portanto, 'vamos organizar e deixar isso explicitado, inclusive no mapa', para que eles possam cada vez mais melhorar, nas condições de vida, sob a perspectiva socioambiental, para que se possa ir atrás de recursos financeiros para atividades na área envoltória, a partir de um plano de manejo aprovado.

Mas aqui, nesta roda, está sendo dito que o polo consistente do discurso que o mapa comunica é: 'eu vou ser impedido, a lei é mais forte'...

Este mapa, é só isso que ele mostra? Que tem restrição? Que o Estado impôs e que depois de 50 anos, se fez a mesma coisa?

O polo consistente do discurso que se pretendia, era o de um conceito de conservação no qual toda comunidade envolvida com o PETAR é parceira.

Então não é possível fazer isso?

As equipes se esforçaram tanto, foram chamadas as melhores pessoas que haviam para fazer o trabalho, técnicos conhecedores da região, especialistas nos temas, foram congregadas mais de 500 pessoas, e não funcionou? Foi por causa do mapa?

O quanto os mapas gerados para os territórios da conservação conseguem dialogar com outras lógicas espaciais que não extensão, contiguidade e continuidade?

A separação entre zona urbana e natureza... essa ideia de parque e zona de amortecimento, podem reforçar os conflitos... criar uma zona de amortecimento 5, 10, 50km, às vezes não resolve o problema.... uma coisa a uma distância muito grande pode estar influenciando, como no caso da Samarco, do acidente de Mariana. Quanto impactou a tal da lama? 600 km... e atingiu UC.... então, qual o raio seguro?

Em termos de extensão, contiguidade e continuidade a partir dos elementos da UC, 600 km, nunca poderia ser considerado... o quanto os nossos mapas conseguem trazer as outras lógicas?

O mapa apresenta o repertório plural dos diversos atores envolvidos com o território que representa?

É difícil entender... 'se já tem o parque, porque vai aumentar?'.

Talvez se a atuação do Estado fosse menos omissa... a forma como o Estado conduziu os processos de criação de UC, ao longo do tempo, deixando de lado as questões sociais... durante muito tempo as pessoas não tinham a ideia do pertencimento (com relação ao parque), de que esse patrimônio é de todos, é coletivo. Quando o Estado age de forma diferente, incorporando as populações, inclusive dando valor ao patrimônio étnico e social, os cenários são diferentes, a resistência não é tão grande.

Na Europa, nos parques regionais, que são mais ou menos as nossas APA, as pessoas tem orgulho de morar naquele lugar e cooperam em manter suas características ambientais. É como se fosse um selo de valorização do território deles. E eles também são valorizados por estarem ali. Aqui há uma omissão do Estado em mostrar a importância deste patrimônio e de dar oportunidades, faltam atividades que valorizem as populações que vivem nas UC.

Se o mapa é pouco significativo e comunicativo, ele vai ficar em segundo plano. Mas, e se o mapa é o centro do discurso...

Este território é muito especial, é o carste. O uso do solo em torno do parque vai dar uma consequência direta a ele (o parque), sobretudo pela drenagem e se tem áreas agrícolas. É uma coisa muito complexa, a forma como é usado o solo, e mesmo a mineração. Há outros interesses. 'Se o mapa é contra meu interesse, ele não me representa'. O interesse econômico é um elemento muito forte. A vontade de quem está do outro lado, que desenvolve determinados usos, determinadas atividades, se choca com as restrições a isso.

As atividades econômicas que fazem resistência, no caso, são a mineração e o agronegócio. Na região tem os silvicultores e os produtores de tomate.

Mas, para o pequeno posseiro, por exemplo, também é complicado... ele tinha ali uma areazinha que, até então, ninguém tomava conhecimento e pensa que agora pode começar uma pressão...

No SNUC, ou a lei de crimes, está dito que na zona de amortecimento ou dentro da unidade de conservação, a prática de dano ambiental é crime, as penas variam, mas é crime tanto na ZA quanto dentro... sendo assim, ele fica sem liberdade, ele vai pensar nos filhos, no sustento ...tem toda uma questão emocional ligada... mesmo o agronegócio... se o cara tem um agronegócio de médio porte, mas ele sustenta os filhos na faculdade e tal, isso também mexe com a vida dele.

A conclusão é que o impacto maior é dado pelo mapa: registro de uma situação que aparentemente não tinha... vem o mapa e aflora...

É o mapa do território da conservação, dentre as diversas linguagens utilizadas, aquela que constrói a espacialidade? Ela se dá a partir do olhar do Estado?

Se o mapa é preciso e objetivo, ele pretende ser o portador da verdade?

A coisa pode se dar ao longo do tempo, é um processo.... historicamente, tudo foi imposto... as pessoas não participaram do processo de criação do parque, foi imposto, de um dia para o outro o Estado falou, "aqui é parque". Então, a partir do momento que se vai elaborar um plano de manejo, estudar os territórios envoltórios, criar uma zona de amortecimento, há resistência... para que as pessoas incorporem toda esta teoria e esta ideia - que é impactar o menos possível a área de parque.

É o mapa que cria as fronteiras?

Se tem uma fronteira, eu não vou ultrapassar.

Nós trabalhamos com mapas “tipo fronteira”. Tem uma linha que delimita o parque. Não pode fazer nada a partir dela. Se impõe uma fronteira e se consolida a ideia de que quem está para fora, além da fronteira, não tem nada a ver com o assunto...

Mas, se esta fronteira é difusa, se existe permeabilidade... não é uma fronteira, de fato, as fronteiras não tem permeabilidade.

Nos mapas da conservação e principalmente nas zonas de amortecimento, a intenção foi, justamente, trazer a permeabilidade em confronto à fronteira com a unidade.

O mapa representa o repertório plural dos diversos atores sociais do território?

O que eles recebem em troca?

O que se propõe para estas pessoas que estão se opondo, que são os opositores... não os grandes, os pequenos, que são os que mais contribuem?

Mesmo o setor do agronegócio e o da mineração, eles se veem prejudicados e alegam que empregam muitos chefes de família.

Então tem instrumentos econômicos, instrumentos de conservação, ainda incipientes, diante de toda área protegida que se tem...

A transição agroecológica é um deles.¹⁷⁵

No mapa da ZA do PETAR tem um empreendimento que chama a atenção, neste sentido: um assentamento do MST, um PDS¹⁷⁶, que só produz orgânicos; eles plantam o que a

¹⁷⁵ A compra de alimentos oriundos de sistemas produtivos em transição agroecológica nos editais de compras públicas já é realidade no Estado de São Paulo. A Prefeitura do Município de São Paulo foi a primeira a dar o exemplo e lançou Edital para compras de hortaliças e verduras, totalizando R\$ 239.178,54, entre orgânicos e em transição agroecológica. A previsão é que o contrato seja efetivado até o final deste mês de janeiro (2018). A compra atende o previsto em sua Lei Municipal nº 16.140/2015, que permite adquirir alimentos orgânicos ou da transição agroecológica para a merenda escolar por um preço até 30% superior ao similar convencional, além de dar preferência a esse tipo de produto. (<http://www.ambiente.sp.gov.br/produtos-em-transicao-agroecologica-adquiridos-em-compras-publicas/acesso> em abril/2018).

¹⁷⁶ O Incra já criou e reconheceu mais de 9 mil projetos de assentamento em todo o país. A criação é feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implantação. Os assentamentos podem ser divididos em dois grupos:

- Projetos de assentamento de reforma agrária criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs); os ambientalmente diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF).

- Projetos de assentamentos de reforma agrária reconhecidos pelo Incra, criados por outras instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA.

(<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>, acesso em abril/2018)

*região planta, tomate, mas orgânico; à época das oficinas do Plano de Manejo foi elaborada dissertação de mestrado que demonstrou a viabilidade da produção sem defensivos, em razão da presença da floresta*¹⁷⁷.

Os outros produtores não dão conta de ser orgânicos... talvez não porque não queiram, talvez eles não tenham percebido, ainda, que o que se está dizendo para eles é “Libertem-se! Libertem-se de vender uma caixa de tomate por \$5 reais, sendo que ela pode valer... \$50, e o consumidor vai pagar os mesmos 50...”

O nosso discurso para eles é “libertem-se”, mas estas pessoas estão amarradas nesta tecnologia colonialista-capitalista.

Quem é produtor de média e larga escala vende a produção como garantia, antes de colher, para os bancos.... e tem o marketing forte dos produtores de defensivos... é bem complexo.

Segundo o estudo de Tomas (2011), os custos de produção foram reduzidos em até 84%. Os dados foram obtidos por intermédio da comparação dos índices das plantações convencionais, que retiram toda a cobertura nativa da área e utilizam agrotóxicos, e os produtores do assentamento. O método, experimental, consiste em espalhar cultivos em clareiras de 25 X 25 metros abertas a cada 300 metros de floresta, em substituição ao desmatamento de toda cobertura natural do terreno. Foram cinco módulos experimentais com produtores das cidades de Ribeirão Branco, Guapiara e Apiaí, na região Sudeste do estado de São Paulo, que possui a maior produção de tomate de mesa do País. Trata-se de uma abordagem agroecológica e sustentável que respeita e se alia à floresta, trazendo benefícios econômicos e sociais para os agricultores¹⁷⁸

Na verdade, temos nos esforçado, ao máximo, para trazer as comunidades para dentro disso, mas quando chega o mapa, parece que ele traz tudo... consolida a fronteira, o poder do Estado, a tecnologia, consolida que as epistemologias do Sul ainda não chegaram lá...

¹⁷⁷ Fábio Leonardo Tomas é autor da dissertação de mestrado “A influência da biodiversidade florestal na ocorrência de insetos-praga e doenças em cultivos de tomate no município de Apiaí – SP”. À época era gestor do PETAR, tendo trabalhado intensamente na elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação. Importante destacar que ele representou a articulação entre os produtores da “tradição da revolução verde”, baseada no uso intensivo de insumos e defensivos e os produtores da agricultura orgânica, neste caso também baseada na produção comunal e no respeito à presença da floresta.

¹⁷⁸<https://agrosoft.org.br/2011/04/12/modelo-agroecologico-preserva-bioma-e-reduz-gastos-agricolas-em-ate-84/>(acesso em julho/2018).

... quando os opositores (ideológicos) da conservação... como será que eles olham para esse mapa? Será que eles colocam um sistema de significados que vai além da dimensão territorial?

Ideologia em debate

– Quando são feitos os mapas temáticos, talvez, alguns deles representem um determinado setor, um ator social, mas quando se vai fazer o zoneamento interno e o da zona de amortecimento, as regras, as normas vêm junto com o desenho... que estão baseadas em uma ideologia: a da conservação. Estamos propondo regras para um futuro próximo. Por exemplo, “não pode rebaixar o lençol freático... não pode cortar a vegetação... priorizar a transição para a agroecologia, ou uso de menos agrotóxicos”, enfim... é um futuro... o cara faz uma atividade hoje, de um jeito e a gente está fazendo uma proposta par ele alterar... estamos colocando a nossa ideologia... Ter ou não ter UC é entendido como uma ferramenta para a conservação... são polígonos deixados como uma poupança e ai vc traça a ZA para minimizar os impactos sobre esta UC... isso é uma ideologia....

– Não seria exatamente ideológico, é uma regulação das intervenções no espaço.

– Sim... mas regras são colocadas. E a pessoa, às vezes, tem que mudar seu modo de agir, de produzir... estamos propondo, na ZA, que as pessoas transformem, que façam algo diferente do que é hoje... não usar pulverização aérea, usar controle biológico, enfim... pra mimimizar os efeitos sobre a UC, mas a pessoa que está lá, ela não quer fazer isso... nos planos de manejo – estes que estamos fazendo agora - se indica como tem de ser o manejo do solo, por exemplo, que são coisas já estabelecidas, não é nada de novo, mas as pessoas não fazem assim... são as boas práticas... é o mundo ideal... não se tem isso hoje...

– Não é o mundo ideal, é minimizar os impactos sobre o território... tá longe de ser o ideal... pra se minimizar ao longo dos anos, se impõem algumas regras ou algumas sugestões de uso, para que não seja catastrófico lá na frente... o Instituto Geológico estuda e estabelece as áreas de risco, mapeia, classifica. Os técnicos chegam lá e dizem, “tem que sair daí, que vai desmoronar”, mas a pessoa resiste, não quer sair... mas se explica, é área de risco, tempestade intensa, pode acontecer...

– Este é um recorte bem concreto de um diálogo, uma visão operacional: está acontecendo assim, tem os estudos e tal... mas, considerando que os manejos não estão

corretos, pois a pessoa está fazendo de um determinado jeito e vai ter de fazer de outro, porque o jeito que ela vinha fazendo não era correto, “não são boas práticas”.

– São pressupostos para uma ideologia. Pra quem? Pra quem acredita que conservação da natureza é uma coisa boa. Não é bom pra quem acredita que a conservação vai trazer prejuízo... vejam, a proposta de turismo... a pessoa não quer trabalhar com turismo, quer continuar sendo minerador... ela fez isso a vida inteira....

– Nós ouvimos muito nas reuniões no PETAR, “você mora em SP, tem salário fixo, estudou na universidade... agora vem falar isso aqui...” ...eles reivindicam o direito de fazer tudo o que foi feito em São Paulo, eles dizem que quem mora em São Paulo não tem o direito de pleitear mudanças no local onde eles moram, onde eles vivem... Mas o estamos tentando levar pra eles? Uma discussão de crítica a este modelo, enquanto agente público, não importa onde este agente more.... é também uma crítica à falta de saúde que tem em SP.

– Quando eles reivindicam o direito de ter estes impactos, isto é ideológico?

– Ao longo do tempo, eles foram incutidos em uma ideologia, de que este é o caminho... quando acabar tudo, vai pra outro lugar... talvez pra Marte....

– Estamos tentando mostrar pra eles: vamos tentar pensar de um outro jeito, sob outras perspectivas. Mas, aí o poder do Estado fica representado por esta dinâmica: vem alguém de longe, com um discurso, com um mapa... alguém que fala e depois vai embora...

– É isso que o mapa reflete: uma ideologia e uma transformação daquele território...

– Mas isso que a gente faz é ideológico mesmo, a gente acredita. Mas é difícil, pois muitas das pessoas já nem querem saber da lei vigente, quanto mais de novas ideologias...

– E aí a narrativa destes grupos se consolida¹⁷⁹, inclusive a partir das dificuldades de entendimento, de repertório. É difícil entender... tem o parque, acho que o parque vai

¹⁷⁹ Não se trata aqui, do desenvolvimento de um novo conceito, mas apenas de destacar a pertinência deste para a situação debatida na Roda de Conversa: Segundo o Dicionário Oxford, pós-verdade é um substantivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. A palavra é usada por quem avalia que a verdade está perdendo importância no debate político. O departamento da universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários, elegeu pós-verdade (“post-truth”) como a palavra do ano de 2016. Segundo a Oxford Dictionaries, o termo “pós-verdade”, com a definição atual, foi usado pela primeira vez em 1992, pelo dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich. Ele tem sido empregado com alguma constância há cerca de uma década, mas houve um pico de uso da palavra, que cresceu 2.000% em 2016. “Pós-verdade deixou de ser um termo periférico para se tornar central no comentário político, agora frequentemente usado por grandes publicações sem a necessidade de esclarecimento ou definição em suas manchetes”. (<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford>, acesso em abril/2018.

aumentar....E quem é contra, vai justamente divulgar isso, que é o mais fácil das pessoas entenderem, vai aumentar o parque. Se eu fosse uma pessoa que não quisesse a zona de amortecimento, eu iria espalhar esta ideia. Porque é complexo, para uma pessoa que não vive disso, que não vive nesse meio...

– Nestes anos todos, pelo menos da minha parte, o que eu via e vejo do nosso trabalho é, sempre, considerar o que a pessoa faz, o que a pessoa quer fazer, o que é importante pra ela, e ouvir o que ela está dizendo... “como está, não está bom... não quero mais usar tanto agrotóxico, eu não quero ficar à mercê destes capitalistas aí...”. O que o parque oferece? A potencialidade de uma nova área, que é o turismo, que é a monitoria ambiental, então, eu sinto que nós sempre buscamos e tivemos a oportunidade de fazer este diálogo com eles, mas é ao longo do tempo... exige diagnóstico, prospecção, exige avaliar as potencialidades e encarar desafios.

Neste debate entre os componentes da Roda de conversa se delinearam, pelo menos, duas perspectivas:

- 1) O princípio é o bem comum e a justiça social – a conservação da natureza está calcada nestes dois princípios...

se não rebaixar o lençol freático traz o bem comum, então é disso que estamos falando... O que significa não rebaixar o lençol freático? Que a mata vai continuar em cima, que não vai haver poluição. O lençol freático é rebaixado quando tem um empreendimento que vai gerar um impacto sem possibilidade de reversão, com que finalidade? Primeiro, de dar lucro pra alguém... é capitalista... ninguém vai dizer que tem uma mineração de calcário, em pleno século XXI, em área remanescente de mata atlântica, por que se está preocupado com construções de casas de interesse social... o argumento de que precisa de cimento para construir casa está ultrapassado, é uma argumento do Norte global... precisa de cimento porque grandes corporações estão envolvidas com o mercado imobiliário e não com a justiça social.

- 2) O Estado tem obrigação de proteger as pessoas e garantir a conservação da natureza

Apontamentos sobre o conceito de ideologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho fez emergir abordagens sobre o trabalho do agente público que estavam submersas, estacionárias.

Com o desenrolar do debate ao longo da Roda de conversa sobre mapas, surgiram questionamentos acerca das ações empreendidas pelo Estado, quando em diálogo direto com a sociedade, o que inclui construção de mapas do território da conservação.

É ideológico o trabalho do agente público quando se dedica a demonstrar (principalmente a produtores e empreendedores) a pertinência e a urgência da adoção de práticas de menor impacto sobre os elementos do mundo natural e sobre as unidades de conservação?

É ideológico o mapa pretender comunicar que a contiguidade e extensão das florestas representam mais do que perdas de áreas produtivas?

Tais reflexões sobre a percepção que o agente público tem de seu próprio trabalho leva à inevitável questão: o que é ideologia? Ou, a qual ideologia estamos nos referindo?

Questão de difícil resposta.

Sem muitos esforços nas buscas bibliográficas, surge a complexidade do tema:

...a compreensão da ideologia pressupõe conhecimentos sobre metafísica, idealismo, materialismo dialético, além de uma razoável análise crítica da organização do trabalho na sociedade e do homem como ser histórico. Enfim, a compreensão do fenômeno da ideologia requer a explicitação de uma visão de mundo, ou seja, do que é a realidade. Pois, os homens, além de produzirem sua existência produzem ideias. Estas ideias são uma representação fenomênica, imediata, de aparência de seu ser social (ZANELLA, 2004:24).

Aspectos históricos

Marilena Chauí (2008) elucida o transcorrer histórico do conceito.

O termo ideologia aparece pela primeira vez em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Idéologie* (Elementos de Ideologia). Juntamente com o médico Cabanis, com De Gérando e Volney, Destutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas idéias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). Os ideólogos franceses eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos. {...} Os ideólogos foram partidários de Napoleão e apoiaram o golpe de 18 Brumário, pois o julgava um liberal continuador dos ideais da Revolução Francesa. Enquanto Cônsul, Napoleão nomeou vários dos ideólogos como senadores ou tribunos. Todavia, logo se decepcionaram com Bonaparte, vendo nele o restaurador do Antigo Regime. Opõe-se às leis referentes à segurança do Estado e são por isso excluídos do Tribunado e sua Academia é fechada. Os decretos napoleônicos para a fundação da nova Universidade Francesa dão plenos poderes aos inimigos dos ideólogos, que passam, então, para o partido da oposição. O sentido pejorativo dos termos “ideologia” e “ideólogos” veio de uma declaração de Napoleão que, num discurso ao

Conselho de Estado em 1812, declarou: “Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história.” Com isto, Bonaparte invertia a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos: eles, que se consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos, foram chamados de “tenebrosos metafísicos”, ignorantes do realismo político que adapta as leis ao coração humano e às lições da história. (p.10 e 11)

Autores consagrados

Esta breve revisão bibliográfica possibilitou o encontro com alguns dos autores que se dedicaram a desenvolver, com diferentes abordagens, em diferentes tempos históricos, o conceito de ideologia.

A tentativa, a seguir, é verificar, dentro de cada uma destas abordagens, como se enquadra a “ideologia da conservação”, que emergiu na Roda de conversa.

Ideologia como ocultamento da realidade social

Chauí (2008) chama a atenção para o fato de “Marx conservar o significado napoleônico do termo: o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real.” Em alinhamento com as premissas de Marx, para a autora, por intermédio da ideologia, “os homens legitimam as condições sociais, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas” (p. 8).

A história é praxis (no grego, praxis significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los). Nesta perspectiva, a história é o real e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua, etc.). Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia (CHAUÍ, 2008:8).

Zanella (2004) avalia que o combate à ideologia se fundamenta no aprofundamento teórico-metodológico da teoria marxista, o materialismo histórico dialético.

Como expressão da práxis social em que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, podemos afirmar que a ideologia é um poderoso

instrumento de dominação. As ideias, embora sejam produtos da práxis social, dominam os homens. Desmistificar esse poder das ideias ideológicas é fundamental para ações que possibilitem a superação da sociedade capitalista (p.25)

Ideologia como concepção de mundo

Antônio Gramsci, em sua obra "Cadernos do Cárcere"¹⁸⁰ toma a ideologia como sendo o "significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas" (GRAMSCI, 1999, pp. 98 e 99, apud ZANELLA, 2004, p.24)

Gramsci conhece bem todas as acepções negativas do conceito de "ideologia": falsa consciência, construção mental arbitrária, puro reflexo da estrutura econômica (MUSSI, 2018), entretanto, sua concepção de ideologia como visão de mundo não nega a concepção de ideologia de Marx e Engels, mas amplia (ZANELLA, 2004).

Não nega porque Gramsci parte do pressuposto do materialismo dialético e faz a crítica a visão de mundo do senso comum, mostrando que essa mesma visão de mundo precisa ser levada, através do bom senso, a um "tipo superior" de visão de mundo que é a visão de mundo coerente com a classe social e com os conhecimentos científicos e filosóficos mais avançados da humanidade (ZANELLA, 2014:24-25).

Segundo Konder (2002), Gramsci aponta que uma visão "ideológica" da ideologia pode resultar numa desqualificação dos fenômenos ideológicos.

O pensador italiano explicava: "O processo desse erro pode ser facilmente reconstituído. 1) A ideologia é identificada como distinta da estrutura e se afirma que não são as ideologias que mudam a estrutura, mas, ao contrário, é a estrutura que muda as ideologias; 2) afirma-se que determinada solução política é 'ideológica', isto é, insuficiente para mudar a estrutura, quando acredita que poderia mudá-la; afirma-se, então, que ela é inútil, estúpida, etc ; 3) passa-se, por fim, a afirmar que toda ideologia é 'pura' aparência, é inútil, estúpida, etc." (GRAMSCI, 1977, p. 868). Essa desqualificação ilimitada, generalizada, impede a perspectiva comprometida com a superação das distorções ideológicas (a perspectiva de Marx e Engels) de reconhecer concretamente as diferenças significativas que existem no interior do campo da ideologia. E dificulta enormemente ao crítico das limitações da ideologia reconhecer a complexidade dos elementos ideológicos presentes no seu próprio pensamento (KONDER, 2002:1).

¹⁸⁰ Gramsci morreu em 1937 sem poder concluir sua obra. Seus 33 Cadernos do Cárcere foram salvos ao serem levados para fora da Itália. Apesar de sua obra incluir outros trabalhos, sua reputação como um grande pensador e educador italiano se embasa, para a posteridade, nas Cartas do Cárcere e nos Cadernos do Cárcere (Monasta, 2010).

Konder (2002) apresenta, também, que Gramsci propunha diferenciar as ideologias historicamente orgânicas e as ideologias arbitrárias.

As ideologias "arbitrárias" merecem ser submetidas a uma crítica que, de fato, as desqualifica. As ideologias "historicamente orgânicas", porém, constituem o campo no qual se realizam os avanços da ciência, as conquistas da "objetividade", quer dizer, as vitórias da representação "daquela realidade que é reconhecida por todos os homens, que é independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo" (GRAMSCI, 1977, p.1.456). A ciência é um conhecimento que se expande, que se aprofunda e se revê, se corrige, continuamente. Ela também é histórica, não pode pretender situar-se acima da história, não pode pretender escapar às marcas que o fluxo da história, a cada momento, imprime nas suas construções. Por isso, não é razoável tentar promover uma contraposição rígida entre ciência e ideologia. "Na realidade", escreveu Gramsci, "a ciência também é uma supra-estrutura, uma ideologia" (GRAMSCI, 1977, p.1.457, apud KONDER, 2002:1-2).

Ideologia da conservação

Diante das abordagens gramscianas de ideologia, o debate na Roda de conversa explicita que a práxis dos agentes do Estado está vinculada às propostas de novas soluções para resolução de problemas gerados historicamente, a partir de soluções que se mostraram superadas. É o caso da conversão de floresta em áreas de uso, para produção de alimentos e outras necessidades avaliadas como superiores ao "ambiente sadio e equilibrado".

A perspectiva de participar da consolidação de ideologias "historicamente orgânicas", traz aos agentes públicos a responsabilidade de divulgar os avanços da ciência enquanto representação da realidade. No caso, pesam os estudos sobre saúde pública e perda da biodiversidade. Os mapas do território da conservação, elaborados a partir de dados científicos, quando pretendem demonstrar que suas fronteiras são permeáveis às idas e vindas de organismos não humanos, pretendem carrear "vitórias da representação" de realidades reconhecidas por todos os homens, "independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo".

A exemplo das discussões sobre os paradigmas da conservação, o ir e vir das ideias e dos condicionantes políticos, sociais, econômicos e culturais trazem a complexidade para as análises dos caminhos trilhados e para as perspectivas de futuro. Claro está, entretanto, que os mapas contemporâneos da conservação, incluindo os mapas das unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, revelam ou acentuam a história da devastação da natureza.

Talvez através deles fosse também possível revelar a injustiça social resultante da devastação e a perspectiva da justiça social em paralelo à conservação.

Últimas notas

Chauí (2008) ajusta a posição de Gramsci - de denominar ideologia de “senso comum” à popularização de “um conjunto de ideias e de valores concatenados e coerentes, aceitos por todos os que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade que realize essas ideias e esses valores”, ao fato de que o momento de consolidação da ideologia “ocorre quando as ideias e valores da classe emergente são interiorizados pela consciência de todos os membros não dominantes da sociedade” e que “uma vez sedimentada e interiorizada como senso comum, a ideologia se mantém, mesmo após a vitória da classe emergente, que se torna, então, classe dominante”(p.41).

Estes apontamentos da prof. Marilena Chauí levam à reflexão de que quando os agentes públicos chegam (às reuniões e aos trabalhos de campo) com proposta de, por exemplo, transição agroecológica, os seguintes cenários poderão se estabelecer:

- i) surgirá uma nova ideologia (a da conservação) quando tais ideias forem aceitas por todos os que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade que realize essas ideias e esses valores (no caso, uma ideia de menos impacto ambiental, mais saúde e menor dependência dos insumos produzidos pelos conglomerados de grande poder econômico)
- ii) tal ideologia será consolidação da quando as ideias e valores da classe emergente (os que estarão defendendo a transição agroecológica) forem interiorizados pela consciência de todos os membros não dominantes da sociedade (os agricultores em geral)
- iii) uma vez sedimentada e interiorizada como senso comum, a ideologia da conservação irá se manter, mesmo após a vitória da classe emergente (os partidários da agricultura orgânica), que se torna, então, classe dominante. Neste momento o mercado já entrou em cena, aliás, como está acontecendo com a produção orgânica nos grandes centros urbanos: o custo dos produtos orgânicos é maior do que os produtos da agricultura tradicional. Em resposta, surgem novos paradigmas: venda direta ao consumidor, e outros.

Esse fenômeno de manutenção das ideias dominantes mesmo quando se está lutando contra a classe dominante é o aspecto fundamental daquilo que Gramsci denomina de hegemonia, ou o poder espiritual da classe dominante. Por isso ele dizia que, se num determinado momento, os trabalhadores de um país precisam lutar usando a bandeira do nacionalismo, a primeira coisa a fazer é redefinir toda a ideia de nação, desfazer-se da ideia burguesa de nacionalidade e elaborar uma ideia do nacional que seja idêntica à de popular. Precisam, portanto, contrapor, à ideia dominante de nação, uma

outra, popular, que negue a primeira. Uma história concreta não perde de vista a origem de classe das ideias de uma época, nem perde de vista que a ideologia nasce para servir aos interesses de uma classe e que só pode fazê-lo transformando as ideias dessa classe particular em ideias universais (CHAUI, 2008:43)

Diante do que foi desenvolvido, retornemos às questões formuladas: é ideológico o trabalho do agente público relacionado às unidades de conservação? É ideológico o mapa pretender comunicar que a contiguidade e extensão das florestas representam mais do que perdas de áreas produtivas?

Sim, é ideológico. E pretende dar suporte aos novos paradigmas.

Como já destacado no capítulo sobre Conservação da Natureza, as mudanças de paradigmas se dão nos processos, no decorrer do tempo. As ideologias dão sustentação para que os paradigmas superados se reconstruam em novas possibilidades de ser e fazer.

Corroborando estas afirmações, por fim, fica aqui também registrada a contribuição de Louis Althusser¹⁸¹, para quem “a ideologia não é simplesmente uma interpretação confusa da vida social; ao invés, a ideologia produz e distorce a consciência individual. {...} Althusser argumenta que a ideologia opera também no imaginário, sendo o seu conteúdo e poder baseados nos pressupostos inconscientes, crenças e desejos”.

¹⁸¹ A obra original “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Ideologie et Apareils Ideologiques d'Etat)” foi escrita em 1970. (Barthes, [http://knoow.net/ciencsocioishuman/filosofia/louis-althusser/acesso em abril/2018](http://knoow.net/ciencsocioishuman/filosofia/louis-althusser/acesso%20em%20abril/2018)).

6. O ESTADO POR DENTRO

...Trouxe um poema do Paulo Leminski... ele fala sobre as asas feridas... os gestores públicos hoje se sentem com as asas feridas... eu achei bem apropriado, nascemos para voar! (fala de uma das conversantes, em dezembro de 2018)

Asas e azares

Voar com asa ferida?
Abram alas quando eu falo.
Que mais foi que fiz na vida?
Fiz, pequeno, quando o tempo
estava todo do meu lado
e o que se chama passado,
passatempo, pesadelo,
só me existia nos livros.
Fiz, depois, dono de mim,
quando tive que escolher
entre um abismo, o começo,
e essa história sem fim.
Asa ferida, asa ferida,
meu espaço, meu herói.
A asa arde. Voar, isso não dói.

**Paulo Leminsk,
Distraídos venceremos, 1987**

Este capítulo poderia, talvez, ser denominado “Resultados”. Ele concentra parte do que seriam os “dados coletados”, entretanto, a metodologia adotada, que pretendeu ser “não-extrativista”, preconizou o ouvir-e-falar dos envolvidos na “coleta de dados”, incluindo a própria pesquisadora, caracterizada como sujeito e objeto da pesquisa.

Conforme descrito no capítulo Procedimentos Metodológicos, foram realizadas três Rodas de conversa sobre a temática do Estado e o agente do Estado (em 27 de junho de 2017, 27 de setembro de 2017 e 15 de dezembro de 2018), além de duas outras, uma sobre as temáticas do mapa do território da conservação (em 23 de fevereiro de 2028) e uma sobre “Onças no MOJAC” (em 19 janeiro de 2018).

Como resultado, neste e nos outros capítulos, ficou registrado o “falar de dentro para dentro”, sobre as institucionalidades e as práticas das instituições responsáveis pelo cuidado com a conservação da natureza, a partir de olhares diretos e críticos, de olhares de quem compõe tais instituições, de quem trabalha dentro delas.

A preparação das Rodas de conversa se deu por meio de mensagens eletrônicas, abordagens presenciais e documentos de apoio, encaminhados previamente.

Tal metodologia possibilitou a geração de material rico e abundante. As Rodas foram gravadas e transcritas. As transcrições foram trabalhadas de forma a se constituírem em textos integrados e integradores de ideias e posicionamentos, sempre sob uma perspectiva de reflexão e crítica acerca do trabalho executado e dos contextos.

Os textos integrados e integradores de ideias e posicionamentos, após editados pela pesquisadora, foram encaminhados aos conversantes, no sentido de possibilitar o revisitar as reflexões registradas e de consolidar uma narrativa mais legitimada, que pudesse ser creditada ao conjunto dos participantes das Rodas.

Em razão deste retorno, uma das conversantes inquiriu do porquê estarem nas rodas apenas pessoas com pensamentos alinhados, porque a Roda não foi formada com componentes de diversos perfis? Esta dúvida não foi comum a todos os participantes das Rodas, para vários deles estava claro que as Rodas pretendiam ser a reunião de agentes públicos ou de pessoas cujas preocupações incluíssem o agente público militante da conservação, comprometido com a justiça social e o bem de uso comum, aquele que pautasse sua presença no Estado por estes princípios, em primeiro lugar.

Sendo assim, foram convidados para as Rodas, as pessoas que, de alguma forma, se alinhavam a este perfil, nas rotinas do relacionamento com a pesquisadora, que se considera como parte de um grupo com estas características. A intenção das Rodas foi levantar a reflexão e a autocritica, foi possibilitar o aprofundamento sobre as questões de gestão das UC e a ponderação sobre as disputas de narrativas que se dão nas entranhas do Estado.

Considerando-se as cinco Rodas, a participação somada foi de 32 conversantes, variando entre 3 e 13 participantes. Considerando-se a repetição de conversantes em diversas rodas, o número de participantes do conjunto foi de 21 pessoas, a maioria (18) de agentes públicos do Sistema Ambiental, quatro deles ex-agentes públicos.

Um número maior de conversantes foi convidado, mas nem todos conseguiram comparecer, em função de diversos impedimentos, em cada ocasião: horários, vidas pessoais, distâncias que não puderam ser vencidas e até falhas tecnológicas, pois que apenas alguns tiveram a oportunidade de participar via rede mundial de computadores.

Em duas Rodas foram enviados os textos para revisão a pessoas que não puderam comparecer, sendo o resultando final de 35 participantes. Com a retirada da pesquisadora

como participante, considera-se um total de 30, cujo retorno, somadas as diversas Rodas e etapas da construção dos textos integrados, foi em número de 13, além de quatro manifestações de acordo pleno.

As Rodas de conversa sobre o Estado e o agente do Estado

O Estado é composto por muitas instâncias e várias categorias de agentes.

Tanto nos níveis de poder territorial - município, estado ou união, quanto nas esferas de poder político - executivo, legislativo ou judiciário, quanto nas diversas composições temáticas de atendimento às necessidades e anseios sociais - meio ambiente, saúde, educação ou tantos outros, dentro dos órgãos que compõem a macroestrutura do Estado - secretarias, procuradorias, institutos, fundações, fóruns, tribunais ou tantos outros, o agente público é o viabilizador das competências atribuídas ao Estado .

As ações planejadas pelo Estado estão consolidadas em normativas elaboradas nas várias instâncias, organizadas em diversos níveis de complexidade e alcance social.

Protagonistas das ações, alguns dos agentes do Estado que se dedicam a fortalecer o sistema de unidades de conservação se dispuseram a participar de debates reflexivos sobre a atuação e a extensão social do trabalho que desenvolvem, o que aconteceu em Rodas de conversa.

Conjugando as transcrições das três rodas de conversa, foram gerados dez tópicos e diversos sub-tópicos, apresentados adiante, em cruzamento entre si. Em vários deles foram agregadas informações complementares ou de esclarecimento, bem como comentários ou contextualizações redigidos pela pesquisadora.

A organização em tópicos, dentro dos relatos das Rodas, se mostrou como a melhor solução para a explicitação do que Bardin (1977) denominou “unidades de contexto” (ver capítulo Procedimentos Metodológicos).

O registro das falas está sempre grafado em itálico, sem aspas. Uma vez que não são falas literais, que foram editadas a partir da perspectiva de quem também as proferiu - a relatora. Esta foi a solução gráfica encontrada: são registros fiéis às falas gravadas, porém trabalhados, de forma que as complementações de cada um sobre as falas dos outros, se conjugassem.

As contribuições ao texto realizadas por ocasião da revisão dos conversantes que foram percebidas como contrapontos, foram registradas com o destaque “ressalva pós-revisão dos conversantes”.

Cabe também destacar que as falas não devem ser consideradas verdades absolutas. Quando o debate aconteceu, ele foi registrado, quando não, a fala (ou falas conjugadas) expressaram abordagens que surgiram no decorrer Roda, em resposta dialógica às narrativas que cada um dos conversantes ia desenvolvendo, com carências de discussão e argumentações mais embasadas. Ou seja, as Rodas de conversa possibilitaram o “dar voz” aos agentes públicos, em um determinado momento e junto a um ciclo de pessoas onde havia confiança e acolhimento.

Os fragmentos florestais e o conceito de remanescente

Logo no início desta tese foi destacado o conceito de remanescente, indicando-o como essencial nessa narrativa conservacionista. Como preparação para a Roda de conversa foram selecionados os seguintes trechos da Introdução.

- O remanescente, aquilo que remanesceu, que sobrou, que não foi destruído.
- A partir de um determinado recorte temporal e escalar, a percepção de que as florestas atlânticas no estado de São Paulo estavam restritas a fragmentos florestais remanescentes gerou a necessidade de estratégias de conservação.
- Os remanescentes florestais que resistiram, atualmente são protegidos por leis e outros instrumentos jurídico-administrativos estabelecidos pelo Estado e aplicados pelos agentes do Estado, sem esquecer que tais instrumentos são o resultado de conjunções científicas, sociais e políticas.

Estes trechos foram disponibilizados para leitura, antes do início da Roda. Ao longo dos diálogos, a pesquisadora-anfitriã da Roda abordou-os nos seguintes termos:

Um dos mapas que eu trago é o do Mauro Victor, que fala só dos fragmentos. É um mapa muito emblemático para o pensamento conservacionista da década de 70. O Estado de SP é tomado 80% por floresta atlântica e 20% de cerrado. Quando a gente pega aquele outro mapa, o do Gonzaga Campos, de 1912...o estado de São Paulo é florestal, mesmo na fisionomia de cerrado tem muita floresta e a grande perda foi a floresta. ...Os mapas mostram o quanto esta floresta vai acabando, e com ela, tudo o que ela traz, e toda a discussão social...

Como reação dos conversantes, à medida que o debate sobre os remanescentes se estabeleceu, alguns comentários sobre as motivações para a criação de unidades de conservação foram colocados:

Atualmente, de uns tempos pra cá, se tem muitas outras vertentes que motivam a criação de UC, independente de remanescente florestal. Talvez os remanescentes continuem sendo o mote para as UC no bioma Mata atlântica, se a gente pensar em floresta ombrófila densa, mas para as outras fitofisionomias, não é mais. Se, para trás, muito do que motivou as UC foram os remanescentes florestais, isso é coisa do passado. Hoje, provavelmente, o que mais motiva talvez seja a questão da água, que passa a ser uma questão crucial.

Numa perspectiva histórica, inicialmente as UC foram criadas para proteger os remanescentes florestais, o corredor da mata atlântica sobretudo, mas ao longo do tempo houve um despertar, para além da vegetação. Em várias discussões só se falava da vegetação, ninguém falava da fauna que estava associada àquela vegetação, então agora já houve uma evolução em relação à fauna.

O comentário de um professor do Curso Epistemologias do Sul sob a abordagem do processo de geração de remanescentes, ou seja, sobre o problema da deflorestação, ilumina alguns dos aspectos que estavam previstos no debate reflexivo sobre a atuação do agente público da conservação.

...o problema da deflorestação segue seu caminho no Brasil (e América Latina) afora. A imparável ânsia por novos territórios e recursos e sua integração subordinada, quando não completa aniquilação, à economia capitalista e seus desígnios de crescimento *ad infinitum* devem ser assumidos como elementos causais da destruição da natureza. No Brasil, os atuais conflitos ambientais ganham contornos verdadeiramente dramáticos na expansão da fronteira agrícola na Amazônia e na expansão da soja e do gado por boa parte do território nacional, São Paulo incluído, atividades que integradas à demanda do mercado mundial (exatamente como a cana-de-açúcar nos séculos precedentes) acabaram por reprimarizar a economia do país. [...] A produção de mercadorias sem limites para o mercado mundial destruiu a maior parte da Mata Atlântica e segue destruindo outros ecossistemas. Apesar de legislações recheadas de medidas mitigadoras e/ou paliativas e/ou compensatórias, dos relatórios de impacto ambiental e dos últimos governos sob a insígnia da esquerda institucional, infelizmente a lógica da conquista continuou e continua bem vigente com todas as suas consequências destrutivas.¹⁸²

¹⁸² Comentário do Prof. Sérgio Rocha Franco no foros de debate da classe 5 do Seminário 1617 - El Sur, referencia crítica para pensar el mundo: historia global, relaciones económicas y espaciales , em resposta a uma das postagens, quando o tema discutido era "las intrincadas relaciones entre espacios y poderes". (Novembro/2016)

Sob a intenção de aquecer o debate, foi lido o seguinte texto:

- dentre seus objetos de trabalho estão os fragmentos florestais remanescentes no estado de São Paulo e as políticas públicas criadas para protegê-los e manejá-los, incluindo o sistema de unidades de conservação.

A reação dos conversantes a este texto mostrou-se muito rica e interessante. Houve uma resposta reflexiva imediata e cada um ponderou sobre **seu objeto de trabalho**, comentando o objeto que o outro havia apontado, a começar pelos fragmentos remanescentes, que deram início ao debate.

Os objetos de trabalho do agente público

Então, o nosso objeto é a proteção dos fragmentos remanescentes que estão em uma paisagem, que também deve ser protegida, uma vez que ela faz parte da história natural e cultural que pertence às pessoas, à sociedade.

Ter como objeto o remanescente florestal não exclui outros elementos, porque ao defender as florestas, está se defendendo tudo o que as florestas abrangem... quando for caverna, ou fauna, ou rio, outras coisas, será uma questão de alinhamento, porque o remanescente é a floresta e tudo o que ela acaba protegendo.

O objeto não é o fragmento

O nosso objeto de trabalho, do agente público como um todo, é o estado, o país e o planeta.

O fragmento não é o nosso único foco e talvez seja o de menor visibilidade. ...atualmente, é quase... o menos que a gente tem trabalhado. ... os sistemas produtivos são os nossos focos ...a gente tem trabalhado com populações tradicionais nos vários campos e agora, cada vez mais, com a resolução de manejo....

O objeto não é o fragmento, é o ambiente rural

...não trabalho com os fragmentos na concepção que vocês trabalham, de fragmentos mais contíguos, concentrados num território, consignados com o território de conservação ...e pra gente continuar mantendo nosso espaço de trabalho e o nosso respeito diante da sociedade, com nosso objeto de trabalho, ele cada vez mais foi deixando de ser meramente o fragmento florestal e foi se tornando o ambiente rural.

O Objeto não é o fragmento, é a sociedade

O objeto de trabalho do agente público é a sociedade e como essa sociedade se organiza, impactando o ambiente natural ...a sociedade, que, por fim, é o sistema que a gente vive.

O objeto nosso é a área que se pretende preservar, olhando, obrigatoriamente, a sociedade em volta, que é parte do objeto, a sociedade que vive ao redor dela e que está presente nela ou que tem interesse nela. Obrigatoriamente, esta sociedade é um objeto da proteção. ...no momento em que vamos proteger uma área, tem que proteger entendendo aquela população que vive lá. Ela tem que ser ouvida. O anseio dela tem que ser levado em consideração. Se não, fica aquele diálogo sem pé nem cabeça, que diz assim, “esses caras só pensam em meio ambiente e esquecem o desenvolvimento econômico” ou “esses caras só pensam em desenvolvimento econômico e esquecem o meio ambiente”.

O objeto não é a sociedade, é a área protegida

Ao entrar no concurso da FF, esperava que o objeto do meu trabalho fosse a gestão de áreas protegidas e suas complexidades...

Tem as áreas protegidas que podem deixar de ser e tem as áreas protegidas que podem vir a ser. E todos os entornos que influem nas áreas protegidas. O nosso território, realmente, todo o território do estado e a população, também toda a população do estado.

O trabalho feito na CBRN está indo além das UC e tem um envolvimento grande da sociedade. A sociedade, para viver, usa todos os recursos naturais.

Incomoda a ideia de que o nosso objeto de trabalho seria a sociedade e seria o fragmento. Não é. A gente trabalha pra sociedade, é o nosso patrão... O nosso objeto é a área protegida. Porque cada agente público, dentro da sua secretaria, ele tem o seu objeto. O pessoal da saúde, é muito claro qual é o objeto deles, de trabalho, e eles não vão falar que é a sociedade... O nosso objeto, de FF e trabalhadores de UC, o nosso objeto é a área protegida, com toda sua complexidade. É fauna, é biodiversidade, é vegetação, é água. A várzea do Tietê não tem floresta, é área protegida e é nosso objeto. Monumento Pedra do Baú também é nosso objeto e o foco não é a floresta. As áreas protegidas que são e as que poderão vir a ser. Este é o nosso objeto de trabalho. ...É gente que mora, é gente que invade. E o seu entorno. Porque que a gente protege? Porque é função do órgão público criar a área protegida, para as presentes e futuras gerações. A sociedade é o nosso patrão e é nosso cliente. Nós, como agentes públicos estamos ali para fazer a conservação, para

garantir isso ... o órgão público declarou a área protegida, o agente está lá pra fazer a gestão, pra garantir isso.

Objeto ou objetivo?

Vê-se, então, que no debate dos conversantes, enquanto objeto de trabalho dos agentes públicos, aos fragmentos florestais remanescentes foram agregados a questão ambiental, a biodiversidade, o ambiente rural, as áreas marinhas, as cavernas, a Serra do Mar e os recursos naturais – sejam florestais, minerais ou a água. De outra parte, foram consignadas como objetos também a sociedade e as relações sociais e, em contraponto, as áreas protegidas e sua gestão. A partir de toda diversidade de olhares, que trouxeram especificidades às narrativas, surgiu uma ponderação, gerando uma divisão analítica:

Seja qual for o objeto – remanescente florestal, mangue ou mar - na realidade, esses outros elementos são o objetivo do nosso trabalho, contribuir para manter esses remanescentes, a qualidade das águas, continentais ou marinhas, o patrimônio histórico-cultural, manter essas coisas para as presentes e futuras gerações, são os nossos objetivos. Pra que a gente alcance estes objetivos, nosso objeto de trabalho é a sociedade e tudo que ela compõe, e as várias sociedades que estão lá dentro... a gente está tendo três discussões: o objetivo do nosso trabalho o objeto, do nosso trabalho, e o papel nosso, do agente público, para que a gente consiga lidar com este objeto, para alcançar o nosso objetivo.

Atribuições do agente público

A denominação de agente público para aquele que executa as competências atribuídas ao Estado está amparada na ideia de retroalimentação no funcionamento estrutural do aparato estatal: as normas geram as atribuições, executadas pelas instituições que, por sua vez, geram normas para regulamentar as ações que darão conta das atribuições.

Na Constituição Paulista, quais são as atribuições do agente, das pessoas? Não tem. Na Constituição só tem a atribuição do Estado.

Cabe ao Estado fazer isso, isso e isso. Mas como o Estado vai fazer? Através de uma instituição, vai fazer através de uma normativa, e quem executa somos nós que estamos aqui.

Enquanto profissionais, temos de cumprir essas atribuições.

Na Roda de conversa também surgiu a ponderação de que o agente público, para continuar mantendo seu espaço de trabalho e o respeito diante da sociedade, vai organizando e adaptando seus objetos e objetivos.

Atribuição é uma coisa pra um e pra outro é outra coisa... e a gente tentar usar a atribuição para alguns desejos, até pessoais, por sermos pessoas que tiveram a oportunidade de trabalhar com o que querem, no caso, conservação. Não é todo mundo, até acho que uma fatia bem restrita, se formos olhar para o mercado de trabalho, que consegue trabalhar com isso... até nem se ganha bem, mas pra nós tudo bem, o ideal é tão grande...

O nosso papel como agente público é aplicar a norma, olhando todos os atores envolvidos e fazer com que esta norma alcance a proteção, tentando conciliar os diferentes interesses, aprimorando as normas e aprimorando esse sistema, esse é o nosso papel, o papel do agente público. Se a gente consegue ou não, numa época difícil em que estamos, aí é um outro problema.

Mas seria um a visão limitada olhar somente para a norma... não é somente aplicar a norma...temos que ser criativos, articulados, conquistar os dirigentes, políticos, e toda a sociedade para vir ao encontro dos objetivos de conservação.

Ressalva pós-revisão dos conversantes: as atribuições do agente público devem ser a de compreender o território e construir decisões de gestão a partir desta compreensão. Esta compreensão deve ser formulada de forma participativa, a partir de dialogar com os saberes do território. Não há impedimento para isto nas regras, leis e normas.

A interlocução com a indústria, com os mineradores, com os empreendedores, é obrigatória, mas cumprindo as normas, fazendo cumprir as normas, olhando as várias visões, tentando adequar a aplicação daquela norma para o objetivo a que ela se propõe. Em Direito se diz que a forma mais estúpida de aplicar a lei é a literal. Se pode avaliar todo o conjunto de leis e se decidir que interpretação é melhor pra acomodar todas as leis e pode ter a interpretação mais fina possível, que é a teleológica. Mas sempre dá mais trabalho.

No momento em que o agente do Estado percebe a repetição de situações em que as decisões a se tomar- seguindo as normas - são ruins para o meio ambiente, começa um outro papel nosso, o de criar novas normas. O executivo é o poder que mais cria normas,

e não o legislativo. A lei do cerrado foi produzida na SMA, pra depois virar lei, projeto de iniciativa do governador. Então, nós temos o poder de mudar a sociedade, a gente tem o poder – na estrutura – de gerar estas normativas.

Atuação principal do agente público: dialogar

(...) o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (...) É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro” (FREIRE, 2010, p. 91, apud SCORSOLINI-COMIN, 2014:252-3).

A transcrição da Roda revelou o diálogo social como um ponto de atenção para os conversantes. De forma que foi possível sistematizar este tópico sobre abordagens dialógicas, em que pese a ressalva pós-revisão dos conversantes, de alguém que não esteve presente nesta roda:

...a lógica de muitos dos agentes públicos atuais ainda é o comando controle. São exceções os agentes públicos que constroem políticas públicas com base no diálogo.

Mesmo aceitando esta ponderação, ao longo deste estudo, foi surgindo e se consolidando o pensamento de que o estabelecimento, implantação e manutenção do sistema de unidades de conservação representam um conjunto de ações inovadoras, ao possibilitar bases normativas de justiça social e direitos humanos, e ao preconizar práticas de participação democráticas. O agente do Estado, enquanto articulador de tais ações institucionais e defensor de tais práticas de participação social, gera suas narrativas por meio de diálogos intra-institucionais e com os diversos setores da sociedade. O diálogo inspirado no pensamento de Paulo Freire, com a conquista se dando pelos sujeitos dialógicos, e não em disputa de um com outro, é um dos desafios a serem perseguidos, o que foi destacado nas Rodas de conversa.

Em seu estudo que aborda as noções de diálogo e dialogismo nas obras de Mikhail Bakhtin e Paulo Freire, Scorsolini-Comin (2014) afirma que para que o diálogo possa ser estabelecido, “é preciso que os homens reconheçam-se como iguais, possam partilhar sentimentos, expectativas e necessidades, em uma relação de simetria” (p. 253), contrária à

“prática antidialógica, alienante e dicotomizadora”(p.254). O autor destaca que Mikhail Bakhtin apresenta o diálogo como

espaço de embates, lutas, assimetrias que refletem os próprios aspectos da interação social. O diálogo não seria uma instância apenas de negociação e de mediação de conflitos, mas um espaço no qual esses embates poderiam ser acolhidos e repensados, de modo a contribuir com a compreensão de uma realidade macro, a realidade social (SCORSOLINI-COMIN 2014:250).

Os papéis dialógicos dos agentes públicos

O agente público tem o papel de educador.

É o educador, é a pessoa que faz as normas, é a pessoa que faz cumprir as normas, mas, a questão é conquistar parceiros.

O nosso papel é de reger estas relações sociais e tomar o melhor partido delas em prol de uma política pública, no caso, a nossa política pública é de cunho ambiental... e socioambiental.

O nosso papel é de “seduzir”, tanto os que estão acima, os que estão abaixo, os que estão do lado... tá tão espremida esta questão, que a gente tem que seduzir... no fim é isso mesmo... seduzir os chefes... e as pessoas que cada vez tem menos sensibilidade com a importância da questão ambiental, com cada passarinho, que vão fugir da coisa... tem outras palavras que vão surgir, que não é sedução.... é a conquista. Estimular o contato, a percepção, o usufruir, a consciência, o deleite, os sentimentos, alimentação do espírito, a apropriação, a conexão com a qualidade de vida...sem esquecer de fazer cumprir as normas...

É preciso mostrar o nosso trabalho e a importância da natureza, que está em nossa vida toda. Pecamos quando não pensamos em como envolver ou em como divulgar. Tudo vem da natureza, e a pessoa não reflete sobre a origem dos materiais, dos alimentos, da água, de que é preciso cuidar da natureza para a perpetuidade dos recursos naturais, que tem de ter um olhar muito respeitoso e uma forma muito coerente de usar os recursos naturais.

Cumprir normas, fazer normas, incentivar boas práticas... nesse papel do agente público tem um exercício que a gente tem que aprimorar muito mais: comunicar, trazer as pessoas para perto.

Como agente público, a gente passa a vida inteira apanhando, levando muitas críticas, de que não fazemos nada, e tal. Então, tem aquele arroz-com-feijão, mas tem o aprofundamento... tem gestores – agentes públicos – que apenas cumprem muito bem seu trabalho, fazem direitinho, mas tem outros que conseguem angariar parceiros, empresas, políticos, professores, quer dizer, tem uma arte, que é a da conquista, que a gente tem que exercer, muito.

O agente público como indutor da reflexão “o que a sociedade está querendo naquele momento?” ...querendo ou precisando, porque, se não estão querendo a conservação, temos de buscar formas de sedução... para que ela saiba, para que ela queira proteger.

...buscar a ideia de pertencimento, porque as pessoas estão distantes desta realidade, a maioria não sabe que aquilo pertence a ela, que é o patrimônio de todos. Todo mundo está envolvido nisso.

... mas na nossa sociedade, ainda, tem muita gente que não tem condição de parar para se preocupar com o meio ambiente, pois têm muitos outros problemas de base, de sobrevivência... e aí, como a gente atinge essas pessoas?

Já que o objeto são as relações sociais e seja intra-remanescente, intra-mar, intra-unidade... seja entorno, para que a gente possa alcançar a conservação de determinado bem, a que a gente se propõe, a gente tem o papel de mediador. Mediador por quê? Porque temos de garantir a norma e a norma maior é a Constituição, e lá tem várias prerrogativas, e sobreposições de normas hierarquicamente menores. Então, o papel do agente público não é puxar mais para uma norma e menos para outra, mais para a ordem econômica ou mais para a conservação da natureza, mais para as populações tradicionais, para garantir o direito deles... o nosso papel como agente público – mesmo que o nosso território de trabalho seja o território da conservação, que são vários, de vários tipos, com vários elementos naturais - é de mediar estes vários interesses, portanto essas várias relações de poder que se cristalizam naquele determinado território, afim de alcançar um determinado objetivo, seja ele qual for, que vai variar de categoria para categoria de unidade de conservação.

Na esfera privada, o objetivo do meu trabalho era deixar alguém mais rico. Eu ganhava o meu salário e alguém ficava mais rico. No Estado, eu trabalho pra fazer do mundo um lugar melhor. Isso eu tenho muito claro, o objetivo final do meu trabalho é deixar o mundo um lugar melhor. Se o objetivo é alcançado ou não, está fora do meu poder, do meu

controle, mas, claramente, o objetivo do meu trabalho é esse, é ter um mundo melhor. O agente público tem que ter isso muito claro, o objetivo do trabalho dele é garantir a conservação, é garantir a preservação dos remanescentes. E é um objetivo extremamente nobre, é um objetivo que não pode ser privatizado. Ele envolve, em certas formas, a aplicação do poder de polícia, ele não gera lucro, então é este o objetivo do agente público, fazer aquilo pro bem da sociedade e, no nosso caso, pro bem do meio ambiente. Como agente público, eu tenho a obrigação de aplicar a lei. Então, tem uma normativa, e eu tenho que aplicar

Ressalva pós-revisão dos conversantes: o diálogo não é a tônica da forma de o agente público agir. A tônica da forma do agente público agir é o comando controle. Isto se pratica até mesmo pelos agentes que se dizem dialógicos. Nestes casos é muito mais grave do que quando se origina em agentes públicos literalmente autoritários e não dialógicos.

Dialógica conservacionista

Então, é descobrir quais são as estratégias de boas práticas, de premiar e incentivar... mesmo considerando apenas o território das UC – vale sempre aquela ressalva: são territórios que não são UC, mas podem vir a ser, sempre existe essa possibilidade – de conquistar aliados.

Educação ambiental - extrapola esses limites de uma rede da qual fazemos parte, na qual estamos conectados, que é muito mais abrangente do que estas redes organizadas e instituídas pelo Estado.

Tomando a fauna como exemplo, existe atualmente uma área do conhecimento chamada “Dimensões humanas da conservação e manejo de vida silvestre” que busca considerar os aspectos culturais, sociais e econômicos nas tomadas de decisão de manejo da fauna, foge um pouco da proteção a qualquer custo da fauna e considera outras motivações dos grupos de interesse envolvidos. Existem conflitos em determinadas situações, por exemplo as pessoas querem criar passarinhos na gaiola - “eu amo a natureza, mas quero sim criar passarinho na gaiola”. A gente tendia a considerar menos esses aspectos ‘humanos’, sempre buscando proteger/conservar, evitar a interferência na fauna, e hoje em dia já estamos mais abertos, pelo menos a nossa equipe... a gente tem que se dedicar a avaliar as questões de manejo, pensar que as pessoas realmente querem fazer determinado uso, e pensar qual seria a melhor forma de fazer o uso, então, atuar na linha de minimizar os danos.

Dialogicidade em diferentes realidades

Um dos desafios dos agentes públicos é trabalhar com diferentes realidades. Não existe uma realidade única. Quando está trabalhando ou está envolvido com uma unidade de conservação, o gestor tem de ser interlocutor de diferentes realidades. A realidade local, regional, que pode ter vários contextos... e diferentes escalas – local, regional, nacional, mundial –, e tem a questão da governança, que é um tema importante. É preciso fazer acordos, pactos sociais, mas também o gestor, o agente público, tem que trabalhar com uma outra realidade política, tem que trabalhar com São Paulo, onde as decisões são tomadas e tem que fazer articulações com os atores locais e regionais. E este é um aspecto a ser considerado.

O agente público precisa sair um pouco da casinha, não pode ficar preso só na questão legal, ele tem que sair e tem que ter o olhar do outro. Se ele está lidando, por exemplo, com uma comunidade tradicional, naturalmente – deveria ser – o olhar de reconhecimento, se saber com quem está falando... não é um pobre coitadinho, mas, por outro lado, este interlocutor não é igual aos outros, não está na mesma categoria, por exemplo, dos barqueiros, é um público muito específico, que tem direitos, os quais deveriam ser assegurados. Há um distanciamento muito grande do olhar do gestor com relação ao outro, ao que está fora do Estado. O “bem comum”, aqui propalado não é só a natureza... é a sociedade como um todo, são várias sociedades.

Então também é um trabalho que o agente público tem que fazer, como mostrar a importância do pertencimento. E também das comunidades tradicionais, quilombolas, caiçaras, caipiras, quanto patrimônio está envolvido e eles ajudam a proteger a natureza e as UC, então é um elo muito forte: os remanescentes, a fauna, a paisagem, que são partes da cultura.

A gente chegou à conclusão que os sistemas produtivos são os nossos focos, atualmente. Infelizmente, as leis ambientais da forma como elas vêm sendo colocadas e com o desprestígio dos territórios da conservação.... meramente da conservação, tirando as UC de uso sustentável, que tem toda a questão com as populações tradicionais, ou as APAs, que abarcam outros segmentos sociais ...mas a gente precisava continuar com nosso trabalho, precisava continuar trabalhando com biodiversidade, manter esse nicho de trabalho. E faz muito sentido, porque o meio ambiente não é só a floresta, não é só os corpos d'água, sejam continentais ou marítimos.

Dialogicidade na disputa de narrativas: conservação x uso e produção

O agente público que quer proteger a natureza, tem que dialogar com o setor econômico. Buscar o diálogo significa “sair da posição onde eu estou e me dirigir para posição onde o outro está”, não existe diálogo que é “venha onde estou, que está tudo bem”. Abrir diálogo significa: ceder em algum ponto.

...É preciso combater o discurso do meio ambiente como inimigo.

Falando do geral, não do particular, não dá pra gente pegar o que deu ruim e usar como regra para tudo. A gente precisa chamar... a gente não vai ganhar todas, de jeito nenhum.....Ver o outro lado, e ouvir o outro lado... quanto maior o antagonismo, pior para o meio ambiente, porque nós somos o elo mais fraco nesta briga. Se a gente procura o confronto, a gente perde. A gente precisa destruir este confronto. A gente precisa dizer pra esse setor: conservar o meio ambiente é sua obrigação. E é interessante.

...O resultado obtido foi negociado, levando em conta a sociedade.

...Quando a gente vai discutir na área do licenciamento, com o empreendedor, muitas vezes é isso...“vocês ficam inventando..”, “não tem nada inventado, aqui....é algo muito antigo, que afeta sua atividade, então estou entendendo seu problema....agora, você tem que entender o meu problema, eu sou um agente público, encarregado de cumprir a lei...” ...e fazer os outros cumprir....

...Um colega.... ele faz questão de dizer que é matemático, porque assim há o descolamento de um eventual discurso ambientalista naturalizado. Ele valoriza ser um servidor público da gestão ambiental, aquele que exerce uma função pública, numa dimensão de Estado que deve conduzir à diminuição das assimetrias na disputa pelos acessos aos recursos naturais. Na gestão pública ambiental, o Estado deve exercer o papel de mediador político, mas reconhecendo que existe essa desigualdade cognitiva, política e econômica no acesso aos recursos naturais. Quando ocorre de um grupo conquistar privilégios, o Estado tem que agir para equilibrar. Não se trata de tomar partido do mais fraco, pelo contrário, o Estado deve deixar que os conflitos transcorram, mas é preciso 'dar água para os dois lados', instrumentalizar os grupos que não receberam privilégios.

...No caso do licenciamento ambiental, por exemplo, o ideal seria que o agente do Estado avaliasse se os grupos compreendem o processo, "se ele não tem noção do impacto que vai tomar na cabeça, então não se deve deixar ele tomar conhecimento só no dia da

audiência pública, é preciso chegar antes e esclarecer sobre os direitos que ele tem, sobre os canais, os procedimentos..."

As leis que sustentam os diálogos

Constituição federal de 1988

Todo mundo cita o artigo 225, mas não citam o artigo 170 da constituição, e deveriam citar. No artigo 170, o princípio 2 é propriedade privada e o princípio 6 é defesa do meio ambiente.

.. o 170 é bom porque é o deles. O nosso é o 225...

O artigo 225 começa assim: todos...todos são responsáveis pelo ambiente equilibrado e saudável. Mas nós todos inclui os "econômicos", as empresas... nós somos o todo...só que o agente público tem um plus, além do todos.

...que bom que foi construído todo o sistema ambiental que atende as legislações e as atribuições, mas, a partir desta coisa das atribuições... tem muito agente público que leva as coisas ao pé da letra e se não está escrito como fazer aquilo, simplesmente não faz.

Novo Código Florestal ou Lei Florestal

Ou, melhor dizendo, lei de proteção à vegetação nativa

No Departamento de biodiversidade nós trabalhávamos com áreas protegidas – não as do SNUC – outros tipos, APP e RL, aí quando veio o CAR, foi colocado em cheque este remanescente que era objeto do nosso trabalho – APP e RL e então a gente tem que lidar com a questão ambiental, e especificamente na CBRN com a biodiversidade em qualquer território.

As APP e RL - remanescentes que ficaram para o agente público atuar - são, cada vez mais, detalhes... se a gente não as tratar como detalhe, como uma das possibilidades da conservação da biodiversidade do meio rural, a gente também vai sofrer muito, porque não adianta mais bater nesta tecla, diante do cenário do novo Código Florestal. Com o novo Código Florestal, cada dia é uma luta que a gente perde. ADIN isso, ADIN aquilo... o artigo 67, 68... cada vez menos remanescentes tem ficado pra gente atuar. Como manter a biodiversidade com cada vez menos remanescentes íntegros? Então a palavra-chave pra gente tem sido boas práticas, seja no campo ou na cidade, e tentando manter a agro biodiversidade.

Não devemos chamar esta lei de “Novo Código Florestal”, não devemos, em hipótese alguma, e sim de lei 12651, de proteção à vegetação nativa.... O código florestal é um documento de 34 e já previa floresta de proteção. O Novo Código é uma lei de 65. Vamos começar: esta lei (de 2012), primeiro, não é um código, porque não esgota o assunto. A gente tem a Lei do SNUC, a de crimes ambientais, a lei da Mata Atlântica e esta lei de proteção à vegetação nativa. Ela não é florestal. Ela claramente diz que tem áreas protegidas que não estão cobertas, e ela não é nova, pois alguns dos dispositivos vem de 1934.

A CBRN percebeu que em determinado momento se estabeleceu uma realidade e que não adiantava mais bater na tecla do fragmento. O resultado foi fazer um outro olhar, pra tentar ver além daquilo. Agora também na FF esta evidência chegou... se tornou um momento de aceitação, porque vai começar, efetivamente, a doação de terras... a compensação de reserva legal para UC, particularmente, é inaceitável, contudo, é legal, está na lei.... então, pra quem vai lidar diretamente com isso... é algo que não se pode trabalhar contra, porque não é ilegal e a sociedade – ou parte dela – está esperando que isso aconteça... nos cabe, agora, passar por esse momento de aceitação e de pensar a melhor forma de trabalhar isso. Como trazer coisas além disso. Ai, numa das reuniões que a gente estava tendo sobre o assunto, os procedimentos, e tal, surgiu a questão: a gente pode pedir algo a mais? Para essa pessoa que está fazendo esta doação? Porque, vamos deixar de ter fragmentos fora da UC, pra manter o remanescente dentro de uma área protegida, que já é protegida... o cara vai deixar de ter o custo de manutenção com a proteção daquela área, que vai passar para o Estado fazer. Teremos condição? Teremos condição de manter pelo menos aquela pessoa que antes cuidava da área?

Mesmo pensando no lado bom, pois é um processo que vai ajudar na regularização fundiária das UC.... é um dilema! O Estado foi ineficiente em fazer a regularização fundiária... “estamos assumindo que fomos ineficientes, vamos deixar que a iniciativa privada faça isso pela gente...”

Uma ressalva: este dispositivo surgiu no ano 2000, com a medida provisória 95650. Regularização fundiária por doação, compensação da reserva legal. Durante 18 anos o mecanismo não foi aplicado. Neste sentido, havia uma pressão enorme da sociedade, que dizia, “caramba, vocês criam a lei e não fazem...”. Então, na outra leitura, do outro universo, é isso que é dito, “olha lá, é má vontade...”. Tá previsto há 18 anos, não é de 2012, é de 2000...

Falando de reserva legal, mas olhando pelo outro lado: o cara é o proprietário, ele é o dono daquilo. Ai, a área está coberta de mato, ele não pode usar, ele tem que pagar pra manter aquilo, ele não pode usufruir da propriedade dele e o Estado não paga a indenização. ...Não será injusto que a pessoa tenha imposto sobre o imóvel dela uma restrição pesada? ...ela não pode usar, porque está coberto de mata, ela tem que proteger... porque pegou fogo, ela leva multa... Então, existe esta outra leitura...

Ressalva pós-revisão dos conversantes: a conservação ambiental do planeta é dever de todos...será que isto está escrito em algum lugar???Pois este parágrafo acima mostra claramente como os proprietários de terras querem se desonerar de fazer sua parte...para viabilizar sua própria sobrevivência...e depois ainda querem reduzir o tamanho do estado...

Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

Nós estamos em um momento em que o SNUC abriu a possibilidade de envolver a sociedade nos processos de preservação da natureza e as RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural - vêm pontuar de uma forma positiva a proteção de remanescentes naturais florestais existentes em propriedade privada. A ação é muito positiva. ...Estão em uma corrente fantástica, voltada para a efetividade da proteção da natureza, encontrando meios para que esta proteção seja feita, porque é muito caro manter uma reserva privada, é muito oneroso, mas eles são muito envolvidos e conscientes do papel que a sociedade tem.

Ressalva pós-revisão dos conversantes: apesar de o SNUC apresentar o formato participativo, em várias UC, a gestão atual é feita ainda sob a ótica autoritária, na qual os conselhos são tratados como receptores de notícias, regras e determinações dos órgãos gestores... sem contar as UCs que não tem conselhos formados.

Narrativa às avessas

No Brasil da atualidade, o Estado é poroso; não só permite, como gera contradições. É um Estado cooptador, que convida para as composições com a iniciativa privada. O Estado permite que um determinado grupo político e social comande as ações a serem desenvolvidas nas instituições públicas.

*...talvez seja mais correto dizer que há uma classe social, que é a burguesia, que exerce este poder de Estado, e não apenas um determinado grupo político e social.*¹⁸³

Ao se olhar para a história do Estado brasileiro, iniciando o olhar pela República Velha, verifica-se que quem comandava o Estado era a política do café com leite, ou seja, os latifundiários de então. Até a República Velha, a burguesia propriamente dita era muito insipiente. O que é a Revolução de 30? não é a Revolução burguesa? quem faz a revolução? um latifundiário, o Getúlio Vargas (são os paradoxos da história do Brasil). Só que a partir da década de 30 se tem um processo de industrialização e a burguesia que era insipiente, se fortalece e, aos poucos, passa a tomar o poder do Estado. A partir da ditadura militar, os latifundiários, os terratenientes, passam a se tornar uma ala da burguesia brasileira, quando passam a ser assimilados, por meio de uma série de políticas, como as de subsídios para modernização, para consumo de insumos agrícolas. Uma burguesia financiada pelo Estado e até por outros Estados. Quem construiu a CSN? foi com a grana do americano, que precisava do apoio do Brasil pra entrada na segunda guerra, então montou a CSN e a base militar em Natal e tudo o mais...

Medeiros (2006) apresenta uma análise do longo processo histórico de normativas jurídicas de proteção à natureza. O autor defende que, a par dos movimentos de André Rebouças e José Bonifácio¹⁸⁴, o Estado brasileiro republicano, desde sua instituição, estava imobilizado com relação a gerar e implantar normas para garantir a conservação da natureza e a criação de áreas protegidas. Mudanças no cenário político e social trouxeram como consequência a edição do Código Florestal, em 1934, assim como as novas leis trabalhistas, que se configuraram como destaque do Governo Getúlio Vargas.

O início da década de 30 é marcado por importantes mudanças no cenário político e social brasileiro pois, com a Revolução de 30, inicia-se o processo de transição de um país até então dominado pelas elites rurais para outro que começa a se industrializar e urbanizar, principalmente na região sudeste (CUNHA & COELHO, 2003). No curto espaço de tempo entre os anos de 1934 e 1937, grande parte dos instrumentos legais que dariam o suporte necessário para a efetiva criação de áreas protegidas no Brasil foi estabelecida, em contraposição ao imobilismo quase que total com que esta

¹⁸³ A partir daqui se iniciam os relatos das Rodas de conversa. Como já destacado, o registro das falas estará sempre grafado em itálico, sem aspas. São registros fiéis às falas gravadas, porém trabalhados, de forma que as complementações de cada um, sobre as falas dos outros, se conjugassem.

¹⁸⁴ Personalidades do Brasil Imperial, ligados aos governos de então, que se engajaram na criação de áreas protegidas no país.

questão vinha sendo tratada pelo governo central desde a instituição da República em 1889. (MEDEIROS, 2006:46)

Com a ascensão do regime militar, mudanças profundas no sistema político brasileiro foram implementadas, contudo - e curiosamente - todos os instrumentos que possibilitaram a criação de áreas protegidas no Brasil foram mantidos em um primeiro momento e até mesmo aperfeiçoados posteriormente. No ano seguinte ao estabelecimento do novo regime, em 1965, um novo Código Florestal¹⁸⁵ foi apreciado no legislativo, sancionado pela Presidência da República; dentre as definições estavam as de Parque Nacional e Floresta Nacional, declarando intocável estes espaços com presença da vegetação, numa clara tentativa de conter os avanços econômicos sobre a floresta (MEDEIROS, 2006).

As mudanças políticas implementadas visavam colocar o Brasil no trilho da modernidade, com incentivos à industrialização e à expansão e ocupação do oeste brasileiro. O código florestal atendia ao discurso do "ambientalismo" brasileiro de então, determinando os limites para a devastação da natureza.

Contudo, maior atenção a este quadro nos mostra que o que ocorreu ao longo de todo este século XX foi **a construção de uma narrativa às avessas**. As áreas especificamente estabelecidas como protegidas representaram o cerceamento do uso, mas todo o restante do território ficou livre para ser explorado, com possibilidade de conversão da floresta em área de uso, em área a ser ocupada e usada.

O Estado Democrático desorganizado: a burguesia prossegue em seu caminho

O sistema financeiro é quem dá as cartas hoje. A burguesia contemporânea está muito associada a empresas estrangeiras, inclusive, todo um setor da indústria.... não dá mais pra falar de burguesia industrial, porque a burguesia industrial pra sobreviver, tem que entrar no mercado financeiro. Ela tem interesses no mercado financeiro e por isso toda essa dificuldade de baixar os juros...Então aquela história do partido comunista, da burguesia nacional, de se colocar contra o imperialismo, é uma quimera, e cada vez mais.

Pomar (2002) apresenta o contexto da chamada "revolução burguesa": em 1943, quando o PCB procurava implementar uma política de união nacional, o pressuposto essencial

¹⁸⁵ Instituído através da Lei nº 4771 de 15/09/1965. Basicamente, seus objetivos seguiam a mesma linha do seu antecessor. No entanto, ele extinguiu as quatro tipologias de áreas protegidas antes previstas na versão de 34, substituindo-as por quatro outras novas: (anteriormente categorias específicas), as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL).

era a existência de um setor progressista da burguesia nacional, interessado em combater o latifúndio e as oligarquias semifeudais, além de romper relações de subordinação, em especial com o EUA.

A que ponto chegara o predomínio do nacionalismo na política do PCB, a colocar em plano secundário o antagonismo de classes de que o partido deveria ser o melhor intérprete e portador, pode ser constatado em uma declaração cristalina do deputado federal e destacado dirigente nacional comunista Carlos Marighella: [...]Somos os mais consequentes lutadores pela indústria nacional, pelas reivindicações das massas, pelos interesses da burguesia nacional. À medida que crescem as dificuldades, que nos aproximamos da crise americana, subsistem condições para a aliança com a burguesia nacional. Marchamos, assim, para a unidade com a burguesia... (Revista Problemas, n. 5, dezembro de 1947) (POMAR, 2005:70-71)

Não se pode negar que há um setor da burguesia industrial que ainda está focado na produção e não na financeirização, mas a tendência dominante, majoritária, parece ser essa: o mercado financeiro estabelece as regras, inclusive para o Estado.

Existe um domínio de classe sobre o Estado brasileiro e aí tem uma fração da burguesia - talvez não seja mais uma fração, mas quase o conjunto da burguesia - que é quem exerce esse comando. Nada disso se dá sem contradições e sem brigas internas nos partidos políticos. Mas um fato é garantido: a burguesia sempre consegue colocar representantes seus no Estado.

Boaventura de Sousa Santos, em seu recente livro, editado no Brasil em 2016, "A difícil democracia - reinventar as esquerdas", declara que está em curso um processo global de desorganização do Estado Democrático, conduzido pelos "neoliberais".

O Estado Democrático está organizado com base em três funções:

i) Função de confiança: por meio da qual o Estado protege os cidadãos contra forças estrangeiras e crimes e riscos coletivos.

(Aqui, vale a pena destacar que riscos coletivos englobam as transgressões contra o meio ambiente e que forças estrangeiras, na atualidade, pressionam os recursos naturais brasileiros.)

ii) Função de legitimidade: por meio da qual o Estado garante a função de bem-estar;

iii) Função de acumulação: com a qual o Estado garante a reprodução do capital em troca de recursos (tributação, controle de setores estratégicos) que lhe permitam desempenhar as duas outras funções.

No processo de desorganização do Estado Democrático, a função de acumulação vem sofrendo uma transição: da ação do Estado baseada na tributação para a ação do Estado baseada no crédito.

A lógica distributiva da tributação permite ao Estado expandir-se à custa dos rendimentos mais altos, o que, segundo os neoliberais, é injusto, enquanto a lógica distributiva do crédito obriga o Estado a conter-se a pagar o devido a quem lhe empresta. Esta transição garante a asfixia financeira do Estado, única medida eficaz contra as políticas sociais (SANTOS, 2016:175).

Esta análise ilustra o debate sobre as burguesias do século XXI nas Rodas de conversa.

Ressalva pós-revisão dos conversantes: as amarras estão arraigadas muito além daqueles que são declarados seguidores desta tal burguesia. As amarras estão também coladas numa cultura de comando e controle daqueles que foram formados em outros tempos. A influência deste segmento de agentes públicos é grande e, de certa forma, influência e condiciona certas posturas, inclusive dos mais jovens. Na FF há uma mescla: defensores do meio ambiente, legalistas e a tal burguesia partidária. Esta mescla gerou um espaço amorfo onde a bajulação vale mais do que a competência, a consciência e (nem se fale) o diálogo. A FF precisaria ser mais bem estudada.

Ressalva pós-revisão dos conversantes: talvez pelo fato de nem nós mesmos sermos incapazes de trazer para nossas narrativas os saberes e demandas da classe que dizemos gostar mais, facilmente acusamos a burguesia e o neoliberalismo. Mas e nós? o que somos e o que fazemos por um estado democrático ou popular? Continuamos a reproduzir as práticas autoritárias e burocráticas que foram impostas por este tal estado burguês....com exceções...

Liberalismo e neoliberalismo

Retornando à história como fonte para o entendimento dos processos, observa-se que nos primeiros anos do governo Dutra, iniciado em 1946,

...o liberalismo econômico reinou absoluto, o que se traduziu na retirada dos controles estatais do mercado, na supressão das normas reguladoras da entrada e saída de capitais, no câmbio valorizado e na atitude de inação diante da "queima" das reservas em dólares obtidas durante a Segunda guerra mundial". [...] A concentração de renda no setor privado avança célere. Os bancos privados, por exemplo, obtiveram taxa média de lucro de 15% em 1946, 16,2% em 1947 e 14% apenas no primeiro semestre de 1948 (POMAR, 2002:32-33).

Bielschowsky (2009) afirma que o desenvolvimentismo nacionalista do governo Vargas sobreviveu ao liberalismo do governo Dutra em alguns núcleos de resistência, dentro do próprio Estado.

A centralização do poder sob Getúlio Vargas nos anos 1930 deu origem a um conjunto de organismos de planejamento (como o Departamento Administrativo de Serviço Público, o Conselho Federal do Comércio Exterior, do Conselho Nacional de Petróleo, etc.), nos quais se formaram as primeiras equipes de técnicos civis e militares preocupados com o problema do desenvolvimento industrial brasileiro. [...] Os desenvolvimentistas nacionalistas defendiam, como os demais desenvolvimentistas, a implantação de um capitalismo industrial moderno no país. Seu principal traço distintivo era uma forte inclinação pela intervenção do Estado na economia, mediante políticas de apoio à industrialização.... (BIELSCHOWSKY, 2009:37- 38).

Na Roda de Conversa, as concepções sobre o conceito de liberalismo correram e as discussões galoparam.

Liberalismo 1

.... porque a gente só tem Estado no Brasil. Tem o liberalismo de discurso, mas tudo é dependente do Estado. O liberalismo subsidiado pelo Estado. É patrimonialismo.... o empresário acessa o Estado, se apropria do Estado....sem Estado, não existe empresário brasileiro, parece.... tem um discurso, uma capa, para justificar uma série de medidas políticas que prejudicam a maior parte das pessoas... as reformas da previdência, as reformas trabalhistas... o discurso é liberal, mas se não tivesse este Estado... não existiria nem empresário no Brasil.

Liberalismo 2

... é preciso enfatizar o conceito de bem comum.... quando se fala de Estado liberal, é aquele Estado que não está preocupado, que não intercede pelo bem comum, é um Estado que usa de liberalidade, que está sob um sistema econômico capitalista e que não faz o papel de Estado, não cumpre o papel da "coisa pública", do bem comum, das oportunidades, da transparência. ...Quando se fala deste Estado liberal, é neste que eu penso. Na questão, por exemplo do licenciamento... é um instrumento administrativo que deveria representar o bem comum, da coisa pública, das normativas que têm sentido técnico... no entanto, hoje, no licenciamento, o que se tem nos EIA186 e nos Planos de

¹⁸⁶ Estudo de Impacto Ambiental

Manejo é uma capa pra dizer que a coisa pública está sendo cumprida, mas a intenção... a formalidade está sendo cumprida, mas os objetivos, não.

Liberalismo 3

... o liberalismo é uma ficção, nunca houve liberalismo, mesmo na Inglaterra do século 19... o próprio empresariado reivindicava regulamentação e segurança jurídica... eles pedem o Estado... mas defendem o Estado mínimo, que é o que estamos vivendo hoje.

...é uma ficção, porque o liberalismo, realmente, é uma ideologia, um discurso. O Estado concreto opera de outra forma, ele socorre banqueiros, as empresas de telefonia afundadas, ele consegue subsídios, desonera folhas de pagamento - inclusive em governos petistas - é uma ficção apenas deste ponto de vista, mas é uma ideologia. Se você pegar o neoliberalismo, que é a atualização do liberalismo, ele é muito forte, mesmo tendo sofrido bordoadas pelo mundo. Aqui no Brasil o neoliberalismo continua muito forte.

Liberalismo 4

... dos teóricos do liberalismo, vários autores, lá de trás... Adam Smith é uma beleza comparado com o que se tem agora utopicamente, Adam Smith olhava para o posicionamento pessoal que iria contribuir com a sociedade..."

... vendo pelo prisma positivo seria isso, mas temos de olhar o liberalismo sob o prisma negativo, ver o que ele destrói... porque liberalismo? pela liberdade individual... mas o que se vê hoje? que este discurso da liberdade do indivíduo, é o mesmo discurso do encarceramento das maiorias, do extermínio das periferias, da violência do Estado contra os movimentos sociais e etc.... neste sentido, é mesmo falso e fictício... pra mim, o neoliberalismo se caracteriza mais pelo que ele nega, do que pelo que ele afirma... o Estado se torna mínimo quando? quando corta... despesas com ciência, com educação, com saúde... mas temos coisas no Brasil que resistem bravamente... onde tem universidade pública, como tem no Brasil? Até na China é paga... na Holanda, aquelas universidades que eles estão defendendo, em alguma medida o cara tem que pagar... são públicas, mas tem que pagar.... o modelo americano... é por isso que estes caras têm muito ódio das universidades públicas, porque é um precedente a ser destruído... se você olhar as universidades estaduais e as federais, o grau de privatização é muito grande, o que as fundações privadas fazem, é um negócio absurdo, mas ela ainda é pública, em

grande medida... o capital agora quer queimar todas as fronteiras... não tem mais fronteira, é qualquer coisa.... então nesse sentido que no liberalismo é preciso destruir o público, aquela liberdade do discurso, você quer para os seus, mas não para o público.

Finalizando este tópico com Boaventura de Sousa Santos:

Segundo os neoliberais, as expectativas da vida dos cidadãos derivam do que eles fazem por si, não do que a sociedade pode fazer por eles. Tem êxito na vida quem toma boas decisões ou tem sorte e fracassa quem toma más decisões ou tem pouca sorte. As condições diferenciadas do nascimento ou do país não devem ser significativamente alteradas pelo Estado (SANTOS, 2016:175).

Disputa de narrativas no diálogo intra-institucional

No contexto das abordagens sobre o diálogo, as reflexões acerca dos debates e embates na rotina dos trabalhos se fez presente nas Rodas de conversa.

Então, agora, o grande dilema: a questão do agente público. Porque? Porque a sociedade nunca foi perfeita. No processo histórico... a coisa andou e de repente a coisa começou a desandar e o agente público, conforme está dito aqui, tem que ouvir... “você faça a coisa fluir, mas trabalha” ... aí vem o dilema, qual o papel do agente público?

No cenário atual, talvez, sejamos os responsáveis por tentar reduzir o dano...

Tem um pouco de confusão de qual é o papel, não só do agente público da conservação... o agente público, o papel dele não é só ficar parado executando o que vem. E aí, onde é o limite da gente ir contra o sistema? Ou fazer a reflexão do que a sociedade está querendo naquele momento?

Ressalva pós-revisão dos conversantes: é preciso compreender e conceber as "brechas do Estado" e de como os agentes públicos podem atuar nestas brechas. Talvez seja um caminho a repensar. Muitos de nós praticam isto, apesar dos autoritários de plantão

Tem a questão das realidades, das escalas de trabalho, das relações que têm se estabelecido, dos acordos e pactos de governança e o papel do gestor público, ao assumir estas responsabilidades... ele tem que ter, digamos assim, estes níveis de decisão, eles tem de ser respeitados, e eles não são respeitados, ou não estão sendo respeitados

Então, é complicado lidar com a questão do que é o agente público neste Estado, que hoje está sendo desmontado. Agora, olhando de fora, é possível perceber cada vez mais claro isso... a resistência...

Até uns 10 anos atrás o agente público fez seu papel, muito bem, talvez. Então tem que considerar o papel do agente público nesta perspectiva de transição do Estado e do próprio papel do Estado, como ele vem se colocando na sociedade.

Tem uma frase, de 1940, do Frederico Hoehn: “é importante que o agente público saiba que está confiado a ele um patrimônio da humanidade”. E é bem isso... somos responsáveis por tomar conta de um patrimônio que é da humanidade...

Muita coisa se fez. A gente conseguiu colocar nosso olhar em várias discussões, em várias diretrizes, mas não se pode considerar que isto está institucionalizado, não se trata de decisão institucional, varia muito o olhar de cada um.

Nas diretrizes atuais... resumindo... “não podemos atrapalhar o processo!”... Então, a função do agente público... parece que a gente é mero facilitador dos processos... não é pra atrapalhar, é pra executar. E acabou.

O agente público tem que ter esta flexibilidade, mas hoje, cada vez mais, temos menos flexibilidade, a indicação é que sejamos apenas um facilitador dos processos administrativos. Mais isso do que realmente um agente questionador, que tenta construir algo ou tenta adaptar algo que está colocado...

Ressalva pós-revisão dos conversantes: mas um grande questionamento é necessário: o quanto nós, agentes do Estado, estamos de fato preparados para ser diferentes daquilo que criticamos. Será que somos diferentes daquilo que criticamos? Ou será que somos reprodutores disfarçados das amarras deste mesmo Estado que criticamos? Será que como gestores de territórios protegidos somos capazes de dialogar com os saberes das pessoas que vivem, moram, trabalham e se reproduzem naqueles locais? Ou será que apesar de nos dizermos como diferentes, somos impositores de regras, comportamentos e obrigações?

O agente público maior, que é o governo, os pretensos representantes da vontade do povo, inclusive o congresso, virou uma farsa, porque todo mundo virou agente da iniciativa privada... nós aqui é que estamos querendo descarrilhar um trem... que está muito

forte...e aí entra essa questão do que é o agente público, num momento em que parece que estamos em uma trincheira. Aí que vem, quais são as estratégias? É bater de frente? É sempre chamar a legislação? ...” Isso está fora da lei, isto está fora da lógica, como é?”

Porque tudo o que esses dirigentes fazem é defender o privado – e nós passamos a ser pressionados e quase ridicularizados por querermos manter o papel do agente público... “nós somos as populações tradicionais do agente público” (risos)...

Ressalva pós-revisão dos conversantes: poderíamos até citar as últimas exonerações no MMA como um exemplo cristalino disso...e, cá entre nós, quando na SMA/FF certos(as) agentes mais velhos, e experientes, são colocados no freezer...o agente público atual ou é pedra no sapato ou é facilitador total dos interesses do momento, que são exatamente o enfraquecimento do braço estatal...

Reflexão histórica e autoavaliação

... Já fizemos muitas resistências, menos disputas de narrativas e mais resistência, ao longo desses 30 anos.

... no início, a Secretaria do Meio Ambiente foi estruturada por militantes da causa ambiental. Este percurso da militância, de construção, de ver no Estado o espaço onde a gente poderia fazer a diferença era forte, trinta anos atrás.

Apesar dos interesses econômicos, a questão ambiental, ela estava crescendo, chegamos no pico e agora estamos na descendência.

O movimento ambientalista estava nascendo

Quando acabou a gestão do Paulo Egydio Martins, que era governador nomeado, veio o Paulo Maluf. E aí entrou o Montoro. Foi em 83. Foi um momento de saída da ditadura, de volta pra democracia, e ele, particularmente, era um estadista. Ele criou um governo que depois gerou uma série de ministros, mas foi ridicularizado à época, porque não batia em manifestante, e tal ... nós, que estamos aqui, que somos os mais antigos, que entramos no Estado nesta época, a gente viveu um momento onde o governo, realmente, exercia uma função pública, pelo menos naquele momento, no nosso estado... havia uma sinergia muito grande entre várias secretarias.. teve briga, a gente reclamava... foram altos e baixos ...tinha Arena, mas também o MDB e a gente chegou a ter uma referência de

espírito público... PT, quando surgiu, PSDB, quando surgiu.... mas, a gente viu que isso veio se perdendo...

Talvez, lá atrás, quando se criaram as primeiras reservas florestais... a gente tende a colocar a Constituição Federal, o art 225 como o pilar, mas ele foi colocado porque já tinha caldo na sociedade, naquela época, pra que isso fosse inserido lá. A história das áreas protegidas em SP demonstra que elas remontam de tempos antigos. Um texto do Alberto Loefregen de 1904, fala da importância do serviço florestal, de criar reservas florestais, como bens de serviços ecossistêmicos (ele não usa este termo, mas é), regulação do clima, água, pra sociedade e como um patrimônio da sociedade. Nesse período - lá atrás - se tinha uma visão do Estado mais reguladora, um Estado forte. Hoje a gente passa uma transição .. o que a gente vê hoje é o enxugamento do Estado e a iniciativa privada toma conta do que o agente público tomou até então, se concedem as UC, porque o Estado está reduzido e não tem condição e preconiza-se que a iniciativa privada tem mais... mas, até então, o Estado fez isso.... Tem essa questão fundamental, que é a mudança do Estado.

Ressalva pós-revisão dos conversantes: existem serviços que serão melhor realizados, terão mais sucesso se forem geridos pela iniciativa privada...até para que o agente público, neste caso se concentre na sua verdadeira missão, de conservação, não de hoteleiro, cozinheiro...enfim...

Ressalva pós-revisão dos conversantes: vale um outro referencial histórico. Havia um momento em que a proteção do meio ambiente trazia o foco nas proibições de uso do recurso. Estamos num momento de refletir sobre os usos sustentáveis dos recursos. Mas muitos agentes públicos ainda raciocinam como os fiscais do não fazer daquele tempo. Não há suficiente construção de políticas públicas de conservação fundamentadas no manejo sustentável dos recursos naturais. Ainda prevalecem as políticas de conservação fundamentadas na proibição do uso. Especialmente nas áreas protegidas. Especialmente nas UCs. Mas vale lembrar os objetivos e diretrizes do SNUC, delineados nos artigos 4 e 5, onde grande parte dos incisos conduzem para uma reflexão sobre uso e manejo. É preciso que, além de pensarmos o contexto do Estado, pensemos o contexto das formulações legais nos tempos históricos.

Motivação pessoal

Naquela época, a motivação pessoal da temática estava muitíssimo à frente da questão do que seria o emprego. Então, a gente vivenciou com um grupo de colegas que tinha motivação pessoal e que, em grande parte, era de cunho ambientalista. Mas tinha também aqueles que queriam tirar proveito pessoal. Nós convivemos com muitos assim. Nunca foi uma maravilha e nem nunca continuará sendo uma maravilha. Essa unanimidade inexistia, mas, seja por conta da Constituição Estadual que assim determina – todo mundo tem que entrar por concurso – ou seja por conta de crises econômicas, ou seja porque a população aumenta e não necessariamente as oportunidades de emprego e renda aumentam na mesma proporção, e que este sonho dourado de salário, de emprego, de estabilidade tem um apelo, ainda, o que os mais velhos enxergam é que, em parte, nós fomos substituídos por aqueles que tem emprego, que podia ser aqui ou acolá. Um salário, uma remuneração. Se o salário melhora, ótimo. Se tem estabilidade, ótimo. Se é perto de casa, ótimo. Se é um assunto que ele gosta mais, ótimo. Mas, acima de tudo, estão em busca de um emprego. E isso faz diferença. E aí, no cenário das contratações mais recentes, tem as pessoas que estão mais compromissadas ou menos. Mas o fato de ele ter assumido um emprego não quer dizer que ele não está comprometido com o assunto, por princípio. Muitos desses são absolutamente comprometidos com o assunto, mas, na motivação inicial, há, de fato esta diferença.

... agora, poucas pessoas enxergam como um campo para lutar, uma trincheira privilegiada... a predominância é o emprego....

O momento atual é incrível pra discutir o papel do agente público, é muito apropriado

Embora não fosse perfeito, embora a gente reclamasse igual, porém, a gente passou de um delta de não sei quantos hectares de UC que tinha, pra uma quantidade muito maior, e em nível federal acabou acontecendo isso também. E dos agentes, tanto federais quanto estaduais, pessoas influentes, muitos que surgiram naquela época ainda estão nos governos. Ou seja, a gente tem uma referência da época em que começou a se fortalecer o sistema de UC, o sistema de gestão ambiental. E, de repente a gente vê algumas pessoas que não acreditaram no que fizeram e começam a negar isso. É um paradoxo....

Uma questão, ainda associada com este histórico: talvez até por esse comprometimento com a causa, acima de tudo, havia, naquela época, do ponto de vista técnico-científico, uma precariedade na precisão do nosso trabalho. Hoje em dia, a preocupação de um rigor

técnico-científico, de um olhar acurado, é muito mais presente do que tínhamos anos atrás.

Ressalva pós-revisão dos conversantes: talvez não esteja correto, aliás, pelo contrário, afirmar que muitos trabalhos antigos têm menos precisão do que os atuais. É como descredibilizar vários trabalhos importantes feitos àquela época. É preciso definir e contextualizar melhor esta abordagem....

Na década de 80, era uma coisa muito experimental. A gente estava inovando as coisas. Existiam os três projetos – Picinguaba, PETAR e Juréia. Não se falava de comunidades tradicionais dentro de UC. No IF não se falava disso, os planos de manejo desconsideravam isso. Foi criado um embate muito grande naquele momento, porque se trabalha com questões das quais não se falavam: questão fundiária, mineração e comunidades...

Será que hoje, especificamente para as UC, a gestão é ancorada em critérios técnico-científicos? Por exemplo, a definição das prioridades dos primeiros planos de manejo...

Houve muito mapa de UC feito em cima da mesa... “pega aqui, a cota 200, e tal”. Eu estava lá. Então, eu sou prova disso. Mas, o que acontece é o seguinte, existe um avanço na questão técnica e científica, mas houve um recuo nisso também. ...Tem um autor... ele fala do empreendedor de políticas públicas. Ele fala das janelas de oportunidades. Pra que você faça com que o item seja incorporado na agenda de governo, tem de ter uma janela de oportunidade, que tem a ver com os empreendedores de políticas públicas, que são os agentes do Estado... e não tem que ser só quem está dentro, um ator social outro, como uma liderança comunitária, por exemplo, que está contribuindo pra questão das políticas públicas num sentido mais amplo, ele é um empreendedor de políticas públicas.

Não se trata somente de aplicar política pública, se trata de tensionar a produção das políticas

Nos últimos 20 anos, e principalmente nos últimos 10 anos, se tem, cada vez mais, uma centralização do poder e da governança (em SP) e um esvaziamento técnico das UC. Os gestores acabam assumindo um outro papel – que não deveria ser esse – que é de corpo de bombeiro, só, ou seja, só apagando fogo e ainda tem que perguntar para o chefe se pode ou não fazer a tarefa...

- O poder público coloca dinheiro, paga a gente, para defender o que a sociedade quer, e essa coisa das atribuições, que é uma coisa que eu tenho bastante dificuldade... agente

pode entender que “a nossa atribuição é essa”, mas alguém pode ver e dizer “você está se metendo onde não é chamado”..

... é, “senta aí e faz seu processo!”.

E aí, onde é o limite da gente fazer a reflexão do que a sociedade está querendo naquele momento? Ir contra o sistema?

Resistência, insurgência e amargura

A inexistência de um projeto realmente democrático e participativo, que motive e mobilize os agentes públicos é um sintoma da grave crise política que atravessamos.

No sistema político implantado, de democracia representativa, o poder do Estado está garantido; os governos eleitos têm seu poder legitimado; adotam o liberalismo; os partidos políticos, quase sempre, agem de acordo com conceitos ou princípios capitalistas.

Em palestra proferida em 2016, a prof. Marilena Chauí destacou duas das principais dificuldades da democracia no capitalismo: o espaço privado sobre o espaço público e a estrutura fortemente hierarquizada, onde há um superior que manda e um inferior que obedece.

Para muitos dos agentes públicos, mais do que viver uma relação de mando e obediência, está estabelecida a subordinação no agir

A gente construiu muitas coisas e muitas foram destruídas, e acho que por isso essa...amargura e desalento....

O Estado está num processo de mudança, de um Estado que era republicano e pensava no interesse público, da sociedade, pra um Estado em que o maior interesse é o privado. A gente tem visto isso. Mas há pessoas que tem no DNA uma outra visão de Estado, uma outra postura de Estado, que seríamos nós, que viemos de Montoro, onde o Estado tinha função pública e espírito público, onde quem define é a sociedade, não é o governador A, B ou C, o nosso patrão é a sociedade.

O que me preocupa muito é o futuro... se cair a parte da Constituição que coloca a defesa ambiental aliada com o econômico, a gente como agente público vai lutar contra o sistema, dentro dele, a gente vai ficar lutando contra alguma nova atribuição? São mais essas reflexões, mas a questão do futuro, a gente só vai saber e se organizar, conforme for acontecendo.

A discussão que se aprofunda muito até no fato de que nos são impostas, a gente não acredita e a gente não comunga.

Estamos num momento bem complicado... o que vai ser de nós? Como é que iremos pra frente?

Tais depoimentos desvendam as aflições dos agentes públicos que se consideram viabilizadores dos projetos de governo, mas que gostariam de viabilizar apenas os projetos que fossem compatíveis com as necessidades e anseios sociais.

Ressalva pós-revisão dos conversantes: nos consideramos viabilizadores (melhor ainda, executores) de políticas de Estado, mas estamos sempre submetidos a projetos de governo, as vezes contrários às nossas convicções. Não é uma questão de gosto. Não é que gostaríamos, mas é uma posição: queremos ser viabilizadores do bem-estar social.

... e o agente do Estado não é Estado também?

... sim, é Estado, mesmo sendo divergente de orientações hierárquicas.

... esta é a contradição... na medida em que está presente um agente do Estado, um funcionário concursado, um verdadeiro servidor público, se estabelece a resistência de dentro do Estado. É por isso que há uma tendência à terceirização, à empreitatarização... mas na maioria do Estado brasileiro tem resistência....na Petrobras, no SUS, na Fundação Florestal....

...O alcance das resistências e insurgências dos agentes públicos é limitado, estando relacionado à incapacidade organizativa. Tal incapacidade, por sua vez, está relacionada à pulverização dos esforços de organização. No sistema estadual de meio ambiente, entre as instituições que o compõe, poucas se dedicaram a criar e gerir entidades de representação de funcionários, e o que se nota é uma acentuada fragmentação de interesses, que resulta em apartação das diversas partes do corpo funcional. Trata-se de um modelo, um desenho, que foi concebido (pelas esferas superiores de poder) para levar à divisão e não ao fortalecimento das lutas.

Ao longo das últimas décadas, fomos colaboradores e subalternos, e não insurgentes.

Ressalva pós-revisão dos conversantes: fomos e somos trabalhadores do meio ambiente, servidores, com até bastante liberdade para questionar ordens e desenvolver normativas. Não fomos subalternos, fomos insurgentes sempre que necessário

A expressão “insurgentes” ainda somos pouco pra se dizer isso. Pra ser insurgente, precisa muito mais. Um pouco resistentes, porque somos compromissados, acima de tudo compromissados com o tema... insurgentes, nesta concepção, seriam os que não se submetem às regras contrárias à justiça social, contrárias ao interesse público, no papel que é esperado do agente público. É muito difícil combinar esta característica de insurgente com as de agente público, porque, acima de tudo, é esperado que o agente público cumpra a lei e faça os outros cumprirem a lei.

No caminho da reflexão, talvez este seja um ponto... quando alguém sai do Estado e vai continuar sendo agente pública fora do Estado, continua fazendo as coisas que fazia antes, só que não tem ninguém pra obedecer, e nem recebe salário ... talvez haja esse desejo em muitos de nós, que é de estar fora do Estado, agora, por não ser este o Estado que a gente quer.

Nas entranhas dos órgãos do Estado também está estabelecido o processo interno de luta de classes, detectado por meio da observação das posturas e comportamentos de dirigentes e técnicos. Os processos hierárquicos são rígidos e as posturas autoritárias se justificam pela legitimação política do poder.

Parte dos técnicos não se consideram trabalhadores; em sua maioria, atuam em consonância com seus pares hierárquicos, deixando de considerar as outras funções exercidas por outros grupos de funcionários e, conseqüentemente, também fragmentando as dificuldades, aos invés de consolidá-las como características do corpo funcional. Ao imperar a quase absoluta ausência de consciência de classe, se estabelece um travamento com a capacidade de identificação com a classe trabalhadora, considerando, aqui, a classe trabalhadora como aquela que não detém os meios de produção.

A luta de classes torna-se visível na estrutura de Estado de diferentes ângulos: 1) são todos assalariados, ou seja, vivem numa relação de mando e obediência; 2) tendência acentuada à alienação; 3) produzem valor não para o Estado strictu sensu, mas para estratos superiores da sociedade beneficiados pelo Estado (trabalhamos, sim, para quem pode dar conta do licenciamento, da recuperação ambiental, por exemplo; trabalha-se menos para diminuir assimetrias sociais, econômicas e políticas); 4) não há autonomia em relação ao que o agente do Estado executa, onde trabalha, nem onde se senta (e isso não muda em nome de um eventual interesse público).

No âmbito interinstitucional, as complexidades se somam, pois, além das questões interinstitucionais, que envolvem as várias camadas de funcionários, incluindo os trabalhadores e os que se consideram "especiais", temas como carreiras institucionais ou teto salarial não são tratados de maneira ampla e horizontal, mas sim dentro de cada setor funcional. Se, por um lado, pesquisadores científicos têm suas carreiras e seus critérios de ascensão e funcionários de empresas públicas que dão lucro (como a Cetesb) podem receber a distribuição anual destes recursos, por outro lado, a função de guarda-parque - uma das mais importantes para a conservação da natureza - não foi consolidada em uma carreira e funcionários de instituições públicas que não dão lucro (como a Fundação Florestal) podem permanecer sem reajuste salarial por anos.

Dentro do capitalismo, não vamos conter a destruição ambiental

A Roda de Conversa poderia ter chegado à afirmação de que "o capitalismo concebe a democracia como um instrumento de acumulação" (SANTOS, 2016), pois o debate trouxe que é intrinsecamente impossível conter a destruição ambiental dentro do capitalismo.

... devemos levar em conta que um dos marcos fundamentais do capitalismo é a necessidade de crescimento infinito sobre uma base finita de recursos físicos. Sem contar que ainda é – e talvez sempre será – o trabalho o principal motor de transformação da natureza em algo humano, seja na forma de bens, de adaptações de convivência ou sobrevivência. Quer dizer, sempre haverá necessidade - nos marcos de um sistema capitalista - a necessidade de crescimento e de mão de obra para efetivamente dar conta da existência humana.

Ressalva pós-revisão dos conversantes: é preciso que se faça uma longa e profunda reflexão sobre tudo o que fazemos em relação ao consumo dos recursos naturais. Uma profunda reflexão sobre os padrões de consumo na sociedade, seja no capitalismo ou em outras formas de organização.

Muitos dos cidadãos preocupados com a conservação da natureza consideram a implantação e a gestão dos sistemas de áreas protegidas como uma conquista social, uma pequena vitória; contudo, uma vez que o sistema de unidades de conservação não defende e não aponta "um outro projeto de sociedade", se configura mais como um freio ao ímpeto intrínseco ao capital, de consumir espaços e territórios, gente e bens ambientais.

...Sendo assim, acredito que as unidades de conservação contribuem, de fato, para a proteção de bens ambientais, da natureza, mas também o fazem reproduzindo o capital, indiretamente.

No âmbito da conservação da natureza, o bem comum é um conceito que se relaciona com a saúde e a ética, mas que se conflita com a economia. Se a constituição de 1988, em seu artigo 225, preconiza um "meio ambiente ecologicamente equilibrado à sadia qualidade de vida" para as futuras gerações, também preconiza o direito de explorar, inerente ao direito de propriedade, previsto em seu artigo 5, inciso XXII.

A projeção de um caminho

A oportunidade e o desafio de desenvolver um trabalho investigativo sob a perspectiva não extrativista representou uma experiência prazerosa, mesmo que muito custosa.

Desde o momento em que surgiu o conceito de sentipensar, desenvolvido na apresentação desta tese, este trabalho foi desenvolvido "sentipensado".

A palavra "sentipensada" se refere a sentir + pensar e nos convida a dialogar sobre o tema desde nossas (diversas, plurais) experiências, vivências, lugares e pensamentos no e sobre o mundo. O termo "sentipensante foi utilizado por pensadores/as latino-americanos/as como Arturo Escobar e Orlando Fals Borda. Este último declarou tê-lo tomado emprestado dos campesinos momposinos (Costa Atlântica da Colômbia), para denotar aquele que conjuga em tudo o que faz, razão e paixão, corpo e coração. A palavra "sentipensada", assim, deveria ser vista como um convite a uma re-união de nossas experiências vividas e nosso pensamento em nossas contribuições.¹⁸⁷

Aprofundar reflexões sobre o Estado junto aos que executam as ações deste Estado, de maneira sentipensada, não é tarefa corriqueira. Uma reflexão reveladora: quando os agentes do Estado se pautam em conceitos e valores que são negados no âmbito das atuais políticas de governo, as ações de Estado podem colapsar-se.

¹⁸⁷ Resposta do Prof. Sérgio Rocha a uma aluna do curso, na classe 5 do Seminário Virtual, 2016. Txto original: "La palabra 'sentipensadas' se refiere a sentir+pensar y nos invita a dialogar sobre el tema de clase desde nuestras (diversas, plurales) experiencias, vivencias, lugares y pensamientos en y sobre el mundo. El término 'sentipensante' ha sido utilizado por pensadores/as latinoamericanos/as como Arturo Escobar y Orlando Fals Borda. Este último indicó haberlo tomado prestado de los campesinos momposinos (Costa Atlántica de Colombia), para denotar el que combina en lo que hace, razón y pasión, cuerpo y corazón. La palabra 'sentipensadas' así debería ser vista como una invitación a la re-unión de nuestras experiencias vividas y nuestros pensamientos en nuestras aportaciones...."

Talvez nesse momento, por meio da imaginação emancipadora, surja a oportunidade de superar a destruição, a opressão e a discriminação causadas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado.

Seguindo por esta linha, se nas Rodas de Conversa a análise sobre o Sistema de Unidades de Conservação revelou narrativas do Estado e da sociedade em geral com elevado grau de escamoteamento, também indicou caminhos de possibilidade (ainda distantes no tempo) para a substituição dos termos familiares de socialismo, direitos humanos, democracia e desenvolvimento por dignidade, respeito, território, autogoverno, bem-viver e Mãe Terra (SANTOS, 2011).

O escamoteamento é revelado quando da percepção que nem sempre as Unidades de Conservação foram e são criadas com objetivo de conservação da natureza; uma longa listagem de possibilidades levaram e ainda levam à proposições de criação de espaços especialmente protegidos, desde as reservas de recursos naturais madeireiros para o governo imperial, ao longo de todo o período histórico do Brasil-colônia, até o estabelecimento de unidades de conservação que trazem como consequência a valorização das propriedades do entorno, gerando especulação imobiliária; há outro aspecto da especulação imobiliária, que é a existência de áreas de valor para a conservação, mas sem valor de uso, tanto para a agricultura, como para a indústria ou para habitação, mas que, mesmo assim, foram adquiridas pelo Estado por preços questionáveis. São reflexões sobre evidências de um Estado autoritário na sua maneira de criar unidades de conservação.

... é uma perspectiva totalmente urbana. A legislação e a política ambiental criam freios, mas reproduzem o sistema, não apontam para outro projeto. As sociedades urbanas acreditam nisso, têm essa utopia: que instrumentos da política ambiental vão controlar o desenvolvimento do modelo urbano-industrial, do capitalismo, do consumo, e por aí vai. ...mas quando chegar na fronteira, eles (os urbanos... os burgueses??) mudam o Código Florestal, assim como estão mudando a legislação trabalhista...

A emancipação pode se dar pela Sociologia das Emergências¹⁸⁸, que consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e

¹⁸⁸ Um dos conceitos-chave das Epistemologias do sul, juntamente com a **Sociologia das ausências**: investigação que tem como objetivo mostrar que o que não existe é ativamente produzido como não-existente, ou seja, como uma alternativa não viável às existentes. Seu objeto empírico é impossível a partir do ponto de vista das ciências sociais convencionais. Se trata de transformar objetos impossíveis em objetos possíveis, objetos ausentes em objetos presentes. A não existência é produzida sempre que uma certa

concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vai construindo no presente a partir das atividades de cuidado. O significado mais profundo das emergências pode ser detectado nas mais diferentes tradições culturais e filosóficas. O conceito que preside a sociologia das emergências é o "Todavia-não". Extrai o que existe somente como latência, um movimento latente em processo de manifestar-se. A sociologia das emergências consiste na investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. O Todavia-Não, longe de ser um futuro vazio e infinito, é um futuro concreto, sempre incerto e sempre em perigo. A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes, de modo que se identifique as tendências de futuro sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustrações (SANTOS, 2011).

Este trabalho pretendeu gerar material de reflexão para os agentes do Estado, para a projeção de um novo caminho.

entidade é desqualificada e considerada invisível, não inteligível ou descartada. Não há apenas uma maneira de produzir ausência, mas várias, o que as une é uma mesma racionalidade monocultural (SANTOS, 2011).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A composição deste último capítulo está vinculada a um olhar geral e crítico do texto como um todo, revisando os passos dados e os caminhos eleitos.

Como consideração final primeira, importante afirmar que foi um caminho encaixado, tão difícil e tortuoso e tão compensador e enriquecedor quanto têm sido as trilhas percorridas nos últimos trinta anos, de compromisso e militância para com a conservação da natureza.

A partir das reflexões ao longo do Programa de pós-graduação, este suporte estrutural se consolidou. Em se tratando de uma não-geógrafa vinculada a um programa acadêmico em Geografia, o desenvolvimento da tese não poderia deixar de trazer dificuldades, ainda mais em uma escola compromissada com o aprendizado e a produção de conhecimento.

Dos vários elementos e conceitos estudados, entre eles (em ordem alfabética) biodiversidade, ciência, conflito, espécie ameaçada, Estado democrático, fauna, fragmentos florestais, legislação, mapa, matriz, modernidade, paisagem, paradigma, sistema-mundo, plano de manejo, poder, políticas públicas, povos e comunidades tradicionais, rede social, território, tradicionalidade, unidade de conservação e vegetação, na perspectiva da geografia, os que mais exigiram aprofundamento e dedicação foram o conceito de território e os conceitos relativos ao mapa e à cartografia.

Em paralelo, como experiência inédita, a concepção de um conceito novo: “remanescência”. Apresentado e defendido na tese, foi percebido como possibilidade a partir da leitura de estudos e mapas que se focaram nos remanescentes da Mata Atlântica. Seu surgimento se conjugou a um outro conceito, concebido por um pesquisador em suas vivências na Amazônia: “arborescência”, apresentado em um texto, pela prof. Sueli Furlan, durante o aprendizado que se deu com o cumprimento dos créditos.

Na paisagem florestal amazônica, manifesta-se a arborescência como uma forma completa, total, cósmica: conectando um alto e um baixo e atribuindo a cada um deles o mesmo valor (não há hierarquia entre o ‘superior’ e o ‘inferior’). Uma forma voltada/tensionada tanto para cima – o céu, o ar, o vento, o fogo solar (luz), a água celeste (chuva) – quanto para baixo – o chão, a terra, a sombra, a água terrestre (rios e lagos). Sua verticalidade mediadora procede de uma polaridade reflexiva e reversível – os galhos são potencialmente raízes celestes, e as raízes, galhos terrestres... [...] Experimento uma paisagem povoada por sujeitos cósmicos, verticais e monumentais, solenes e compreensivos, ‘arborescentes’: tão telúricos e aquáticos quanto aéreos e celestes. Ademais, a floresta amazônica (complexa e profusa, emaranhada e labiríntica) articula perfeitamente a verticalidade arborescente com as horizontalidades rizomáticas (PARDINI, 2012:591).

A arborescência, como conceito, ficou ecoando, até a concepção da remanescência se consolidar. O remanescente, aquilo que remanesceu, que sobrou, que não deixou de existir, mesmo com a chegada da modernidade ao continente americano. E que acabou por compor um sistema de áreas protegidas. Nos últimos 30 anos, a narrativa da importância de conservação dos fragmentos florestais remanescentes veio se consolidando nas instituições públicas e na sociedade mobilizada pela conservação da natureza.

Um recorte não conquistado foi o de incluir a poética presente em “arborescência” no conceito de remanescência. Os anos dedicados à observação da relação humano-natureza possibilitou a percepção de que os componentes afetivos, simbólicos e estéticos são fortes, mas a inclusão da poética nos conceitos, exige mais esforço.

O esforço, neste estudo, se deu na linha da reflexão. Olhar, avaliar, ponderar, considerar, arriscar conclusões.

O olhar sobre o processo histórico de uso e ocupação da terra, esteve presente ao longo de todo o estudo, se iniciando na consideração que os projetos econômicos de origem e concepção colonial, que resultaram na devastação da Mata Atlântica e do Cerrado, incluíram em seu pacote, pelo menos, a concentração de renda, a injustiça social, o genocídio dos povos originários e a escravidão.

Estes fatos estiveram e estão diretamente vinculados às dificuldades e facilidades da implantação do sistema de unidades de conservação. Dificuldades no sentido de as unidades de conservação consolidarem-se como elementos de afirmação dos preceitos de bem comum e justiça social que – finalmente – no Brasil se fizeram presentes na Constituição de 1998, portanto, sendo elementos de contraponto ao projeto colonial de modernidade que persiste no mundo contemporâneo.

Por outro lado, dentre as facilidades na implantação do sistema de unidades de conservação, está o vínculo com o Poder do Estado.

Em que pese ser o Estado brasileiro de origem colonialista, capitalista e genocida, é possível afirmar que a construção de um Estado democrático se constitui em desejo da sociedade brasileira. Se o olhar for voltado ao passivo ambiental gerado pela destruição de florestas, a implantação e manutenção de um sistema de unidades de conservação de coaduna com o enfrentamento deste passivo. Se o olhar for voltado ao passivo junto às comunidades tradicionais, por exemplos remanescentes de quilombos, que ainda agregam o

passivo dos mais de 300 anos de escravidão, a legislação atual de proteção a estas comunidades se coaduna com seu enfrentamento pela sociedade.

Certo é que a democracia brasileira não amadureceu. Vitórias e derrotas se intercalam.

Seguindo a perspectiva dialógica de apresentar ao leitor desta tese os pensamentos organizados em tópicos, este último capítulo permanece pinçando temas, ora reforçando o que já foi dito, ora levantando questões que exigem aprofundamento.

A dicotomia natureza cultura

As ramificações dos caminhos percorridos neste estudo levaram à dedicação a algumas abordagens em especial. Paradigmas da conservação foi uma delas. O refletir e registrar sobre paradigmas trouxe um desencadeamento de percepções, revelando as origens da devastação e da conservação. O processo histórico que envolve os atuais paradigmas da conservação é denso.

A superação do paradigma da dicotomia natureza-cultura está em curso. Não tem sido um caminho de fácil percurso, mas vem sendo pavimentado pelo pensamento reflexivo, pelos movimentos sociais e também pela geração de normativas da conservação da natureza, elaboradas e defendidas por agente públicos e políticos comprometidos com a democracia e o bem comum.

As “Epistemologias do Sul” se revelaram ao longo do desenvolvimento do Programa de pós-graduação como um pavimento seguro, onde está proposto considerar que o indivíduo autônomo é um produto de comunidades autônomas, que não afirmam sua autonomia negando a natureza, “pelo contrário, assumindo ser parte dela, desta Mãe Terra, em harmonia com ela, como forma de sustentabilidade da vida” (SANTOS, 2011:19)

Mapas e mapas do território da conservação

No início deste último capítulo foram evocados os caminhos eleitos e as trilhas percorridas. Nos mapas do território da conservação, os caminhos e trilhas estão presentes na escala local, a menos que sejam longos e largos. Neste paralelo entre caminhos físicos representados nos mapas e caminhos mentais sobre o significado e a importância das representações cartográficas, consolidei o aprendizado anterior de que os mapas “fornecem respostas a muito mais perguntas do que simplesmente como ir de um lugar a outro”

(BROTTON, 2014:10) e percebi que não é suficiente designar aos mapas apenas a representação da localização e da extensão.

Para uma não-geógrafa, a oportunidade de aprender e discorrer sobre a fundamentação teórica do processo cartográfico desencadeou uma sequência de percepções inéditas sobre o mapa. Também, a oportunidade de pensar a cartografia e os mapas para além de uma identidade meramente prática e técnica possibilitou a compreensão e a atenção sobre o movimento acompanhado e estudado pela Prof. Fernanda Padovesi Fonseca, denominado “crise” do mapa.

Ao ingressar no Programa de pós-graduação, considerava que o amparo dado pelo mapa à existência de um sistema de unidades de conservação estava totalmente relacionado à representação do espaço geográfico. Ao final desta tese arrisco afirmar que a cartografia do território da conservação está submetida à “ideologia da verdade topográfica”, cunhada por Brian Harley.

O debate reflexivo aqui oferecido é crucial: é preciso que os agentes do Estado tenham no mapa mais do que a representação do espaço geográfico. Um gestor de UC preocupado com protagonismo de outros setores sociais na conservação da natureza não se contentará com a “verdade topográfica”. No entrecruzamento das questões que emergiram ao longo do processo de reflexão que caracteriza este trabalho de pesquisa, as abordagens relativas a sobreposições territoriais exigem o aprofundamento futuro da análise do quanto os mapas gerados para os territórios da conservação conseguem dialogar com outras lógicas espaciais que não extensão, contiguidade e continuidade.

2019

Ao longo deste estudo foi destacado que o Estado é a instância de Poder para que a remanescência seja ou não legitimada. O aprofundar a reflexão sobre o Estado brasileiro com foco específico nas posturas políticas de conservação da natureza, considerando "o cuidado com o meio ambiente" como um dever do Estado e "o meio ambiente sadio e equilibrado" como um direito fundamental, levou à constatação da crise política e institucional intensa vivenciada no Brasil do século XXI.

No âmbito do Estado brasileiro, a política não vem sendo praticada para trazer espaços de possibilidade de construção (MACAMO, 2014) para o bem-estar e a justiça social. Neste momento, pelo contrário, em muitas ocasiões, se dá a construção de espaços de retrocesso.

A crise política do Estado brasileiro explicita a polarização entre um Estado "idealizado", que cultivaria a justiça social e o bem comum e um Estado autoritário, patriarcal e colonialista, alinhado ao modelo econômico capitalista e concentrador de renda.

Dentre as atribuições do agente público está a discussão e a reflexão sobre o trabalho a ser desenvolvido. A análise, a crítica e a autocrítica são dimensões das atribuições dos servidores públicos. Eles devem estar atentos aos projetos importantes para a sociedade.

Uma das afirmações das Rodas de conversa sobre o Estado e o agente público reflete uma preocupação que não é só do agente público, a de “estarmos submetidos a projetos de governo, as vezes contrários às nossas convicções”.

O dia primeiro de janeiro de 2019 amanheceu trazendo um destes projetos publicados no Diário Oficial de São Paulo:

DECRETO Nº 64.059, DE 01 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre as alterações de denominação, transferências e desativações que especifica e dá providências correlatas

Artigo 1º - A denominação das Secretarias de Estado adiante indicadas fica alterada na seguinte conformidade:

I - de Secretaria de Planejamento e Gestão para Secretaria de Desenvolvimento Regional;

II - de Secretaria da Fazenda para Secretaria da Fazenda e Planejamento;

III - de Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania para Secretaria da Justiça e Cidadania;

IV - de Secretaria do Meio Ambiente para Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente;

V - de Secretaria da Cultura para Secretaria da Cultura e Economia Criativa;

VI - de Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação para Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

VII - de Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude para Secretaria de Esportes.

Um pouco mais adiante no mês de janeiro de 2019, estava em curso o debate sobre a reestruturação do Sistema Ambiental Paulista, a partir das reformulações estabelecidas. A carta aberta da Associação dos Especialistas Ambientais do Estado de São Paulo- AEAESP denunciava a intenção da extinção da CBRN e o descumprimento da Política Estadual do Meio Ambiente.

E as denúncias partiram não só dos agentes públicos do sistema ambiental paulista, pois o mês de janeiro de 2019 chegou trazendo também o desmonte do sistema ambiental

federal. As melhores fontes, nestes meses de agruras ambientais, foram as redes sociais. É daí que saem as informações sobre as ações e intenções dos altos escalões de poder. Uma referência de importância, pela confiabilidade, é o sítio eletrônico “Direto da Ciência”¹⁸⁹. A seleção de matérias-denúncias publicadas sobre o então Secretário do Meio Ambiente e atual Ministro do Meio Ambiente, que demonstram as disparidades entre as políticas de governo e as atribuições do Estado, com a consequente resistência dos agentes públicos, está registrada no apêndice 4.

Em São Paulo, o debate estava sendo proposto pelos agentes públicos, mas não foi acolhido. Em 11 de março, sem qualquer participação do corpo técnico da SMA – que a esta altura já se denominava SIMA – e da SAA, ou dos setores sociais envolvidos, foram publicados o Decreto Estadual 64.131/2019, que “Altera a denominação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, dispõe sobre as transferências que especifica, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, e dá providências correlatas” e o Decreto Estadual 64.132/2019, que “Dispõe sobre a organização da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e dá providências correlatas”.

Uma vez divulgadas publicamente as novas políticas a serem implementadas, uma outra instância de poder – o legislativo – achou por bem, finalmente, possibilitar um debate, o que se fez por meio de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. O evento ocorreu em 24 de abril de 2019, denominado “Reestruturação das políticas de agricultura e meio ambiente”, e contou com mais de 200 participantes¹⁹⁰.

O trazer este tema específico e este evento para a discussão final desta tese possibilita uma amarração dos argumentos desenvolvidos neste estudo: a disputa de narrativas, a reflexão sobre o papel do agente público militante e articulador, a grande importância das normativas jurídicas no diálogo social.

Uma das pessoas que se manifestou na audiência pública, justamente pelo fato de não se tratar de uma agente pública, consolidou em sua fala alguns destes aspectos. Declarou

¹⁸⁹ **Direto da Ciência** é um site jornalístico baseado em São Paulo (SP), destinado ao público de nível superior interessado nos rumos da ciência (inclusive humanidades e tecnologia), do ensino superior e da gestão e da política ambiental. São basicamente docentes de ensino superior, pós-graduandos, pesquisadores, professores da educação básica, estudantes de graduação e profissionais de instituições públicas e particulares atuantes em educação, agricultura, saúde, transportes, energia, meio ambiente e em outras áreas técnico-científicas, assim como os formadores de opinião e os tomadores de decisão. (<http://www.diretodaciencia.com/>)

¹⁹⁰ <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?26/04/2019/politicas-de-agricultura-e-meio-ambiente-sao-discutidas-em-audiencia>

confiança – conquistada no processo histórico recente – no trabalho dos agentes públicos do meio ambiente e da agricultura; citou a elaboração de uma normativa de fundamental importância para comunidades tradicionais, que foi construída em conjunto com o Estado e questionou a validade e a necessidade de mudança na estrutura das duas secretarias.

Tem uma resolução que a Secretaria do meio ambiente editou no final do ano passado, a Resolução 189¹⁹¹ e tem aqui um técnico de carreira, um especialista ambiental, que se dedicou por pelo menos dois anos, indo até as várias regiões do Estado, dialogando.... esta coordenadoria foi responsável por fazer todo esse link... o problema é você ter dentro das estruturas de governo quem se preocupe em fazer esses links entre as diversas secretarias e as diversas agendas. E a CBRN faz isso, e eu digo faz, porque pra mim a CBRN não acabou não. Vou continuar defendendo a CBRN, assim como vou defender a CATI. Vou defender as estruturas. Independente do nome, a gente está falando de identidade. A Resolução 189 fala de manejo. Ela impacta diretamente o agricultor familiar, o quilombola, a caiçara, e foi construída de uma forma belíssima, que culminou numa consulta pública e qual gora... quem vai tratar da implementação desta resolução? As roças tradicionais dependem desta resolução pra serem implementadas. Quem vai fazer isso? A gente está, desde o começo do ano, vivendo na escuridão, porque a gente não sabe, de fato, quem ficou com qual atribuição. Nem os servidores têm segurança nisso. Olha o que se está fazendo com as pessoas... Olha o que o Estado está fazendo com o servidor e a sociedade... nesse período, a gente fica sem saber a quem recorrer...{...} ...e a gente quer entender o que esta mudança agregou de positivo para essas agendas e o que tinha de tão errado com a estrutura que estava funcionando, porque ela precisou ser mudada? Qual justificativa desta alteração? (Transcrição de trechos da fala de Ivy Wiens, Assessora técnica do Instituto Socioambiental - ISA)¹⁹²

Já o depoimento de um agente público da Secretaria da Agricultura demonstra, explicitamente, a insatisfação com o processo de reestruturação imposto em 2019.

Tenho uma vivência de 30 anos trabalhando, em Ubatuba, onde o conflito com as questões ambientais é grande..... [...] ...[é preciso] mais transparência neste processo, que a participação seja efetiva... a gente não quer simplesmente fazer parte, ter apenas um representante numa comissão em que as coisas já estão previamente decididas, e também

¹⁹¹ <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2018/12/resolucao-sma-189-2018/>
Estabelece critérios e procedimentos para exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Estado de São Paulo.

¹⁹² <https://www.youtube.com/watch?v=d9NxcAeCVcU>

na questão de descentralização, pra que a gente consiga efetivamente atuar em rede, mas o atuar em rede, numa rede de cooperação e não simplesmente achar que a extensão possa ser feita via internet... a internet é uma ferramenta, mas ela não substitui as relações entre as pessoas.... [...] uma mudança estrutural sem avaliar anteriormente qual foi a trajetória, sem definir quais foram os resultados alcançados, quais foram os gargalos pra a implementação das políticas... porque a CATI não nasceu hoje...teve coisas positivas, teve defeitos também, então a gente quer aprimorar, quer evoluir, mas isso tem que ser a partir de um estudo mais aprofundado, [...] ... como, no caso da transferências das atribuições ambientais, a gente vê claramente que não tem estrutura pra atender de forma eficiente a mudança que foi proposta. [...] ...com relação à ocupação do espaço, que é onde acontece a interface entre agricultura e meio ambiente, nós precisamos ter uma evolução tecnológica, que vai depender muito da pesquisa e da extensão rural mais próximas do produtor rural... é importante diferenciar, aqui, informação de conhecimento... a informação, realmente, a internet facilita, está disponível, mas conhecimento é uma coisa construída e depende das relações pessoais. Não são coisas substituíveis. A proposta é que esta construção do conhecimento seja fortalecida. Mais do que nunca, nós estamos saindo de uma agricultura de insumos, pra ir pra uma agricultura de conhecimentos. Então, mais do que nunca, nós vamos precisar de pesquisa pública e de extensão rural pública (Transcrição de trechos da fala de Antônio Marchioli, funcionário da CATI, representante da APAER - Associação Paulista de Extensão Rural)¹⁹³

Não foi pretensão, aqui, se proceder à análise das consequências de tais ações dos governantes, este é assunto, talvez, para uma outra tese, mas é possível reafirmar que muitos dos agentes públicos “se sentem com as asas feridas”.

O agente público militante da conservação

Enquanto sujeito e objeto deste estudo, o agente público aqui delineado guarda características específicas, traz um perfil específico, dentre os outros tantos perfis de funcionários componentes do corpo estatal: é militante da conservação da natureza; tem por responsabilidade política a garantia do bem comum e da justiça social; é executor das atribuições do Estado, estando, portanto, integrado, respaldado, mas também submetido, à estrutura organizacional e hierárquica do corpo estatal. Agir de acordo com as lógicas dos

¹⁹³ <https://www.youtube.com/watch?v=d9NxcAeCVcU>

governantes e cumprir ordens superiores é também um dever do agente público. Nas condições de um Estado liberal, em plena crise com relação aos princípios da democracia, pode-se afirmar que não raramente este agente público é submetido e se submete a desafios de ordem moral e conceitual.

Pelo menos dois outros perfis podem ser aqui apontados – e conjugados – independentemente dos funcionários caracterizarem-se, administrativamente, como concursados, comissionados ou terceirizados: o agente público que simplesmente cumpre suas funções, dentro das perspectivas e possibilidades delineadas para seu cargo e o agente público alinhado com as lógicas de um Estado mínimo e liberal, capitalista e colonialista,.

Existe, então, uma contradição latente e permanente no corpo Estatal. O agente público militante da conservação da natureza assume a postura política de viabilizar as ações que sustentem a garantia do bem comum e da justiça social, estando atento à postura política de imposição de modelos hegemônicos adotados pelo Estado, quando tais modelos inviabilizam o bem comum e a justiça social. Neste contexto, o agente público se contrapõe ao poder interno, mas continua agindo com base no Poder do Estado, calcado em normativas que regulam suas ações.

Sob esta perspectiva, surge uma nova reflexão sobre os diferentes “lugares” ocupados pelos agentes do Estado: aqueles que se colocam um pouco mais em negação do *status quo* tendem a não ocupar lugares de tomadas de decisão e ficam operando no espaço da discricionariedade. Já aqueles que demonstram menos apego a esse tipo de negação se habilitam a ocupar lugares mais privilegiados na formulação de políticas públicas. Todos agentes do Estado incidem em políticas públicas, direcionando para um lado ou para outro e isto está condicionado aos lugares e ocupantes desses lugares. São dualidades que geram disputas de narrativas.

A partir de tais reflexões, surge uma hipótese que, coadunada com a caracterização do agente público militante da conservação, se confirma: a lógica epistemológica da conservação da natureza se constitui em “resistência” institucionalizada dentro de um corpo estatal que conduz ações sob outras lógicas e sob epistemologias hegemônicas.

Entendendo-se as lógicas e as epistemologias hegemônicas como aquelas que tendem a prevalecer, a se impor, a se difundir sobre as demais, envolvendo aspectos políticos, culturais, intelectuais e morais¹⁹⁴.

A hipótese, portanto, se refere à posição de crítica e resistência aos modelos hegemônicos, olhando a conservação da natureza enquanto ação política e social primordial. A figura 19 representa a síntese da hipótese delineada para este estudo.

Em que pese o sistema de unidades de conservação caracterizar-se como território de caráter eminentemente funcional, marcado pelo Poder do Estado, instrumentos sociais garantidos por normativas legais, como os conselhos gestores de unidades de conservação, podem reverter o quadro de democracia de baixa intensidade hoje vigente, para uma democracia representativa e participativa de fato. O caminhar pelas trilhas da conservação demonstrou que a construção de um estado democrático e popular, só pode ser feita se for construída de fato em diálogo com os diversos segmentos que atuam nos territórios geridos pelo Estado. Não apenas o diálogo do ouvir ou perguntar. Mas o diálogo de pertencer.

O conjunto de ações – estabelecimento, implantação e manutenção do sistema de unidades de conservação - é considerado, neste estudo, como uma inovação, ao possibilitar bases normativas de justiça social e direitos humanos, além do controle e participação democráticos. Reconhecer a dimensão desta tarefa constitui um estímulo a este processo, que muitos já iniciaram, buscando as inovações técnicas e sociais necessárias para superação das historicamente permanentes crises sociais, econômicas e ambientais, que estão estreitamente relacionadas entre si.

¹⁹⁴ Afirmação delineada sob inspiração do pensamento de Antonio Gramsci

FIGURA 19 – Síntese da hipótese

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [s. l.], v. 21, p. 7–20, 1986.
- ADAMS, Cristina. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelas caiçaras: uma revisão. **Interciencia**, [s. l.], v. 25, n. 3, 2000.
- ARAUJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- BARBIERI, R. L.; STUMPF, E. R. T. (EDS.). **Origem e evolução de plantas cultivadas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
- BARDIN, Laurence; RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRACHO, Carlos. Reflexões sobre a psicologia do meio ambiente. **Análise Psicológica**, [s. l.], v. 9, p. 243–249, 1991.
- BELFORT, Lucia Fernanda Inácio. **A proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, em face da convenção sobre diversidade biológica**. 2006. Dissertação (Mestrado em direito) - Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2006.
- BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos E. Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição brasileira. In: **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 77–150.
- BERTIN, Jacques. **A neográfica e o tratamento gráfico da informação**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1986.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In: PÁDUA, José Augusto (Ed.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. São Paulo: Editora Peirópolis LTDA, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 22–63.
- BIM, Ocimar José Baptista et al. De parque a mosaico: ecologia de paisagem no processo de recategorização do parque estadual Jacupiranga (SP). **Confins (online)**, [s. l.], n. 32, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/12216>>
- BIM, Ocimar José Batista. **Mosaico do Jacupiranga-Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRAGA, Alice Serpa. Tratados internacionais de meio ambiente: estatura no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, [s. l.], v. 16, n. 2936, 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19556>>

BRITO, Maria Cecília Wey. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

BRITO, Maria Cecília Wey; JOLY, Carlos Alfredo. Infra-estrutura para Conservação da Biodiversidade. In: JOLY, Carlos Alfredo; BICUDO, Carlos Eduardo de Mattos (Eds.). **Biodiversidade no Estado de São Paulo**. São Paulo: FAPESP, 1999. v. 7p. 118.

BROCKMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Psicologia: reflexão e crítica**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 525–535, 2003.

BROTTON, Jerry. **Uma história do mundo em doze mapas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BURAWOY, Michael. Critical Sociology: A Dialogue between Two Sciences. **Contemporary Sociology**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 12–20, 1998.

CASTI, Emanuela. Cartographie. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Eds.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 134–135. Tradução de Fernanda Padovesi Fonseca e Jaime Oliva

CASTRO, Daniel Stella. A instituição da reserva legal no código florestal brasileiro: fundamentos histórico-conceituais. **Revista do Departamento de Geografia**, [s. l.], v. 26, p. 132–154, 2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O Que é Ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHAUÍ, Marilena et al. **Que democracia? Safatle, Fabio Konder Comparato e Gilberto**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7T953DTcpBw>>. Acesso em: 7 maio. 2019.

CNUMAD Conferência Das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Resumo da Agenda 21**. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.

COSTA NETO, Joaquim de Britto. **A complexidade da questão fundiária nos parques e estações ecológicas do estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário**. São Paulo: Instituto Florestal, 2018. Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br>>

COSTA NETO, Joaquim de Britto. **A questão fundiária nos parques e estações ecológicas do Estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário**. 2006. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DALLARI, Pedro. Desenvolvimento sustentável em favor da justiça social no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto (Ed.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. São Paulo: Editora Peirópolis LTDA, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 194–215.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBARBIEUX, Bernard. **Representación**. 2007. Disponível em: <<http://www.hypergeo.eu/spip.php?article412>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

DEGUIGNET, Marine et al. **2014 United Nations list of protected areas**. Cambridge: UNEP-WCMC, 2014. Disponível em: <http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/9304/-2014%20United%20Nations%20List%20of%20Protected%20Areas-20142014_UN_List_of_Protected_Areas_EN.PDF?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2019.

DEPAN - SMA, SP. **Projeto Petar: Sistematização de Dados - Atividades em Desenvolvimento (documento interno)**. São Paulo: Departamento de Parques e áreas naturais, 1988.

DEPAN - SMA, SP. **Projeto Petar: Sistematização de Dados - Atividades em Desenvolvimento (documento interno)**. São Paulo: Departamento de Parques e áreas naturais, 1991.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociologia sentipensante para America Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2009.

FATHEUER, Thomas; FUHR, Lili; UNMÜßIG, Barbara. **La economía verde por dentro. Promesas y trampas**. Mexico: Fundación Heinrich Böll México, Centroamérica y El Caribe, 2016. Disponível em: <<https://mx.boell.org/es/2016/12/17/la-economia-verde-por-dentro-promesas-y-trampas>>

FERNANDES, Dalvani. Território e territorialidade: algumas contribuições de Raffestin. **Perspectivas em Políticas Públicas**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 59–68, 2009.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz De. **O meio ambiente prejudicou a gente... : politicas publicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento : desvelando a pedagogia de um conflito no vale do Ribeira (Iporanga-SP)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Campinas, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251492>>

FONSECA, André Luis de Castro. **Do Serviço Florestal do Brasil (SFB) de 1921 ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) de 2006**. 2009. Monografia (Engenharia Florestal) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

FONSECA, Fernanda Padovesi. A naturalização como obstáculo à inovação da cartografia escolar. **Geografares**, [s. l.], n. 12, p. 175–210, 2012.

FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. **Cartografia**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

FREITAS, Viviane de Andrade. Aspectos fundamentais da Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4724, 7 jun. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/49444>>. Acesso em: 27 maio 2017.

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (FF). **Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)** FF, 2018.

Disponível em:

<<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-concluidos/plano-de-manejo-pe-turistico-do-alto-ribeira-petar/>>

FURLAN, Sueli Ângelo et al. Biogeografia: reflexões sobre temas e conceitos. **Revista da ANPEGE**, [s. l.], v. 12, n. 18, p. 97–115, 2016.

FURLAN, Sueli Ângelo. **Lugar e cidadania; implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião - São Paulo)**. 2000. Tese (Doutorado Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1982.

GOMES, Laurentino. **1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. São Paulo: Globo Livros, 2013.

GROSFOGUEL, Ramon. Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial. **TABULA RASA**, Bogota, n. 9, p. 199–216, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200011&lng=en&nrm=iso>

GUILLAUMON, João Regis (ED.). **Pesquisando São Paulo: 110 anos de criação da Comissão Geográfica e Geológica**. São Paulo: IG/SMA, Museu Paulista/USP, IF/SMA, 1996.

GUIX, Juan Carlos. Intervalos, a plenitude da mata atlântica. In: **Intervalos**. São Paulo: Fundação Florestal, 1994. p. 22–35.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito Da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Território. In: FERNANDES, José A. Rio (Ed.). **Dicionário de geografia aplicada: terminologia da análise do planejamento e da gestão do território**. Porto: Porto Editora, 2016. p. 493–494.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. **Cofins**, [s. l.], n. 5, p. 24, 2009. Disponível em:
<<http://www.ppghis.ufma.br/wp-content/uploads/2016/08/7-John-Brian-Harley-Mapas-saber-e-poder.pdf>> Acesso em janeiro 2018

- HARRÉ, Rom; BROCKMEIER, Jens; MÜHLHÄUSLER, Peter. **Greenspeak: A study of environmental discourse**. [s.l.] : Sage Publications Thousand Oaks, CA, 1999.
- HAYAMA, Andrew Toshio. **Unidades de conservação em territórios quilombolas: conflitos socioambientais e atuação da defensoria pública**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, 2017.
- IBAMA. **Roteiro metodológico de planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica**. São Paulo: Edições IBAMA, 2002.
- INSTITUTO FLORESTAL. **Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo**. 2005. Disponível em: <<http://iflorestal.sp.gov.br/2005/03/01/inventario-florestal-da-vegetacao-natural-do-estado-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- INSTITUTO FLORESTAL, X. **Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo – SIFESP**, 2010. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/sifesp/inventario-florestal/>>. Acesso em: 5 maio. 2019.
- JORDÃO, Silvia. **A contribuição da Geomorfologia para o conhecimento da fitogeografia nativa do estado de São Paulo e da representatividade das Unidades de Conservação de Proteção Integral**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia em Gramsci**. 2002. Disponível em: <<https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=298>>. Acesso em: 14 maio. 2017.
- KRONKA, Francisco José Nascimento et al. Monitoramento da vegetação natural e do reflorestamento no Estado de São Paulo. **Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto**, [s. l.], v. 12, p. 16–21, 2005.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- LEMINSKI, Paulo. **Distraídos venceremos**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LÉVY, Jacques. Euclidien (Espace). In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 351. Tradução de Fernanda Padovesi Fonseca e Jaime Oliva
- LÉVY, Jacques. La cartographie, enjeu contemporain. In: **la carte, um espace à construire**. Paris: Dossier nº 8036, Documentation photographique, La Documentation Française, 2003. p. 1–16. Tradução de Fernanda Padovesi Fonseca e Jaime Oliva
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do direito civil. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], n. 141, p. 11, 1999.

LOBO, Paulo. Direito Civil Constitucional. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, [s. l.], v. 1, n. 13, p. 31, 2017.

LUSSAULT, Michel. Nature. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 654–657.

MACAMO, Elísio. A maldição do Estado: Anotações sobre a trivialização do político. In: IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONOMICOS 2014, Moçambique. **Anais...**. In: ESTADO, RECURSOS NATURAIS E CONFLITO: ACTORES E DINÂMICAS. Moçambique Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/IV_Conf2014/Eliso_macamo_%20Abertura_maldicao%20do%20Estado.pdf>. Acesso em: 5 out. 2017.

MARCHINI, Silvio; CAVALCANTI, Sandra M. C.; PAULA, Rogério Cunha de. **Guia Prático de Convivência Predadores Silvestres e Animais Domésticos**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, 2011. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cenap/images/stories/>>

MARINHO, Mauricio de Alcantara. **Territorialidade e governança em áreas protegidas: o caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINELLI, Marcello. **As representações gráficas da geografia: os mapas temáticos**. 1999. Tese de livre docência (Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARTINS, Letícia da Costa. DEMANGE, Lia Helena Monteiro de Lima. FERRAZ, Mariana de Araújo. ANGELIM, Rodrigo Pereira. CALDERONI, Vivian. MARINHO, Yuri Rugai. A Convenção sobre Diversidade Biológica: repartindo benefícios e protegendo recursos. **Revista de Direito Ambiental**. Ano 13, nº 51, p. 141-165. Jul./Set. 2008.

MECHI, Andréa; SANCHES, Djalma Luiz. Impactos ambientais da mineração no Estado de São Paulo. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 24, n. 68, p. 209–220, 2010.

MEDEIROS, Rodrigo. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - UFRJ/PPG, Rio de Janeiro, 2003.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 1–25, 2006.

MEDEIROS, Rodrigo; PEREIRA, Gustavo Simas. Evolução e implementação dos planos de manejo em parques nacionais no estado do Rio de Janeiro. **Revista Árvore**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 279–288, 2011.

MENDES, José Manuel de Oliveira. **Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas**. 2003. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11056/1/Perguntar%20e%20observar%20n%C3%A3o%20basta%2C%20%C3%A9%20preciso%20analisar.pdf>>.

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia de paisagem? **Biota Neotropica**, [s. l.], v. 1, p. 1–9, 2001.

MEZZADRA, Sandro. **Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

MICARELLI, Giovanna. Soberanía alimentaria y otras soberanías: el valor de los bienes comunes. **Revista Colombiana de Antropología**, [s. l.], v. 54, n. 2, p. 119–142, 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Dez anos do sistema nacional de unidades de conservação da natureza lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao06072011055602.pdf>

MONTORO, André Franco. **Da “democracia” que temos para a democracia que queremos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

MUSSI, Fábio. **Ideologia e fanatismo**. 2018. Disponível em: <<https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=645>>.

NALON, Marco Aurélio. **Inventário Florestal do Estado de São Paulo**. São Paulo

NOGUEIRA-NETO, Paulo. **Uma Trajetória Ambientalista: Diário de Paulo Nogueira-Neto - Pesquisa Google**. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.

NUNES, João Arriscado. Um discurso sobre as ciências 16 anos depois. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Ed.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as Ciências revisitado**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 59–84.

NUPAUB, Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. **Povos/Comunidades Tracionais e Áreas Protegidas no Brasil: Conflitos e Direitos**.: Série Documentos e Relatórios de Pesquisa. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa USP, 2011.

PEDROSO JÚNIOR, Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sergio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, [s. l.], p. 153–174, 2008.

PISCIOTTA, Katia Regina. **Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica**

más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93–127.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder : antología esencial**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Eds.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora expressão popular, 2009. p. 17–36.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.

REITEL, Bernard; ZANDER, Patricia. **Frontera**. 2016. Disponível em: <<http://www.hypergeo.eu/spip.php?article326>>.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Ana Augusta; OLIVEIRA COSTA, José Pedro De (EDS.). **A reserva na biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo**. São Paulo: Terra Virgem, 1998.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; BONONI, Vera Lucia Ramos (EDS.). **Diretrizes para conservação e restauração da biodiversidade no Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Botânica, 2008.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; BONONI, Vera Lucia Ramos (EDS.). **Diretrizes para conservação e restauração da biodiversidade no Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Botânica, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Epistemologias do Sul e a Descolonização das Ciências Sociais**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUO_EnEZzRw>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. **Travessias: revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**, Coimbra, v. 6/7, p. 15–36, 2008a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologías del sur. **Utopía y praxis latinoamericana**, [s. l.], v. 16, n. 54, p. 17–39, 2011b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introducción: las epistemologías del sur**. 2011a. Disponível em:<http://www.cidob.org/en/articulos/monografias/iv_training_seminar_formas_otras/introduccion_las_epistemologias_del_sur>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. New York: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

SÃO PAULO. **Contribuição dos Conselhos Gestores à Proteção das Unidades de Conservação: um guia prático para atuação a partir da fiscalização ambiental preventiva**.

São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/CEA, 2016. Disponível em:

<<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cfa/fiscalizacao/formacao-socioambiental/>>

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. A natureza como paisagem: imagem e representação no Segundo Reinado. **Revista USP**, [s. l.], n. 58, p. 6–29, 2003.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Diálogo e dialogismo em Mikhail Bakhtin e Paulo Freire: contribuições para a educação a distância. **Educação em Revista**, [s. l.], v. 30, p. 245–266, 2014.

SERNA, Daniel Ruiz; DEL CAIRO, Carlos. Los debates del giro ontológico en torno al naturalismo moderno. **Revista de Estudios Sociales**, [s. l.], v. 55, p. 193–204, 2016.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

SIMÕES, Eliane. **O dilema das decisões sobre populações humanas em Parques = jogo compartilhado entre técnicos e residentes no Núcleo Picinguaba**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010.

SIMÕES, Eliane. **Territórios em disputa: do impasse ao jogo compartilhado entre técnicos e residentes-Parque Estadual da Serra do Mar**. São Paulo: Annablume, 2014.

STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya; FITOUSS, Jean-Paul (EDS.). **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2010. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=STIGLITZ%2C+Joseph%2C+et+al.+Report+by+the+Commission+on+the+Measurement+of+Economic+Performance+and+Social+Progress.+2010&rlz=1C1SQL pt-BRBR848BR848&oq=STIGLITZ%2C+Joseph%2C+et+al.+Report+by+the+Commission+on+the+Measurement+of+Economic+Performance+and+Social+Progress.+2010&aqs=chrome..69i57.462j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOFFOLI, Carolina Born. **Recuperação da cobertura vegetal no Estado de São Paulo: políticas públicas, atores e estratégias territoriais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TOMAS, Fabio Leonardo. **A influência da biodiversidade florestal na ocorrência de insetos-praga e doenças em cultivos de tomate no município de Apiaí-SP**. 2010. Dissertação (Mestrado em Recursos florestais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

URBAN, Teresa. **Saudade do matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume, 2008.

VICTOR, Mauro Antonio Moraes et al. **Cem anos de devastação revisitada 30 anos depois**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Ector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentado. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Eds.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 73–102.

WEIGAND JR, Ronaldo; SILVA, Danielle Calandino da; SILVA, Daniela de Oliveira e. Metas de Aichi: Situação atual no Brasil. Brasília: UICN, WWF-Brasil e IPÊ, 2011

XAVIER, Ana Fernandes; BOLZANI, Beatriz Moraes; JORDÃO, Silvia. Unidades de Conservação da Natureza no Estado de São Paulo. In: RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; BONONI, Vera Lucia Ramos (Eds.). **Diretrizes para conservação e restauração da biodiversidade no Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Botânica, 2008. p. 22–42.

ZANELLA, José Luiz. A CRÍTICA DE MARX E ENGELS AO DOMÍNIO DAS IDÉIAS: A IDEOLOGIA. **Revista Faz Ciência**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 11, 2004.

APÊNCIDE 1: Lista de unidades de conservação

As unidades de conservação constantes deste apêndice são administradas pela Fundação Florestal e estão apresentadas em ordem cronológica de criação

Grupo	UC	Ano Criação	Área Aprox. (ha)
PI	PE Alberto Løefgren (Horto Florestal)	1896	174
US	FE Bebedouro	1927	99
PI	RB Alto da Serra de Paranapiacaba	1938	336
PI	PE Jaraguá	1939	493
PI	PE Campos do Jordão	1941	8.341
PI	PE Morro do Diabo	1941	34.441
PI	RB Experimental Mogi-Guaçu	1942	470
US	FE Batatais	1943	1.353
US	FE Avaré	1945	742
US	FE Piraju	1945	680
PI	EE Itapeti	1952	89,47
PI	EE Itaberá	1957	180,00
PI	EE Xituê	1957	3.095
PI	EE Ibicatu	1958	76,40
PI	PE Turístico do Alto do Ribeira (PETAR)	1958	35.712
PI	EE Bauru (EE Sebastião Aleixo da Silva)	1961	287,98
PI	EE Mata do Jacaré (de São Carlos)	1961	75,26
US	FE Cajuru	1962	1.910
US	FE Manduri	1962	1.485
US	FE Paranapanema	1962	2.183
PI	PE Ilha do Cardoso	1962	13.600
PI	PE Porto Ferreira	1962	611,55
PI	PE Cantareira	1963	7.900
PI	EE Bananal	1964	884,00
US	FE Águas de Santa Barbara	1964	3.790
US	FE Angatuba	1965	2.590
PI	EE Valinhos	1966	17
US	FE Botucatu	1966	34
PI	PE Assessoria da Reforma Agrária (ARA)	1969	64
PI	PE Fontes do Ipiranga	1969	543
PI	PE Vassununga	1971	2.071
PI	EE Caetetus	1976	2.178,84
PI	EE Chauás	1976	2.699,60
PI	PE Ilha Anchieta	1977	828
PI	PE Ilhabela	1977	27.025
PI	PE Serra do Mar	1977	332.000
PI	EE Paulo de Faria	1981	436
PI	EE Jataí	1982	9.074,63
PI	PE Carlos Botelho	1982	37.644
US	APA Campos do Jordão	1983	28.800

Grupo	UC	Ano Criação	Área Aprox. (ha)
US	APA Corumbataí, Botucatu e Tejupá - perímetro Botucatu	1983	215 216
US	APA Corumbataí, Botucatu e Tejupá - perímetro Corumbataí	1983	272.692
US	APA Corumbataí, Botucatu e Tejupá - perímetro Tejupá	1983	158.830
US	APA Tiête	1983	45.100
US	APA Cabreúva	1984	36.924
US	APA Cajamar	1984	13.400
US	APA da Serra do Mar (excluída área da APA dos Quilombos do Médio Ribeira, conforme LE nº 12.810/2008)	1984	424.375
US	APA Jundiaí	1984	50.257
US	APA Silveiras	1984	42.700
PI	EE Águas de Santa Bárbara (CNUC: EE de Santa Barbara)	1984	4.371,97
PI	EE Itirapina	1984	2.300,00
PI	EE Mogi-Guaçu	1984	981
PI	EE Ribeirão Preto	1984	154
PI	EE Angatuba	1985	1.394,15
PI	EE Itapeva	1985	106,77
PI	EE Santa Maria	1985	113
PI	RB Andradina	1985	168
PI	RB Sertãozinho	1985	720
US	APA Represa Bairro da Usina (área indefinida)	1986	997
PI	RB Pindorama	1986	128
US	APA Haras São Bernardo	1987	34
US	APA Ibitinga	1987	64.900
US	APA Ilha Comprida	1987	17.527
US	APA Piracicaba e Juqueri-Mirim (I)	1987	107.400
US	APA Piracicaba e Juqueri-Mirim (II)	1987	280.500
US	APA Várzea do Rio Tiête	1987	7.400
US	ARIE Pedra Branca	1987	636
US	APA Morro de São Bento	1988	2
US	APA Parque e Fazenda do Carmo	1989	868
US	ARIE Zona de Vida Silvestre da Ilha Comprida	1989	17.527
PI	PE Furnas do Bom Jesus	1989	2.069,06
PI	EE Assis	1992	1.760,64
PI	PE Jurupará	1992	26.250
US	APA Mata do Iguatemi	1993	3
PI	EE Noroeste Paulista	1993	169
PI	EE Paranapanema	1993	635
PI	PE Juquery	1993	1.928
PI	PE Mananciais de Campos do Jordão	1993	503
PI	PE Marinho da Laje de Santos	1993	5.000
PI	PE Xixová-Japuí	1993	901
PI	PE Campina do Encantado	1994	2.360
PI	PE Intervalles	1995	41.704
US	APA Itupararanga	1998	93.357
US	APA Sapucaí-Mirim	1998	39.800
US	APA Sistema Cantareira	1998	249.200
PI	PE Aguapeí	1998	9.044
US	APA Rio Batalha	2001	235.635
US	APA do Banhado	2002	9.100
US	APA São Francisco Xavier	2002	11.559

Grupo	UC	Ano Criação	Área Aprox. (ha)
US	FE Assis	2002	2.816
US	FE Edmundo Navarro de Andrade	2002	2.231
US	FE Pederneiras	2002	1.941
PI	PE Rio do Peixe	2002	7.720
PI	EE Barreiro Rico	2006	292,82
PI	PE Caverna do Diabo	2006	40.220
PI	PE Lagamar de Cananéia	2006	40.759
PI	MoNa Geiseritos de Anhembi	2007	150
US	APA de Cajati	2008	2.976
US	APA do Planalto do Turvo	2008	2.722
US	APA do Rio Vermelho e Rio Pardinho	2008	3.235
US	APA dos Quilombos do Médio Ribeira	2008	64.625
US	APA Marinha do Litoral Centro	2008	449.259,7
US	APA Marinha do Litoral Sul	2008	368.743
US	APA Marinha do Litoral Norte	2008	316.242
US	ARIE Guará (ARIE do Guará)	2008	455
US	ARIE São Sebastião	2008	608
PI	PE Rio Turvo	2008	73.894
US	RDS Barreiro/Anhemas	2008	3.175
US	RDS de Itapanhapima	2008	1.243
US	RDS de Lavras	2008	890
US	RDS dos Pinheirinhos	2008	1.531
US	RDS dos Quilombos de Barra do Turvo	2008	5.826
US	RESEX da Ilha do Tumba	2008	1128,26
US	RESEX Taquari	2008	1662,2
PI	EE Avaré (antigo Horto Florestal Andrada e Silva)	2010	719,02
PI	EE Marília (antiga EEx Marília)	2010	607
US	FE de Guarulhos	2010	92,20
US	FE Serra d'Água	2010	51
PI	MoNa Pedra do Baú	2010	3.154
PI	MoNa Pedra Grande	2010	3.166
PI	PE Itaberaba	2010	15.113
PI	PE Itapetinga	2010	10.192
PI	PE Restinga de Bertiooga	2010	9.312
PI	PE Nascentes do Paranapanema	2012	22.269
PI	PE Itinguçu (PE do Itinguçu)	2013	5.040
PI	PE Prelado (PE do Prelado)	2013	1.828
US	RDS da Barra do Uma	2013	1.487
US	RDS do Despraiado	2013	3.953
PI	RVS das Ilhas do Abrigo e Guararitama	2013	481
US	APA Barreiro Rico	2018	30.143
US	APA Serra do Itapeti	2018	5.138,94
US	APA Tanquã-Rio Piracicaba	2018	14.057
US	ARIE Leopoldo Magno Coutinho	2018	2.310,50
PI	PE Águas da Billings	2018	188
PI	RVS Aimorés	2018	1.724,24
PI	EE Juréia-Itatins	2013	84.425
PI	PE Águas da Prata	2018	51

PI: UC do grupo de Proteção Integral (SNUC, 2000)

US: UC do grupo de Uso Sustentável (SNUC, 2000)

Fonte: Fundação Florestal (Adaptado de Banco de Dados, 2019, material interno)

APÊNDICE 2: Mapas elaborados para o plano de manejo do PETAR

O plano de manejo do PETAR apresenta um conjunto de 25 mapas.

Estão organizados em mapas temáticos e mapas síntese, elaborados a partir dos temáticos.

Dentre os mapas síntese, há os relacionados ao zoneamento.

O mapa do zoneamento interno e o mapa da zona de amortecimento agregam à legenda um texto com os regramentos de uso.

No caso do PETAR, estes mapas e os regramentos compõem a Resolução SMA 57 de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e disponível no sítio eletrônico da Secretaria da Infraestrutura e do Meio Ambiente - SIMA

(<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2018/05/resolucao-sma-57-2018/>)

Mapas temáticos

Mapa 1. Remanescentes da Mata Atlântica

Mapa 2. Unidades de Conservação das Regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema

Mapa 3. Localização dos Pontos de Amostragem de Recursos Hídricos

Mapa 4. Classificação dos Pontos Amostrados (CONAMA 35705 e 36908)

Mapa 5. Geomorfologia do PETAR e Entorno MAPA TEMÁTICO

Mapa 6. Localização das Áreas Cársticas Agrupadas por Bacias

Mapa 7. Hipsometria com a Localização das Áreas Cársticas e Depressões Fechadas

Mapa 8. Solos do PETAR e áreas do Entorno MAPA TEMÁTICO

Mapa 9. Tipos do Terreno do PETAR e Área de Entorno

Mapa 11. Patrimônio Espeleológico do PETAR e Área de Entorno

Mapa 12. Cavidades Contempladas no Plano de Manejo Espeleológico

Mapa 13. Principais Formações Florestais Presentes no PETAR

Mapa 14. Vegetação Detalhada

Mapa 16. Ocupação Humana do Interior e do Entorno

Mapa 17. Vetores de Pressão

Mapa 18. Distribuição Espacial das Evidências de Patrimônio Histórico Cultural

Mapa 19. PHC_ Prioridades para Conservação, Pesquisa e Uso Público

Mapa 23. Planejamento da Fiscalização

Mapa 24. Trilhas e Atrativos

Mapa 25. Situação Fundiária

Mapas síntese

Mapa 10. Fragilidade Geoambiental do PETAR e Área do Entorno MAPA SÍNTESE DOS ESTUDOS DO MEIO FÍSICO

Mapa 15. Uso da Terra

Mapa 20. Zoneamento Interno

Mapa 21. Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos

Mapa 22. Zona de Amortecimento A3 zoneamento

A seguir estão apresentados dois exercícios: a análise expedita de 10 dos 25 mapas e a análise mais acurada de dois mapas, um temático e um síntese.

ANÁLISE EXPEDITA E CARACTERIZAÇÃO DE MAPAS DO PLANO DE MANEJO DO PETAR

Título do mapa	Recorte espacial	Elementos cartográficos destacados	Escala da base cartográfica e escala numérica	Função no PM (atribuída pelos técnicos e interpretada para esta tese)
Mapa 1. Remanescentes da Mata Atlântica MAPA TEMÁTICO	Regional - Vale do Ribeira e Alto Paranapanema	Vegetação e unidades de conservação	1:50.000 1:750.000	Demonstrar a grande extensão de remanescentes florestais nestas regiões e a concentração de unidades de conservação, além da contiguidade
Mapa 2. Unidades de Conservação das Regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema MAPA TEMÁTICO	Regional - Vale do Ribeira e Alto Paranapanema	Unidades de conservação, limites políticos (estaduais e municipais), hidrografia, rodovias e estradas	1:50.000 1:700.000	Oferecer um panorama geral das regiões. Demonstrar a presença, a quantidade de unidades de conservação e a extensão do território da conservação no Vale do Ribeira e Alto Paranapanema juntamente com as principais rodovias e hidrografia. Apresentar as categorias de UC, inclusive os mosaicos. Apresentar os elementos de conexão e impacto no território, representado pelas rodovias, em especial, a BR 115 e as várias SP.
Mapa 3. Localização dos Pontos de Amostragem de Recursos Hídricos MAPA TEMÁTICO	Local – PETAR	Limite do PETAR, hidrografia, rochas carbonáticas, área de recarga do carste	1:50.000 1:160.000	Informar a localização dos pontos de coleta para análise de água em cada base (áreas geográficas de organização operacional da UC) e fora da UC. Demonstrar que o tema “recursos hídricos” extrapola os limites da UC e relaciona-se com a proteção do carste.

Título do mapa	Recorte espacial	Elementos cartográficos destacados	Escala da base cartográfica e escala numérica	Função no PM (atribuída pelos técnicos e interpretada para esta tese)
Mapa 4. Classificação dos Pontos Amostrados (CONAMA 35705 e 36908) MAPA TEMÁTICO	Local – PETAR	Limite do PETAR, hidrografia, rochas carbonáticas, área de recarga do carste	1:50.000 1:160.000	Informar os resultados especializados das análises, dentro da classificação das Resoluções CONAMA. A diferença entre o mapa 3 e o 4 é que um demonstra a abrangência da atividade de análise dentro e fora da UC (mapa 3) e o outro demonstra os resultados da qualidade das amostras, podendo-se extrapolar para cada uma das regiões.
Mapa 5. Geomorfologia do PETAR e Entorno MAPA TEMÁTICO MAPA BASE PARA O MAPA SÍNTESE DE FRAGILIDADE	Local – PETAR e área envoltória	Limite do Petar, hidrografia e sistema viário	1:50.000 1:100.000	Localizar as categorias geomorfológicas estabelecidas na escala do ESP – zona costeira e planalto de Guapiara, relacionando-as à classificação de tipos e relevo e feições, resultantes do estudo realizado para o plano de manejo do PETAR, cuja legenda congrega cores e códigos de letras. Não está explicitado na legenda que o estudo foi feito incluindo um buffer de 10km, a partir do limite da UC, mas é possível visualizar.
Mapa 6. Localização das Áreas Cársticas Agrupadas por Bacias MAPA TEMÁTICO	Local – PETAR e área envoltória	Hidrografia, limites das bacias cársticas e das áreas cársticas (apesar de na legenda estar indicado o limite do Petar, ele não está configurado no mapa). A base cartográfica inclui a representação do relevo, a partir de imagem de satélite.	1:50.000 1:160.000	Oferecer o resultado de um estudo inédito: o mapeamento das 22 áreas cársticas que compõem o PETAR, dentro das sete bacias hidrográficas delimitadas. Explicitar que os limites tanto das bacias quanto das áreas cársticas extrapolam os limites da UC. É um mapa ilustrativo. Para os trabalhos de aprofundamento, como foram os que resultaram na zona de amortecimento, foram usados materiais cartográficos complementares.

Título do mapa	Recorte espacial	Elementos cartográficos destacados	Escala da base cartográfica e escala numérica	Função no PM (atribuída pelos técnicos e interpretada para esta tese)
Mapa 7. Hipsometria com a Localização das Áreas Cársticas e Depressões Fechadas MAPA TEMÁTICO	Local – PETAR e área envoltória	Hipsometria, hidrografia e limotes do Petar	1:50.000 1:160.000	Demonstrar as faixas de elevação do relevo na UC e área envoltório, relacionando-as com as bacias e as áreas cársticas. Destacar a existência abundante e a concentração das depressões fechadas em toda a região estudada.
Mapa 8. Solos do PETAR e áreas do Entorno MAPA TEMÁTICO MAPA BASE PARA O MAPA SÍNTESE DE FRAGILIDADE	Local – PETAR	Limite do Petar, hidrografia e sistema viário	1:50.000 1:100.000	Localizar os tipos de solos presentes no PETAR resultantes do estudo realizado para o plano de manejo do PETAR, cuja legenda congrega cores e códigos de letras. Não está explicitado na legenda que o estudo foi feito incluindo um buffer de 10km, a partir do limite da UC, mas é possível visualizar.
Mapa 9. Tipos do Terreno do PETAR e Área de Entorno MAPA TEMÁTICO MAPA BASE PARA O MAPA SÍNTESE DE FRAGILIDADE	Local – PETAR e área envoltória	Hidrografia, Sistema Viário, Limite PETAR . A base cartográfica inclui a representação do relevo, a partir de imagem de satélite.	1:50.000 1:100.000	Localizar e caracterizar os tipos de terreno classificados no PETAR, resultantes do estudo realizado para o plano de manejo, demonstrando que cada tipo se estende além dos limites da UC. Não está explicitado na legenda que o estudo foi feito incluindo um buffer de 10km, a partir do limite da UC, mas é possível visualizar.
Mapa 10. Fragilidade Geoambiental do PETAR e Área do Entorno MAPA SÍNTESE DOS ESTUDOS DO MEIO FÍSICO	Local – PETAR e área envoltória	Hidrografia, áreas de recarga e limites PETAR	1:50.000 1:100.000	Apresentar as classes de fragilidade do PETAR e entorno, de muito alta até baixa, com destaque para um elemento do meio físico: a recarga do carste.

EXERCÍCIO 1: quais são os objetivos e expectativas das partes no uso do mapa nas atividades e necessidades práticas que envolvem a criação e manejo de uma UC

MAPAS ELABORADOS PARA O PLANOD E MANEJO DO PETAR

Título do mapa: Remanescentes da Mata Atlântica (Mapa 1)

Recorte espacial: Regional - Vale do Ribeira e Alto Paranapanema

Base cartográfica: Vegetação e unidades de conservação

Escala: 1:75000

Função no PM (atribuída pelos técnicos que o elaboraram): Demonstrar a grande extensão de mata remanescente nestas regiões e concentração de unidades de conservação que estão em áreas contíguas

Justificativa para colocar este mapa no PM, enquanto linguagem: Diálogo

Destacar a condição do Vale do Ribeira de abrigar os maiores remanescentes de mata atlântica do estado, demonstrando que a floresta não está somente no interior das UC, que estão concentradas na região. Ou seja, o território da conservação vai além do limite das UC.

Como os atores dos PM entenderam este mapa (inferências baseadas nas vivências conjuntas)

Participantes das oficinas que se declararam ou se manifestavam em acordo com “conservacionistas”: com satisfação e com reforço dos argumentos da conservação, pela significativa extensão dos remanescentes e das UC

Comunidades: algumas se sentiram representadas, como a APAQMR e as RDS/RESEX e outras, ainda excluídas.

Qual foi a legenda escolhida? Quais os objetos representados?

Os elementos da paisagem escolhidos foram a drenagem, a vegetação (conjunto dos fragmentos florestais no recorte espacial selecionado) e as manchas urbanas.

Os limites territoriais representados são os do estado de São Paulo em divisa com o estado do Paraná, as manchas urbanas e as unidades de conservação de proteção integral.

Estes elementos se constituiriam no interno do mapa.

Qual é a hierarquia proposta entre os objetos representados?

A legenda não estabelece valores para os objetos representados. Numa interpretação hierárquica, o destaque é para as cores selecionadas. Toda extensão do mapa é coberta por um verde esmaecido que representa a floresta, com sua ausência atual representada pela ausência da cor, ou seja, o branco. As UC

estão representadas em verde de tonalidade forte, todas no mesmo tom, sem hierarquização, enfatizando a contiguidade do território, em dois blocos, seccionados pelo rio Ribeira de Iguape; em cada bloco de UC contíguas e de território contínuo, os limites administrativos dos territórios municipais estão sobrepostos pela coloração verde forte, assim como o limite estadual.

As duas extremidades do mapa explicitam o não envolvimento com o recorte espacial delimitado: a sudeste, o oceano Atlântico, que não consta da legenda por não representar elementos da paisagem evocada neste mapa; a noroeste, os fragmentos florestais cada vez mais escassos, a medida que se afastam dos limites das UC, com exceção dos limites do PETAR, o que já anuncia um outro mapa onde este elemento é importante, o da zona de amortecimento.

O rio Paranapanema não está representado graficamente, provavelmente por um erro de revisão, pois sua especificação alfanumérica está.

Os atores sociais da rede de relacionamentos possuem a mesma hierarquia de representação nos mapeamentos realizados?

Os atores sociais não estão representados. Neste caso, a que se considerar que outros mapas trarão estas presenças e que, no caso do Plano de Manejo do PETAR, a equipe técnica que os elaborou presumiu o diálogo com o conjunto dos mapas.

O poder externo, aquele que relaciona os mapas com os centros de poder político, está representado tanto pela coloração branca, que indica a ocupação do território, quanto pela coloração verde intenso, que indica os limites físicos das UC de proteção integral e, neste caso, também se constitui no chamado poder jurídico (Harley, 2005). Os demais elementos explicitam as disputas de poder pelo território envoltório das UC, uma vez que o território da conservação, representado também pelo verde esmaecido, é o elemento predominante do mapa. A sobreposição dos territórios municipais com os das UC de gestão estadual, em hierarquia favorável às UC, não deixa de representar as disputas de poder em suas diversas instâncias administrativas.

EXERCÍCIO 2: quais são os objetivos e expectativas das partes no uso do mapa nas atividades e necessidades práticas que envolvem a criação e manejo de uma UC

Título do mapa: Zona de amortecimento (Mapa 22)

Recorte espacial: Local – PETAR, unidades de conservação contíguas e área de entorno

Base cartográfica: Drenagem, sistema viário, áreas urbanas, limites municipais, bairros, atividades de mineração e unidades de conservação; a vegetação está presente apenas conjugada a um dos setores do zoneamento (UAO – amarelo), mas este recorte cartográfico não está explicitado na legenda

Escala: 1:50.000

Função no PM (atribuída pelos técnicos que o elaboraram): Espacializar os elementos físicos, bióticos e sociais contíguos ao PETAR, com o objetivo de indicar as potencialidades de uso e de impacto à UC.

Qual foi a legenda escolhida? Quais os objetos representados?

A legenda explicita o resultado da sobreposição dos elementos físicos, bióticos e sociais estudados e espacializados. Foram geradas seis classificações gerais que, conjugadas entre si, resultaram nos 32 setores do mapa. São elas: conservação da biodiversidade (CB), conservação do carste e patrimônio espeleológico (Ca), proteção à recarga do carste e aquíferos (AR), proteção ao patrimônio histórico-cultural (PHC), uso sustentável (US), uso antrópico (UA). As combinações incluem a classificação de ordenamento (O), quando o uso se sobrepõe a outros setores (CBO, por exemplo).

Como critérios técnicos utilizados no cruzamento, a fragilidade do meio físico e a contiguidade da vegetação, indicando o fluxo de biodiversidade entre as unidades de conservação e as áreas envoltórias, também foram representados no mapa, podendo ser lidos na forma como cada setor se avizinha.

Qual é a hierarquia proposta entre os objetos representados?

A legenda não estabelece valores para os objetos representados. As cores selecionadas não indicam hierarquia para, por exemplo, valores da conservação, em termos de intensidade de tons. Mas há uma hierarquia neste sentido, de tonalidade, no que se refere ao carste e conservação do patrimônio espeleológico; os setores vão do vermelho e cor de vinho, até chegar nos tons de rosa,.

Tendo sido elaborado para apresentação em A0 ou em consulta em arquivo digital, a apresentação em A3, como aqui está, destaca um elemento que não está destacado na legenda: os remanescentes florestais (em cor verde) no setor UAO (amarelo). A intenção foi demonstrar no mapa este elemento, em segundo plano.

Justificativa para colocar este mapa no PM, enquanto linguagem:

Assim como o mapa do zoneamento interno do PETAR, este mapa compõe a normativa publicada em Diário Oficial (Resolução 57/2018), em diálogo direto com o cidadão que se relaciona com o território da conservação contíguo à UC. O entendimento do mapa só é pleno com o entendimento do texto explicativo de cada setor, onde estão explicitadas as normas de uso da terra.

Os atores sociais da rede de relacionamentos possuem a mesma hierarquia de representação nos mapeamentos realizados?

Os atores sociais estão representados em cada setor. A categoria de legenda “com ordenamento (O)” que acompanha as demais legendas surgiu para espacializar, em especial, esta presença humana e de uso do território da conservação. Dois setores destacam o critério socioeconômico – US e UA – e um setor destaca o critério sociocultural – PHC.

Como os atores dos PM entenderam este mapa (interpretação da pesquisadora, a partir das vivências conjuntas)

Nos documentos que registram o processo participativo do plano de manejo do PETAR constam mais de 500 pessoas, assinantes de um livro de presença. Ao término das 25 reuniões temáticas, entre elas a oficina conclusiva, uma parte destes 500 atores sociais demonstrou crítica contundente ao mapa da zona de amortecimento. Ao longo dos anos subsequentes, entre 2010, quando se iniciou o processo de aprovação do plano e 2018, quando finalmente o plano de manejo foi aprovado, os representantes dos setores da mineração e agricultura se dedicaram a desqualificar o processo de elaboração do plano de manejo, com foco na discordância das normativas delimitadas para a zona de amortecimento.

O poder interno dos mapas das unidades de conservação de proteção integral, que também se constitui no chamado poder jurídico (Harley, 2005) talvez tenha sido minimizado pelos que elaboraram o mapa da zona de amortecimento, uma vez que o PETAR, centro do mapa, foi representado em tonalidade diversa das demais UC desta categoria, não acentuando o conjunto do território da conservação sob gestão estrita do Estado. O poder externo, aquele que relaciona os mapas com os centros de poder político (Harley, 2005), tem representação difusa, já que não há hierarquia de valores. Contudo, nas manifestações dos atores sociais que se opuseram ao mapa da zona de amortecimento, foi sempre acentuada a interpretação de que os limites da ZA, com seus setores, significavam a expansão dos limites da UC, ampliando o poder interno e o poder jurídico.

APÊNDICE 3: Termo de consentimento

Universidade de São Paulo

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - PPGGH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO:

TERRITÓRIOS SOBREPOSTOS: CONFLITOS LATENTES E PERSISTENTES (Título provisório, originário do Projeto de Pesquisa)

Doutoranda: Kátia Pisciotto (NUSP 814471)

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca

Você está sendo convidado (a) a contribuir com o projeto de pesquisa acima citado, participando da “Roda de conversa sobre o agente público da conservação da natureza”.

Trata-se de um estudo onde estão sob foco três vertentes principais:

- *as unidades de conservação,*
- *os mapas do território da conservação e*
- *a experiência do agente público da conservação da natureza99999*

O trabalho vem se pautando no “olhar reflexivo”, na atenção ao que aconteceu e ao que acontece no universo do atual “Sistema de Unidades de Conservação” enquanto reflexo de posturas e posicionamentos dos diversos setores da sociedade contemporânea. O maior ponto de reflexão está relacionado ao papel do agente público. A metodologia de investigação foi eleita a partir do conceito de “pesquisa não extrativista”, por meio de “rodas de conversa”.

A autora deste estudo, também denominada investigadora e relatora, enquanto participante das Rodas de conversa, se comporta como um dos integrantes da Roda, estando, contudo, mais atenta à dinâmica das discussões, apontando a retomada de questões e garantindo todo o registro em formato digital.

Eu, abaixo assinado (a), concordo de livre e espontânea vontade em participar do estudo TERRITÓRIOS SOBREPOSTOS: CONFLITOS LATENTES E PERSISTENTES (Título provisório, originário do Projeto de Pesquisa), desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana/USP, pela aluna Kátia Pisciotto.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

São Paulo, 15 de dezembro de 2018.

APÊNDICE 4: Listagem de seleção de reportagens sobre questões ambientais

(entre abril de 2016 e maio de 2019)

1. 2016/11/04 <http://www.diretodaciencia.com/2016/11/04/a-suspeitavel-leveza-das-ongs-com-o-sigilo-da-secretaria-ambiental-de-sp/>
2. 2016/11/04 <http://www.diretodaciencia.com/2019/01/03/ministerio-do-meio-ambiente-perde-orgaos-de-agua-clima-e-combate-a-desmatamento/>
3. 2016/11/04 <http://www.diretodaciencia.com/2017/08/28/ricardo-salles-deixa-a-secretaria-do-meio-ambiente-de-sao-paulo/>
4. 2016/11/04 <http://www.diretodaciencia.com/2018/12/10/com-salles-bolsonaro-subordinara-meio-ambiente-a-todos-os-outros-ministerios/>
5. 2016/11/04 <http://www.diretodaciencia.com/2017/02/24/boletim-de-noticias-24fev-e-mails-ligam-secretario-de-alckmin-a-acerto-com-fiesp/>
6. 2016/12/05 <http://www.diretodaciencia.com/2016/12/05/vamos-tirar-o-ministro-do-meio-ambiente-reage-lider-ruralista-a-dados-abertos-do-car/>
7. 2017/03/20 <http://www.diretodaciencia.com/2017/03/20/secretario-do-meio-ambiente-de-sp-esvazia-area-de-educacao-ambiental/>
8. 2017/04/20 <http://www.diretodaciencia.com/2017/04/20/condenado-por-crime-ambiental-politico-do-pp-vira-chefe-de-estacao-ecologica-em-sp/>
9. 2017/06/26 <http://www.diretodaciencia.com/2017/06/26/rede-de-ongs-repudia-politica-ambiental-do-governo-alckmin/>
10. 2017/06/26 <http://www.diretodaciencia.com/2017/06/02/secretario-adjunto-de-alckmin-tentou-forjar-declaracoes-de-pesquisadores/>
11. 2017/08/04 <http://www.diretodaciencia.com/2017/08/04/carta-aberta-do-instituto-geologico-rejeita-fusao-e-tentativa-de-venda/>
12. 2017/08/10 <http://www.diretodaciencia.com/2017/08/10/secretario-de-alckmin-ordena-tirar-busto-de-lamarca-de-museu-de-parque-estadual/>

13. 2017/08/10 <http://www.diretodaciencia.com/2017/08/10/mp-investiga-secretario-de-alckmin-por-tentar-vender-predio-do-instituto-geologico/>
14. 2017/08/28 <http://www.diretodaciencia.com/2017/08/28/ricardo-salles-deixa-a-secretaria-do-meio-ambiente-de-sao-paulo/>
15. 2018/03/12 <http://www.diretodaciencia.com/2018/03/12/alckmin-troca-direcao-da-fundacao-florestal-pela-sexta-vez-em-tres-anos/>
16. 2018/06/29 <http://www.diretodaciencia.com/2018/06/29/descontinuidade-na-politica-ambiental-de-sp-foi-provocada-por-alckmin/>
17. 2018/11/28 <http://www.diretodaciencia.com/2018/11/28/bolsonaro-recebe-ex-secretario-de-alckmin-que-desarticulou-politica-ambiental-de-sp/>
18. 2018/11/28 <http://www.diretodaciencia.com/2018/06/29/descontinuidade-na-politica-ambiental-de-sp-foi-provocada-por-alckmin/>
19. 2019/01/02 <http://www.diretodaciencia.com/2019/01/02/bolsonaro-transfere-servico-florestal-do-meio-ambiente-para-agricultura/>
20. 2019/01/23 <http://www.diretodaciencia.com/2019/01/23/mma-e-aliados-de-bolsonaro-discutem-hoje-pauta-contraria-ao-discurso-em-davos/>
21. 2019/01/29 <http://www.diretodaciencia.com/2019/01/29/proposta-de-ministro-para-licenciamento-ofende-vitimas-de-brumadinho-e-o-bom-senso/>
22. 2019/03/21 <http://www.diretodaciencia.com/2019/03/21/conselheiros-relatam-constrangimentos-e-agressao-em-reuniao-do-conama/>
23. 2019/03/21 <http://www.diretodaciencia.com/2019/01/31/ambientalistas-e-servidores-do-mma-protestam-contr-desmonte-do-orgao/>
24. 2019/03/26 <http://www.diretodaciencia.com/2019/03/26/onyx-pediu-a-salles-extincao-adequacao-ou-fusao-do-conama-e-outros-conselhos/>
25. 2019/03/26 <http://www.diretodaciencia.com/2018/12/10/com-salles-bolsonaro-subordinara-meio-ambiente-a-todos-os-outros-ministerios/>
26. 2019/03/27/ <http://www.diretodaciencia.com/2019/03/27/ja-estava-nos-planos-de-salles-desde-o-ano-passado-reformatar-o-conama/>
27. 2019/04/1 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/15/presidente-do-icmbio-se-demite-apos-salles-ameacar-processar-agentes/>

28. 2019/04/07 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/07/saida-ecologica-proposta-por-salles-para-a-vale-e-legal-e-imoral/>
29. 2019/04/07 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/04/procuradoria-pede-a-salles-providencias-sobre-violacoes-no-conama/>
30. 2019/04/12 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/12/mpf-questiona-ibama-sobre-plano-de-conversao-de-multa-da-vale-em-brumadinho/>
31. 2019/04/17 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/17/funcionarios-acusam-ministro-salles-de-destruicao-da-gestao-ambiental/>
32. 2019/04/24 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/24/presidente-substituto-e-diretores-do-icmbio-pedem-exoneracao-a-ricardo-salles/>
33. 2019/04/24 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/12/ricardo-salles-tumultua-divulgacao-de-sua-saida-ecologica-para-a-vale/>
34. 2019/04/25 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/25/gestao-salles-exclui-da-internet-dados-de-areas-prioritarias-para-conservacao/>
35. 2019/04/26 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/26/funcionarios-criticam-salles-por-indicar-militares-para-chefiar-o-icmbio/>
36. 2019/04/29 <http://www.diretodaciencia.com/2019/04/29/parecer-do-mma-e-contrasuspender-lista-de-especies-aquaticas-ameacadas/>
37. 2019/05/07 <http://www.diretodaciencia.com/2019/05/07/bloqueio-de-verbas-no-ministerio-do-meio-ambiente-cresce-de-23-para-30/>
38. 2019/05/12 <http://www.diretodaciencia.com/2019/05/12/funcionarios-do-mma-criticam-resposta-de-salles-a-ex-ministros/>
39. 2019/05/14 <http://www.diretodaciencia.com/2019/05/14/para-salles-evento-na-bahia-sobre-clima-seria-foco-de-protestos-contrasua-gestao/>
40. 2019/05/18 <http://www.diretodaciencia.com/2019/05/18/salles-se-complica-com-entrevista-coletiva-e-com-doadores-do-fundo-amazonia/>
41. 2019/05/29 <http://www.diretodaciencia.com/2019/05/29/decreto-de-bolsonaro-esvazia-conselho-nacional-do-meio-ambiente/>